



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVI - Nº 042 - QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa Diretora não disponível.

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 18ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE SETEMBRO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Considerações sobre emenda do Governo ao Plano Plurianual, referente ao programa do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações, que levará a Internet às escolas públicas..... 19715

DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Defesa da implantação da Internet nas escolas públicas. 19716

DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Questionamento à implantação da Internet nas escolas públicas, em detrimento do Plano de Combate à Pobreza e do Programa Esporte Direito de Todos. 19716

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO – Preocupação com a emenda do Governo que retira do Plano Plurianual programas de relevante interesse social. 19716

DEPUTADO SAULO PEDROSA – Comentários aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito das Obras Inacabadas. 19717

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Aspectos regimentais quanto à apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional..... 19718

DEPUTADO MORONI TORGAN – Problematização das crianças e adolescentes envolvidos com a prostituição e o narcotráfico. 19718

DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA – Críticas aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito das Obras Inacabadas. 19719

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Continuação da votação, no Senado Federal, do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 31, de 2001-CN, que altera programas e ações do Plano Plurianual para o período 2000/2003. (Mensagem nº 514/2001-CN – 823/2001, na origem).

Aprovado, com alterações decorrentes da errata, emendas e alterações propostas pelo relator, tendo o Sr. Presidente Ramez Tebet decidido Questão de Ordem referente ao interstício entre pedidos de verificação de votação, e encaminhado recurso a sua decisão à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. (Votação nominal)..... 19720

1.3.1 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Sérgio Miranda, com fundamento no art. 51 do Regimento Comum, acerca da apreciação preliminar da redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 31, de 2001-CN, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; sendo contraditada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, após usar da palavra o Relator, Sr. Santos Filho..... 19729

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 31, de 2001-CN (**Parecer nº 38, de 2001-CMPOPF**). **Aprovada**. À sanção..... 19732

1.3.2 – Ordem do Dia (Continuação)

Item 2

Projeto de Lei nº 18, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada**. 19913

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2001-CN, que autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5730.0001 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins–BR-060/GO–Entroncamento BR-153/GO–Divisa DF/GO, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Apreciação sobrestada**. 19913

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2001-CN, que autoriza a execução de contrato

relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.784.0237.5749.0005 – Implantação de Hidrovias no Corredor Araguaia–Tocantins – Hidrovia do Capim, da Unidade Orçamentária 39.101 – Ministério dos Transportes. **Apreciação sobrestada.** 19913

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2001-CN, que autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5725.0019 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste–BR-040/MG–Santos Dumont–Ressaquinha–Belo Horizonte–Sete Lagoas, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Apreciação sobrestada.** 19913

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2001-CN, que autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5710.0013 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia–Tocantins–BR-235/TO–Divisa TO/MA–Divisa TO/PA, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Apreciação sobrestada.** 19913

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2001-CN, que autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5704.0024 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste–BR-482/MG –Conselheiro Lafaiete (BR-040)–Piranga –Fervedouro da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER. **Apreciação sobrestada.** 19913

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2001-CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 18.544.0515.1851.0123 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica, constante do Quadro V da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, nas condições que especifica. **Apreciação sobrestada.** 19913

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 13ª Sessão Conjunta, realizada em 5 de setembro de 2001 e publicada no **Diário do Congresso Nacional** do dia subsequente..... 19914

3 – ATA DE COMISSÃO

12ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.080-62, adotada em 19 de abril de 2001 e publicada no dia 20 do mesmo mês e ano, que altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências (audiência pública realizada em Toledo, Estado do Paraná)..... 19923

4 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

5 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 18ª Sessão Conjunta, em 25 de setembro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Ramez Tebet e Severino Cavalcanti

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jefferson Péres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino –

RORAIMA

001 - Alceste Almeida
004 - Luciano Castro
007 - Robério Araújo
Presentes Roraima: 3

AMAPÁ

009 - Antonio Feijão
010 - Badu Picanço
012 - Dr. Benedito Dias
014 - Eduardo Seabra
011 - Fátima Pelaes
017 - Jurandil Juarez
016 - Sérgio Barcellos
Presentes Amapá: 7

PARÁ

019 - Anivaldo Vale
595 - Asdrubal Bentes
021 - Babá
022 - Elcione Barbalho
025 - Giovanni Queiroz
613 - Haroldo Bezerra
029 - Josué Bengtson
030 - Paulo Rocha
032 - Raimundo Santos
599 - Socorro Gomes
035 - Vic Pires Franco
034 - Zenaldo Coutinho
Presentes Pará: 12

AMAZONAS

037 - Arthur Virgílio
038 - Átila Lins
563 - Euler Ribeiro
036 - Francisco Garcia
042 - Luiz Fernando
043 - Pauderney Avelino
040 - Vanessa Grazziotin
Presentes Amazonas: 7

José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Maguito Vilela – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Osmar Dias – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Partido	Bloco
PMDB	
PFL	PFL/PST
PL	PL/PSL
PSDB	
PSDB	PL/PSL
PPB	
PTB	
PSDB	
PMDB	
PFL	PFL/PST
PSDB	
PMDB	
PT	
PMDB	
PDT	PDT/PPS
PSDB	
PTB	
PT	
PFL	PFL/PST
PCdoB	PSB/PCDOB
PFL	PFL/PST
PSDB	
PSDB	
PFL	PFL/PST
PFL	PFL/PST
PFL	PFL/PST
PPB	
PFL	PFL/PST
PCdoB	PSB/PCDOB

	Partido	Bloco
RONDONIA		
044 - Agnaldo Muniz	PPS	PDT/PPS
045 - Confúcio Moura	PMDB	
047 - Eurípedes Miranda	PDT	PDT/PPS
048 - Expedito Júnior	PSDB	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
Presentes Rondonia: 5		
ACRE		
053 - Ildefonso Cordeiro	PFL	PFL/PST
054 - João Tota	PPB	
056 - Marcos Afonso	PT	
057 - Nilson Mourão	PT	
058 - Sérgio Barros	PSDB	
Presentes Acre: 5		
TOCANTINS		
060 - Antônio Jorge	PTB	
061 - Darci Coelho	PFL	PFL/PST
063 - Freire Júnior	PMDB	
062 - Igor Avelino	PMDB	
067 - Pastor Amarildo	PPB	
066 - Paulo Mourão	PSDB	
Presentes Tocantins: 6		
MARANHÃO		
068 - Albérico Filho	PMDB	
536 - Antonio Joaquim Araújo	PPB	
072 - João Castelo	PSDB	
076 - José Antonio Almeida	PSB	PSB/PCDOB
077 - Neiva Moreira	PDT	PDT/PPS
078 - Nice Lobão	PFL	PFL/PST
080 - Pedro Fernandes	PFL	PFL/PST
082 - Pedro Novais	PMDB	
086 - Sebastião Madeira	PSDB	
Presentes Maranhão: 9		
CEARÁ		
088 - Adolfo Marinho	PSDB	
089 - Almeida de Jesus	PL	PL/PSL
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
095 - Eunício Oliveira	PMDB	
094 - Inácio Arruda	PCdoB	PSB/PCDOB
096 - José Linhares	PPB	
097 - José Pimentel	PT	
098 - Léo Alcântara	PSDB	
100 - Manoel Salviano	PSDB	
099 - Marcelo Teixeira	PMDB	
101 - Moroni Torgan	PFL	PFL/PST
548 - Nelson Otoch	PSDB	
614 - Pimentel Gomes	PPS	PDT/PPS
103 - Pinheiro Landim	PMDB	
108 - Sérgio Novais	PSB	PSB/PCDOB
Presentes Ceará: 15		

	Partido	Bloco
PIAUÍ		
109 - Átila Lira	PSDB	
111 - B. Sá	PSDB	
112 - Ciro Nogueira	PFL	PFL/PST
114 - Heráclito Fortes	PFL	PFL/PST
115 - João Henrique	PMDB	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Mussa Demes	PFL	PFL/PST
118 - Paes Landim	PFL	PFL/PST
113 - Themístocles Sampaio	PMDB	
116 - Wellington Dias	PT	
Presentes Piauí: 10		
RIO GRANDE DO NORTE		
119 - Ana Catarina	PMDB	
120 - Carlos Alberto Rosado	PFL	PFL/PST
124 - Iberê Ferreira	PTB	
125 - Laíre Rosado	PMDB	
121 - Lavoisier Maia	PFL	PFL/PST
122 - Múcio Sá	PTB	
126 - Ney Lopes	PFL	PFL/PST
610 - Salomão Gurgel	PDT	PDT/PPS
Presentes Rio Grande do Norte: 8		
PARAÍBA		
127 - Adauto Pereira	PFL	PFL/PST
129 - Armando Abílio	PSDB	
128 - Avenzoar Arruda	PT	
130 - Carlos Dunga	PTB	
133 - Damiano Feliciano	PMDB	
134 - Domiciano Cabral	PSDB	
131 - Efraim Moraes	PFL	PFL/PST
132 - Enivaldo Ribeiro	PPB	
135 - Inaldo Leitão	PSDB	
136 - Marcondes Gadelha	PFL	PFL/PST
137 - Ricardo Rique	PSDB	
138 - Wilson Braga	PFL	PFL/PST
Presentes Paraíba: 12		
PERNAMBUCO		
144 - Armando Monteiro	PMDB	
148 - Carlos Batata	PSDB	
153 - Clementino Coelho	PPS	PDT/PPS
155 - Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB
140 - Eduardo Campos	PSB	PSB/PCDOB
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB
145 - Inocêncio Oliveira	PFL	PFL/PST
146 - João Colaço	PMDB	
156 - Joaquim Francisco	PFL	PFL/PST
538 - Joel De Hollanda	PFL	PFL/PST

	Partido	Bloco
PERNAMBUCO		
147 - José Chaves	PMDB	
149 - José Mendonça Bezerra	PFL	PFL/PST
150 - José Múcio Monteiro	PSDB	
151 - Luiz Piauhyllino	PSDB	
161 - Marcos de Jesus	PL	PL/PSL
600 - Maurilio Ferreira Lima	PMDB	
154 - Osvaldo Coelho	PFL	PFL/PST
539 - Pedro Corrêa	PPB	
162 - Pedro Eugênio	PPS	PDT/PPS
158 - Salatiel Carvalho	PMDB	
160 - Severino Cavalcanti	PPB	
609 - Wolney Queiroz	PDT	PDT/PPS
Presentes Pernambuco: 23		
ALAGOAS		
165 - Augusto Farias	PPB	
598 - Divaldo Suruagy	PST	PFL/PST
549 - Hetenildo Ribeiro	PSDB	
167 - João Caldas	PL	PL/PSL
169 - José Thomaz Nonô	PFL	PFL/PST
168 - Regis Cavalcante	PPS	PDT/PPS
Presentes Alagoas: 6		
SERGIPE		
173 - Augusto Franco	PSDB	
176 - Cleonânio Fonseca	PPB	
174 - Ivan Paixão	PPS	PDT/PPS
180 - Sérgio Reis	PTB	
604 - Tânia Soares	PCdoB	PSB/PCDOB
Presentes Sergipe: 5		
BAHIA		
589 - Ariston Andrade	PFL	PFL/PST
184 - Benito Gama	PMDB	
186 - Cláudio Cajado	PFL	PFL/PST
187 - Coriolano Sales	PMDB	
190 - Eujácio Simões	PL	PL/PSL
191 - Félix Mendonça	PTB	
193 - Geddel Vieira Lima	PMDB	
194 - Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB
188 - Jaime Fernandes	PFL	PFL/PST
196 - Jairo Carneiro	PFL	PFL/PST
197 - Jaques Wagner	PT	
198 - João Almeida	PSDB	
585 - João Carlos Bacelar	PFL	PFL/PST
199 - João Leão	PPB	
192 - Jonival Lucas Junior	PMDB	
201 - Jorge Khoury	PFL	PFL/PST
202 - José Carlos Aleluia	PFL	PFL/PST
200 - José Lourenço	PMDB	
203 - José Rocha	PFL	PFL/PST
206 - Jutahy Junior	PSDB	

	Partido	Bloco
BAHIA		
204 - Leur Lomanto	PMDB	
603 - Luiz Alberto	PT	
207 - Luiz Moreira	PFL	PFL/PST
210 - Mário Negromonte	PPB	
586 - Milton Barbosa	PFL	PFL/PST
209 - Nelson Pellegrino	PT	
211 - Nilo Coelho	PSDB	
213 - Paulo Braga	PFL	PFL/PST
214 - Paulo Magalhães	PFL	PFL/PST
212 - Pedro Irujo	PFL	PFL/PST
537 - Reginaldo Germano	PFL	PFL/PST
216 - Saulo Pedrosa	PSDB	
219 - Ursicino Queiroz	PFL	PFL/PST
217 - Waldir Pires	PT	
218 - Walter Pinheiro	PT	
Presentes Bahia: 35		
MINAS GERAIS		
221 - Aécio Neves	PSDB	
222 - Antônio do Valle	PMDB	
223 - Aracely de Paula	PFL	PFL/PST
224 - Cabo Júlio	S.Part.	PFL/PST
227 - Carlos Mosconi	PSDB	
225 - Cleuber Carneiro	PFL	PFL/PST
228 - Custódio Mattos	PSDB	
229 - Danilo de Castro	PSDB	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
612 - Elias Murad	PSDB	
232 - Eliseu Resende	PFL	PFL/PST
233 - Fernando Diniz	PMDB	
234 - Gilmar Machado	PT	
237 - Hélio Costa	PMDB	
238 - Ibrahim Abi-Ackel	PPB	
240 - Jaime Martins	PFL	PFL/PST
239 - João Magalhães	PMDB	
534 - João Magno	PT	
241 - José Militão	PSDB	
245 - Lael Varella	PFL	PFL/PST
243 - Lincoln Portela	PSL	PL/PSL
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PPB	
524 - Marcos Lima	PMDB	
246 - Maria Lúcia	PMDB	
567 - Mário Assad Júnior	PFL	PFL/PST
250 - Mário de Oliveira	PMDB	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
254 - Nilmário Miranda	PT	
255 - Odelmo Leão	PPB	
251 - Olimpio Pires	PDT	PDT/PPS
256 - Osmânio Pereira	PSDB	

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
257 - Paulo Delgado	PT	
259 - Philemon Rodrigues	PL	PL/PSL
258 - Rafael Guerra	PSDB	
260 - Romeu Queiroz	PSDB	
263 - Ronaldo Vasconcellos	PL	PL/PSL
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
574 - Saulo Coelho	PSDB	
266 - Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB
270 - Tilden Santiago	PT	
264 - Virgílio Guimarães	PT	
271 - Vittorio Mediolí	PSDB	
267 - Walfrido Mares Guia	PTB	
Presentes Minas Gerais: 44		
ESPÍRITO SANTO		
274 - Feu Rosa	PSDB	
275 - João Coser	PT	
276 - José Carlos Elias	PTB	
273 - José Carlos Fonseca Jr.	PFL	PFL/PST
615 - Luiz Durão	PFL	PFL/PST
277 - Magno Malta	PL	PL/PSL
281 - Max Mauro	PTB	
280 - Rita Camata	PMDB	
Presentes Espírito Santo: 8		
RIO DE JANEIRO		
283 - Aldir Cabral	PFL	PFL/PST
284 - Alexandre Cardoso	PSB	PSB/PCDOB
286 - Almerinda de Carvalho	PPB	
288 - Arolde de Oliveira	PFL	PFL/PST
289 - Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
597 - Candinho Mattos	PSDB	
290 - Carlos Santana	PT	
291 - Cornélio Ribeiro	PL	PL/PSL
293 - Dino Fernandes	PPB	
294 - Dr. Heleno	PSDB	
301 - Eber Silva	PL	PL/PSL
295 - Eurico Miranda	PPB	
296 - Fernando Gabeira	PT	
297 - Fernando Gonçalves	PTB	
308 - Iédio Rosa	PFL	PFL/PST
581 - Itamar Serpa	PSDB	
302 - Jair Bolsonaro	PPB	
303 - Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB
304 - João Mendes	PFL	PFL/PST
309 - João Sampaio	PDT	PDT/PPS
310 - Jorge Bittar	PT	
306 - José Carlos Coutinho	PFL	PFL/PST
577 - José Egydio	PL	PL/PSL
311 - Laura Carneiro	PFL	PFL/PST
312 - Luisinho	S.Part.	

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
313 - Luiz Sérgio	PT	
315 - Márcio Fortes	PSDB	
316 - Milton Temer	PT	
318 - Miriam Reid	PSB	PSB/PCDOB
317 - Miro Teixeira	PDT	PDT/PPS
320 - Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB
542 - Paulo de Almeida	PST	PFL/PST
321 - Paulo Feijó	PSDB	
617 - Reinaldo Gripp	PL	PL/PSL
323 - Roberto Jefferson	PTB	
322 - Rodrigo Maia	PFL	PFL/PST
327 - Simão Sessim	PPB	
319 - Valdeci Paiva	PSL	PL/PSL
326 - Vivaldo Barbosa	PDT	PDT/PPS
328 - Wanderley Martins	PSB	PSB/PCDOB
Presentes Rio de Janeiro: 40		
SÃO PAULO		
330 - Alberto Goldman	PSDB	
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB
332 - Aloizio Mercadante	PT	
339 - André Benassi	PSDB	
340 - Angela Guadagnin	PT	
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
343 - Arnaldo Madeira	PSDB	
338 - Ary Kara	PPB	
347 - Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
554 - Clovis Volpi	PSDB	
345 - Corauci Sobrinho	PFL	PFL/PST
346 - Cunha Bueno	PPB	
382 - De Velasco	PSL	PL/PSL
348 - Delfim Netto	PPB	
358 - Dr. Hélio	PDT	PDT/PPS
353 - Emerson Kapaz	PPS	PDT/PPS
354 - Fernando Zuppo	PSDC	
357 - Gilberto Kassab	PFL	PFL/PST
360 - Iara Bernardi	PT	
607 - Ivan Valente	PT	
359 - Jair Meneguelli	PT	
591 - João Eduardo Dado	PMDB	
361 - João Paulo	PT	
362 - Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	
363 - José Aníbal	PSDB	
366 - José de Abreu	PTN	
367 - José Genoíno	PT	
398 - José Índio	PMDB	
391 - José Roberto Batochio	PDT	PDT/PPS
369 - Júlio Semeghini	PSDB	
605 - Kincas Mattos	PSB	PSB/PCDOB

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
370 - Lamartine Posella	PMDB	
608 - Luciano Zica	PT	
341 - Luiz Antonio Fleury	PTB	
602 - Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	
371 - Luiza Erundina	PSB	PSB/PCDOB
376 - Marcelo Barbieri	PMDB	
372 - Marcos Cintra	PFL	PFL/PST
373 - Medeiros	PL	PL/PSL
380 - Michel Temer	PMDB	
374 - Milton Monti	PMDB	
381 - Nelson Marquezelli	PTB	
379 - Neuton Lima	PFL	PFL/PST
587 - Orlando Fantazzini	PT	
384 - Paulo Kobayashi	PSDB	
388 - Professor Luizinho	PT	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
385 - Ricardo Izar	PSDB	
394 - Rubens Furlan	PPS	PDT/PPS
387 - Salvador Zimbaldi	PSDB	
395 - Sampaio Dória	PSDB	
553 - Silvio Torres	PSDB	
392 - Vadão Gomes	PPB	
393 - Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL
594 - Wagner Rossi	PMDB	
397 - Xico Graziano	PSDB	
540 - Zulaiê Cobra	PSDB	
Presentes São Paulo: 58		
MATO GROSSO		
400 - Celcita Pinheiro	PFL	PFL/PST
401 - Lino Rossi	PSDB	
518 - Ricarte de Freitas	PSDB	
405 - Tetê Bezerra	PMDB	
404 - Wilson Santos	PMDB	
Presentes Mato Grosso: 5		
DISTRITO FEDERAL		
407 - Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB
545 - Alberto Fraga	PMDB	
408 - Geraldo Magela	PT	
526 - Jorge Pinheiro	PMDB	
618 - Osório Adriano	PFL	PFL/PST
410 - Paulo Octávio	PFL	PFL/PST
412 - Pedro Celso	PT	
Presentes Distrito Federal: 7		
GOIÁS		
579 - Aldo Arantes	PCdoB	PSB/PCDOB
416 - Barbosa Neto	PMDB	
415 - Euler Moraes	PMDB	
417 - Geovan Freitas	PMDB	
419 - Jovair Arantes	PSDB	

	Partido	Bloco
GOIÁS		
418 - Juquinha	PSDB	
420 - Lídia Quinan	PSDB	
421 - Lúcia Vânia	PSDB	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	
024 - Nair Xavier Lobo	PMDB	
424 - Norberto Teixeira	PMDB	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
427 - Roberto Balestra	PPB	
429 - Ronaldo Caiado	PFL	PFL/PST
430 - Vilmar Rocha	PFL	PFL/PST
431 - Zé Gomes da Rocha	PMDB	
Presentes Goiás: 16		
MATO GROSSO DO SUL		
620 - Dr. Antonio Cruz	PMDB	
433 - João Grandão	PT	
584 - Manoel Vitorio	PT	
435 - Marçal Filho	PMDB	
436 - Marisa Serrano	PSDB	
437 - Nelson Trad	PTB	
438 - Pedro Pedrossian	PPB	
439 - Waldemir Moka	PMDB	
Presentes Mato Grosso do Sul: 8		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	PFL	PFL/PST
441 - Affonso Camargo	PSDB	
442 - Aírton Roveda	PTB	
445 - Alex Canziani	PSDB	
446 - Chico da Princesa	PSDB	
444 - Dilceu Sperafico	PPB	
449 - Dr. Rosinha	PT	
447 - Flávio Arns	PSDB	
450 - Gustavo Fruet	PMDB	
448 - Hermes Parciannelo	PMDB	
455 - Iris Simões	PTB	
527 - Ivanio Guerra	PFL	PFL/PST
451 - José Borba	PMDB	
457 - José Carlos Martinez	PTB	
453 - Luciano Pizzatto	PFL	PFL/PST
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
461 - Márcio Matos	PTB	
462 - Moacir Micheletto	PMDB	
458 - Nelson Meurer	PPB	
459 - Odílio Balbinotti	PSDB	
464 - Oliveira Filho	PL	PL/PSL
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
460 - Padre Roque	PT	
465 - Ricardo Barros	PPB	
467 - Rubens Bueno	PPS	PDT/PPS
468 - Santos Filho	PFL	PFL/PST

	Partido	Bloco
PARANÁ		
469 - Werner Wanderer	PFL	PFL/PST
Presentes Paraná: 27		
SANTA CATARINA		
475 - Antônio Carlos Konder Reis	PFL	PFL/PST
476 - Carlito Merss	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
471 - Edison Andrino	PMDB	
477 - Eni Voltolini	PPB	
478 - Fernando Coruja	PDT	PDT/PPS
479 - Gervásio Silva	PFL	PFL/PST
472 - Hugo Biehl	PPB	
473 - João Matos	PMDB	
474 - João Pizzolatti	PPB	
481 - Luci Choinacki	PT	
484 - Paulo Gouvêa	PFL	PFL/PST
520 - Pedro Bittencourt	PFL	PFL/PST
482 - Renato Vianna	PMDB	
485 - Serafim Venzon	PDT	PDT/PPS
483 - Vicente Caropreso	PSDB	
Presentes Santa Catarina: 16		
RIO GRANDE DO SUL		
486 - Adão Pretto	PT	
488 - Aírton Dipp	PDT	PDT/PPS
487 - Alceu Collares	PDT	PDT/PPS
601 - Ana Corso	PT	
489 - Augusto Nardes	PPB	
606 - Clovis Ilgenfritz	PT	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	
578 - Edir Oliveira	PTB	
493 - Enio Bacci	PDT	PDT/PPS
532 - Esther Grossi	PT	
590 - Ezidio Pinheiro	PSB	PSB/PCDOB
496 - Fetter Junior	PPB	
514 - Fioravante	PT	
497 - Germano Rigotto	PMDB	
498 - Henrique Fontana	PT	
619 - Jarbas Lima	PPB	
500 - Luis Carlos Heinze	PPB	
501 - Marcos Rolim	PT	
593 - Orlando Desconsi	PT	
616 - Osmar Terra	PMDB	
509 - Osvaldo Biolchi	PMDB	
503 - Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL
510 - Paulo Paim	PT	
505 - Pompeo de Mattos	PDT	PDT/PPS
508 - Roberto Argenta	PHS	
513 - Telmo Kirst	PPB	
Presentes Rio Grande do Sul: 26		

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – As listas de presença acusam o comparecimento de 69 Srs. Senadores e 423 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que acione as campanhas, porque, após os 30 minutos destinados ao período das Breves Comunicações, iniciaremos a votação do PPA pelo Senado Federal, uma vez que a Câmara dos Deputados já o votou.

É preciso que os Senadores estejam presentes à votação, e a pauta de hoje é muito importante para todos os Estados do País.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Fiquem certos, nobres Deputados Inocêncio Oliveira, de que cumprimos rigorosamente o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero falar sobre assunto ora em debate nesta Casa.

A sessão do Congresso Nacional está sendo transmitida pela TV, e é importante que a população brasileira esteja bem esclarecida sobre o que está acontecendo.

Estamos votando a revisão do PPA, o Plano Plurianual, que tem validade de quatro anos. O Governo pretende emendar esse plano para nele incluir alguns programas novos a fim de que possam ter efeito ainda no Orçamento de 2001 e no Orçamento de 2002.

Um desses programas é o FUST – Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações, que levará a Internet às escolas públicas e bibliotecas, dotando-as de telefones, laboratórios de processamento de dados e de computadores, tão importantes para nossas crianças e nossos professores. Centros de saúde da família também serão beneficiados com a universalização dos serviços de telecomunicações.

Mas, Sr. Presidente, duas questões se apresentaram com relação ao FUST. A primeira diz respeito

ao **software**. O Governo Federal, inicialmente, queria vincular esse enorme investimento, que envolve 290 mil computadores, a uma plataforma da Microsoft, a plataforma Windows. Propusemos uma emenda em nome da bancada do PT, aperfeiçoada por texto dos nossos colegas Deputados Walter Pinheiro e Julio Semeghini, com o apoio do Deputado Sérgio Miranda, do PCdoB, e de tantos outros, inclusive do Relator, que a acolheu.

Hoje, essa vitória foi assegurada. Temos na emenda, já incorporada ao texto do FUST constante do Plano Plurianual, a garantia de que desde o início os programas virão tanto com a plataforma da Microsoft, no caso o Windows, como com o **software** livre. Essa era uma luta de todos os trabalhadores da área de informática, com o objetivo de não ficarmos presos a um só fornecedor.

Dessa forma alunos e professores poderão desenvolver, eles mesmos, o **software**. E, com **software** livre, terão acesso a toda a plataforma, uma vez que têm a chave do sistema.

A segunda questão, ainda não resolvida, diz respeito à existência ou não de licitação e à forma como será realizada a aquisição desses equipamentos. O Governo dispôs no edital que as próprias empresas prestadoras de serviços de telefonia irão fornecer computadores, máquinas, enfim, todo o equipamento necessário. Discordamos. Por se tratar de investimentos vultosos, mais de 1,250 bilhão no primeiro ano, é necessária a licitação para abrir o mercado. Inclusive, o computador popular, desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais, tão importante para o Brasil, teria sua produção alavancada e participaria desse processo. O subproduto desse método seria o desenvolvimento industrial, a política industrial para o segmento, com o conseqüente acesso das crianças aos setores da saúde, da informática e das telecomunicações.

Sr. Presidente, estamos obstruindo a sessão para levar o Governo a rediscutir, a mudar esse edital, que será novamente acionado tão logo o PPA seja aprovado.

Queremos, portanto, que o povo saiba que estamos obstruindo esta sessão com o objetivo de serem revistos os critérios dessa licitação, a fim de que o processo tenha lisura e transparência, além de favorecer a plataforma de desenvolvimento industrial do Brasil no setor da informática.

Esperamos que o Governo tenha sensibilidade, como teve na questão do **software**, e negocie, mude a proposta e adapte a licitação aos critérios da trans-

parência, da soberania nacional e do desenvolvimento da nossa indústria.

Por isso, Sr. Presidente, estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Convido os Srs. Senadores a comparecerem ao plenário da Câmara. Haverá votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Fernandes, do PFL do Maranhão.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PFL – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero ressaltar a importância da Internet nas escolas públicas. Já perdemos recursos, no ano passado, destinados à universalização da informática.

Quero rechaçar os argumentos de que a verba deve ser destinada ao combate da malária e da fome. É fato que essas mazelas devem ser banidas do Brasil, mas temos de reconhecer a importância do fundo criado especificamente para a universalização da informática. Precisamos correr.

Em 1999, patrocinei a aquisição de computadores para as escolas de um bairro da periferia da minha cidade, São Luís, Estado do Maranhão. Com os equipamentos, houve salto de qualidade no ensino. A associação que os recebeu já dispõe de cinco aparelhos funcionando, fruto do empenho da comunidade.

Quanto ao edital de licitação, precisamos revê-lo. Se não este, os próximos. Não devemos monopolizar o uso do Programa Windows. Temos de permitir às comunidades escolher o programa de que necessitam.

Solicito aos Srs. Senadores que venham ao plenário, a fim de que as mudanças no PPA aconteçam hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. ORLANDO FANTAZZINI (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a universalização da informática é fundamental, e o acesso a ela deve ser assegurado a todos. Entretanto, não podemos concordar com a forma com que se pretende viabilizá-la.

O Governo quer incluir o FUST no PPA, mas, ao mesmo tempo, propõe a exclusão de 24 programas. Quero fazer menção a dois: o de combate à pobreza e o Esporte Direito de Todos.

Há mais de dez anos foi implementado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê prioridade absoluta para a criança e para o adolescente. As ações conduzidas pelo Governo Federal, porém, não

têm essa prioridade. Prova disso é a retirada do PPA do programa de combate à pobreza, novamente relegando a quarto ou quinto plano crianças e adolescentes. Temos de debater hoje formas de garantir condições mínimas de dignidade à população, em especial a essa faixa etária, muito mais afetada até pelo fato de não dispor de meios para se defender.

A hipótese de excluir do PPA o conjunto de programas que, se aplicados, garantiriam melhores condições de vida aos cidadãos, não pode ser aceita de forma alguma por esta Casa, sob a justificativa de que estaremos possibilitando a universalização do acesso à informática em nosso País. Ainda mais da forma que se pretende viabilizar esse acesso, ou seja, fazendo com que as empresas de telecomunicações forneçam o conjunto de equipamentos e que o Governo Federal despenda vultosos recursos.

Por outro lado, a manutenção de programas que atendam às necessidades da criança e do adolescente é garantia de futuro melhor e de um Brasil a ser construído a partir da formação da cidadania dessas crianças e adolescentes.

Em hipótese alguma podemos ser favoráveis a esse projeto. O Governo Federal tem de cumprir a Constituição Federal e a legislação vigente, segundo as quais a criança e o adolescente são prioridades.

Percebemos neste projeto continuidade da prática de estabelecer como prioridade o que interessa ao Fundo Monetário Internacional, às empresas, principalmente as de telecomunicações, e aos banqueiros. Este Governo neoliberal tem ampliado a miséria do povo brasileiro, desprezado nossas crianças e adolescentes, fazendo com que enveredem pelo caminho da marginalidade. Esquece-se por completo do respeito aos brasileiros, que deveriam ser sua maior preocupação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero esclarecer àqueles que nos estão assistindo através da **TV Câmara** e da **TV Senado** por que o PT tem obstruído a votação da proposta que altera o PPA.

Quem anda pelas ruas e ouve o povo sente que a sociedade brasileira deseja novos rumos para o País, um novo modelo econômico, a retomada do desenvolvimento que gera emprego, o combate à fome – e o PPA 2000/2003 não vai nessa direção.

parência, da soberania nacional e do desenvolvimento da nossa indústria.

Por isso, Sr. Presidente, estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Convido os Srs. Senadores a comparecerem ao plenário da Câmara. Haverá votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Fernandes, do PFL do Maranhão.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PFL – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero ressaltar a importância da Internet nas escolas públicas. Já perdemos recursos, no ano passado, destinados à universalização da informática.

Quero rechaçar os argumentos de que a verba deve ser destinada ao combate da malária e da fome. É fato que essas mazelas devem ser banidas do Brasil, mas temos de reconhecer a importância do fundo criado especificamente para a universalização da informática. Precisamos correr.

Em 1999, patrocinei a aquisição de computadores para as escolas de um bairro da periferia da minha cidade, São Luís, Estado do Maranhão. Com os equipamentos, houve salto de qualidade no ensino. A associação que os recebeu já dispõe de cinco aparelhos funcionando, fruto do empenho da comunidade.

Quanto ao edital de licitação, precisamos revê-lo. Se não este, os próximos. Não devemos monopolizar o uso do Programa Windows. Temos de permitir às comunidades escolher o programa de que necessitam.

Solicito aos Srs. Senadores que venham ao plenário, a fim de que as mudanças no PPA aconteçam hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. ORLANDO FANTAZZINI (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a universalização da informática é fundamental, e o acesso a ela deve ser assegurado a todos. Entretanto, não podemos concordar com a forma com que se pretende viabilizá-lo.

O Governo quer incluir o FUST no PPA, mas, ao mesmo tempo, propõe a exclusão de 24 programas. Quero fazer menção a dois: o de combate à pobreza e o Esporte Direito de Todos.

Há mais de dez anos foi implementado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê prioridade absoluta para a criança e para o adolescente. As ações conduzidas pelo Governo Federal, porém, não

têm essa prioridade. Prova disso é a retirada do PPA do programa de combate à pobreza, novamente relegando a quarto ou quinto plano crianças e adolescentes. Temos de debater hoje formas de garantir condições mínimas de dignidade à população, em especial a essa faixa etária, muito mais afetada até pelo fato de não dispor de meios para se defender.

A hipótese de excluir do PPA o conjunto de programas que, se aplicados, garantiriam melhores condições de vida aos cidadãos, não pode ser aceita de forma alguma por esta Casa, sob a justificativa de que estaremos possibilitando a universalização do acesso à informática em nosso País. Ainda mais da forma que se pretende viabilizar esse acesso, ou seja, fazendo com que as empresas de telecomunicações forneçam o conjunto de equipamentos e que o Governo Federal despenda vultosos recursos.

Por outro lado, a manutenção de programas que atendam às necessidades da criança e do adolescente é garantia de futuro melhor e de um Brasil a ser construído a partir da formação da cidadania dessas crianças e adolescentes.

Em hipótese alguma podemos ser favoráveis a esse projeto. O Governo Federal tem de cumprir a Constituição Federal e a legislação vigente, segundo as quais a criança e o adolescente são prioridades.

Percebemos neste projeto continuidade da prática de estabelecer como prioridade o que interessa ao Fundo Monetário Internacional, às empresas, principalmente as de telecomunicações, e aos banqueiros. Este Governo neoliberal tem ampliado a miséria do povo brasileiro, desprezado nossas crianças e adolescentes, fazendo com que enveredem pelo caminho da marginalidade. Esquece-se por completo do respeito aos brasileiros, que deveriam ser sua maior preocupação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero esclarecer àqueles que nos estão assistindo através da **TV Câmara** e da **TV Senado** por que o PT tem obstruído a votação da proposta que altera o PPA.

Quem anda pelas ruas e ouve o povo sente que a sociedade brasileira deseja novos rumos para o País, um novo modelo econômico, a retomada do desenvolvimento que gera emprego, o combate à fome – e o PPA 2000/2003 não vai nessa direção.

É inaceitável que do PPA sejam retirados programas que atenderiam justamente a população que está à mercê dessa situação e que é a maior vítima do modelo que queremos modificar. Não é possível estar de acordo com algo que agrava ainda mais essa situação, principalmente no momento em que o funcionalismo público está em greve depois de tantos anos sem reposição salarial. O reajuste de 3,5% oferecido pelo Governo é, na verdade, uma agressão à dignidade dos servidores públicos federais, e o Imposto de Renda, cujo cálculo há anos não é reajustado, constitui-se numa afronta, numa apropriação indébita que atinge os assalariados brasileiros. Há uma poderosa mão no Governo com o objetivo de prensar, espremer, estrangular os que trabalham e os que estão à margem do processo produtivo deste País.

Do PPA foram retirados programas essenciais à sociedade brasileira. Depois de muita luta, apenas dois programas foram reconsiderados de um total de 27: o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário e o programa destinado aos hospitais de ensino. Queremos que outros sejam levados em consideração pelo Governo mas, infelizmente, por mais que a Oposição reclame, isso não acontece.

Não é possível que sejam retirados do PPA, como serão pelo menos até o ano de 2003, programas como o de Prevenção e Controle da Dengue e o de Prevenção e Controle da Malária, além dos serviços de saúde da Aeronáutica, Marinha e Exército. Todos eles são essenciais e há anos vêm sofrendo arrocho. Estamos na primavera. Quando chegar o verão, a queda no setor produtivo, que já está ocorrendo por causa do racionamento de energia, será ainda maior em função do número de trabalhadores que estarão em licença médica em decorrência de epidemias de dengue.

Esses programas precisam ser reativados. É preciso trabalhar preventivamente para não ficarmos apenas correndo atrás do prejuízo. Não podemos aceitar que programas de enfrentamento da pobreza, como o Esporte Direito de Todos e o Extensão Universitária, sejam excluídos do PPA.

Na época das eleições os políticos se comprometem com todos esses programas, mas, quando chegam aqui, votam contrariamente àquilo que disseram.

Esse PPA apenas aumenta o fosso entre o que a sociedade reivindica e o que efetivamente está sendo votado. Por isso o Partido dos Trabalhadores tem insistentemente obstruído esta votação. Não pode-

mos compactuar com um PPA que exclua programas essenciais para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Com a palavra o nobre Deputado Saulo Pedrosa.

O SR. SAULO PEDROSA (PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, neste breve espaço de tempo em que estou na Câmara dos Deputados, tenho observado que muitas questões enfatizadas no plenário vêm à tona pelo efeito da emoção, como acontece quando votamos projetos relativos a datas importantes, e, às vezes, esses projetos não são discutidos da forma como deveriam ser.

Preocupa-me o fato de matérias serem decididas pela emoção, porque não raro cometemos injustiças e aprovamos projetos imperfeitos.

Hoje se discutiu na Câmara dos Deputados com muita veemência a CPI das Obras Inacabadas, que tem o objetivo de investigar possíveis desvios de conduta e de recursos públicos. Estão sendo levantadas suspeitas sobre alguns dos componentes daquela Comissão, o que deixa muitos companheiros em situação vexatória.

O Relator dessa CPI é o companheiro Anivaldo Vale, homem sério, de comprovada capacidade e grande conhecedor dos problemas administrativos, inclusive nas áreas econômica e de gestão pública dos recursos administrados pelas fontes de crédito.

Em função de boatos sobre possíveis pedidos de suborno, esse valoroso companheiro, insistente e reiteradamente, pediu a sua saída da Relatoria da CPI, que hoje chegou a situação insustentável. O companheiro Anivaldo Vale tem a nossa irrestrita solidariedade, em função do que representa nesta Casa.

Embora haja suspeitas e a possibilidade de se suspender o trabalho dessa CPI, mais do que nunca, entendemos que ela tem de continuar. O fato de haver suspeita de suborno, principalmente envolvendo Deputados, é mais uma razão para que se continue a investigação até que se esclareçam os fatos. Se houver Deputados envolvidos em dolo ou crime, que sejam penalizados, assim como as empresas que tentaram subornar. Do contrário, que venham a plenário dizer o que aconteceu.

Não aceitamos que paire no ar nenhuma suspeição acerca de qualquer Deputado. Entendemos que todos têm de ser considerados inocentes até que se prove o contrário.

Portanto, Sr. Presidente, uso esta tribuna para, mais uma vez, solidarizar-me com o Deputado Anival-

do Vale, do PSDB. Para nós, S.Exa. tem conduta ilibada e é um dos Deputados mais competentes da Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Saulo Pedro-sa, o Sr. Severino Cavalcanti, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, indago a V.Exa., que assume a Presidência do Congresso Nacional pela primeira vez, qual será o tratamento regimental dado às medidas provisórias editadas antes da emenda constitucional que lhes determinou nova tramitação?

Não podemos deixar que medidas provisórias editadas anteriormente à aprovação da proposta de emenda à Constituição fiquem vagando. Há necessidade de que sejam pautadas e que, num acordo político desta Casa, sejam aprovadas ou rejeitadas. Não podemos também realizar sessão do Congresso Nacional sem que elas estejam na pauta. Há entendimento malicioso no sentido de que medidas provisórias não reeditadas, se não apreciadas por esta Casa, ficarão indefinidamente valendo, tese contra a qual me insurjo. Se não forem apreciadas, de acordo com o novo prazo ou com o anterior, serão derogadas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, há sobre a mesa projeto de resolução a respeito de medidas provisórias, que será submetido à apreciação do Plenário, de autoria das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, cuja íntegra está à disposição de V.Exa.

Segundo fui informado, cópias do projeto já foram distribuídas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, respeitosamente, recorro da decisão de V.Exa. Não há necessidade de votar projeto de resolução para tratar de medidas provisórias pendentes.

A Resolução nº 1 deve ser aplicada. Portanto, as medidas provisórias devem ser pautadas imediatamente. Em razão disso, respeitosamente – repito –, requeiro à Mesa que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, trata-se de informação da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o ilustre Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (Bloco/PFL – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, há distinção entre as medidas provisórias: as antigas e as novas. Os ritos estão estabelecidos no projeto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nada prejudicará que as antigas sejam votadas, independentemente de rito próprio, porque o novo foi definido pela emenda constitucional recentemente aprovada.

Sr. Presidente, participamos hoje de reunião que discutiu a problemática das crianças e dos adolescentes envolvidos com a prostituição e com o narcotráfico.

Não entendo por que não é realizado o flagrante preparado no caso de prostituição infantil e infanto-juvenil. Se essas crianças estão sendo aliciadas por meio de telefone ou de outros contatos, por que não se admite o rito do flagrante preparado? E, ressalte-se, flagrante preparado não é o mesmo que flagrante forjado. O preparado é aquele em que o agente da autoridade entra em contato com o aliciador de menores e pede para que contrate um menor, objetivando o flagrante. E esse procedimento deveria ser adotado pela nossa legislação como forma de ajudar no combate ao narcotráfico.

Muitos traficantes usam crianças e jovens, que, teoricamente, são inimputáveis perante a lei, não têm responsabilidade penal, o que faz com que sejam usados nesses esquemas. É difícil modificar o estatuto que demorou tanto a ser reconhecido. Podemos alterar a Lei de Entorpecentes e aumentar em até mais de um terço a pena, quando houver envolvimento de menores.

Com base na Lei de Entorpecentes, a Lei nº 6.368, de 1976, poderíamos duplicar a pena de maiores que utilizem menores em organizações criminosas, seja para roubar, seja para traficar, seja para prostituir, seja para que tipo de delito for.

Dessa maneira, daríamos um passo à frente. Impediríamos que essas organizações usassem menores para praticar delitos como furto, prostituição e narcotráfico. Poderíamos de imediato começar a pôr as idéias em prática, de modo a que pudéssemos inibir a ação de delinquentes.

Sr. Presidente, creio que em breve será criada a Comissão Permanente de Segurança e Combate ao Crime Organizado na Câmara dos Deputados. E isso será grande avanço para a Nação no combate ao crime organizado. Temos realmente de debelar as organizações criminosas, que fazem reféns nossa juventude e nossos filhos.

A instituição da Comissão Permanente de Segurança e Combate ao Crime Organizado com certeza será importante marco no combate à violência no País.

Por fim, Sr. Presidente, quero registrar que é com grande alegria que estamos sob a Presidência de V.Exa.

Parabéns e muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deputado do Moroni Torgan, agradeço a V.Exa. as palavras e o estímulo.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já são 19h48min. Portanto, o período regimental das Breves Comunicações já terminou. Podemos iniciar o processo de votação nominal, até para economizar energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço licença a V.Exa. para conceder a palavra ao Deputado Avenzoar Arruda. Em seguida, iniciaremos o processo de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o nobre Deputado Avenzoar Arruda.

O SR. AVENZOAR ARRUDA (PT – PB. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, volto a falar sobre a CPI de Obras Inacabadas.

Trata-se de questão das mais graves que enfrentam hoje a Câmara dos Deputados e o Parlamento brasileiro. Não podemos permitir que acusações envolvendo membros dessa CPI sejam motivo para encerrar os seus trabalhos. Se isso ocorrer, não mais haverá CPI em nenhuma das Casas do Congresso Nacional.

É simplesmente inaceitável que um escândalo possa encobrir outro. É inaceitável que se pare uma investigação dessa monta sobre desvios de recursos públicos em obras efetivamente inacabadas, com fortes indícios de envolvimento de empreiteiras e de autoridades, sob o argumento de que alguns mem-

bro da CPI, ainda que sejam o seu Presidente ou o seu Relator, estejam sob denúncias de que tiveram comportamento aético em relação a empresas.

O máximo que se pode fazer é, em se abrindo o processo, solicitar o afastamento das pessoas envolvidas, mas nunca comprometer a conclusão de investigação tão importante quanto essa.

Não se trata de uma CPI qualquer. Trata-se de CPI que, no meio do processo de investigação, se deparou com situação em que a relação entre o corruptor e o corrupto estava absolutamente estabelecida.

Este Parlamento tem a tradição de investigar inclusive os corrompidos, puni-los e não se acovardar e recuar, deixando de investigar os corruptores, como se no crime de corrupção não existissem o corruptor e o corrompido.

Não podemos aceitar essa situação. O instrumento maior para cumprir um dos papéis mais relevantes do Parlamento – a fiscalização do uso dos recursos públicos – é exatamente a Comissão Parlamentar de Inquérito. Abrir mão desse instrumento e aceitar ficar à mercê de denúncias outras é rebaixar, reduzir o papel do Parlamento. E não digo isso por uma CPI em particular, nem por uma gestão em especial, nem mesmo por esta Legislatura.

Aqui estou na defesa de um princípio básico: ampla e irrestrita fiscalização, a busca da verdade. A população tem o direito de conhecer a verdade sobre o que acontece no Parlamento e na sociedade. Não podemos, em absoluto, transigir numa questão como essa.

Seria aconselhável aos Parlamentares acusados tomarem a iniciativa de se dispor a ampla investigação. Mas não vamos colocar o Parlamento nessa dependência e cometer um equívoco, impedindo a prorrogação da CPI. Temos a obrigação de continuá-la, de levá-la às últimas consequências, exatamente para comprovar quem está falando a verdade e quem não está.

Já houve nas duas Casas do Congresso Nacional CPIs importantes, como a do Narcotráfico, que também foi acometida desse problema. Denúncias já foram feitas contra Parlamentares que participavam de CPIs. Qual foi o procedimento à época? Parar a CPI? Em absoluto. Não se podia proceder dessa maneira. Por que neste caso vai-se proceder assim? Não podemos tolerar isso.

Tenho certeza de que a opinião pública está de olho na Câmara dos Deputados. Temos uma decisão importante a tomar e caberá à Mesa fazê-lo. Faço questão de falar sobre o assunto nesta sessão do Congresso Nacional, porque não se trata apenas de

questão da Câmara dos Deputados, mas do Parlamento e da sociedade brasileira. É o direito à verdade. Não podemos aceitar que o povo brasileiro perca a luta contra a corrupção. Infelizmente, porém, parece que quem dirige o País também dirige a corrupção.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em turno único, no Senado Federal, do Projeto de Lei nº 31, de 2001, do Congresso Nacional, que 'Altera o Plano Plurianual para o período 2000-2003'.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei nº 31, de 2001-CN, que tem preferência regimental, as alterações decorrentes da errata apresentada e emendas destacadas, aprovadas integral ou parcialmente na Câmara dos Deputados, bem como as alterações propostas pelo Relator e lidas da tribuna, ressalvados os destaques.

Cópias das alterações encontram-se nas bancadas.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas bancadas.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco da Oposição vai pedir verificação de votação e entrará em obstrução.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL, no Senado, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PFL vota "sim".

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PSDB vota "sim".

Como vota o PMDB, no Senado?

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Será concedida a verificação solicitada.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, três Comissões do Senado estão reunidas agora. Peço, então, a V.Exa. providências para que todos os Senadores venham ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Informo a V.Exa., nobre Senador, que as providências serão tomadas e que já determinei a suspensão da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência solicita aos Srs. Parlamentares que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, certamente o **quorum** está comprometido, porque no Senado há pelo menos três Comissões em atividade.

Seria conveniente orientar as Comissões no sentido de desativarem seus trabalhos agora. Há muitos Parlamentares nas Comissões de Educação e do MERCOSUL.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Determine sejam suspensas as reuniões das Comissões em andamento, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sabemos que as campanhas estão sendo acionadas, mas gostaríamos de fazer uma indagação: por quanto tempo V.Exa. pretende manter aberto o painel? Entendemos importante que se determine um prazo razoável, na medida do que é possível.

E, sendo esta a primeira sessão do Congresso Nacional que V.Exa. preside, em nome da bancada do

PT na Câmara dos Deputados, quero fazer nossa saudação a V.Exa. por sua eleição à Presidência do Senado Federal. Manifesto nossa certeza de que V.Exa. terá, como manteve em outros cargos que ocupou, postura absolutamente representativa do Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, tivemos aqui momentos pouco à altura da Casa. O painel permanece abusivamente manifestando mais a posição e a preferência da Presidência do que realmente aquilo que seria adequado à razoabilidade.

Então, peço a V.Exa., até para firmar certa jurisprudência – claro que dentro da flexibilidade que alguns momentos podem exigir –, que fixe já, de antemão, prazo para que o painel fique aberto.

É a solicitação que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero agradecer a V.Exa. as gentis palavras e o estímulo.

O bom senso vai indicar o tempo. Vamos aguardar o necessário para realizar o nosso objetivo: a votação da matéria.

O SR. ENI VOLTOLINI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ENI VOLTOLINI (PPB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer a V.Exa. que temos grande satisfação em vê-lo na Presidência do Congresso Nacional. Acreditamos que, com a presença de V.Exa., serão resgatados todo o brilho e o dinamismo do Parlamento nacional. Para nós, Congressistas, isso é muito importante.

Desejo a V.Exa. pleno êxito, o mesmo que teve no Ministério. Aliás, não sei dizer se seria mais interessante que V.Exa. continuasse à frente do Ministério da Integração Nacional, mas, temos certeza, esteja onde estiver V.Exa. estará realizando importante trabalho para todos nós.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero informar que há poucas horas o Ministro Paulo Renato esteve no Município de Mafra, em Santa Catarina, apresentando o Projeto Bolsa-Escola.

Quero dizer a todos os Srs. Parlamentares que se encontram nesta sessão do Congresso Nacional que foi enorme a satisfação que tivemos com a presença do Ministro Paulo Renato, como também muito nos satisfizeram a ação do Ministério e do Governo Federal.

Não se trata apenas de recursos em espécie; nesses reais está a possibilidade de o jovem estar onde deveria, ou seja, na sala de aula, cumprindo o

seu papel e se preparando – assim como acontece nas grandes nações – para alcançar plena cidadania. Sabemos todos que não é possível imaginar país desenvolvido sem que seus cidadãos tenham educação. E temos consciência de que isso nem sempre tem sido permitido a inúmeras famílias, porque muitas crianças são levadas a trabalhar para prover seu sustento.

Em boa hora há firme posição do Governo Federal no sentido de que o jovem brasileiro realmente freqüente a sala de aula. Não se trata de discurso, não se trata de demagogia. Trata-se de ação positiva.

Santa Catarina, representada pelo Governador Esperidião Amin e por todos os Prefeitos da região, honrada, recebeu o Ministro Paulo Renato.

Era o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deputado Eni Voltolini, agradeço a V.Exa. o estímulo recebido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero pedir aos Srs. Deputados compreensão. Estamos em processo de votação no Senado, e é preciso que os Srs. Senadores possam exercer o seu direito de voto com tranquilidade.

O SR. WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Informo aos Srs. Senadores que, se não conseguirem votar pelo processo eletrônico, poderão, como fez o Senador Wellington Roberto, da Paraíba, declarar os seus votos à Mesa, que os anotará.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro meu voto "sim".

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estão registrados os votos dos Senadores Edison Lobão e Artur da Távola.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. RICARDO SANTOS (PSDB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Ricardo Santos vota "sim".

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Carlos Bezerra vota "sim".

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Casildo Maldaner vota "sim".

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito o curso da votação para comunicar a esta Casa que se aproxima o dia 5 de outubro, data em que nós, brasileiros, comemoraremos a promulgação da nossa Constituição e, particularmente, nós, tocantinentes, comemoraremos o aniversário do nosso Estado.

Nessa data inauguraremos a grande Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, o Aeroporto Internacional de Palmas, a ponte sobre o Rio Tocantins, que trará os trilhos da Ferrovia Norte-Sul para o nosso Estado, e dezenas de obras rodoviárias interligando os principais Municípios tocantinentes.

Sr. Presidente, sabemos que vamos contar com a presença de muitos Senadores e Deputados e, portanto, deixo registrado, nesta sessão do Congresso Nacional, que essa data é um orgulho para o Brasil e para o Estado do Tocantins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Senador Romeu Tuma? *(Pausa.)*

O Senador Romeu Tuma vota "sim".

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Sem revisão do orador.) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Ramez Tebet) – Informo ao Plenário que o Senador Fernando Bezerra vota "sim".

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para fins de orientação de bancada, a Liderança do PFL indaga à Mesa quantos Srs. Senadores informaram seu voto por meio do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A informação será fornecida a V.Exa. assim que possível. *(Pausa.)*

Até o momento, votaram quatorze Srs. Senadores.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo que o meu voto é "sim".

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que, apesar de o momento estar dedicado à votação no Senado Federal, esta é uma sessão do Congresso Nacional.

Na condição de Líder do PFL na Câmara dos Deputados, apelo aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que se encontram nas diversas dependências das duas Casas no sentido de comparecerem ao plenário. Até o momento, o painel eletrônico registrou o comparecimento de 21 Srs. Senadores. Entretanto, apenas 14 Srs. Senadores votaram. Precisamos de mais seis votos para atingirmos o **quorum** regimental.

Após votação no Senado Federal, a Câmara dos Deputados, decorrido o prazo regimental de uma hora, votará a matéria por meio de voto simbólico – é regimental o intervalo de uma hora, desde que prevaleça na Câmara dos Deputados a votação anterior.

Concluída a votação do PPA, iniciaremos a pauta de hoje, que é bastante extensa e importante para o País.

Peço, portanto, aos Srs. Congressistas que venham ao plenário. Temos de dar continuidade a esta importantíssima sessão.

Foi iniciado o trabalho da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e inclu-

sive já houve a designação dos Relatores-Setoriais. Essa Comissão já está em pleno funcionamento. Precisamos concluir a votação do PPA.

Sr. Presidente – repito –, é da maior importância concluirmos nesta noite a votação da matéria no Senado Federal, para continuarmos a votação na Câmara dos Deputados.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que registre o meu voto “sim”.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nobre Deputado Inocêncio Oliveira argumentou que haveria o interstício de uma hora do pedido de verificação no Senado Federal para qualquer outro pedido de verificação. Apesar de o Regimento Comum ser omisso em relação à questão, já há prática parlamentar estabelecida no Congresso Nacional no sentido de que o interstício vale para cada Casa em separado. E, no que se refere à Câmara dos Deputados, o pedido de verificação foi na sessão passada.

Portanto, quero trazer a V.Exa. o nosso entendimento de que, observada a praxe Parlamentar já estabelecida nesta Casa, poderá haver pedido de verificação na Câmara dos Deputados, tão logo termine a votação no Senado Federal.

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já há decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação em função de questão de ordem levantada sobre essa matéria, segundo a qual, o interstício independe das Casas. Uma votação no Congresso Nacional apenas se conclui quando votada nas duas Casas, tanto que estamos aqui para votar matéria que não se concluiu na sessão anterior justamente pela falta de votação no Senado Federal.

Está claro. Há decisão da CCJR nesse sentido. O interstício conta a partir da votação no Senado Federal por uma hora, sem verificação, porque estamos em

sessão do Congresso Nacional. Nela, apenas se conclui uma votação quando se verificam os dois casos.

Essa é a opinião da Liderança do Governo. Peço ao Sr. Presidente que assim a considere, porque isso tornará mais célere nossos trabalhos. Esta Casa quer votar para que o Brasil perceba a ação do Congresso Nacional em prol da sociedade, especialmente nessa matéria, que permitirá a inclusão do FUST no PPA.

O Programa Telecomunidade levará computadores e acesso à Internet a todas as escolas com mais de seiscentos alunos no País, indistintamente de Estados e Municípios governados por qualquer partido que seja.

A matéria que queremos votar hoje é muito importante.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho certeza de que V.Exa., na condição de Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, não vai voltar a situação que nós, Senadores, vivíamos até 1996. Refiro-me à subalternidade.

O Regimento é claro. Esta não é uma sessão plenária unicameral, mas conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os procedimentos de votação são separados. Tudo relacionado a eles deve ser considerado separadamente.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que, de forma absurda, está sendo ressuscitado nesta Casa, já foi superado por várias sessões, desde 1997, inclusive na sessão passada do Congresso Nacional, na qual houve pedido de verificação na Câmara dos Deputados e, depois, no Senado Federal, sem interstício entre uma votação e outra.

O procedimento está absolutamente coerente com o estabelecido no Regimento Comum e com o que vem sendo a prática em sessões do Congresso Nacional desde 1997. Todas as vezes em que havia pedido de verificação na Câmara dos Deputados, mesmo não havendo interstício de uma hora, poderia haver posterior pedido de verificação no Senado Federal.

Sinceramente, espero que V.Exa. não ressuscite interpretação que – insisto – estabelecia situação de subalternidade do Senado Federal em relação à Câmara dos Deputados, em que os Senadores poderiam se utilizar do anonimato, da clandestinidade, para evitar a colocação de seus votos no painel.

Esta é a deliberação que vem sendo tomada desde 1997 pelo então Presidente Antonio Carlos Magalhães e que foi mantida pelo ex-Presidente Jader Barbalho. Tenho certeza de que V.Exa., na condição de Senador e Presidente do Congresso, manterá essa óbvia interpretação.

Esta, repito, não é uma plenária unicameral. É uma sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em que as votações são feitas de forma separada. Portanto, todos os procedimentos relativos à votação, inclusive o interstício, devem ser considerados separadamente.

Sinceramente, não acredito que V.Exa. dará guarida ao casuísmo que estará sendo ressuscitado quatro anos depois. Há quatro anos, o procedimento correto é esse que estou citando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pego precisamente a parte final do discurso sempre lúcido do Líder do PT no Senado Federal para dizer que esta é evidentemente uma sessão bicameral. E, por assim ser, a conclusão da votação apenas se dá quando as duas Casas concluem – isso é óbvio – o próprio processo de votação.

Há grande diferença entre criar mecanismos que tornem impossível a decisão do Congresso Nacional e reconhecer que a obstrução é um direito legítimo e democrático, que geralmente se assegura à minoria e do qual, às vezes, até a maioria se vale, porque é legal, regimental e constitucional.

Sr. Presidente, de maneira muito serena, quero dizer a V.Exa. que meu sentimento é completamente inverso ao do nobre Líder do PT. No entanto, pelo bom senso, disciplina e respeito à autoridade constituída nesta Casa, curvar-me-ia de bom grado, por exemplo, a parecer da Comissão de Justiça do Senado Federal. Se esse parecer viesse em meu socorro, em meu favor, ficaria feliz intelectualmente. Se, por outro lado, viesse em socorro do Líder do PT, a ele me curvaria igualmente, por entender que esta Casa tem de ter regras fixas.

Se para alguns casuísmo é o que expôs o Deputado Ricardo Barros, para mim é precisamente o que tentou expor e arrazoar o nobre Líder do Partido dos Trabalhadores.

Portanto, aguardo a manifestação da Mesa, deixando claro e patente que me curvaria, disciplinada-

mente, a uma manifestação, se por ventura houvesse, da Comissão de Justiça do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, como vota V.Exa.? V.Exa. pode votar por meio do painel eletrônico ou do microfone.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Congresso Nacional é a reunião das duas Casas para deliberar sobre assunto de atribuição do mesmo. O Brasil, em vez do sistema bicameral, adotou o sistema tricameral.

Assim sendo, apesar de se votar separadamente, a votação sobre determinada matéria só se conclui quando votada nas duas Casas. Então, o interstício de uma hora deve ser contado após concluída a votação. Do contrário, não haveria sentido em se fazer reuniões conjuntas das duas Casas. Uma Casa votaria separadamente da outra.

Por isso, não há a menor dúvida, Sr. Presidente, de que o interstício de uma hora se dá após a votação na Casa seguinte.

No entanto, eu me curvarei à decisão de V.Exa., que é um homem correto, sério, interessado em defender a instituição. A praxe não pode atropelar o Regimento, não pode atropelar as leis internas que nos regem. Por isso, Sr. Presidente, deixo sob a deliberação de V.Exa.

Acredito que agora conseguimos o **quorum**. Dos Senadores presentes, 16 votaram fora do painel, que marca 25 votos. Então, já temos os 41 votos necessários para atingirmos o **quorum** no Senado Federal.

Atingido o **quorum**, passamos à matéria seguinte. Depende de decisão de V.Exa., Sr. Presidente, votarmos na Câmara os quatro destaques existentes sobre o PPA com ou sem o interstício de uma hora. Caso V.Exa. decida em contrário, iremos votar da mesma maneira. Respeitaremos a decisão de V.Exa.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar esta intervenção, até para poder recorrer à

Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados se porventura não concordar com a decisão de V.Exa. Espero que concorde.

Sr. Presidente, os prazos serão considerados, em cada caso, de per si. A Comissão de Orçamento – Comissão Mista que funciona semanalmente e da qual faço parte na condição Vice-Presidente – adota a seguinte praxe: se é pedida a verificação em uma Casa, no caso, a Câmara, imediatamente, sem interstício algum, pode-se pedir verificação também no Senado. Várias vezes fizemos isso.

Ora, esta Casa não pode ter um funcionamento contraditório, de acordo com interesses e momentos. V.Exa. foi eleito trazendo a esperança nacional de serem estabelecidos no Congresso Nacional procedimentos universais e transparentes.

A questão que levanto é no sentido de que os prazos são contados em separado, em cada Casa, na Câmara e no Senado.

É a questão que apresento a V.Exa.

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para contraditar. É evidente que, terminada a verificação na Câmara, pode-se pedir imediatamente a verificação no Senado, já que as matérias do Congresso Nacional só têm sua votação conclusa após a votação na Câmara e no Senado. No entanto, concluída a votação de uma matéria na Câmara e no Senado, só se pode pedir verificação uma hora depois. Se não houver um pedido de verificação na Câmara, e o Senado pedir em seguida, é justo fazer-se a verificação. Encerrada a votação da matéria, temos o interstício de uma hora para novo pedido de verificação. Isso é o óbvio, Sr. Presidente. Não há o que discutir.

A praxe da Comissão de Orçamento é justamente essa. Votamos na Câmara nominalmente. Encerrada a votação nominal... Estou sofrendo desleal concorrência do Senador José Eduardo Dutra, com quem divido a atenção de V.Exa. e do Plenário.

Quero dizer, Sr. Presidente, que é óbvio que a aprovação de matérias no Congresso Nacional ocorrem após votação nas duas Casas. Não fosse isso, não estaríamos aqui hoje. Teríamos votado na Câmara e encerrado a votação.

Então, após a votação na Câmara e no Senado, conclui-se a votação do mérito da matéria. E aí, sim, temos uma hora de interstício para novo pedido de ve-

rificação no conjunto das Casas, que é o Congresso Nacional.

Esse é o nosso entendimento. Aguardamos a posição favorável de V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Senador Carlos Wilson?

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE. Sem revisão do orador.) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que anuncie quando atingirmos o **quorum** de 41 Srs. Senadores, a fim de que possamos encerrar a votação, pois temos uma pauta alentada para a noite de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a votação.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Geraldo Cândido vota “não”, mas está encerrada a votação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, também quero registrar o meu voto “não”.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Osmar Dias, a ata vai registrar o seu voto, mas não vamos computá-lo, porque declarei encerrada a votação e estamos na contagem dos votos.

O SR. OSMAR DIAS – Mas é que a Oposição estava em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A ata registrará o voto de V.Exa.

O SR. OSMAR DIAS – Aproveito para comunicar que agora sou da Oposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente.

(*Procede-se à apuração.*)

LISTA DE VOTAÇÃO

	Partido	Bloco	Voto
RONDONIA			
Moreira Mendes	PFL		Sim
Total Rondonia : 1			
ACRE			
Nabor Júnior	PMDB		Sim
Tião Viana	PT	OPOSIÇÃO	Não
Total Acre : 2			
TOCANTINS			
Eduardo Siqueira Campos	PFL		Não
Leomar Quintanilha	PPB	PARTIDÁRIO	Sim
Total Tocantins : 2			
PIAUI			
Freitas Neto	PFL		Sim
Hugo Napoleão	PFL		Sim
	Partido	Bloco	Voto
Total Piaui : 2			
ALAGOAS			
Teotônio Vilela Filho	PSDB	PARTIDÁRIO	Sim
Total Alagoas : 1			
SERGIPE			
José Eduardo Dutra	PT	OPOSIÇÃO	Não
Total Sergipe : 1			
BAHIA			
Antonio Carlos Junior	PFL		Sim
Paulo Souto	PFL		Sim
Total Bahia : 2			
MINAS GERAIS			
Francelino Pereira	PFL		Sim
Total Minas Gerais : 1			
ESPIRITO SANTO			
Gerson Camata	PMDB		Sim
Total Espírito Santo : 1			
RIO DE JANEIRO			
Roberto Saturnino	PSB		Não
Total Rio de Janeiro : 1			
SÃO PAULO			
Pedro Piva	PSDB	PARTIDÁRIO	Sim
Romeu Tuma	PFL		Sim
Total São Paulo : 2			
MATO GROSSO			
Antero Paes de Barros	PSDB	PARTIDÁRIO	Sim
Jonas Pinheiro	PFL		Sim
Total Mato Grosso : 2			

DISTRITO FEDERAL

Lindberg Cury	PFL		Sim
Valmir Amaral	PMDB		Sim

Total Distrito Federal : 2**MATO GROSSO DO SUL**

Juvêncio da Fonseca	PMDB		Sim
Lúdio Coelho	PSDB	PARTIDÁRIO	Sim
Ramez Tebet	PMDB		Art.51

Total Mato Grosso do Sul : 3**PARANÁ**

Roberto Requião	PMDB		Não
-----------------	------	--	-----

Total Paraná : 1**SANTA CATARINA**

Casildo Maldaner	PMDB		Sim
Geraldo Althoff	PFL		Sim
Jorge Bornhausen	PFL		Sim

Total Santa Catarina : 3

Partido	Bloco	Voto
---------	-------	------

RIO GRANDE DO SUL

Emília Fernandes	PT	OPOSIÇÃO	Não
------------------	----	----------	-----

Total Rio Grande do Sul : 1

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa vai anunciar o resultado da votação. Foram 36 votos “sim” e 7 votos “não”.

A matéria foi aprovada no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à votação das partes destacadas.

Votação em globo das Emendas nºs 104, 111, 313 e 400 ao Projeto de Lei nº 31, de 2001-CN, destacadas com parecer favorável.

O SR. DR. ROSINHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi feita uma questão de ordem pelo Deputado Virgílio Guimarães e entendemos interessante e importante a decisão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou decidir a questão de ordem de acordo com o que está me ditando a consciência neste momento.

Entendo que o Congresso Nacional é a reunião conjunta das duas Casas e não reunião em separado. As votações ocorrem em separado, mas a reunião é conjunta. É isso o que significa Congresso Nacional.

Portanto, na votação de hoje, e até por acaso, porque ninguém é infalível nem dono da verdade, fico com a minha interpretação, que é a mesma dada certa vez pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, integrada sempre por eminentes constitucionalistas, como Josaphat Marinho, homem que muito admiro, entre outros tantos ilustres Senadores.

Trata-se de sessão conjunta. Portanto, não há que se distinguir entre Câmara e Senado para efeito de pedido de verificação de votação. Assim, só pode haver nova solicitação após decorrida uma hora do primeiro pedido deferido.

É essa a decisão.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que assinale o meu voto “não” na votação anterior.

O SR. DR. ROSINHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. acaba de responder a questão que levantei. Quero contraditar V.Exa. e fazer um recurso, com base nos arts. 43 e 131 do Regimento Comum.

O art. 43 diz que nas deliberações os votos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal serão sempre computados separadamente, conseqüentemente são votações separadas, com contagem de **quorum** e pedidos de verificação separados.

É o recurso que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Recebo o recurso de V.Exa. e o envio à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Como vota o PFL?

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o PMDB?

O SR. RENATO VIANNA (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o PSDB?

O SR. SAULO PEDROSA (PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PPB – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PPB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o Partido Social Democrata Cristão? (*Pausa.*)

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PTB vota “sim”.

Como vota o Partido Humanista da Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o Partido Trabalhista Nacional? (*Pausa.*)

Como vota o Bloco Parlamentar PL/PSL? (*Pausa.*)

Como vota o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB? (*Pausa.*)

O SR. REINALDO GRIPP (Bloco/PL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PL/PSL vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PTB já firmou voto.

Como vota o Bloco Parlamentar PDT/PPS?

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PDT/PPS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o PPB?

O SR. REINALDO GRIPP (Bloco/PL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ratificando o voto, o Bloco PL/PSL vota "sim".

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PPB - RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PPB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O PPB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o PT?

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nessa proposta de alteração do PPA, o PT está obstruindo a votação do FUST, pelas razões já expressas.

Esses destaques acolhidos pelo Relator dizem respeito a assuntos que repõem o programa, com emendas apresentadas por Parlamentares da Oposição.

Portanto, sem interromper a obstrução – que o PT retomará – e tendo em vista que nesses casos as emendas foram apresentadas por Parlamentares da Oposição, inclusive pelo Deputado Walter Pinheiro, o PT vota "sim" aos destaques acolhidos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação no Senado Federal.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não posso deixar de registrar minha perplexidade com a decisão que V.Exa. acabou de tomar em relação à questão de ordem.

Esta sessão é atípica, a votação começou primeiro no Senado. Portanto, os Senadores tiveram oportunidade de exercer plenamente o seu direito constitucional de fazer valer o seu voto nominal. Porém, a regra geral é que as votações se dêem primeiramente na Câmara dos Deputados.

O fato é que esse dito parecer da Comissão de Justiça do Senado, que não pode ser classificado como tal, porque nunca chegou a ser votado, colocava o Senado Federal em condição de subalternidade em relação à Câmara dos Deputados em sessões conjuntas.

Essa interpretação – repito – deu-se por meio de decisão do Presidente e não foi contestada, pois, em momento algum foram levantadas questões de ordem nesse sentido. A partir de 1997, foi restabelecida a igualdade entre as duas Casas, numa votação absolutamente cristalina.

V.Exa. disse tratar-se de sessão conjunta. É verdade. Mas o Regimento estabelece que, embora a sessão seja conjunta, as votações serão separadas. Assim sendo, o pedido de verificação de **quorum** e o interstício são procedimentos relativos à votação e, portanto, terão de ser considerados separadamente.

Com essa decisão, V.Exa. restabelece prática vigente até 1996 e que, felizmente, foi revogada por decisão de duas Presidências subseqüentes, e – insisto – não foi contestada. Não há conclusão relativa à decisão da CCJ, por exemplo. Durante quatro anos tivemos uma decisão contrária da Mesa, decisão essa que nunca foi contestada em questões de ordem de Senadores ou Deputados.

Lamento profundamente que V.Exa. tome tal decisão, acarretando, na prática, o retorno a uma situação de subalternidade dos Senadores em relação aos Deputados, com os Senadores se escondendo atrás do anonimato e da clandestinidade, sem a oportunidade de emitirem seus voto da mesma forma que os Deputados.

Portanto, só me resta lamentar que V.Exa. tenha tomado decisão tão infeliz ao presidir a sua primeira sessão à frente do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ver como a Comissão de Constituição e Justiça decide o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à votação da redação final.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB – MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da votação apresento questão de ordem levando em conta o art. 51, do Regimento Comum, que diz:

Art. 51 – Concluída a votação, a matéria voltará à Comissão Mista para a redação final, ficando interrompida a sessão pelo tempo necessário à sua lavratura, podendo, entretanto, ser concedido à Comissão prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para sua elaboração.

A questão de ordem que faço a V.Exa. objetiva saber se nesta primeira sessão que V.Exa. preside será respeitado o art. 51, que determina a votação da redação final pela Comissão Mista de Orçamento. Afinal, trata-se de projeto de revisão do PPA, e o art. 51 é explícito: concluída a votação, a matéria voltará à Comissão Mista.

É esta a questão de ordem que formulo a V.Exa. antes de votada a redação final.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nobre Deputado Inocêncio Oliveira, concederei primeiro a palavra ao eminente Relator, Deputado Santos Filho. Em seguida, ouviremos V.Exa.

O SR. SANTOS FILHO (Bloco/PFL – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, tendo sido aprovados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal os quatro destaques que restavam para ser analisados hoje – os quais eu havia acolhido – a matéria está definida.

Cabe agora a V.Exa. adotar decisão final com relação às questões de ordem levantadas pelos nobres Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para definir essa questão de ordem, o nobre Deputado Sérgio Miranda teria de esperar o resultado da votação da matéria, que ainda não foi concluída por V.Exa.

Os destaques com parecer contrário do Relator teriam de ser votados. Em seguida, S.Exa. poderia levantar a questão de ordem para saber se V.Exa. vai ou não dar o prazo regimental de vinte e quatro horas.

Fora isso, Sr. Presidente, seria procrastinar para que o interstício de uma hora não fosse utilizado para votação de tão importante matéria.

Cada questão de ordem deve ser apresentada no momento próprio, e não criando hipóteses sobre o que vai acontecer lá na frente, o que ainda não se definiu, pois a votação não foi concluída.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Primeiro temos de votar para, depois, decidirmos essa questão de ordem.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou lendo especificamente o art. 51. E é claro que houve alterações de plenário.

O art. 51 determina que a redação final seja dada pela Comissão Mista. Então, a redação final não pode ser votada antes de a Comissão Mista elaborá-la. Está escrito no Regimento, é a letra do Regimento, não é caso de interpretação.

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as questões de ordem sobre a redação final deverão ser feitas no momento da votação da redação final.

Vamos permitir a manifestação dos Líderes a respeito disso no momento em que chegarmos à votação da redação final.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. não pode alterar, rasgar o Regimento.

O Regimento diz, objetivamente, que, havendo alteração – e houve alteração, foi votada a alteração –, a redação final tem de ser dada pela Comissão Mista. É isso que diz o art. 51.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas, ilustre Deputado, V.Exa. não entende que temos de votar tudo primeiro?

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Não, porque a redação final não pode ser votada nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas temos de votar para, depois, votarmos a redação final.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Não, Sr. Presidente. A redação final não pode ser votada. O art. 51 diz que a redação final será dada pela Comissão Mista. A redação final tem de ser elaborada pela Comissão Mista.

O SR. SANTOS FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SANTOS FILHO (Bloco/PFL – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na condição de Relator, gostaria de prestar um esclarecimento ao nobre Deputado Sérgio Miranda, um dos Deputados que mais respeito neste Parlamento e na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Devemos votar agora os destaques que eu não acolhi e, concluído o processo, votado todo o meu relatório, aí, sim, as questões de ordem deverão ser dirimidas por V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os destaques já foram votados.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foram votados os destaques com parecer favorável. Faltam aqueles com parecer contrário.

Gostaria de ler o § 2º do art. 51 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As emendas com parecer contrário não serão votadas. É o que o Plenário precisa entender.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Diz o §2º do art. 51, Sr. Presidente:

Art. 51

§ 2º Será dispensada redação final se o projeto for aprovado sem emendas ou em substitutivo integral, e o texto considerado em condições de ser definitivamente aceito.

Esse projeto é o substitutivo integral do Relator Santos Filho aprovado na Comissão Mista. Não há razão, portanto, para que o mesmo volte à Comissão Mista para a redação final. É o substitutivo integral.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, Srs. Deputados, a Mesa está em condições de decidir.

O art. 51 já foi lido. O §1º do art. 51 diz:

Art. 51.

§ 1º Apresentada à Mesa, a redação final será lida e imediatamente submetida à discussão e votação.

§ 2º Será dispensada a redação final se o projeto for aprovado sem emendas ou em substitutivo integral, e o texto considerado em condições de ser definitivamente aceito.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, foram aprovadas quatro emendas.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Mas que foram consideradas no substitutivo apresentado na Comissão de Orçamento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Não foram consideradas; foram aprovadas com destaque... (*Tumulto.*)

Sr. Presidente, acabamos de votar os destaques. V.Exa. não reconhece que votamos os destaques?

O SR. RUBENS BUENO – E que não faziam parte do substitutivo, Deputado Sérgio Miranda. (*Tumulto.*)

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, em que documento a redação final está apresentada para ser votada?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tudo é do conhecimento do Plenário, o Relator já deu seu parecer. Colocarei em votação a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação na Câmara.

A s Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL vota "sim".

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo vota "sim". (*Tumulto.*)

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não pode. V.Exa. está rasgando o Regimento na sua primeira sessão. V.Exa. acabou de ler.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 38, DE 2001-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 31, de 2001-CN, que "Altera o Plano Plurianual para o período 2000-2003".

Relator:

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 31, de 2001-CN, que "Altera o Plano Plurianual para o período 2000-2003", apresenta, em anexo, o texto da redação final, da supramencionada proposição.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 2001. – Presidente.

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
Nº 31/2001-CN**

Altera o Plano Plurianual para o período 2000-2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Plano Plurianual para o quadriênio 2000/2003, aprovado pela Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, passa a incorporar as alterações constantes desta lei.

Art. 2º Ficam incluídos, no Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, os programas constantes do Anexo I a esta lei.

Parágrafo único. No caso do Programa de Universalização do Serviço de Telecomunicações, deverão ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de **softwares** nos sistemas operacionais

Art. 3º Ficam alteradas as denominações e objetivos dos programas constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo II a esta lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 4º Ficam alteradas as ações constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo III e IV desta lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 5º Ficam excluídos, do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, os programas, constantes do Anexo II a esta lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 6º Ficam excluídas dos respectivos programas, as ações constantes do Anexo II da Lei nº 9.989,

de 2000, na forma do Anexo VI desta lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 7º O parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.989, de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"III – adequar as metas físicas de ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações nos seus valores, ou produto, ou unidade de medida respectivos, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual."

Art. 8º O Poder Executivo, no prazo de 45 dias, a partir da publicação desta lei, publicará o Plano Plurianual 2000/2003 vigente, incorporando as alterações efetivadas por esta lei, pelas Leis nº 10.178/2001 e nº 10.265/2001, e as decorrentes das leis orçamentárias de 2000 e de 2001, e respectivos créditos adicionais.

§ 1º O documento apresentará, para cada programa e suas ações, os respectivos valores e metas físicas executados em 2000, aqueles previstos na lei orçamentária de 2001 e seus créditos e os saldos remanescentes para o biênio 2002/2003.

§ 2º Nos casos de ações incluídas no Plano Plurianual, por intermédio das leis orçamentárias ou de seus créditos adicionais, na forma do art. 7º da Lei nº 9.989/2000, deverá ser observado:

a) quando a inclusão decorrer da migração de ação já existente em outro programa, o saldo remanescente da ação migrada será transferido à nova ação;

b) quando a inclusão decorrer da aglutinação de uma ou mais ações já existentes, os saldos remanescentes das ações aglutinadas serão incorporados à ação resultante;

c) quando a inclusão decorrer de desmembramento de ação já existente, o saldo remanescente da ação desmembrada será distribuído proporcionalmente pelas ações resultantes;

d) em quaisquer das hipóteses das alíneas anteriores, será preservada a regionalização prevista nas ações envolvidas.

§ 3º O Poder Executivo publicará, periodicamente, o Plano Plurianual vigente atualizado, em especial após a edição das leis orçamentárias anuais e de leis que o revisem.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de setembro de 2001.

Anexos do PL nº 31/2001-CN (Redação Final)

Página 1 de 22

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Programa: 8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO

Objetivo: Desenvolver o comércio eletrônico mediante a instituição do arcabouço jurídico necessário

Indicador:

Número de empresas integradas ao Comércio Eletrônico

Valor anual do comércio eletrônico estimado pelas empresas locais

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

TOTAL

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

28.257 / A Estudos para a Promoção do Comércio Eletrônico unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

28.1685 P Implantação da Autoridade Certificadora Raiz da Infra-estrutura de Chaves Públicas

Brasilera - ICP - Brasil

autoridade certificadora raiz implantada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

28.2573 A Treinamento para Pequenas e Médias Empresas visando o Comércio Eletrônico

empresa beneficiária unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todas as Ações

Anexo I

		Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
		Unidade		420.000		4.100.000	
		US\$ milhão		700.000		2.700.000	
		Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Total		1.900.000	0	0	0	0	0
Recursos do Orçamento da União		1.900.000	0	0	0	0	0
Fiscal e Seguridade		1.900.000	0	0	0	0	0
Despesas de Capital		800.000	0	0	0	0	0
Despesas Correntes		1.100.000	0	0	0	0	0
Investimento Estatal		0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		1.900.000	0	0	0	0	0
TOTAL		1.900.000	0	0	0	0	0
		METAS / CUSTOS					
		Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Total		0	0	0	0	0	0
Recursos do Orçamento da União		0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
Total da Ação		0	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
Total da Ação		0	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
Total da Ação		0	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
Total da Ação		0	0	0	0	0	0

Página 2 de 22

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES

Objetivo: Ampliar a inserção do agronegócio de floricultura e plantas ornamentais, de forma competitiva, no mercado globalizado

Indicador:

Área cultivada de flores no Brasil
Consumo interno per capita anual de flores
Exportação de flores pelo Brasil

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

TOTAL

Unidade de Medida	Índice mais recente			Índice final PPA	
ha	4,850			5,820	
US\$	7,000			8,400	
US\$ milhão	13,100			20,000	
Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste
6.500.000	6.500.000	0	0	0	0
6.500.000	6.500.000	0	0	0	0
650.000	650.000	0	0	0	0
5.850.000	5.850.000	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
6.500.000	6.500.000	0	0	0	0
METAS / CUSTOS					

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

22.1687 P Assistência Técnica aos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

22.2483 A Certificação de Flores e Plantas Ornamentais unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

22.2461 A Pesquisa e Desenvolvimento de Flores e Plantas Ornamentais unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

22.1689 P Sistema de Informações Comerciais e Tecnológicas do Setor Florícola % de execução física

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

Total de todas as Ações

Total	Nacional	Norte	Nordeste
2000	2000	0	0
1.500.000	1.000.000	0	0
0	0	0	0
1.000.000	1.000.000	0	0
1.500	1.500	0	0
1.500.000	1.500.000	0	0
3.000.000	3.000.000	0	0
0	0	0	0
3.000.000	3.000.000	0	0
0	0	0	0
1.000.000	1.000.000	0	0
0	0	0	0
1.000.000	1.000.000	0	0
6.500.000	6.500.000	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; F=OPERAÇÕES FINANCEIRAS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003 Programas Finalísticos Anexo I

Programa: 8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Objetivo: Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias hidrográficas afluentes de áreas com maior densidade urbana e industrial do País

Indicador:

Carga anual poluidora abatida

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

TOTAL

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

44.3939 Campanhas para mobilização e conscientização para limpar os rios unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.1967 F Elaboração de Planos de Despoluição de Bacias Hidrográficas unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.3935 R Recuperação do Milicentris e de Mananciais em Áreas Urbanas km²

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.2905 A Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas km³/ano

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.9084 P Recuperação de Bacias Hidrográficas do Região Sudeste, carga poluidora abatida capitalizada km³/ano

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

Unidade de Medida kgPOC/dia		Índice mais recente 791.000.000				Índice final PPA 935.000.000	
		Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Total		89.156.527	0	0	3.000.000	0	0
89.156.527	0	89.156.527	0	0	3.000.000	0	0
80.156.527	0	0	0	0	0	0	0
80.156.527	0	89.156.527	0	0	3.000.000	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
74.768.874	0	74.768.874	0	0	0	0	0
163.925.401	0	160.925.401	0	0	3.000.000	0	0
METAS / CUSTOS							
Total		Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
830.000	0	830.000	0	0	0	0	0
830.000	0	0	0	0	0	0	0
250.000	0	250.000	0	0	0	0	0
250.000	0	0	0	0	0	0	0
179	0	179	0	0	0	0	0
8.307.653	0	8.307.653	0	0	0	0	0
8.307.653	0	0	0	0	0	0	0
92.517	0	92.517	0	0	0	0	0
76.768.874	0	76.768.874	0	0	0	0	0
74.768.874	0	74.768.874	0	0	0	0	0
151.537.748	0	151.537.748	0	0	0	0	0
3.000.000	0	0	0	0	3.000.000	0	0
3.000.000	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	3.000.000	0	0

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 8010 EDUCAÇÃO FISCAL

Objetivo: Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função socioeconômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.

Indicador:

Taxa de abrangência municipal
Taxa de cobertura do Programa no nos no fundamento
Taxa de cobertura do Programa no ensino médio
Taxa de qualificação de docentes em educação fiscal

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade
Despesas de Capital
Despesas Correntes
Investimento Estatal
Demais Fontes

TOTAL

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Porcentagem		15,030		32,000	
Porcentagem		4,500		15,016	
Porcentagem		1,890		6,000	
Porcentagem		2,520		6,280	
Norte		Nordeste		Centro-Oeste	
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
Sul		Sudeste		Centro-Oeste	
	0	0	0	0	0

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

25.1663 P Capacitação de Recursos Humanos para Disseminação da Educação Fiscal

pessoa capacitada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

25.1663 P Produção e Distribuição de Material para Disseminação da Educação Fiscal

material distribuído

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todas as Ações

METAS / CUSTOS

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Porcentagem		15,030		32,000	
Porcentagem		4,500		15,016	
Porcentagem		1,890		6,000	
Porcentagem		2,520		6,280	
Norte		Nordeste		Centro-Oeste	
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
Sul		Sudeste		Centro-Oeste	
	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 8028 ESPORTE NA ESCOLA

Objetivo: Estimular a prática desportiva por estudantes das instituições públicas do ensino fundamental e médio

Indicador:

Taxa de atendimento dos alunos de instituições públicas do ensino fundamental e médio

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

TOTAL

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade da Medida

51.5071 P Campanha na Área do Esporte na Escola unidade

campanha realizada

Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

51.5073 P Capacitação de Recursos Humanos em Esporte Escolar unidade

pessoa capacitada

Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

51.5085 P Concurso Técnico sobre o Esporte unidade

concurso realizado

Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

51.5075 P Edição e Distribuição de Material Técnico-Didático para o Esporte na Escola exemplo distribuído unidade

Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

		Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
		Porcentagem		Em Apuração		Em Anulação	
		Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Total		150.000.000	0	0	0	0	0
Recursos do Orçamento da União		150.000.000	0	0	0	0	0
Fiscal e Seguridade		51.400.000	0	0	0	0	0
Despesas de Capital		95.600.000	0	0	0	0	0
Despesas Correntes		0	0	0	0	0	0
Investimento Estatal		0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		150.000.000	0	0	0	0	0
TOTAL		150.000.000	0	0	0	0	0
		METAS / CUSTOS					
Total		Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Origem dos Recursos:		3.000.000	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
Total da Ação		3.000.000	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		4.000.000	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
Total da Ação		4.000.000	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		200.000	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
Total da Ação		200.000	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		16.000.000	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
Total da Ação		16.000.000	0	0	0	0	0

Anexo I

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Programa: 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES

Objetivo: Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas a competitividade de produtos e serviços de telecomunicação

Indicador: Taxa de incorporação de tecnologias desenvolvidas

Unidade de Medida: Porcentagem

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Despesa de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

TOTAL

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

41.4341 A Capacitação de Recursos Humanos em Tecnologias e Pesquisa Aplicada às

Telecomunicações

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todos os Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todos os Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas

Telecomunicações

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todos os Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas

Telecomunicações

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todos os Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas

Telecomunicações

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todos os Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas

Telecomunicações

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todos os Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas

Telecomunicações

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todos os Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas

Telecomunicações

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todos os Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas

Telecomunicações

Índice mais recente

Índice final PPA

Sul

Centro-Oeste

Sudeste

Nordeste

METAS / CUSTOS

Nordeste

Centro-Oeste

Sul

Sul

Centro-Oeste

Sudeste

Nordeste

METAS / CUSTOS

Nordeste

Centro-Oeste

Sul

Sul

Centro-Oeste

Sudeste

Nordeste

METAS / CUSTOS

Nordeste

Centro-Oeste

Sul

Sul

Centro-Oeste

Sudeste

Nordeste

METAS / CUSTOS

Nordeste

Centro-Oeste

Sul

Sul

Centro-Oeste

Sudeste

Nordeste

METAS / CUSTOS

Nordeste

Centro-Oeste

Sul

Sul

Centro-Oeste

Sudeste

Nordeste

METAS / CUSTOS

Nordeste

Centro-Oeste

Sul

Sul

Centro-Oeste

Sudeste

Nordeste

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL

Objetivo: Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado.

Indicador:

A DEFINIR

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União
Fiscal e Seguridade
Despesas de Capital
Despesas Correntes
Investimento Estatal
Demais Fontes
TOTAL

Unidade de Medida		Índice mais recente				Índice final PPA	Sul
Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul		
Total	258.005	0	0	0	0	0	0
258.005	258.005	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
258.005	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
258.005	0	0	0	0	0	0	0

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida
52.4429 A Adequação do Setor Produtivo aos Interesses da Defesa Nacional

unidade produtiva adequada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

52.5155 P Campanhas de Educação para Mobilização da Defesa Nacional

campanha realizada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional

exercício de mobilização realizado

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

52.5153 P Implantação do Sistema de Mobilização para Defesa Nacional

sistema implantado

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todas as Ações

METAS / CUSTOS

Nordeste

Sudeste

Centro-Oeste

Sul

Unidade de Medida		Índice mais recente				Índice final PPA	Sul
Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul		
Total	1	0	0	0	0	0	0
33.000	33.000	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
33.000	0	0	0	0	0	0	0
1	0	0	0	0	0	0	0
42.400	42.400	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
42.400	0	0	0	0	0	0	0
1	0	0	0	0	0	0	0
37.400	37.400	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
37.400	0	0	0	0	0	0	0
1	0	0	0	0	0	0	0
145.205	145.205	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0
145.205	0	0	0	0	0	0	0
258.005	258.005	0	0	0	0	0	0

CDS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=AÇÃO/IMPULSO, E=OPERAÇÃO, F=OPERAÇÃO, I=INICIATIVA, Q=OUTRAS AÇÕES.

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Anexo I

Programa: 8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER

Objetivo: Capacitar comunidades pobres visando a sua organização produtiva e inserção competitiva no mercado do trabalho

Indicador:

Unidade de Medida
PorcentagemÍndice mais recente
5,000Índice final PPA
30,000

TAXA DE POSTOS DE TRABALHO GERADOS POR PESSOA CAPACITADA

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

TOTAL

Total
48.680.086
48.680.086
0
48.680.086
0
48.680.086Nacional
32.597.086
32.597.086
0
32.597.086
0
32.597.086Norte
4.824.900
4.824.900
0
4.824.900
0
4.824.900Nordeste
6.433.200
6.433.200
0
6.433.200
0
6.433.200Sudeste
1.206.226
1.206.226
0
1.206.226
0
1.206.226Centro-Oeste
2.412.450
2.412.450
0
2.412.450
0
2.412.450Sul
1.206.224
1.206.224
0
1.206.224
0
1.206.224

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

53.1843 P Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

53.1859 P Geração de Empreendimentos Produtivos unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

53.2821 A Sistema de Participação Social para Geração de Emprego e Renda - SIPGER unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

53.5865 A Ações de Geração de Renda e Enfrentamento à Pobreza unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

Total de todas as Ações

METAS / CUSTOS

Norte

Nordeste

Sudeste

Centro-Oeste

Sul

Nordeste
6.433.200
6.433.200
0
6.433.200
0
6.433.200Sudeste
1.206.226
1.206.226
0
1.206.226
0
1.206.226Centro-Oeste
2.412.450
2.412.450
0
2.412.450
0
2.412.450Sul
1.206.224
1.206.224
0
1.206.224
0
1.206.224

OBS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, L= OPERAÇÕES FINANCEIRAS, Q=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL

Objetivo: Proteger os interesses de crianças e adolescentes nos processos de adoção internacional

Indicador:

Número de denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes adotados por residentes no exterior
Taxa de adoção internacional em relação à adoção nacional

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

TOTAL

AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

30.5027 P Capacitação de Técnicos que Atuam em Processos de Adoção unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

30.5028 P Estudos e Pesquisas na Área da Adoção unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

30.1775 P Instalação da unidade da Autoridade Central Federal Administrativa de Adoção de

Crianças e Adolescentes unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

30.5026 P Promoção de Eventos em Matéria de Adoção unidades

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

Total de todas as Ações

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECÍFICAS; O=OUTRAS AÇÕES

Unidade de Medida	Índice mais recente		Índice final PPA	
	Em Apuração		Em Apuração	
Unidade	50,000		40,000	
Porcentagem	Norte	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Nacional	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0
0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0
0	0	0	0	0
0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0
METAS / CUSTOS	Norte	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Nacional	0	0	0	0
700	0	0	0	0
189.000	0	0	0	0
0	0	0	0	0
189.000	0	0	0	0
/	0	0	0	0
87.000	0	0	0	0
0	0	0	0	0
87.000	0	0	0	0
27	0	0	0	0
426.311	0	0	0	0
0	0	0	0	0
426.311	0	0	0	0
2	0	0	0	0
437.300	0	0	0	0
0	0	0	0	0
437.300	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Objetivo: Garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e do valor adicionado em estabelecimentos de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidades com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial.

Indicador:

Índice mais recente

Unidade de Medida

Percentual

Índice final PPA

100,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

0,000

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas Finalísticos

Programa: 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES

Objetivo: Adequar, construir rodovias federais, e realizar infra-estrutura em portos

		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Dados Financeiros do Programa em R\$ 1								
Recursos do Orçamento da União		15.000.000	15.000.000	0	0	0	0	0
Fiscal e Seguridade		15.000.000	15.000.000	0	0	0	0	0
Despesas de Capital		0	0	0	0	0	0	0
Despesas Correntes		0	0	0	0	0	0	0
Investimento Estatal		0	0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		15.000.000	15.000.000	0	0	0	0	0
39.5850	P	Adequação de Rodovias Federais		% de execução física				
		obra executada						
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0
39.5852	P	Construção de Rodovias Federais		% de execução física				
		obra executada						
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0
39.5852	P	Infra-estrutura Portuária		% de execução física				
		obra executada						
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES

Objetivo: Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de comunicações

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1		Total					
Recursos do Orçamento da União		620.000	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
Fiscal e Seguridade		620.000	620.000	0	0	0	0
Despesas de Capital		0	0	0	0	0	0
Despesas Correntes		620.000	620.000	0	0	0	0
Investimento Estatal		0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
TOTAL		620.000	620.000	0	0	0	0

AÇÕES		METAS / CUSTOS					Sul
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
41.4303	A	Estudos para implantação do Órgão Regulador de Serviços Postais	2	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		R\$1	420.000	0	0	0	0
		R\$1	0	0	0	0	0
Total da Ação			420.000	0	0	0	0
41.4321	A	Formulação de Políticas para o Setor de Comunicações					
Origem dos Recursos:		R\$1	200.000	0	0	0	0
		R\$1	0	0	0	0	0
Total da Ação			200.000	0	0	0	0
Total de todas as Ações			620.000	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O= OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Programas de Gestão de Políticas Públicas

Anexo I

Programa: 0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Objetivo: Aumentar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo Federal e zelar pela regularidade da gestão dos administradores públicos federais

		AÇÕES		METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
25.2073	A	Avaliação da execução das ações integrantes de Programas Governamentais	unidade							
Origem dos Recursos:		ação avaliada								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	3.609.150	2.299.050	1.310.100	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		3.609.150	2.299.050	1.310.100	0	0	0	0
25.2072	A	Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais	unidade							
Origem dos Recursos:		gestão avaliada								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	7.326	6.163	163	242	319	284	125
		Demais Fontes	R\$1	11.553.521	11.553.520	0	0	0	0	0
		Total da Ação		11.553.520	11.553.520	0	0	0	0	0
25.2080	A	Sistema Informalizado da Secretaria Federal de Controle	unidade							
Origem dos Recursos:		sistema mantido								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	20.196.000	20.196.000	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		20.196.000	20.196.000	0	0	0	0	0
		Total de todas as Ações		35.358.670	34.048.570	1.310.100	0	0	0	0

OBS. TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Programas de Gestão de Políticas Públicas

Anexo I

Programa: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO

Objetivo: Ampliar a oferta de serviços públicos por meio eletrônico com vistas à melhoria da qualidade e tempestividade do atendimento ao cidadão

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1									
Recursos do Orçamento da União									
Fiscal e Seguridade									
Despesas de Capital									
Despesas Correntes									
Investimento Estatal									
Demais Fontes									
TOTAL									
AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
41.4323	A	Capacitação de Agentes envolvidos no Programa Governo Eletrônico	unidade	62.009.668	62.009.668	0	0	0	0
		agente capacitado		62.009.668	62.009.668	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	62.009.668	62.009.668	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	2.200.000	2.200.000	0	0	0	0
		Total da Ação		59.809.668	59.809.668	0	0	0	0
41.4305	A	Elaboração de Plano de Universalização do Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico		0	0	0	0	0	0
		plano elaborado		0	0	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
47.3543	P	Implementação da Rede de Comunicação Informatizada do Governo Federal - Rede de Implantação	% de execução física	392.472	392.472	0	0	0	0
		rede implantada		392.472	392.472	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	14.088.000	14.088.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		14.088.000	14.088.000	0	0	0	0
41.5051	P	Instalação de Pontos de Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico	unidade	14.271	14.271	0	0	0	0
		ponto de acesso instalado		14.271	14.271	0	0	0	0
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	R\$1	21.307.501	21.307.501	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		21.307.501	21.307.501	0	0	0	0

OBS. TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Anexo I

Programas de Gestão de Políticas Públicas

Programa: 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE

Objetivo: Contribuir, de forma permanente, para o ajuste fiscal com vistas à estabilidade econômica

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

TOTAL

Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
8.933.517	8.933.517	0	0	0	0	0
8.933.517	8.933.517	0	0	0	0	0
314.000	314.000	0	0	0	0	0
8.619.517	8.619.517	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
8.933.517	8.933.517	0	0	0	0	0

METAS / CUSTOS

Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
0	0	0	0	0	0

AÇÕES

Cód. Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

47.1777 P Avaliação do impacto da implantação da LRF

sistema implantado % de execução física

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação 1.660.000

47.1601 P Cooperação para Capacitação Municipal em Gestão Pública e Responsabilização Fiscal

município assistido unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação 2.999.017

47.1745 P Desenvolvimento de Portal de Informações Fiscais de Estados e Municípios

portal desenvolvido % de execução física

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação 350.000

47.1599 P Implementação de projetos para o desempenho fiscal da Administração Pública

tribunal de contas atendido unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação 205.500

47.7061 A Monitoramento da Evolução dos Indicadores de Desempenho Fiscal dos Municípios

estudo realizado unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação 3.719.000

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PAQUETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O= OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

TOTAL DOS NOVOS PROGRAMAS

Anexo I

Dados Financeiros Totais em R\$ 1	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Recursos do Orçamento da União							
Fiscal e Seguridade	3.618.896.342	3.572.506.942	15.561.440	15.155.374	7.982.003	6.579.307	2.111.276
Despesas de Capital	3.618.896.342	3.572.506.942	15.561.440	15.155.374	7.982.003	6.579.307	2.111.276
Despesas Correntes	2.645.487.608	2.621.129.383	8.776.342	7.403.108	3.543.043	2.696.763	1.749.279
Investimento Estatal	974.398.434	961.377.659	6.785.098	7.752.266	2.438.980	2.082.554	1.361.997
Demais Fontes	0	0	0	0	0	0	0
	76.745.534	75.568.531	504.860	367.421	0	174.823	48.899
TOTAL GERAL	3.699.641.876	3.651.076.473	16.146.300	15.522.795	7.982.003	5.754.130	3.160.175

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E=OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Anexo II

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0770	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA Garantir a realização da arrecadação tributária, promover a justiça fiscal e combater a evasão fiscal, o contrabando e o descaminho e modernizar o sistema tributário
0497	AGUAS DO BRASIL Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade
0502	AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL Promover o desenvolvimento da Amazônia, mediante o uso sustentável de seus recursos naturais
0670	ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes
0699	ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA Prestar assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA Assegurar o atendimento a crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou outras alternativas comunitárias
0065	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA Assegurar os direitos, promover condições de acessibilidade e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência
0516	BRASIL JOGA LIMPO Reduzir a geração, aumentar a taxa de coleta e de disposição final adequada, a reciclagem, o reaproveitamento e o tratamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados
0070	BRASIL JOVEM Atender jovens carentes de 15 a 24 anos em risco pessoal e social em comunidades de baixa renda
0777	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS Desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada
0252	CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS Divulgar material jornalístico sobre os atos governamentais nos campos social, político, econômico, educacional, cultural, científico, entretenimento e da utilidade pública
0904	CARTA DE CRÉDITO Ampliar o acesso à moradia e melhorar a qualidade das habitações da população urbana
0069	CESTA DE ALIMENTOS Reduzir a fome da população brasileira com carência de alimentação básica
0468	CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS Desenvolver, divulgar e utilizar o conhecimento científico e tecnológico para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros e de sua biodiversidade
0156	COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Combater a violência doméstica e sexual contra a mulher
0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária
0550	CONTROLE EXTERNO Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade, bem como auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo
0418	DEFESA COMERCIAL Defender o sistema produtivo nacional contra práticas desleais de comércio e autos de importação e prestar assistência ao exportador brasileiro submetido a processos de defesa comercial no exterior

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Anexo II

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0153	DILTESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Cobrir a violação de direitos da criança e do adolescente
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Ampliar e melhorar a oferta de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais
0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA Elevar a competitividade do setor frutícola
5005	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA Ampliar a produção brasileira de açúcar e de álcool
0419	DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS Promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio do crédito e da capacitação gerencial
0045	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO Contribuir para a oferta de vagas no ensino médio e promover a melhoria de sua qualidade
0094	DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável do Entorno do Distrito Federal
0776	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional
9698	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II Desenvolver a infra-estrutura turística da Região Nordeste
0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODCECER Estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados
0779	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO Garantir o adequado funcionamento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro
0077	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Bacia do Itabaipana, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0079	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada das Mangabeiras, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0080	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARAPIPE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada do Araripe, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0093	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA CARAVIEIRA NORDESTINA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Zona da Mata Caraviéira Nordeste, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0076	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião de Águas Emendadas, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Anexo II

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0074	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Alto Solimões, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0078	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Bico do Papagaio, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0090	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DA RIBEIRA E GUARACUQUECABA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale da Ribeira e Guaracuéçaba, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0082	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0091	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Rio Acre, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0092	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGÓ Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Xingó, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0075	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0081	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0120	DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA Contribuir para o desenvolvimento social da faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, buscando sua ocupação e utilização de forma compatível com a importância territorial estratégica
0467	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR Gerar conhecimentos e desenvolver produtos e serviços, aplicáveis na saúde, no meio ambiente e no setor produtivo, utilizando tecnologia nuclear
0154	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS Promover, garantir e defender os direitos individuais, coletivos e difusos da população brasileira, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania
0283	DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ALCOOL Oferecer melhor infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível
0052	EDUCAÇÃO AMBIENTAL Promover a conscientização, capacitação e mobilização dos diversos segmentos da sociedade para prevenção e solução dos problemas ambientais
0638	ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO Formar e capacitar recursos humanos com estudos em todos os níveis, necessários para a defesa terrestre
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS Melhorar a qualidade do ensino fundamental

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Anexo II

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0180	FUNDO SOLIDÁRIO Diminuir a situação de exclusão de idosos acima de 60 anos e de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva
0500	FLORESTAR Aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas e manejadas
0506	FLORESTAS SUSTENTÁVEIS Promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses dos usuários dos recursos com a necessidade de conservação
0774	FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS Melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados e Municípios na área fiscal, contribuindo para o ajuste fiscal e preservando a racionalização e transparência na sua aplicação
0773	GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estado
0825	GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas
0276	GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de energia
0771	GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO Garantir o cumprimento dos índices de metas para a inflação definidos pelo Governo Federal
0802	GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL Elaborar, gerir a execução e avaliar os resultados do Plano Plurianual, visando à melhoria da qualidade do gasto público
0795	GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO Garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União
0792	GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA Promover a melhoria da gestão pública, visando à ampliação dos resultados para o cidadão
0311	GESTÃO URBANA E METROPOLITANA Aumentar a eficiência e a eficácia da gestão urbana e metropolitana e da qualidade e produtividade dos serviços urbanos
0285	INDÚSTRIA PETROQUÍMICA Aumentar a oferta de produtos básicos da indústria petroquímica para atendimento ao mercado
0796	INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS Fornecer informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e geográfica e ambiental
0805	INFRA-ESTRUTURA URBANA Contribuir para a melhoria da qualidade da vida nas cidades, mediante a reestruturação de sua infra-estrutura urbana
0641	INTELIGÊNCIA NACIONAL Desenvolver atividades de inteligência de interesse do Estado e da Sociedade
0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM Promover o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, elevando os níveis de produção e produtividade agrícola, com a consequente melhoria das condições de vida do homem do campo

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Anexo II

Revisão Proposta
Programa / Objetivo

0415	JOVEM EMPREENDEDOR Criar oportunidades de trabalho para jovens com dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou sem experiência no mercado formal
0168	LIVRO ABERTO Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário
0813	MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade;
0128	MORAR MELHOR Contribuir para a redução do déficit habitacional quantitativo e qualitativo da população em estado de exclusão social
0665	NACIONAL ANTIDROGAS Prevenir o uso indevido de substâncias que causem dependência física ou psíquica e promover o tratamento, a recuperação e a reinserção social de indivíduos com transtornos decorrentes do uso dessas drogas
0228	NAVEGAÇÃO INTELIOH Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco até sua transferência para a iniciativa privada
0514	NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Araguaia-Tocantins
0513	NOSSOS RIOS: PARAIBA DO SUL Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Paraíba do Sul
0507	NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio São Francisco
0089	NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO Elevar o número de trabalhadores colocados pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira temporária ao trabalhador
0810	PBQP - HABITAT - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT Melhorar a qualidade e a produtividade do setor de construção habitacional
0006	PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização
0002	PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES Reduzir a mortalidade por doenças transmitidas por vetores
0509	PROBLEMA DA AMAZÔNIA Promover o desenvolvimento da bioindústria na Amazônia, tendo por base a biodiversidade, a aplicação da biotecnologia e a ampliação das oportunidades de investimento na região
0758	PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA Suprir o meio circulante com cédulas e moedas e atender ao mercado de documentos de segurança
0373	PRODUTIVIDADE DA CITRICULTURA Elevar a produtividade da citricultura brasileira mediante o monitoramento e o controle das pragas de maior impacto na exploração e que restringem a comercialização do produto
0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS Elevar a produtividade das oleaginosas mediante melhoramento genético, controle de pragas e incorporação de novas tecnologias

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Anexo II

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0479	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PETROLÍFERO Promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico aplicados na indústria do petróleo e gás natural
0496	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA Contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira de prussias ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente
0007	QUALIDADE DO SANGUE Garantir a qualidade e a auto-suficiência em: sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos
0793	QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão
0775	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO Aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal
0803	RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO Ampliar as fontes de recursos não-fiscais para financiamento de programas e de outras oportunidades de investimentos a eles associados
0288	REFINO DE PETRÓLEO Ampliar e otimizar o parque de refino, adequando-o para maximizar o processamento de petróleo nacional e atender às exigências ambientais e de qualidade do mercado
0119	SANEAMENTO BÁSICO Prover saneamento básico em municípios com menos de 30.000 habitantes para eliminar as condições ambientais responsáveis pela ocorrência de agravos ou que ofereçam riscos iminentes ao seu aparecimento
0122	SANEAMENTO É VIDA Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico pelas concessionárias públicas e privadas
0666	SEGURANÇA DO CIDADÃO Reduzir a criminalidade
0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos
0637	SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, seus dependentes e efetuar o controle das condições de saúde de
0756	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA Desenvolver e operar sistemas de informação e informática em parceria com o setor privado, para atendimento de necessidades do Governo Federal e aperfeiçoamento da qualidade dos seus serviços
0751	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO Desenvolver e manter sistemas de informação e informática contratados por órgãos responsáveis pela gestão das finanças públicas e por sistemas estruturadores e integradores do Governo Federal
0255	SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO Promover maior abrangência e disponibilidade dos serviços de radiodifusão
0254	TELEFONIA FIXA Garantir a prestação do serviço telefônico fixo comutado em localidades com população superior a 100 habitantes
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA Contribuir para a universalização do ensino fundamental, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.
0289	TRANSPORTE AUTOMÓVEL DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL Ampliar a infraestrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, visando o atendimento do mercado

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Anexo II

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0230	TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS Atender ao mercado de transporte marítimo para movimentação de petróleo e derivados
5003	TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO Melhorar a qualidade e a produtividade na prestação do serviço público de transporte rodoviário urbano nos Municípios com população superior a 75 mil habitantes
0024	VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS Evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade e segurança dos produtos para consumo humano
0257	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES Garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimento de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidades com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial.

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Anexo III

0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Sudeste	Centro-Oeste	Sul
6333	O	AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS <i>pesquisa autorizada</i>	<i>Unidade</i>									
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0	0	0
6334	O	AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS <i>maintenance de obra de arte e ofício</i>	<i>Unidade</i>									
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0	0	0
6335	O	AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS <i>projeto autorizado</i>	<i>Unidade</i>									
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0	0	0

ORÇ.: TIPO DE AÇÃO: P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E-OPERAÇÕES ESPECÍFICAS; O-OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003									
Ações Alteradas									
Anexo III									
0233 - CORREDOR MERCOSUL									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cod	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS	Sudeste	Sul
7331 0 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL									
Trecho União									
Revisão	Recursos do Orçamento da União		R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta	Demais Fontes		R\$1	546.960.000	0	0	0	0	546.960.000
Total da Ação				546.960.000	0	0	0	0	546.960.000

CBS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, ASATIVIDADE; E= DIFERENÇAS ESPECÍFICAS; C=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Anexo III

0235 - CORREDOR NORDESTE													
PROGRAMA / AÇÕES													
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS		Sudeste	Centro-Oeste	Sul		
RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE													
100% do orçamento													
7325	O			R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	1.128.476.000	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	1.128.476.000	0	0	1.128.476.000	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1.128.476.000	0	0	1.128.476.000	0	0	0	0	0	0

Obs.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E=OBRIGAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Anexo III

0236 - CORREDOR OESTE-NORTE		PROGRAMA / AÇÕES		Unidade de Medida	Total	Nacional	METAS / CUSTOS				Sul
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto					Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste		
7302	0	ADEQUAÇÃO E MELHORAMENTOS DO PORTO DE MAHAUS PARA PASSAGEIROS									
		Objeto do Orçamento									
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1		0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1		15.751.000	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação			15.751.000	0	0	0	0	0	0

CBS - TIPO DE AÇÃO: 0=PROJETO; 1=ATIVIDADE; 2=OPERAÇÕES ESPECIAIS; 3=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas
Anexo III

0231 - CORREDOR TRANSMETROPOLITANO												
PROGRAMA / AÇÕES												
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Sul		
7329	0	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	% de execução física									
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0		
		Demais Fontes	R\$1	301.423.000	0	0	0	0	301.423.000	0		
		Total da Ação		301.423.000	0	0	0	0	301.423.000	0		

OBS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, C=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Anexo III

Ações Alteradas

0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA										
PROGRAMA / AÇÕES										
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	METAS / CUSTOS				Sul
6108	O	HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA COM OS BLOCOS ECONÔMICOS				Norte	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	
Unidade:										
Forma publicada										
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Anexo III

Ações Alteradas

0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
9522	O	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	Unidade							
		Orçamento construído								
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0
		Total da Ação		47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0
9515	O	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUDESTE	Unidade							
		aeroporto reformado/ampliado								
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	705.380.987	0	0	0	705.380.987	0	0
		Total da Ação		705.380.987	0	0	0	705.380.987	0	0
9514	O	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	Unidade							
		aeroporto reformado/ampliado								
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	195.337.455	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0
		Total da Ação		195.337.455	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0
9513	O	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE	Unidade							
		aeroporto reformado/ampliado								
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0
		Total da Ação		9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: O=PROJETO; A=ATIVIDADE; F=CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Anexo III

Ações Alteradas

0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

		PROGRAMA / AÇÕES		Unidade de Medida	Total	METAS / CUSTOS					Sul
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto				Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
9523	O	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO									
<i>verificado e aprovado em 1999</i>											
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS1		0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS1		90.595.735	0	0	80.529.542	10.066.193	0	0
		Total da Ação			90.595.735	0	0	80.529.542	10.066.193	0	0

CBS.: TIPO DE AÇÃO: P- PROJETO; A-ATIVIDADE; F- COTAÇÕES ESPECIAIS; ORÇAMENTOS ALCRES

PPA 2000/2003									
Ações Alteradas									
Anexo III									
0420 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Sul
0893	O	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS							
		Recuperação	Rm						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS1	43.021.111	0	0	43.021.111	0	0
		Total da Ação		43.021.111	0	0	43.021.111	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas
Anexo III

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS				
9998 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II								
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sul
9302	O	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	km					
		<i>trecho construído</i>						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$ *	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$:	31.752.000	31.752.000	0	0	0
		Total da Ação		31.752.000	31.752.000	0	0	0
9306	O	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	Unidade					
		<i>habitantia beneficiado</i>						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	95.067.000	95.067.000	0	0	0
		Total da Ação		95.067.000	95.067.000	0	0	0
9324	O	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	UMD					
		<i>FAMÍLIA BENEFICIADA</i>						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	63.315.000	63.315.000	0	0	0
		Total da Ação		63.315.000	63.315.000	0	0	0
0887	O	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	km					
		<i>trecho recuperado</i>						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	31.563.000	31.563.000	0	0	0
		Total da Ação		31.563.000	31.563.000	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OBRIGATOES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Anexo III

Ações Alteradas

0297 - ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS				PROGRAMA / AÇÕES		METAS / CUSTOS					Sul	
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total		Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste		
7352	O	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE (PA) DE 11.000 MW	Unidade									
estudo realizado												
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0		0	0	0	0	0	0	
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0		0	0	0	0	0	0	
Total da Ação				0		0	0	0	0	0	0	

GRS: TIPO DE AÇÃO P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECÍFICAS, O OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003									
Ações Alteradas									
Página: 12/21									
Anexo III									
0358 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS		Sul
0753	0	VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS	Unidade				Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste
Revisão									
Proposta									
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	472.334.400	0	06.828.000	61.500.000	106.560.000	161.286.400
		Total da Ação		472.334.400	0	66.828.000	61.500.000	106.560.000	161.286.400

Página: 13/21
Anexo III

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

0780 - GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS										
PROGRAMA / AÇÕES										
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			
7635275842309										
7635275842309										
Revisão Proposta	O	ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE MERCADO	Unidade							
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

OBS: TIPO (1) AÇÃO; P-PROJETO; A-ATIVIDADE; E-OPERAÇÕES ESPECÍFICAS; O-OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Página: 14/21

Anexo III

Ações Alteradas

0011 - PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA

PROGRAMA / AÇÕES												
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Sul		
6118	0	APOIO A ONCOLOGIA PEDIÁTRICA - PROJETO CRIANÇA E VIDA										
Crianças em tratamento oncológico												
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0	0	

CBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=A+INICIATIVA; E= CONTRAÇÃO E SERVIÇOS; O= OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Página: 15/21
Anexo III

0009 - PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
7701	O	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS LABORAIS PARA AUXILIARES DE ENFERMAGEM							
Norma publicada									
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO, P. ORÇETO, A-ATIVIDADE; U = UNIDADES, N = NÚMERO, O = OUTRAS AÇÕES

Página: 16/21

PPA 2000/2003

Anexo III

Ações Alteradas

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tip	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
7527	O	APOIO TÉCNICO AOS ESTUDOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E À RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	Unidade						
		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
6705 - INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO									
		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
6703 - INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS									
		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
6704 - INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS									
		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, F=OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

Página: 17/21

Anexo III

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
7903	O	NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)	Unidade						
		<i>norma publicada</i>							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
7904									
O NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS									
		<i>norma publicada</i>	Unidade						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
7905									
O NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE									
		<i>norma publicada</i>	Unidade						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
7906									
O NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES									
		<i>norma publicada</i>	Unidade						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

DES.: TIPO DE AÇÃO, P.: PROJETO, A: ATIVIDADE, E+: O: FRAÇÕES ESPECIAIS, O: OUTRAS AÇÕES

Página: 18/21
Anexo III

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

0221 - QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO										
PROGRAMA / AÇÕES										
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Sul
							Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	
7526 ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS										
x c/c atividade										
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7523 IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS										
autoridade portuária implantada										
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7524 OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR										
outorga concedida										
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7525 PARCERIAS EM PORTOS										
parceria realizada										
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

Obs. TIPO DE AÇÃO: P - PROJETO; AT - ATIVIDADE; E - OUTRAS AÇÕES ESPECIAIS; O - OUTRAS AÇÕES

Página: 19/21
Anexo III

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

0226 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade da Medida	METAS / CUSTOS					
7522	O	CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	km	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
Revisão		Recursos do Orçamento da União		0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

OBS: TIPO DE AÇÃO: P=PROPOSTA, O=ORÇAMENTAL, F=OUTROS, E=EXERCÍCIO DE CANCELAMENTO

PPA 2000/2003

Atções Alteradas

Página: 21/21

Anexo III

0520 - TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

PROGRAMA / AÇÕES			METAS / CUSTOS							
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Dados Financeiros Totais Revisão em R\$ 1										
Recursos do Orçamento da União				Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Fiscal e Seguridade				0	0	0	0	0	0	0
Despesas de Capital				0	0	0	0	0	0	0
Despesas Correntes				0	0	0	0	0	0	0
Investimento Estatal				0	0	0	0	0	0	0
Demais Fontes				4 577 599 189	221 697 000	103 606 494	2 176 212 165	1 123 430 180	243 533 750	623 120 000
Total Geral Revisão				4 577 599 189	221 697 000	190 606 094	2 175 212 165	1 123 430 130	243 533 750	623 120 000

OBS.: TIPO DE AÇÃO: 1=PROJETO; A=ATIVIDADE; F=OPERAÇÕES ESPECÍFICAS; O=OUTRAS AÇÕES

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

VALOR

AÇÃO

PROGRAMA: 0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA8632 AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DE CENTRAIS EÓLICAS NO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO
9080 LEVANTAMENTO DO POTENCIAL EÓLICO OFF SHORE NO LAGO DE SOBRADINHA NA REGIÃO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO

1.500.000

402.000

Total do Programa:

1.500.000

PROGRAMA: 0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA3583 REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DA SIF
2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR- SISCOMEX

49.412.000

77.799.634

Total do Programa:

127.211.634

PROGRAMA: 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

6312 DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA DE AGRICULTURA FAMILIAR

5.600.000

6.600.000

Total do Programa:

6.600.000

PROGRAMA: 0497 ÁGUAS DO BRASIL

3041 PROJETOS PARA PREVENÇÃO DE ENCHENTES

22.463.394

22.463.394

Total do Programa:

1.877.440

PROGRAMA: 0802 ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS

4351 DESENVOLVIMENTO DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS

1.877.440

1.877.440

Total do Programa:

1.877.440

PROGRAMA: 0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

7478 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA

2.000.000

45.600.000

2398 APOIO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

25.000.000

146.700.000

7482 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CAJU

4.600.000

42.000.000

7484 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA

89.000.000

86.436.001

7487 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA FRL - CULTURA

6.900.000

440.636.001

7488 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PSICULTURA E DA AQUICULTURA

440.636.001

440.636.001

Total do Programa:

440.636.001

PROGRAMA: 0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA

1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE

92.877

411.231

504.108

Total do Programa:

504.108

Elaboração: COFFICD CONORISE PRODASEN - 001 - Rel Programa/Ação ANEXO IV
Backup/PPA REVISÃO II

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

AÇÃO	Em R\$ 1,00	
		VALOR
PROGRAMA: 0156 COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER		
001 CONSTRUÇÃO DE CASA-ABRIGO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA		16.679.000
Total do Programa:		16.679.000
PROGRAMA: 0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
2669 COMBATE AO TRAFICO ILICITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES		4.937.762
2680 COMBATE AO TRAFICO ILICITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES		41.822.000
Total do Programa:		46.759.762
PROGRAMA: 8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO		
2517 ESTUDOS PARA A PROMOÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO		600.000
1695 IMPLANTAÇÃO DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAZ DA INÍCIA E SÍMBOLO DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - COP- BRASIL		1.000.000
2923 TREINAMENTO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, VISANDO O COMÉRCIO ELETRÔNICO		300.000
Total do Programa:		1.900.000
PROGRAMA: 0071 COMUNIDADE ATIVA		
6001 APOIO A PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO		2.500.000
Total do Programa:		2.500.000
PROGRAMA: 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		
5781 CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		16.026.000
5781 CONSTRUÇÃO DE CONTOURNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		33.292.900
7254 DERROCAMENTO DO ACESSO AO QUILÇO 107 DO PIEN PETROLÉO (PORTO DE NAQUILVA)		2.000.000
Total do Programa:		51.317.900
PROGRAMA: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE		
5711 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE		388.577.600
Total do Programa:		388.577.600
PROGRAMA: 0230 CORREDOR LESTE		
5776 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE		549.200.000
5793 AMPLIAÇÃO DO PORTO DA BARRA DO RIACHO		15.465.800
5756 CONSTRUÇÃO DE INTERLIGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR LESTE		56.445.200
5704 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE		291.015.000
Total do Programa:		912.206.100
PROGRAMA: 0233 CORREDOR MERCOSUL		
5727 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL		684.816.500

Elaboração: COFFICOD CONOMIST PRODASTIN - 001 - Rel Programa/Ação ANEXO IV
Backup/PPA/REVISAO II

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

AÇÃO	Em R\$ 1,00	VALOR
PROGRAMA: 0233 CORREDOR MERCOSUL		
5581 CONSTRUÇÃO DE CANTO D'ÁGUA FERROVIÁRIAS NO CORREDOR MEROSUL II	7.784.170	
5724 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MEROSUL	17.259.000	
1225 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MEROSUL	57.138.100	
7331 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MEROSUL	4.150.000	
5707 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MEROSUL	442.858.800	
7276 CARGAGEM DE APILOT UNDALENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	5.500.000	
7284 MELHORAMENTOS E APLICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	16.500.000	
Total do Programa:	2.473.004.120	
PROGRAMA: 0235 CORREDOR NORDESTE		
5728 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	830.248.300	
5686 AMPLIAÇÃO EM 140 METROS DO DAI COMERCIAL DO PORTO DE NATAL (RN)	2.000.000	
5799 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR NORDESTE	10.500.000	
5708 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS DO CORREDOR NORDESTE	331.775.931	
5864 MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE NATAL	29.269.666	
7325 RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	19.000.000	
5680 RECUPERAÇÃO DO MOLHE DE PROTEÇÃO DO PORTO DE MACÉI (AL)	7.000.000	
5388 RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CADEDEI	41.000.000	
Total do Programa:	1.331.400.897	
PROGRAMA: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE		
5796 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE	812.769.442	
Total do Programa:	812.769.442	
PROGRAMA: 0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO		
5795 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	31.000.000	
5703 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	337.660.806	
Total do Programa:	368.660.806	
PROGRAMA: 0232 CORREDOR SUDESTE		
5706 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDESTE	183.535.000	
Total do Programa:	183.535.000	
PROGRAMA: 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO		
5726 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	211.425.000	
5944 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS EM IMOG DAS CRUZES	20.457.700	
Total do Programa:	231.882.700	
Total do Orçamento:	7.111.425.000	

Elaboração: COFFICD CONORISF - PRODASE N. 001 - Rel Programa Ação ANEXO IV

Backup/PPA - REVISÃO II

Pág. 3 de 13

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	
Total do Programa:	237.942.700
PROGRAMA: 0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	
7057 IMPLANTACAO DE UNIDADE DE AQUICULTURA EM FAZENDAS DE PROJETOS DE REORCAO	2.465.000
9524 PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DA AQUICULTURA	87.946.359
Total do Programa:	89.831.359
PROGRAMA: 0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIACAO CIVIL	
3121 CONSTRUCAO E REFORMA DE INSTALACOES PARA O SISTEMA DE AVIACAO CIVIL	25.615.000
Total do Programa:	25.615.000
PROGRAMA: 0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIIRA	
9104 FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS EM MELHORIA DA QUALIDADE DO CAFE - RESPONSAVEL FUNDACAO	1.000.000
Total do Programa:	1.000.000
PROGRAMA: 0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	
6123 CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCACAO ESPECIAL	1.884.110
8127 FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	65.993.007
3206 PESQUISAS PARA A EDUCACAO ESPECIAL	999.087
6131 PRODUCAO E DISTRIBUICAO DE CONHECIMENTO SOBRE EDUCACAO ESPECIAL	456.375
6141 QUALIFICACAO DO PORTADOR DE DEFICIENCIA PARA INSERCAO NO MERCADO DE TRABALHO	319.234
Total do Programa:	69.253.813
PROGRAMA: 8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES	
1687 ASSISTENCIA TECNICA AOS PROPRIETARIOS DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	1.000.000
2493 CERTIFICACAO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	4.800.000
2461 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	3.000.000
1689 SISTEMA DE INFORMACOES COMERCIAIS E TECNOLOGICAS DO SETOR FLORICOLA	1.000.000
Total do Programa:	6.500.000
PROGRAMA: 0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	
4243 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM FRUTICULTURA	95.899.357
Total do Programa:	95.899.357
PROGRAMA: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	
9522 CONSTRUCAO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARACAJUA-TOLANTINS	2.000.000

Elaboração: COFFICD - CONORSE - PROJASE/N-001 - Rd Programação Anexo IV
Revisão: RPPA - REVISÃO II

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

VALOR

AÇÃO

PROGRAMA: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	
1615 MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM SALVADOR	30.000.000
9510 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO CIXO SUL	14.000.000
Total do Programa:	46.000.000
PROGRAMA: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	
9100 IMPLANTAÇÃO DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO EM PETROLINA - PE	6.600.000
3114 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR	85.890.414
5081 MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPÍTAIS DE ENSINO	16.109.457
6348 PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PE*	5.500.000
4004 SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	16.825.857
Total do Programa:	130.425.728
PROGRAMA: 0420 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR	
9106 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL	3.000.000
Total do Programa:	3.000.000
PROGRAMA: 0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	
2818 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	3.000.000
Total do Programa:	3.000.000
PROGRAMA: 8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	
3039 CAMPANHAS PARA MOBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA LIMPAR OS RIOS	830.000
1907 ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	250.000
9084 RECUPERAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO SUDOESTE	3.000.000
3905 RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E DE MANANCIAIS EM ÁREAS URBANAS	8.307.653
2905 REMOÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	76.788.874
Total do Programa:	89.156.527
PROGRAMA: 8010 EDUCAÇÃO FISCAL	
1665 CAPTAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL	3.370.320
1683 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PARA DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL	2.686.936
Total do Programa:	6.039.256
PROGRAMA: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES	
7157 APROVEITAMENTO DA ENERGIA EÓLICA	5.700.000

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

VALOR

AÇÃO

PROGRAMA: 0103	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	
7764	APOIO A PROJETOS DE PARCERIA PARA CRIAÇÃO DE EMPRESAS/EMPREGO E RENDA	2.200.000
Total do Programa:		2.200.000
PROGRAMA: 0360	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	
9096	APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL NA REGIÃO SUL	2.000.000
Total do Programa:		2.000.000
PROGRAMA: 8006	GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	
4303	ESTUDOS PARA IMPLANTATION DO ORGÃO REGULADOR DE SERVIÇOS POSTAIS	420.000
4321	FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O SETOR DE COMUNICAÇÕES	800.000
Total do Programa:		620.000
PROGRAMA: 0782	GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	
2073	AValiação DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	3.600.750
2072	AValiação DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS	11.553.520
2080	SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE	20.194.000
Total do Programa:		35.358.670
PROGRAMA: 0310	GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
3982	ESTUDOS PARA REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITAL	15.748.000
Total do Programa:		15.748.000
PROGRAMA: 0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	
4029	CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.036.885
Total do Programa:		4.036.885
PROGRAMA: 8007	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	
5013	CAPACITAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	1.982.837
3983	ESTUDOS PARA A OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	2.203.285
5005	IMPLANTATION E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSIÇÃO FINAL E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	15.652.922
3985	IMPLANTATION E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇAS QUE VIVEM DO LÍQUIDO	14.036.884
Total do Programa:		33.875.738
PROGRAMA: 0311	GESTÃO URBANA	

Pag 7 de 13

Elaboração: COFFICD CONORSEF PRODASEN - 001 - Rel Programa/Ação ANEXO IV
Backup/PPPA REVISÃO II

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

VALOR

AÇÃO

PROGRAMA: 0311 GESTÃO URBANA	
0993 AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO - INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REG. A. J. DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - SC	1.020.000
Total do Programa:	1.020.000
PROGRAMA: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO	
4323 CAPACITAÇÃO DE AGENTES ENVOLVIDOS NO PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO	8.771.695
4305 ELABORAÇÃO DE PLANO DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	392.472
3543 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - RIGOT (GOVERNO)	14.088.000
5051 INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	21.307.501
3549 INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL	9.800.000
3553 PROMOÇÃO DO USO DE SISTEMAS DE ATEENDIMENTO AO CIDADÃO POR MEIO ELETRÔNICO	7.600.000
Total do Programa:	62.000.668
PROGRAMA: 0046 HOSPITAIS DE ENSINO	
3045 APLICAÇÃO DE HOSPITAIS DE ENSINO	11.010.000
4509 APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	133.800.000
4013 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMPLIADOR AL PARA A POPULAÇÃO	473.412.486
7086 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DOS HOSPITAIS DE ENSINO	6.000.000
3094 EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS DE ENSINO	35.500.000
4086 FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	15.523.131
3710 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A HOSPITAIS DE ENSINO	47.920.000
3186 REFORMA DE HOSPITAIS DE ENSINO	6.485.000
Total do Programa:	860.150.617
PROGRAMA: 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES	
5850 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	5.000.000
5852 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	5.000.000
7040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	5.000.000
Total do Programa:	15.000.000
PROGRAMA: 0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
1920 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	654.293.000
Total do Programa:	654.293.000
PROGRAMA: 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	
4341 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM TECNOLOGIAS E PESQUISA APLICADA AS TELECOMUNICAÇÕES	38.786.125
0305 FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICAÇÕES	76.392.200
Total do Programa:	115.178.325
Elaboração: COFFICD CONORSEF PROBASEN - 001 - Rel Programa/Ação ANEXO IV	
Backup/PFA REVISÃO II	
Pág. 9 de 14	

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em: R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR
PROGRAMA: 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	
4043 FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES VIA FUNDAÇÃO CPQD	76.397.230
4333 FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICAÇÕES	100.980.826
9094 IMPLANTAÇÃO DE POLOS TECNOLÓGICOS NA REGIÃO SUL	1.030.396
Total do Programa:	382.961.250
PROGRAMA: 0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	
1836 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - ZUMAIS	1.443.873.619
Total do Programa:	1.443.873.619
PROGRAMA: 7006 LUZ NO CAMPO	
1494 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL 13.192-KM	156.590.900
Total do Programa:	156.590.900
PROGRAMA: 0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	
2834 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	1.917.582.955
Total do Programa:	1.917.582.955
PROGRAMA: 0637 MANUTENÇÃO DA REDE HOSPITALAR DAS FORÇAS ARMADAS	
1723 AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES MÉDICO-HOSPITALARES	6.000.000
3104 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE UTI MÓVEL	1.600.000
2359 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO	127.950.366
5582 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA RIOMÉDICA	555.044
7888 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA	45.623.932
6533 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA	14.298.261
2887 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO	618.000.417
Total do Programa:	814.028.020
PROGRAMA: 0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL	
3573 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR	6.568.136
Total do Programa:	6.568.136
PROGRAMA: 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	
4429 ATRACÇÃO DO SETOR PRODUTIVO AOS INTERESSES DA DEFESA NACIONAL	33.000
5155 CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO DA DEFESA NACIONAL	42.400
4427 EXERCÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	37.400
5153 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	145.235
Total do Programa:	258.005

Elaboração: OFFICOD CONORSE PRODASEN - 001 - Rel. Programação em ANEXO IV
Backup/PPA - REVISÃO II

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

VALOR

AÇÃO

PROGRAMA: 0128 MORAR MELHOR	
3478 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCELIAS COM INCLUSIVE - IMPOSTO PRAZ PUBLIAS	159.958.334
9987 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM REGIME DE RENTUAC	25.000.000
3958 MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	829.058.057
9986 URBANIZAÇÃO COM INCLUSÃO SOCIAL - URB/SIBRO	4.000.000
Total do Programa:	1.038.016.401
PROGRAMA: 0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO	
9903 DESASSOREAMENTO DO LEITO DO RIO SÃO FRANCISCO	1.000.000
9054 RECUPERAÇÃO DAS MATAS CILIARES	2.000.000
3026 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	40.868.115
Total do Programa:	43.868.115
PROGRAMA: 8032 OPERAÇÕES MILITARES	
6499 INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS DE FRONTEIRA	85.215.900
4229 OPERAÇÕES MILITARES COMBINADAS OJ CONJUNTAS	25.248.114
Total do Programa:	90.464.014
PROGRAMA: 8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER	
5585 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À FOME E À	30.565.056
*843 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E	1.638.300
EMPREENDEDORES	
1809 GERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS	14.474.700
2821 SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENTUA - SINGER	2.042.030
Total do Programa:	48.680.086
PROGRAMA: 0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA	
4.91 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOBRE FONTES NOVAS E RENOVÁVEIS DE ENERGIA	4.604.010
Total do Programa:	4.604.010
PROGRAMA: 0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	
9078 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DAS VARAS FEDERAIS DO TRIBUNAL DO TRABALHO NO ESTADO DO MARANHÃO	1.000.000
2002 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	231.108.138
Total do Programa:	232.108.138
PROGRAMA: 0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS POR VETORES	
4366 ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E HOMICIDAR DOS CASOS	9.587.000
POSITIVOS DE MALARIA	
3947 CAMPANHA EDUCATIVA PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	6.045.000
Total do Programa:	15.632.000

Elaboração: COFFICOR CONORSEF - 001 - Rel Programação Anexo IV

Backup/PPA - REVISÃO II

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

VALOR

AÇÃO

PROGRAMA:	0002	PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES	
4425	CONTROLE DE DOENÇAS ENTOMICAS		364.362.015
3883	DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDEMICAS DE MALARIA		20.268.290
Total do Programa:			400.426.300
PROGRAMA:	0515	PROAÇUA INFRA-ESTRUTURA	
1845	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES		453.554.199
1851	CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA		2.867.145.742
Total do Programa:			3.320.699.941
PROGRAMA:	0377	PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCCULTURA	
2176	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM OVINOCCULTURA		6.377.680
Total do Programa:			6.377.680
PROGRAMA:	0374	PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS	
1093	CONTROLE DE PRAGAS DA COTONICULTURA		17.173.570
Total do Programa:			17.173.570
PROGRAMA:	8017	PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL	
5027	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS QUE ATUEM EM PROCESSOS DE ADOÇÃO		199.000
5029	ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE ADOÇÃO		87.000
1775	INSTALAÇÃO DA UNIDADE DA AUTORIDADE CENTRAL E GERAL A ADMINISTRAÇÃO DA ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		426.311
5025	PROMOÇÃO DE EVENTOS EM MATÉRIA DE ADOÇÃO		437.300
Total do Programa:			1.139.611
PROGRAMA:	0496	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	
6009	LEVANTAMENTO DOS DADOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS NA AMAZÔNIA LEGAL		2.000.000
Total do Programa:			2.000.000
PROGRAMA:	0501	QUALIDADE AMBIENTAL	
2008	RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE		33.000.000
Total do Programa:			33.000.000
PROGRAMA:	9990	RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE	
1777	AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DA LBI		1.680.000
1601	COOPERAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO MUNICIPAL EM GESTÃO FISCAL E RESPONSABILIDADE FISCAL		2.999.017
1745	DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE INFORMAÇÕES FISCALIS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS		350.000
1599	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		205.500

Elaboração: COFFICD CONORISF - PRODASEN - 001 - Rel Programática Anexo IV
Revisão: RPPA - REVISÃO II

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

VALOR

AÇÃO

PROGRAMA: 9990	RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE	3.715.900
2941	MONITORAMENTO DAS VOTAÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL - 2000/2003	8.933.517
Total do Programa:		3.715.900
PROGRAMA: 0119	SANEAMENTO BÁSICO	3.15.535.293
5528	AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES	3.15.535.293
Total do Programa:		3.15.535.293
PROGRAMA: 0122	SANEAMENTO É VIDA	6.800.000
5992	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS E RESÍDUOS SÓLIDOS EM OUTRAS BACIAS	6.800.000
Total do Programa:		6.800.000
PROGRAMA: 0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	4.545.693.571
0513	AUMENTAÇÃO ESCOLAR	3.105.566.485
0044	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	1.726.307.401
0519	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA E INÍCIA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 8.433)	9.379.587.437
Total do Programa:		9.379.587.437
PROGRAMA: 0222	TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	32.000.000
1044	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE CURITIBA	7.000.000
7342	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE GOIÂNIA (GO)	15.000.000
1046	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	54.000.000
Total do Programa:		54.000.000
PROGRAMA: 0410	TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO	103.526.379
2435	CAMPANHA PARA A PROMOTÃO DO TURISMO INTERNO	199.831.040
5099	CAPACITAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS NA ÁREA DO TURISMO	117.065.720
0409	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	20.690.000
1145	DESENVOLVIMENTO DA ATRAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	11.867.951
1009	ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SECTORES TURÍSTICOS	13.151.562
2437	FORMAÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DO PAÍS NO LATE RIOR	6.826.108
5701	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	49.803.810
1987	ROTEIROS TURÍSTICOS PARA O BRASIL	112.711.918
2301	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	633.078.486
Total do Programa:		633.078.486
PROGRAMA: 0257	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	
Elaboração: COFFICD CONORISF PROJASEN - 001 - Nel Programação ANEXO IV		Pág. 12 de 13
Backup/PPA REVISÃO II		

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

VALOR

AÇÃO

PROGRAMA: 0257	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	703.673.100
1319	IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA	435.438.300
1323	IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM LOCALIDADES ONDE O USO DE OUTROS SERVIÇOS NÃO POSSA SER RECUPERADO COM SUA EXPLORAÇÃO COMERCIAL	1.623.091.600
1321	IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS	24.000.000
4459	MONITORAMENTO DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	2.686.000.000
Total do Programa:		

PPA 2000/2003

Programas Excluídos

Anexo V

Código / Programa

- 0910 - ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS
- 0772 - ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA
- 0055 - ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
- 5001 - ATENDIMENTO À MULHER
- 0804 - BRASIL EM AÇÃO
- 0811 - COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PORTOS
- 0911 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS
- 0053 - EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA
- 0054 - EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL
- 0809 - ENFRENTAMENTO À POBREZA
- 0182 - ESPORTE DIREITO DE TODOS
- 0050 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
- 0754 - GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS
- 0394 - PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE
- 0015 - PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE
- 0014 - PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA
- 0312 - REESTRUTURAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS
- 0634 - SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA
- 0635 - SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA
- 0624 - SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO
- 0165 - TURISMO CULTURAL
- 0422 - TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL
- 0423 - TURISMO NO NORDESTE
- 0425 - TURISMO NO SUDESTE
- 0424 - TURISMO NO SUL

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003

ANEXO VI

AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

PROGRAMA: 0910 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

5830 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS
 5851 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA REGIÃO SUDESTE
 5868 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CAPACIDADE DE RODOVIAS

PROGRAMA: 0772 ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

3583 REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DOS POSTOS ADUANEIROS
 2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR - SISCOMEX

PROGRAMA: 0655 ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

4029 CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 5001 ATENDIMENTO À MULHER

7517 CONSTRUÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER

PROGRAMA: 0804 BRASIL EM AÇÃO

4251 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS
 4074 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO BRASIL EM AÇÃO

PROGRAMA: 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

6332 AJTORZAÇÃO DE EIA-RIMA DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS
 6334 AJTORZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS
 6335 AJTORZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PATRIMÔNICOS

PROGRAMA: 0811 COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PORTOS

1040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA

PROGRAMA: 0071 COMUNIDADE ATIVA

1843 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPROFESSORES, DIRETORES DE AJTORIADOROS ORGANIZACIONAIS E EMPREENDEDORES
 1859 GERAÇÃO DE EMPREENDEIMENTOS PRODUTIVOS
 2821 MANUTENÇÃO DO SIPGER - SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

PROGRAMA: 0911 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

5852 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS
 5867 ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

PROGRAMA: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

9522 CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOPANTINS
 9515 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SULDESTE
 9514 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOPANTINS
 9513 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE
 9523 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO

PROGRAMA: 9998 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE

2302 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

Elaboração: COFFICOD PRODASEN - 001 - Rel. Programação - ANEXO VI
 Backup/PPA/REVISÃO II

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003

ANEXO VI

AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

PROGRAMA: 9998 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE

9906 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANTEAMENTO BÁSICO

9974 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

9987 RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS

PROGRAMA: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

7090 IMPLANTAÇÃO DE CAMPUS AVANÇADOS DE UFRPE, NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO, NO BIPOLO PETROLINA, ESTADO DE PERNAMBUCO E JUAZEIRO, ESTADO DA BAHIA

PROGRAMA: 0420 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR

0803 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

PROGRAMA: 0053 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

3004 CAPACITAÇÃO A DISTÂNCIA PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA DA SURDEZ

3056 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SURDEZ

3083 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

2996 FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

3059 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DA SURDEZ

3086 PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS, CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NA ÁREA DA SURDEZ

3070 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

PROGRAMA: 0054 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL

2999 FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL

1519 GRAVAÇÃO DE LIVROS E TEXTOS PARA AJUDA DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL

3058 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DA VISÃO

3084 PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL

PROGRAMA: 0809 ENFRENTAMENTO À POBREZA

5565 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA

7490 CONCESSÃO DE BOLSA ESCOLA

PROGRAMA: 0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

0753 VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUDALINOS

PROGRAMA: 0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS

8664 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE

1935 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE

1920 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE E LAZER

3985 CONCURSO TEMÁTICO SOBRE ESPORTE

4412 FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE

1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE

8663 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE LAZER AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

1623 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NA ÁREA DO ESPORTE

1624 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NA ÁREA DO ESPORTE

Elaborado: COFFICOD CONORSEF PROLIASEN - 001 - Rel. Programa/AC36 - ANEXO VI
 Revisão: PPA - REVISÃO II

ANEXO VI

AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2000/2003

PROGRAMA: 0060	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
4604	FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
3081	PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E CIENTÍFICOS
PROGRAMA: 0754	GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS
4250	AValiação INDEPENDENTE DE DESEMPENHO CUSTO EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
3533	Capacitação DE SERVIDORES NA MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
3544	Implantação DAS GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS
3555	Revisão E INFORMATIZAÇÃO DOS SUPRIMENTOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
PROGRAMA: 0780	GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS
6106	acompanhamento SISTEMÁTICO DE MERCADO
PROGRAMA: 0773	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO
2273	AValiação DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTERVENIENTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS
2072	AValiação DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS - FENRAPS
2580	SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE
PROGRAMA: 0792	GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA
3543	Implantação DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO
3549	Integração DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL
PROGRAMA: 0793	MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO CIDADÃO
3553	PROMOÇÃO DO USO DE SISTEMAS DE ADEQUAMENTO AO CIDADÃO POR MEIOS ELETRÔNICOS
PROGRAMA: 0394	PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE
3557	CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE
3559	Capacitação DE MULTIPLICADORES PARA ORIENTAÇÃO NO CONSUMO
6133	Capacitação PARA GESTÃO PELA QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
3573	Implantação DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO
1000	MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE
3576	PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA ESCLARECIMENTO DAS DECISÕES DE CONSUMO
3694	QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA PESQUISA AGROPECUÁRIA
3990	QUALIDADE E PRODUTIVIDADE PARA A AGRICULTURA
PROGRAMA: 0015	PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE
3847	CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE E SUA ESCHE ALARGUELA
5508	ERRADICAÇÃO DO AFÍDIO AEGYPTI PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE
PROGRAMA: 0014	PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALARIA
4326	DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CASOS DE MALARIA
3883	ORIENTAÇÃO E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDÊMICAS DE MALARIA
4356	PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILIAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALARIA
PROGRAMA: 0011	PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA
Elaboração: COFFCO CONORSE/ PROANEN - 001 - Reelaboração - ANEXO VI	
Atualização: REVISÃO II	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003

ANEXO VI

AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

PROGRAMA: 0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA

6136 APOIO À ONCOLOGIA PEDIÁTRICA - PROJETO GRIANCA E VICA

PROGRAMA: 0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

7701 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS LABORAIS PARA AUXILIARES DE ENFERMAGEM

PROGRAMA: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL

7527 APOIO TÉCNICO AOS ESTUDOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E À RECUPERAÇÃO DE LUNDOS GALVANIZADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

6705 INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO

6703 INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS

6704 INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À ADOÇÃO DE PADRÕES DE PROTEÇÃO E CONTROLE NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS

7903 NORMAS DE ESTÁBULO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM EMPRESAS (ISO 14001)

7904 NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVADAS OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS

7905 NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE

7906 NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLÍMEROS, ORGÂNICOS E INORGÂNICOS

PROGRAMA: 0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

7528 ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS

7523 IMPLANTÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS

7524 OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR

7525 PARCERIAS EM PORTOS

PROGRAMA: 0312 REESTRUTURAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS

0270 FINANCIAMENTO E INSTAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COLETORES E REDE DE ESGOTOS E EFICIENTES

3982 REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITAIS

PROGRAMA: 0634 SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA

3563 AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO E DE INSTALAÇÕES MÉDICAS HOSPITALARES

3164 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE UTÍLÍMÓVEL

2659 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR DE CURTO

3564 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES MÉDICAS REFINADAS EM LOCAIS ISOLADOS

2888 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA

PROGRAMA: 0635 SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA

2658 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR DE CURTO

5592 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA BIOMÉDICA

6533 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA

PROGRAMA: 0624 SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO

2659 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR DE CURTO

2687 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO

PROGRAMA: 0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA

7522 CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOS

Elaboração: COFFICE CONORSE PRODASEN - 031 - do Programa Ação - ANEXO VI
 Backus/PPA - REVISÃO II

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003
ANEXO VI
AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

PROGRAMA: 0520 TRANSPosição DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

7910 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE AQUICÇÃO AOS CENTROS DE MANDA DE IRRIGAÇÃO
 7899 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE AQUICÇÃO AOS CENTROS URBANOS

PROGRAMA: 0165 TURISMO CULTURAL

4464 APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO CULTURAL
 1558 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A DIFUSÃO DO TURISMO CULTURAL
 1504 CAPACITAÇÃO DE INSTRUTORES E GUIAS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO CULTURAL
 7977 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A ÁREA DO TURISMO CULTURAL
 7993 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL SOBRE O TURISMO CULTURAL EM SITES HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS
 7979 ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA CESSAÇÃO DE PROPRIEDADES PARA EMPREENHOS TURÍSTICOS
 7987 IDENTIFICAÇÃO DE PÓLOS DE TURISMO CULTURAL
 5397 IMPLEMENTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM SITES HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO CULTURAL
 8268 PESQUISA DE SÍTOS ARQUEOLÓGICOS
 6360 PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO
 4465 PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO CULTURAL
 1538 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO
 5825 RECUPERAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE CIDADES, PROPRIEDADES E MONUMENTOS DA UNIDADE DE INTERESSE TURÍSTICO
 1648 RESTAURAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO CULTURAL
 1535 REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO DE ÁREAS DETERMINADAS DE INTERESSE TURÍSTICO CULTURAL

PROGRAMA: 0422 TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL

7923 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE
 7873 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE
 7914 CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS TURÍSTICOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE
 7933 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA
 5768 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NOVOS SEMIOTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE
 3794 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE
 2303 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE

PROGRAMA: 0423 TURISMO NO NORDESTE

7879 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO NORDESTE
 7875 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO NORDESTE
 1141 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA
 5768 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NOVOS SEMIOTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO NORDESTE
 3796 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO NORDESTE
 2305 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO NORDESTE

PROGRAMA: 0425 TURISMO NO SUDESTE

7895 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUDESTE
 7893 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUDESTE
 1143 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE

Elaboração: COFFICOD CONORSE PRODUSEN - 001 - Rel Programa Ação - ANEXO VI
 BACEN/PPA/REVISÃO II

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003

ANEXO VI

AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

PROGRAMA: 0425 TURISMO NO SUDESTE

- 7897 ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS BURN-INTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUDESTE
- 7898 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUDESTE
- 2308 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE

PROGRAMA: 0424 TURISMO NO SUL

- 7891 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUL
- 7871 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUL
- 1745 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL
- 7929 DESENVOLVIMENTO DE POLOS DE TURISMO
- 7895 ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SÍTIOS PARA A REGIÃO SUL
- 7877 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUL
- 2307 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUL

Documentos Auxiliares aos Anexos do PL nº 31/2001-CN

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0040	ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM Assegurar a equidade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno no ensino fundamental	TODA CRIANÇA NA ESCOLA Contribuir para a universalização do ensino fundamental, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.
0770	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA Garantir a realização da arrecadação tributária, modernizar o sistema tributário e promover a justiça fiscal	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA Garantir a realização da arrecadação tributária, promover a justiça fiscal e combater a evasão fiscal, o contrabando e o descaminho e modernizar o sistema tributário
0497	ÁGUAS DO BRASIL Contribuir para a melhoria da qualidade e da quantidade de água	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade
0802	ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS Alocar estrategicamente recursos para o desenvolvimento sustentável do País	GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL Elaborar, gerir a execução e avaliar os resultados do Plano Plurianual, visando à melhoria da qualidade do gasto público
0502	AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL Promover o desenvolvimento da Amazônia com o uso sustentável de seus recursos naturais	Promover o desenvolvimento da Amazônia, incluindo o uso sustentável de seus recursos naturais
0775	ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO Aumentar a arrecadação da dívida ativa da União e melhorar a cobrança dos créditos da	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO Aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal
0670	ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS Garantir proteção especial a testemunhas e vítimas sobreviventes de crimes	Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes
0667	ATENÇÃO À CRIANÇA Assegurar o atendimento a crianças carentes de até 6 anos em creches e pré-escolas	Assegurar o atendimento a crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou outras alternativas comunitárias
0065	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA Assegurar os direitos e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência.	Assegurar os direitos, promover condições de acessibilidade e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência
0516	BRASIL JOGA LIMPO Reduzir a geração, aumentar a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados	Reduzir a geração, aumentar a taxa de coleta e de disposição final adequada, a reciclagem, o reaproveitamento e o tratamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados
0777	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS Desenvolver recursos humanos do Governo Federal, mediante formação de carreiras e educação continuada	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS Desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0252	CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS Divulgar informações sobre os atos governamentais nos campos social, político, econômico e cultural	Divulgar material jornalístico sobre os atos governamentais nos campos social, político, econômico, educacional, cultural, científico, entretenimento e de utilidade pública
0904	CARTA DE CRÉDITO Reduzir o déficit habitacional qualitativo e quantitativo da população urbana com renda mensal de até 20 salários mínimos	Ampliar o acesso à moradia e melhorar a qualidade das habitações da população urbana
0070	CENTROS DA JUVENTUDE Atender a jovens menores de 24 anos em risco pessoal e social em comunidades de baixa renda	BRASIL JOVEM Atender jovens carentes de 15 a 24 anos em risco pessoal e social em comunidades de baixa renda
0069	CESTA DE ALIMENTOS Reduzir a parcela da população brasileira com carência de alimentação básica	Reduzir a fome da parcela da população brasileira com carência de alimentação básica
0468	CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS Desenvolver pesquisas para a exploração sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade e para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros	Desenvolver, divulgar e utilizar o conhecimento científico e tecnológico para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros e de sua biodiversidade
0156	COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER Combater a violência doméstica contra a mulher	Combater a violência doméstica e sexual contra a mulher
0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA Impedir a disseminação de pragas e doenças na agropecuária	Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária
0550	CONTROLE EXTERNO Zelar pela proibição na aplicação dos recursos públicos federais e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo	Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade, bem como auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo
0418	DEFESA COMERCIAL Proteger o sistema produtivo nacional contra práticas desleais do comércio internacional	Defender o sistema produtivo nacional contra práticas desleais de comércio e surtos de e prestar assistência ao exportador brasileiro submetido a processos de defesa comercial no exterior
0153	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Combater a violação dos direitos da criança e do adolescente	Cobrir a violação de direitos da criança e do adolescente
0699	DEFESA JURÍDICA GRATUITA Garantir prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, ao cidadão necessitado	ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA Prestar assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da

importação

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0774	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS Melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados e Municípios na área fiscal, contribuindo para o ajuste fiscal e possibilitando a racionalização e transparência na sua	FORTEALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Ampliar e melhorar a oferta de oportunidades de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais	Ampliar e melhorar a oferta de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais
0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA Elevar a competitividade do setor frutícola	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUITA
5005	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCRO-ALCOOLEIRA Manutenção e ampliação da produção brasileira de açúcar e álcool	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA Ampliar a produção brasileira de açúcar e de álcool
9998	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE Desenvolver a infra-estrutura turística da Região Nordeste	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PROJETUR II
0419	DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS Promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio da ampliação das linhas de crédito, acesso a novas tecnologias e capacitação gerencial	Promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio do crédito e da capacitação gerencial
0045	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO Contribuir para a oferta de vagas no ensino médio	Contribuir para a oferta de vagas no ensino médio e promover a melhoria de sua qualidade
0776	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL Assegurar condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do sistema financeiro	Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional
0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PHODECER Estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial na região dos cerrados	Estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados
0779	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E PLANOS DE SAÚDE Garantir o adequado funcionamento e o desenvolvimento dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e planos de saúde	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO Garantir o adequado funcionamento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro
0077	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Bacia do Itabapoana, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social, crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0079	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada das Mangabeiras, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0080	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA CHAPADA DO ARAPIPE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARAPIPE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada do Arapipe, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0081 RIO	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0093	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0076	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião de Águas Emendadas, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0074	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Alto Solimões, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0078 PAPAGAIO	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Bico do Papagaio, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0082	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO JEQUÍTI/INHONHA F. DO MUCURI Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUÍTI/INHONHA F. DO MUCURI Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0090 RIBEIRA E	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA/GUARAQUEÇABA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DA GUATACUECABA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale da Ribeira e Guataqueçaba, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0091 ACRE	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO RIO ACRE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Rio Acre, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0092	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO XINGÓ Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGÓ Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Xingó, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0075 FRONTEIRA	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE DO MERCOSUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0120	DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA Contribuir para o desenvolvimento social da faixa de fronteira de 150 Km de largura, fixando o homem à terra e contribuindo para a solução do problema do êxodo populacional em direção às metrópoles regionais ou nacionais	Contribuir para o desenvolvimento social da faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, buscando sua ocupação e utilização de forma compatível com a importância territorial estratégica
0467	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR Desenvolver conhecimentos em uso de tecnologia nuclear, criando condições para geração de novos produtos e serviços	Gerar conhecimentos o desenvolver produtos e serviços, aplicáveis na saúde, no meio ambiente e no setor produtivo, utilizando tecnologia nuclear
0154	DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS Conscientizar a Sociedade Brasileira sobre seus direitos individuais, coletivos e difusos	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS Promover, garantir e defender os direitos individuais, coletivos e difusos da população brasileira, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0263	DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS, GÁS NATURAL E ALCOOL Oferecer melhor serviço ao cliente na distribuição de derivados, gás natural e álcool	DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ALCOOL Oferecer melhor infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível
0052	EDUCAÇÃO AMBIENTAL Promover a conscientização e a capacitação da coletividade na prevenção e solução dos problemas ambientais	Promover a conscientização, capacitação e mobilização dos diversos segmentos da sociedade para prevenção e solução dos problemas ambientais
0638	ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO Formar e capacitar recursos humanos e prover altos estudos necessários para a defesa terrestre	Formar e capacitar recursos humanos com estudos em todos os níveis, necessários para a defesa terrestre
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS Contribuir para a universalização do ensino fundamental de qualidade	Melhorar a qualidade do ensino fundamental
0180	ESPORTE SOLIDÁRIO Diminuir a situação de exclusão e risco social de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva	Diminuir a situação de exclusão de idosos acima de 60 anos e de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva
0505	FLORESTAR Aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas	Aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas e manejadas
0506	FLORESTAS SUSTENTÁVEIS Promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua preservação	Promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses dos usuários dos recursos com a necessidade de conservação
0479	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO SETOR PETROLÍFERO Promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico aplicados na indústria do petróleo e gás natural	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PETROLÍFERO
0625	GESTÃO DA POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas	GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
0276	GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA E MINERAÇÃO Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de energia e de	GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de energia
0771	GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA Formular e coordenar a política econômica governamental	GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO Garantir o cumprimento dos índices de metas para a inflação definidos pelo Governo Federal

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0773	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO Aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução financeira, contábil e de controle interno, buscando maior eficiência e a melhoria do gasto público	GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estado
0792	GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA Promover a transformação da gestão pública para ampliar os resultados para o cidadão e reduzir custos	Promover a melhoria da gestão pública, visando à ampliação dos resultados para o cidadão
0311	GESTÃO URBANA Aumentar a eficiência e eficácia da gestão urbana e da qualidade e produtividade na produção de serviços de saneamento básico e transporte urbano.	GESTÃO URBANA E METROPOLITANA Aumentar a eficiência e a eficácia da gestão urbana e metropolitana e da qualidade e produtividade dos serviços urbanos
0796	INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS Fornecer informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e geocêntrica - geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental	Fornecer informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e geográfica e ambiental
0805	INFRA-ESTRUTURA URBANA Apoiar os municípios na adequação e complementação de sua infra-estrutura urbana, sobretudo pela implantação e redimensionamento de seus equipamentos urbanos básicos.	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, mediante a reestruturação de sua infra-estrutura urbana
0795	INTEGRAÇÃO ENTRE PLANO E ORÇAMENTO Promover a implantação do Plano Plurianual, integrando planejamento, orçamento e gestão	GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO Garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União
0641	INTELIGÊNCIA NACIONAL Desenvolver processos e produtos para a proteção da informação governamental classificada e das comunicações.	Desenvolver atividades de inteligência de interesse do Estado e da Sociedade
0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM Promover o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, elevando os níveis de produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida do homem do campo	Promover o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, elevando os níveis de produção e produtividade agrícola, com a consequente melhoria das condições de vida do homem do campo
0415	JOVEM EMPREENDEDOR Criar oportunidades de trabalho para jovens com vocação empreendedora	Criar oportunidades de trabalho para jovens com dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou sem experiência no mercado formal
0168	LIVRO ABERTO Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas	Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0637	MANUTENÇÃO DA REDE HOSPITALAR DAS FORÇAS ARMADAS Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas e seus dependentes	SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, seus dependentes e efetuar o controle das condições de saúde de
0285	MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA Aumentar a oferta de matérias-primas e produtos básicos da indústria petroquímica para atendimento ao mercado	INDÚSTRIA PETROQUÍMICA Aumentar a oferta de produtos básicos da indústria petroquímica para atendimento ao
0793	MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO CIDADÃO Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão	QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO
0813	MONUMENTA - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos e sítios arqueológicos de interesses históricos, criando condições para a sua sustentabilidade.	MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade
0128	MORAR MELHOR Universalizar os serviços de saneamento básico, reduzir o déficit habitacional e melhorar a infra-estrutura urbana para a população em estado de exclusão social	Contribuir para a redução do déficit habitacional quantitativo e qualitativo da população em estado de exclusão social
0665	NACIONAL ANTIDROGAS Prevenir o uso de entorpecentes e promover a recuperação de usuários de drogas.	Prevenir o uso indevido de substâncias que causem dependência física ou psíquica e promover o tratamento, a recuperação e a reinserção social de indivíduos com transtornos decorrentes do uso dessas drogas
0228	NAVEGAÇÃO INTERIOR Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco, até sua transferência para a iniciativa privada	Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco
0514	NOSSOS RIOS: ARAGUAIÁ-TOCANTINS Aplicar modelo-piloto de gestão integrada que permita o uso múltiplo dos recursos hídricos em bases sustentáveis no eixo Araguaia-Tocantins para difundir soluções inovadoras nas demais bacias	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Araguaia-Tocantins
0513	NOSSOS RIOS: PARAIBA DO SUL Aplicar modelo-piloto de gestão integrada que permita o uso múltiplo dos recursos hídricos em bases sustentáveis passível de ser adotado em situação de extrema degradação e utilização conflituosa dos corpos de água e difundir soluções inovadoras para as demais bacias	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Paraíba do Sul
0507	NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO Aplicar modelo-piloto de gestão integrada que permita o uso múltiplo dos recursos hídricos em bases sustentáveis na bacia do rio São Francisco para difundir soluções inovadoras nas demais bacias	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio São Francisco

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0039	NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO Eleva o número de trabalhadores colocados pelo SINE, reduz o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira temporária ao trabalhador, conforme previsão legal	Eleva o número de trabalhadores colocados pelo SINE, reduz o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira temporária ao trabalhador
0006	PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização	PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS
0002	PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES Reduzir a mortalidade por cólera, peste, tração, febre, oncosíntese, rava, leptospirose, leishmaniose, doença de Chagas e esquistossomose	Reduzir a mortalidade por doenças transmitidas por vetores
0609	PROBLEMA DA AMAZÔNIA Ampliar as oportunidades de investimentos na Amazônia, tendo por base a biodiversidade e a aplicação da biotecnologia, estimulando o desenvolvimento da biointústria na região	Promover o desenvolvimento da biointústria na Amazônia, tendo por base a biodiversidade, a aplicação da biotecnologia e a ampliação das oportunidades de investimento na região
0758	PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA Atender o mercado de moedas e de documentos de segurança	Suprir o meio circulante com cédulas e moedas e atender ao mercado de documentos de segurança
0373	PRODUTIVIDADE DE CÍTRICOS Eleva a produtividade da citricultura mediante o controle de pragas e emprego de novas tecnologias	PRODUTIVIDADE DA CITRICULTURA Eleva a produtividade da citricultura brasileira mediante o monitoramento e o controle das pragas de maior impacto na exploração e que restringem a comercialização do produto
0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS Eleva a produtividade das oleaginosas mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias	Eleva a produtividade das oleaginosas mediante o melhoramento genético, controle de pragas e incorporação de novas tecnologias
0810	PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT – PBQP-HABITAT Apoiar o esforço de modernização do setor da construção e da gestão urbana, por meio da melhoria da qualidade e aumento da produtividade, com vistas ao aumento da competitividade, como forma de ampliar a eficiência da construção habitacional, do saneamento e serviços de transporte urbano, reduzindo custos de manutenção das edificações, fornecimento de água e otimizando os serviços de transportes urbanos.	PBQP - HABITAT - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT Melhorar a qualidade e a produtividade do setor de construção habitacional
0094	PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável do Entorno do Distrito
0496	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA Proteger a Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente	Continuar para a proteção da Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0037	QUALIDADE DO SANGUE Garantir a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos	Garantir a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos
0803	RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO Ampliar as fontes de recursos não-fiscais para financiamento do desenvolvimento	Ampliar as fontes de recursos não-fiscais para financiamento de programas e de outras oportunidades de investimentos a eles associados
0288	REFINO DE PETRÓLEO Ampliar e otimizar o parque de refino, adequando-o às exigências ambientais e de qualidade do mercado	Ampliar e otimizar o parque de refino, adequando-o para maximizar o processamento de petróleo nacional e atender as exigências ambientais e de qualidade do mercado
0119	SANEAMENTO BÁSICO Apoiar técnica e financeiramente as ações de saneamento a partir de critérios epidemiológicos para prevenção de controle de agravos, bem assim atender municípios com até 30.000 habitantes.	Prover saneamento básico em municípios com menos de 30.000 habitantes para eliminar as condições ambientais responsáveis pela ocorrência de agravos ou que ofereçam riscos iminentes ao seu aparecimento
0122	SANEAMENTO E VIDA Melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico pelas concessionárias públicas e privadas em Municípios com população superior a 75 mil	ampliar a cobertura e melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico.
0666	SEGURANÇA DO CIDADÃO Reduzir a criminalidade nos locais de maior incidência de crimes	Reduzir a criminalidade
0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS Melhorar a qualidade dos alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos
0756	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA Desenvolver sistemas de informação e informática em parceria com a iniciativa privada	Desenvolver e operar sistemas de informação e informática em parceria com o setor privado, para atendimento de necessidades do Governo Federal e aperfeiçoamento da qualidade dos seus serviços
0751	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO Desenvolver, aperfeiçoar e manter sistemas de informação e informática contratados por órgãos governamentais	Desenvolver e manter sistemas de informação e informática contratados por órgãos responsáveis pela gestão das finanças públicas e por sistemas estruturadores e integradores do Governo Federal
0254	TELEFONIA FIXA Universalizar a prestação do serviço telefônico fixo comutado	Garantir a prestação do serviço telefônico fixo comutado em localidades com população superior a 100 habitantes

PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0289	TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL Ampliar a infra-estrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, visando a garantia ao atendimento do mercado	Ampliar a infra-estrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, visando o atendimento do mercado
0290	TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS Atender às necessidades de transporte marítimo para movimentação de petróleo e	Atender ao mercado de transporte marítimo para movimentação de petróleo e derivados
5003	TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO Melhorar a qualidade e a produtividade na prestação do serviço público de transporte rodoviário coletivo urbano nos Municípios com população superior a 75 mil habitantes.	Melhorar a qualidade e a produtividade na prestação do serviço público de transporte rodoviário urbano nos Municípios com população superior a 75 mil habitantes
0255	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO Promover maior abrangência e disponibilidade dos serviços de radiodifusão	SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
0024	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS Evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade dos produtos de consumo humano	VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS Evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade e segurança dos produtos para consumo humano

PPA 2000/2003

Ações Alteradas Documento auxiliar do Anexo III

0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade da Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Sul
6333	O	AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS	Unidade				Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
<i>pesquisa autorizada</i>										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
6334 O AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OBJECOS										
<i>documentação de obra de arte e objeto</i>										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
6335 O AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS										
<i>projeto autorizado</i>										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

OBS: TIPO DE AÇÃO: P-PROJETO, A-ATIVIDADE, E-OPERAÇÕES ESPECÍFICAS, U-OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas
Documento auxiliar do Anexo III

0233 - CORREDOR MERCOSUL											
PROGRAMA / AÇÕES											
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Centro-Oeste	Sul
033	0	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	x/m				Nordeste	Sudeste			
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	40.500.000	0	0	0	0	0	0	40.500.000
		Demais Fontes	R\$1	546.960.000	0	0	0	0	0	0	546.960.000
		Total da Ação		587.460.000	0	0	0	0	0	0	587.460.000
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	546.960.000	0	0	0	0	0	0	546.960.000
		Total da Ação		546.960.000	0	0	0	0	0	0	546.960.000

CBS: TIPO DA AÇÃO: F=PROJETO, A=ATIVIDADE, E=OPERAÇÃO, S=OUTROS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas
Documento auxiliar do Anexo III

0235 - CORREDOR NORDESTE										
PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7325	O	RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE								
		trecho recuperado	% de execução física							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$:	16.000.000	0	0	16.000.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$:	1.128.476.000	0	0	1.128.476.000	0	0	0
		Total da Ação		1.144.476.000	0	0	1.144.476.000	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$:	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$:	1.128.476.000	0	0	1.128.476.000	0	0	0
		Total da Ação		1.128.476.000	0	0	1.128.476.000	0	0	0

CBS TIPO DE AÇÃO P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas Documento auxiliar do Anexo III

0236 - CORREDOR OESTE-NORTE

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Sul
7302	O	ADEQUAÇÃO E MELHORAMENTOS DO PORTO DE MANAUS PARA PASSAGEIROS <i>obra executada</i>	% da execução física				Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$ *	3.000.000	0	3.000.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$ *	15.751.000	0	15.751.000	0	0	0	0
		Total da Ação		18.751.000	0	18.751.000	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$ *	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$ *	15.751.000	0	15.751.000	0	0	0	0
		Total da Ação		15.751.000	0	15.751.000	0	0	0	0

CUSTO TIPO DE AÇÃO: P = PROJETO; A = ATIVIDADE; E = OPERAÇÕES ESPECIAIS; O = OBRIGATORIEDADES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas
Documento auxiliar do Anexo III

0231 - CORREDOR TRANSMETROPOLITANO									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Sul
0239	O	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO <i>obra executada</i>	% de execução física						
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	US\$1	9.000.000	0	0	0	0.000.000	0
		Demais Fontes	US\$1	301.423.000	0	0	0	301.423.000	0
		Total da Ação		310.423.000	0	0	0	310.423.000	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	US\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	US\$1	301.423.000	0	0	0	301.423.000	0
		Total da Ação		301.423.000	0	0	0	301.423.000	0

OBS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E=OPERAÇÕES ESPECÍFICAS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

PROGRAMA / AÇÕES

Cód. S¹/08	Tipo O	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	METAS / CUSTOS					Sut
						Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	
HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA COM OS BLOCOS ECONÔMICOS											
norma publicada											
Unidade											
Lei PPA											
		Recursos do Orçamento da União	R\$¹	338.429	338.429	0	0	0	0	0	
		Demais Fontes	R\$¹	0	0	0	0	0	0	0	
		Total da Ação		338.429	338.429	0	0	0	0	0	
Revisão											
		Recursos do Orçamento da União	R\$¹	0	0	0	0	0	0	0	
		Demais Fontes	R\$¹	0	0	0	0	0	0	0	
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0	

OHS TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, F= OPERAÇÕES ESPECÍFICAS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Documento auxiliar do Anexo III

Ações Alteradas

0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	METAS / CUSTOS				Sul
						Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
0631	0	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	Unidade							
		aeroporto construído								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	17.500.000	0	17.500.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0
		Total da Ação		64.500.000	0	64.500.000	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS1	47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0
		Total da Ação		47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0
0615	0	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUDESTE	Unidade							
		aeroporto reformado/ampliado								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	5.500.000	0	0	0	5.500.000	0	0
		Demais Fontes	RS1	705.380.987	0	0	0	699.880.987	0	0
		Total da Ação		710.880.987	0	0	0	710.880.987	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS1	705.380.987	0	0	0	699.880.987	0	0
		Total da Ação		705.380.987	0	0	0	705.380.987	0	0
0614	0	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	Unidade							
		aeroporto reformado/ampliado								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	105.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0
		Total da Ação		105.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS1	105.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0
		Total da Ação		105.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROPOSTA; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECÍFICAS; O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003 Ações Alteradas Documento auxiliar do Anexo III

0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

		PROGRAMA / AÇÕES		Total	Nacional	METAS / CUSTOS				S/H
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade da Medida			Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
9513	O	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE <i>aeroporto reformado/ampliado</i>	Unidade							
Lei PPA										
		Recursos do Orçamento da União	RS1	15.500.000	0	15.500.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0
		Total da Ação		24.922.500	0	24.922.500	0	0	0	0
Revisão Proposta										
		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0
		Total da Ação		9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0
9523										
REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO										
<i>aeroporto reformado/ampliado</i>										
Lei PPA										
		Recursos do Orçamento da União	RS1	53.000.000	0	0	53.000.000	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	90.595.735	0	0	80.520.542	10.066.193	0	0
		Total da Ação		143.595.735	0	0	133.520.542	10.066.193	0	0
Revisão Proposta										
		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	90.595.735	0	0	201.529.142	16.384.193	0	0
		Total da Ação		90.595.735	0	0	201.529.142	16.384.193	0	0

ORÇ: TIPO DE AÇÃO: P PROJETO: AMPLIAÇÃO E/ OPERAÇÕES / S/S: CWS O-OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0420 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
0000	O	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	km						
Lei PPA									
		Recursos do Orçamento da União	R\$:	1.100.000	0	0	1.100.000	0	0
		Demais Fontes	R\$:	50.000.000	0	0	50.000.000	0	0
		Total da Ação		51.100.000	0	0	51.100.000	0	0
Revisão									
		Recursos do Orçamento da União	R\$:	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$:	43.021.111	0	0	43.021.111	0	0
		Total da Ação		43.021.111	0	0	43.021.111	0	0

CSS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, L=OPERAÇÕES ESPECÍFICAS, G=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

9998 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II

		PROGRAMA / AÇÕES		Unidade de Medida	Total	Nacional	METAS / CUSTOS				Sul
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	brecha construído				Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
9.902	O	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	km								
Lei PPA											
		Recursos do Orçamento da União	RS1		6.200.000	0	0	6.200.000	0	0	0
		Demais Fontes	RS1		31.752.000	31.752.000	0	0	0	0	0
		Total da Ação			37.952.000	31.752.000	0	6.200.000	0	0	0
Revisão Proposta											
		Recursos do Orçamento da União	RS1		0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1		31.752.000	31.752.000	0	0	0	0	0
		Total da Ação			31.752.000	31.752.000	0	0	0	0	0
9998 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO											
Unidade											
9998 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO											
Unidade											
Lei PPA											
		Recursos do Orçamento da União	RS1		9.500.000	0	0	9.500.000	0	0	0
		Demais Fontes	RS1		95.067.000	95.067.000	0	0	0	0	0
		Total da Ação			104.567.000	95.067.000	0	9.500.000	0	0	0
Revisão Proposta											
		Recursos do Orçamento da União	RS1		0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1		95.067.000	95.067.000	0	0	0	0	0
		Total da Ação			95.067.000	95.067.000	0	0	0	0	0
9998 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA											
Unidade											
Lei PPA											
		Recursos do Orçamento da União	RS1		45.200.000	0	0	45.200.000	0	0	0
		Demais Fontes	RS1		63.315.000	63.315.000	0	0	0	0	0
		Total da Ação			108.515.000	63.315.000	0	45.200.000	0	0	0
Revisão Proposta											
		Recursos do Orçamento da União	RS1		0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1		63.315.000	63.315.000	0	0	0	0	0
		Total da Ação			63.315.000	63.315.000	0	0	0	0	0

OBS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E=OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Atções Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

Página: 1/24

9998 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II

		PROGRAMA / AÇÕES		METAS / CUSTOS				
Cód	Tip	Descrição da Ação / Projeto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sul
0987	O	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	k.m					
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	6.400.000	0	0	6.400.000	0
		Demais Fontes	HS1	31.563.000	31.563.000	0	0	0
		Total da Ação		37.963.000	31.563.000	0	6.400.000	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	HS1	31.563.000	31.563.000	0	0	0
		Total da Ação		31.563.000	31.563.000	0	0	0

CP3 - TIPO DE AÇÃO: PPA/PPM/PTC A - ATIVIDADE E = OBRIGACIONES ESPECIAIS, OBRIGACIONES ALIENAS

PPA 2000/2003

Documentos auxiliares do Anexo III

Página: 1224

Ações Alteradas

0297 - ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cod	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Rate	METAS / CUSTOS	Suldeste	Sul
7339	0	ESTUDO PARA IMPLANTACÃO DE USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE (PA) DE 11.000 MW	Unidade						
estudo realizado									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	2.000.000	0	2.000.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		2.000.000	0	2.000.000	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

OBS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; F=OPERAÇÕES ESPECÍFICAS; C=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

Página: 13/24

0358 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA		PROGRAMA / AÇÕES		Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS				Sul
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto						Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste		
0753	O	VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS	Unidade vacinado									
Lei PPA				R\$1	1.000.000	0	1.000.000	0	0	0	0	0
				US\$	472.334.400	0	472.334.400	61.500.000	106.560.000	161.286.400	76.160.000	76.160.000
Total da Ação					473.334.400	0	57.028.000	61.500.000	106.560.000	161.286.400	76.160.000	76.160.000
Revisão				R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
Proposta				US\$	472.334.400	0	472.334.400	61.500.000	106.560.000	161.286.400	76.160.000	76.160.000
Total da Ação					472.334.400	0	65.828.000	61.500.000	106.560.000	161.286.400	76.160.000	76.160.000

0358 - TIPO DE AÇÃO: P-PROJETO A ATIVIDADE: P- OPERAÇÕES ESPECÍFICAS ORÇAMENTAL: AÇÕES

PPA 2000/2003

Página: 14/24

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0780 - GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS				
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Horte	Nordeste	Sudeste
6128	O	ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE MERCADO	Unidade					
Lei PPA								
		Recursos do Orçamento da União	151	338.432	338.432	0	0	0
		Demais Fontes	151	0	0	0	0	0
		Total da Ação		338.432	338.432	0	0	0
Revisão Proposta								
		Recursos do Orçamento da União	151	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	151	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Atções Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

Página: 15/24

0011 - PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA

		PROGRAMA / AÇÕES		METAS / CUSTOS				
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sul
6136	O	APOIO A ONCOLOGIA PEDIÁTRICA - PROJETO CRIANÇA E VIDA	criança/adolescente beneficiado					
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	2.000.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação		2.000.000	0	0	2.000.000	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Página: 16/24

Documento auxiliar do Anexo III

Ações Alteradas

0009 - PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS				Sul
1701	0	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS LABORAIS PARA AUXILIARES DE ENFERMAGEM	Unidade				Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste		
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	4	1	2	0	0	0	0	0
		Denais Fontes	US1	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		4	1	2	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
		Denais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0	0

OBS: TIPO DE AÇÃO: P-PROJETO, A-A-TIPODEAL, I-OPERACIONES ESPECIAIS, O-OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Página: 17/24
Documento auxiliar do Anexo III

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL										
PROGRAMA / AÇÕES					METAS / CUSTOS					
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade da Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7527	0	APOIO TÉCNICO AOS ESTUDOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E À RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELO PETRÓLEO	Unidade							
		Assistência prestada	Unidade							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
6705	0	INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO	Unidade							
		norma publicada	Unidade							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
6703	0	INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS	Unidade							
		norma publicada	Unidade							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

QBS: TIPO DE AÇÃO: PPA=LEI NO A-ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Página: 18/24

Documento auxiliar do Anexo III

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL										
PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
6704	Q	INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS	Unidade							
		norma publicada								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS¹	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS¹	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS¹	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS¹	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7903	Q	NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)	Unidade							
		norma publicada								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS¹	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS¹	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS¹	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS¹	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7904	Q	NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS	Unidade							
		norma publicada								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS¹	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS¹	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS¹	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS¹	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

NOTA: TIPO DE AÇÃO: P-PROJETO, A-ATIVIDADE, E-OPERAÇÕES ESPECÍFICAS, O-OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Página 1924

Documento auxiliar do Anexo III

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS		
7905	(1)	(2) NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE	Unidade				Nordeste	Sudeste	Sul
norma publicada									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	1	1	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
7906									
NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUIENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES									
norma publicada									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	1	1	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

0221 - QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7526	O	ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS	m²							
área arrendada										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	4	4	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		4	4	0	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7523	O	IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS	Unidade							
autoridade portuária implantada										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	4	4	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		4	4	0	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7524	O	OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR	Unidade							
outorga concedida										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	RS1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	RS1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

003 - TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, ATIVIDADE, E=OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0221 - QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO									
PROGRAMA / AÇÕES					METAS / CUSTOS				
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7125	O	PARCERIAS EM PORTOS	Unidade						
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	4	4	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		4	4	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P- PROJETO, A- ATIVIDADE, E- OPLAÇÕES ESPECIAIS, O- OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0226 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA										
PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7522	O	CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	km							
freio concedido										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, L= OPERAÇÕES ESPECIAIS, D=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003
Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0520 - TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

PROGRAMA / AÇÕES		Unidade de Medida		Total	Nacional	METAS / CUSTOS				Sul
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	% de execução física			Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
7910	O	CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS DE DEMANDA DE IRRIGAÇÃO								
<i>obra construída</i>										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	500.000	0	0	500.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0
		Total da Ação		400.500.000	0	0	400.500.000	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0
		Total da Ação		400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0
<i>% de execução física</i>										
7909	O	CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS URBANOS								
<i>obra construída</i>										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	500.000	0	0	500.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0
		Total da Ação		400.500.000	0	0	400.500.000	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0
		Total da Ação		400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0

OBS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECÍFICAS, O=OUTRAS AÇÕES

PPA 2000/2003

Ações Alteradas Documento auxiliar do Anexo III

0520 - TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

PROGRAMA / AÇÕES		Unidade de Medida
Cód	Tipo Descrição da Ação / Produto	
Dados Financeiros Totais Lei PPA em R\$ 1		
Recursos do Orçamento da União		
	Fiscal e Seguridade	
	Despesas de Capital	
	Despesas Correntes	
	Investimento Estatal	
	Demais Fontes	
	Total Geral Lei	

METAS / CUSTOS						
	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
235.376.890	676.890	39.800.000	138.400.000	16.500.000	500.000	40.500.000
233.376.890	676.890	36.800.000	138.400.000	16.500.000	500.000	40.500.000
229.700.000	0	36.800.000	138.400.000	14.500.000	500.000	40.500.000
3.676.890	676.890	1.000.000	0	2.000.000	0	0
2.000.000	0	2.000.000	0	0	0	0
4.584.578.078	221.697.000	190.636.004	2.182.121.054	1.123.430.180	243.533.750	623.120.000
4.819.964.568	222.373.890	229.406.094	2.320.591.054	1.139.930.180	244.033.750	663.620.000

	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
4.577.599.189	221.697.000	190.636.004	2.175.212.165	1.123.430.180	243.533.750	623.120.000
4.577.599.189	221.697.000	190.636.004	2.175.212.165	1.123.430.180	243.533.750	623.120.000

Sul	Sul
40.500.000	40.500.000
40.500.000	40.500.000
40.500.000	40.500.000
0	0
0	0
623.120.000	623.120.000
863.620.000	863.620.000

Dados Financeiros Totais Revisão em R\$ 1	
Recursos do Orçamento da União	
	Fiscal e Seguridade
	Despesas de Capital
	Despesas Correntes
	Investimento Estatal
	Demais Fontes
	Total Geral Revisão

METAS / CUSTOS						Sul
Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
4.577.599.189	221.697.000	190.636.094	2.175.212.165	1.123.430.180	243.533.750	623.120.000
4.577.599.189	221.697.000	190.636.094	2.175.212.165	1.123.430.180	243.533.750	623.120.000

Sul	Sul
0	0
0	0
0	0
0	0
0	0
1023.120.000	1023.120.000
823.120.000	823.120.000

005 - TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E=OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
DE ANEXO B JURIDICAIS 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

RM 1.00

[illegible]

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM DESTAQUES	VALOR
PROGRAMA: 0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO							
7482 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	25.000.000	0	-25.000.000	0	25.000.000	0	25.000.000
1483 ELETRIFICAÇÃO RURAL	146.100.000	15.586.000	-130.520.000	0	146.100.000	0	146.100.000
7484 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	4.300.000	0	-4.300.000	0	4.300.000	0	4.300.000
7082 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	42.000.000	0	-42.000.000	0	42.000.000	0	42.000.000
7481 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA	83.000.000	0	-83.000.000	0	83.000.000	0	83.000.000
1482 MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	65.436.001	15.485.913	-49.950.088	0	65.436.001	0	65.436.001
7479 REVITALIZAÇÃO DA CULTURA DO ALGODÃO	6.900.000	0	-6.900.000	0	6.900.000	0	6.900.000
Total do Programa:	440.636.001	39.330.913	-401.307.088	0	440.636.001	0	440.636.001
PROGRAMA: 0055 ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO							
4059 CONTROLE E INSERÇÃO DA ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	7.441.500	3.407.705	-4.033.855	0	0	0	0
Total do Programa:	7.441.500	3.407.705	-4.033.855	0	0	0	0
PROGRAMA: 5001 ATENDIMENTO À MULHER							
7517 CONSTRUÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER	4.200.000	0	-4.200.000	0	0	0	0
Total do Programa:	4.200.000	0	-4.200.000	0	0	0	0
PROGRAMA: 0804 BRASIL EM AÇÃO							
4251 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS	2.693.100	1.015.960	-1.677.140	0	0	0	0
1074 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO BRASIL EM AÇÃO	792.600	160.060	-632.540	0	0	0	0
Total do Programa:	3.685.700	1.175.660	-2.510.040	0	0	0	0
PROGRAMA: 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL							
6353 AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS	0	0	-0	0	0	0	0
6354 AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E LUGARES	1	0	-1	0	0	0	0
6355 AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS	1	0	-1	0	0	0	0
Total do Programa:	3	0	-3	0	0	0	0
PROGRAMA: 0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA							
1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE	0	0	92.877	0	0	0	92.877
1623 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INICIATIVAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS NO ESPORTE	0	0	411.231	0	0	0	411.231
Total do Programa:	0	0	504.108	0	0	0	504.108

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXERCÍCIO 2000 - VALOR AUTORIZADO PLPJ	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESLIGAMENTOS	VALOR APROVADO DESLIGAMENTOS EM PLENÁRIO
PROGRAMA: 0156 COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER						
2580 CRIAÇÃO DE CASA ASR AO ARAQUIENSES	12.478.000	1.610.000	1.220.000	0	0	6.678.000
Total do Programa:	12.478.000	1.610.000	4.200.000	0	0	16.678.000
PROGRAMA: 0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO						
2680 COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	3.937.762	3.937.762	0	1.026.000	0	4.937.762
2690 COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	40.822.000	0	0	1.036.000	0	41.822.000
Total do Programa:	44.759.762	3.937.762	0	2.062.000	0	46.760.000
PROGRAMA: 8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO						
7917 ESTÍMULO PARA A CRIAÇÃO DE COMÉRCIO ELETRÔNICO	0	0	600.000	0	0	600.000
7930 IMPLANTAÇÃO DA AUTOMATIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES ELÉTRICAS BRASIL (ICP - BRASIL)	0	0	1.900.000	0	0	1.900.000
8023 TREINAMENTO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS VISANDO O COMÉRCIO ELETRÔNICO	0	0	360.000	0	0	360.000
Total do Programa:	0	0	1.960.000	0	0	1.960.000
PROGRAMA: 0811 COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PORTOS						
0810 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	1.000.000	14.600.000	14.600.000	0	0	0
Total do Programa:	1.000.000	14.600.000	14.600.000	0	0	0
PROGRAMA: 0071 COMUNIDADE ATIVA						
0101 APOIO À PROJEÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRALIZADO	1.000.000	0	0	1.500.000	0	2.500.000
0302 CRIAÇÃO DE PROJETOS MULTIDISCIPLINARES DE DESENVOLVIMENTO	13.283.818	5.176.000	8.107.791	0	0	0
0503 CRIAÇÃO DE PROJETOS MULTIDISCIPLINARES DE DESENVOLVIMENTO	10.817.751	11.250.000	1.432.249	0	0	0
0601 CRIAÇÃO DE PROJETOS MULTIDISCIPLINARES DE DESENVOLVIMENTO	2.605.939	1.472.378	1.133.561	0	0	0
Total do Programa:	36.167.478	18.377.742	16.789.736	1.500.000	0	2.500.000
PROGRAMA: 0911 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS						
0902 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	161.830.901	121.830.901	154.800.000	0	0	0
0907 ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS	2.000.000	0	4.000.000	0	0	0
Total do Programa:	166.830.901	164.830.901	168.800.000	0	0	0
PROGRAMA: 0237 CORREDOR ARAQUAIA-TOCANTINS						
0231 CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAQUAIA-TOCANTINS	1.000.000	0	0	3.000.000	0	4.000.000
0232 CONSTRUÇÃO DE CONDIÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR ARAQUAIA-TOCANTINS	31.292.800	21.500.929	0	4.000.000	0	35.940.000
Total do Programa:	32.292.800	21.500.929	0	7.000.000	0	40.000.000
ELABORAÇÃO: CORREDOR PRODASIN - 001 - Rm Sotomaior da Silva						
ELABORAÇÃO: CORREDOR PRODASIN - 001 - Rm Sotomaior da Silva						

PLN 308/20

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO / PROPÓSITO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS ENTIDADES	VALOR APROVADO DOS DELEGADOS	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0237 CORREDOR ARAUÁIA-TOCANTINS							
7774 RECONSTRUÇÃO DO ACESSO AO TERMO DO PIAUÍ (PI) - PIAUÍ DO PORTO DE TAQUARANA	0	0	0	2.000.000	0	0	2.000.000
Total do Programa:							
	46.317.800	21.600.000	0	9.000.000	0	0	55.317.800
PROGRAMA: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE							
5711 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE	587.577.600	1.06.193.634	0	1.000.000	0	0	588.577.634
Total do Programa:							
	587.577.600	176.187.634	0	1.000.000	0	0	588.577.634
PROGRAMA: 0239 CORREDOR LESTE							
5725 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	343.260.000	157.500.000	0	5.000.000	0	0	348.260.000
5726 AMPLIAÇÃO DO PORTO DE PARAGUARI (MS)	11.160.000	2.650.000	0	1.000.000	0	0	12.160.000
5727 CONSTRUÇÃO DE ATERROEIROS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	94.410.000	2.120.000	0	2.000.000	0	0	96.410.000
5728 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	286.510.000	135.230.000	0	3.500.000	1.000.000	0	290.010.000
Total do Programa:							
	838.706.100	297.250.000	0	12.500.000	1.000.000	0	851.206.100
PROGRAMA: 0233 CORREDOR MERCOSUL							
5727 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	1.877.118.500	304.502.811	0	5.000.000	0	1.000.000	1.882.118.500
5728 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	5.791.700	650.000	0	2.000.000	0	0	5.793.700
5729 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	10.000.000	0	0	6.000.000	1.000.000	0	17.000.000
5730 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL	35.130.000	550.000	0	2.000.000	0	0	37.130.000
5731 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	43.000.000	0	0	1.000.000	0	0	44.000.000
5732 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	408.800.000	300.500.000	0	4.000.000	0	0	712.300.000
5733 DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARAGUARI (MS)	2.900.000	0	0	3.000.000	0	0	5.900.000
5734 MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARAGUARI (MS)	14.500.000	0	0	2.000.000	0	0	16.500.000
Total do Programa:							
	2.445.104.120	508.136.100	0	26.000.000	1.000.000	1.000.000	2.472.104.120
PROGRAMA: 0235 CORREDOR NORDESTE							
5728 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	887.748.000	167.550.000	0	2.000.000	0	0	889.748.000
5729 AMPLIAÇÃO EM 140 METROS, DO CAS COMERCIAL DO PORTO DE NATAL (RN)	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	0	2.000.000
5730 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR NORDESTE	9.500.000	9.500.000	0	1.000.000	0	0	10.500.000
5731 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	326.778.931	71.000.000	0	2.000.000	0	0	331.778.931
5732 MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE NATAL	28.268.000	28.268.000	0	1.000.000	0	0	29.268.000
5733 RECONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	16.500.000	0	0	3.000.000	0	0	19.500.000
5734 RECONSTRUÇÃO DO MOLTE DE PROTEÇÃO DO PORTO DE NATAL (RN)	6.000.000	1.500.000	0	1.000.000	0	0	7.500.000
Total do Programa:							
	1.365.236.931	288.768.000	0	8.000.000	0	0	1.373.236.931

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EMPLACADO À VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO: O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESPESAS	VALOR APROVADO DESPESAS EM PLANO	VALOR
PROGRAMA: 0235 CORREDOR NORDESTE							
5795 PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO DO CORREDOR NORDESTE	50.500.000	46.100.000	0	1.400.000	0	0	11.638.000
Total do Programa:	1.318.900.897	299.708.874	0	12.500.000	0	0	1.331.403.897
PROGRAMA: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE							
5796 CONSTRUÇÃO DE TRÊS RAMPAS PARA O CORREDOR OESTE-NORTE	80.308.412	278.190.322	0	1.600.000	0	0	812.308.412
Total do Programa:	809.308.442	278.190.322	0	3.000.000	0	0	812.308.442
PROGRAMA: 0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO							
5795 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	20.500.000	19.500.000	0	1.500.000	0	0	31.000.000
5793 CONSTRUÇÃO DE TRÊS RAMPAS PARA O CORREDOR SÃO FRANCISCO	335.150.986	47.740.472	0	2.500.000	0	0	337.650.986
Total do Programa:	355.650.986	67.240.472	0	4.000.000	0	0	369.850.986
PROGRAMA: 0232 CORREDOR SUDOESTE							
5795 CONSTRUÇÃO DE TRÊS RAMPAS PARA O CORREDOR SUDOESTE	181.535.000	53.884.520	0	1.000.000	1.000.000	0	183.535.000
Total do Programa:	181.535.000	53.884.520	0	1.000.000	1.000.000	0	183.535.000
PROGRAMA: 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO							
5795 RECONSTRUÇÃO DE TRÊS RAMPAS PARA O CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	201.875.000	11.700.000	0	0	0	0	213.575.000
5844 CONSTRUÇÃO DE CORREDOR DE CIRCUNDAÇÃO EM TODAS AS RUAS	25.437.700	0	0	1.500.000	0	0	26.937.700
Total do Programa:	227.312.700	11.700.000	0	1.500.000	0	0	240.512.700
PROGRAMA: 0372 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA							
7087 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE AQUICULTURA PARA AGRICULTORES	2.000.000	0	0	100.000	0	0	2.100.000
9524 PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA O AGRICULTOR DA AGRICULTURA	4.308.360	502.760	83.000.000	0	0	0	87.308.360
Total do Programa:	6.308.360	502.760	83.000.000	100.000	0	0	89.408.360
PROGRAMA: 0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL							
3171 CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA O AVIAÇÃO CIVIL	24.615.000	10.089.182	0	1.000.000	0	0	25.615.000
Total do Programa:	24.615.000	10.089.182	0	1.000.000	0	0	25.615.000
PROGRAMA: 0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA							
9104 FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS EM MELHORIA DA QUALIDADE DO CAFÉ - RESPONSÁVEL: FUNDACÃO	0	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000
Total do Programa:	0	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000
PROGRAMA: 0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL							
Elaborado: CORRFO CONORAF PROGRAS - 001 - Rel. Setor Programação Back-up PPA REVISÃO II							

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXERCÍCIO 2000 - VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO ORÇAMENTÁRIO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS ORÇAMENTOS EM ESTAGIAR	VALOR APROVADO DISTACIAR FIM	VALOR
PROGRAMA: 0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL							
5127 CAPACITAÇÃO DE PROF. ESPECIAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.250.000	346.500	495.100	0	0	0	1.250.100
6127 FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	14.455.186	14.425.132	31.137.372	0	0	0	65.522.551
1206 PESQUISA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	800.000	0	99.007	0	0	0	899.007
5131 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL	107.000	197.259	299.375	0	0	0	456.575
6141 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	100.000	100.000	279.271	0	0	0	379.271
Total do Programa:	16.752.185	15.558.453	52.501.678	0	0	0	69.253.113
PROGRAMA: 8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS							
PROFLORES							
1609 ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS AGRICULTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	0	0	1.600.000	0	0	0	1.600.000
2453 CORTAÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	0	0	1.500.000	0	0	0	1.500.000
2461 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	0	0	3.600.000	0	0	0	3.600.000
1659 SISTEMA DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS E TECNOLÓGICAS DO SETOR FLORICOLA	0	0	1.800.000	0	0	0	1.800.000
Total do Programa:	0	0	6.500.000	0	0	0	6.500.000
PROGRAMA: 0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA							
4253 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	28.959.387	13.900.277	32.050.999	0	0	0	60.499.387
Total do Programa:	28.959.387	10.905.277	67.000.000	0	0	0	95.659.387
PROGRAMA: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA							
9522 CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIÁ-TOCANTINS	17.904.000	0	1.150.000	9.600.000	0	0	28.654.000
1616 MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM SALVADOR	20.000.000	25.250.000	0	1.000.000	0	0	36.020.000
9515 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SUDESTE	5.500.000	0	5.500.000	0	0	0	0
9514 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	500.000	0	500.000	0	0	0	0
9513 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE	15.700.000	0	15.700.000	0	0	0	0
9523 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO	50.000.000	0	53.000.000	0	0	0	0
9510 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SUL	10.000.000	0	0	4.000.000	0	0	14.000.000
Total do Programa:	130.800.000	25.000.000	91.800.000	7.000.000	0	0	46.000.000
PROGRAMA: 9998 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE							
2002 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	6.200.000	0	6.200.000	0	0	0	0
Total do Programa:	6.200.000	0	6.200.000	0	0	0	0

Elaboração: COFFICOM/SEF/PRODASEN - 001 - Relatório Programa Ação
Backup/PPA-REVISÃO

Pag. 5 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO DESTAQUES EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 9998 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE							
9932 CONSTITUIÇÃO DE RODOVIAS	6.700.000	0	-6.700.000	0	0	0	0
9936 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	9.500.000	0	-9.500.000	0	0	0	0
9934 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	45.200.000	0	-45.200.000	0	0	0	0
0007 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	6.400.000	0	-6.400.000	0	0	0	0
Total do Programa:	67.300.000	0	-67.300.000	0	0	0	0
PROGRAMA: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO							
7000 IMPLANTAÇÃO DE CAMPUS AVANÇADO DA UFPE, NO SUDESTE SÃO PAULO, NORDESTE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DE PERNAMBUCO E JUAZEIRO, ESTADO DA BAHIA	5.500.000	0	-5.500.000	0	0	0	0
9100 IMPLANTAÇÃO DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO VAL DO SÃO FRANCISCO EM PERNAMBUCO - PE	0	0	0	6.500.000	0	0	6.500.000
3114 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESIGNADO A INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	15.992.272	15.992.272	70.100.142	0	0	0	85.692.414
5001 MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPÍTAIS DE ENSINO	0	0	18.109.457	0	0	0	18.109.457
6348 PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PET	2.000.000	2	0	3.500.000	0	0	5.500.000
4004 SERVIÇOS SOCIAIS A COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	0	0	16.625.657	0	0	0	16.625.657
Total do Programa:	21.092.272	15.500.272	97.335.456	10.000.000	0	0	130.425.728
PROGRAMA: 0420 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR							
9106 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL	0	0	0	3.000.000	0	0	3.000.000
0893 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	1.100.000	0	-1.100.000	0	0	0	0
Total do Programa:	1.100.000	0	-1.100.000	3.000.000	0	0	3.000.000
PROGRAMA: 0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL							
2618 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	0	0	0	3.000.000	0	0	3.000.000
Total do Programa:	0	0	0	3.000.000	0	0	3.000.000
PROGRAMA: 8018 DESPOLLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS							
3999 CAMPANHAS PARA MOBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA A LUTUA CIBRIS	0	0	230.600	0	0	0	230.600
1907 ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESPOLLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	0	0	250.000	0	0	0	250.000
5934 RECUPERAÇÃO DE LACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO SUDESTE	0	0	6	3.000.000	0	0	3.000.000
3935 RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E DE MANANCIAIS EM ÁREAS URBANAS	0	0	8.207.655	0	0	0	8.207.655

Elaboração: COFFIC CONORISE PROBASE - 001 - Rel. Soter/Programação
Backup/PPA REVISÃO II

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXERCÍCIO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / LANÇAMENTO DE PROPOSTAS PARA 2001	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO DISTRIBUIÇÕES	VALOR
PROGRAMA: 8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS							
2955 REMOÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	0	0	75.765.374	1.000.000	0	0	76.765.374
Total do Programa:	0	0	85.165.527	4.000.000	0	0	89.165.527
PROGRAMA: 0053 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA							
3054 CRIAÇÃO E ADOÇÃO DE PROPOSTAS PARA PROFISSIONALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO	180.000	49.734	151.025	0	0	0	0
3055 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SURDEZ	460.000	314.850	135.017	0	0	0	0
3056 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA	108.000	1.313	95.047	0	0	0	0
2958 FINANCIAMENTO DO FINSISOM PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA	34.971.019	8.467.373	26.503.646	0	0	0	0
3053 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM SURDEZ	10.000	11.675	1.675	0	0	0	0
3056 PROJEÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS	240.000	60.000	180.000	0	0	0	0
3070 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	240.000	60.766	179.234	0	0	0	0
Total do Programa:	36.287.019	8.770.527	27.516.492	0	0	0	0
PROGRAMA: 0054 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL							
2958 FINANCIAMENTO DO FINSISOM PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL	37.614.085	6.730.949	30.883.136	0	0	0	0
1519 GRAVAÇÃO DE FITAS E TEXTOS PARA AÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL	40.400	10.000	30.400	0	0	0	0
3058 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM DEFICIÊNCIA VISUAL	40.000	12.000	28.000	0	0	0	0
3064 PRODUÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE CONTEÚDO SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL	70.000	5.000	65.000	0	0	0	0
Total do Programa:	31.732.485	6.737.045	25.015.440	0	0	0	0
PROGRAMA: 8010 EDUCAÇÃO FISCAL							
1650 CAPACITAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PARA ATENDIMENTO	0	0	3.370.750	0	0	0	3.370.750
1661 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PARA ORIENTAÇÃO	0	0	2.665.936	0	0	0	2.665.936
Total do Programa:	0	0	6.036.686	0	0	0	6.036.686
PROGRAMA: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES							
7167 APROVEITAMENTO DA ENERGIA EOLICA	4.000.000	0	1.000.000	0	0	0	4.000.000
9355 PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS CENTRAIS ELÉTRICAS	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Total do Programa:	4.000.000	0	1.000.000	0	1.000.000	1.000.000	6.000.000
Subtotal do Programa:	36.287.019	8.770.527	27.516.492	0	0	0	0
Subtotal do Programa:	36.287.019	8.770.527	27.516.492	0	0	0	0

Elaborado: COMISSÃO CONOMISF PROFIASIN - 001 - Rel. Sobre Programação

Data: 09/09/2001

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EM FOLHA AUTORIZADO NA REVISÃO	ACRÉSCIMO CANCELAMENTO CANCELAMENTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR ANOVAO DESAQUES EM PLANO	VALOR
PROGRAMA: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES							
Total do Programa:	4.000.000	0	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000	7.000.000
PROGRAMA: 0295 ENERGIA NO EIXO SUL							
3544 APROVEITAMENTO EOLICO NO LITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	0	0	0	250.000	0	250.000
3546 CONSTRUÇÃO DE POLO DE ENERGIA ELÉTRICA EM PEQUENAS COMUNIDADES	0	0	0	1.000.000	250.000	0	1.250.000
Total do Programa:	0	0	0	1.000.000	500.000	0	1.500.000
PROGRAMA: 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE							
9108 ESTUDOS DE VIABILIDADE DE APROVEITAMENTO EOLICO EM EIXOS DO NORDESTE	0	0	0	0	500.000	0	500.000
Total do Programa:	0	0	0	0	500.000	0	500.000
PROGRAMA: 0809 ENFRENTAMENTO À POBREZA							
5365 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	95.347.000	54.751.944	39.555.056	0	0	0	0
7490 CONVERSÃO DE BOMBA ESCOLA	1.700.000	0	-1.700.000	0	0	0	0
Total do Programa:	96.547.000	54.751.944	-31.755.056	0	0	0	0
PROGRAMA: 0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA							
3723 VACINAÇÃO DE OVINOS E CAPRINOS	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0
Total do Programa:	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0
PROGRAMA: 0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS							
1114 AÇÕES DE RECREAÇÃO E ESPORTE	2.517.971	1.175.000	-1.342.971	0	0	0	0
1116 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE	5.014.492	3.459.919	-1.554.573	0	0	0	0
1120 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE	484.039	1.175.000	-690.961	0	0	0	0
1125 CONCURSO TEMÁTICO SOBRE O ESPORTE	13.282.300	6.216.266	-7.066.034	0	0	0	0
1112 FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE	5.203.089	5.106.229	-96.860	0	0	0	0
1115 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CULTURAL E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE	220.000	0	-220.000	0	0	0	0
1113 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E LUTAS ARTÍSTICAS	3.056.362	3.245.704	-189.342	0	0	0	0
1124 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE GRUPO (JUVENIL, ADULTO, ELITE)	2.111.779	2.073.222	-38.557	0	0	0	0
Total do Programa:	53.381.189	23.738.279	-29.642.910	0	0	0	0
PROGRAMA: 8028 ESPORTE NA ESCOLA							
5371 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE NA ESCOLA	0	0	1.000.000	0	0	0	1.000.000
5374 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE NA ESCOLA	0	0	1.000.000	0	0	0	2.000.000
Total do Programa:	0	0	2.000.000	0	0	0	2.000.000

Autorizado: COFIDE CONORSE PRO04511-001 - R\$ Setor Programação

Banco: BUNIP

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
ANEXO BILANÇARIAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO
Em R\$ 1,0

PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO										Em R\$ 1.000
AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXERCÍCIO 2000 - VALOR AUTORIZADO 2201	VALOR CANCELAMENTO DO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESPESAS	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR	VALOR	VALOR	
PROGRAMA: 8028 ESPORTE NA ESCOLA										
3076 EDUCAÇÃO E ESPORTE SOBRE O ESPORTE	0	0	22.000	0	0	0	22.000	0	22.000	
3075 EDUCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL EDUCACIONAL DO PARAO ESPORTE NA ESCOLA	0	0	16.000.000	0	0	0	16.000.000	0	16.000.000	
4377 FUNCIONAMENTO DE ALUNOS DE ESPORTE EM ESCOLAS	0	0	73.100.000	0	0	0	73.100.000	0	73.100.000	
5069 IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA EM ESCOLAS	0	0	42.300.000	0	0	0	42.300.000	0	42.300.000	
5047 PROMOÇÃO DE LUTINS ESPORTIVOS NA ESCOLA	0	0	10.300.000	0	0	0	10.300.000	0	10.300.000	
Total do Programa:	0	0	150.000.000	0	0	0	150.000.000	0	150.000.000	
PROGRAMA: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO										
7661 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE LÍMPICO E SÓLIDÁRIO	12.486.000	550.000	590.000	0	0	0	590.000	0	12.936.000	
COMUNIDADES CARENTES	0	0	68.577	0	0	0	68.577	0	68.577	
1624 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE INICIACAO DO LÍMPICO E SÓLIDÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total do Programa:	12.486.000	550.000	590.000	0	0	0	590.000	0	13.076.577	
PROGRAMA: 0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS										
5036 ASSISTÊNCIA À LUTACAO ESCOLAR INDÍGENA	0	0	0	1.500.000	0	0	1.500.000	0	1.500.000	
Total do Programa:	0	0	0	1.500.000	0	0	1.500.000	0	1.500.000	
PROGRAMA: 0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO										
4163 FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL	67.201.486	22.788.030	0	2.000.000	0	0	2.000.000	0	69.201.486	
Total do Programa:	67.201.486	22.788.030	0	2.000.000	0	0	2.000.000	0	69.201.486	
PROGRAMA: 0050 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA										
1004 FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	34.777.260	15.872.046	-15.304.211	0	0	0	0	0	34.777.260	
3381 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E CIENTÍFICOS	1.407.080	385.417	-721.643	0	0	0	0	0	1.407.080	
Total do Programa:	35.884.322	19.258.465	-16.025.857	0	0	0	0	0	35.884.322	
PROGRAMA: 0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA										
1764 APOIO A PROJETOS DE PARCERIA PARA CRIAÇÃO DE EMPRESAS EMPREGO E RENDA	1.200.000	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000	0	2.200.000	
Total do Programa:	1.200.000	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000	0	2.200.000	
PROGRAMA: 0754 GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS										
4250 AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DE DESEMPENHO CLIENTE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.446.520	478.000	-1.078.563	0	0	0	0	0	1.446.520	
3533 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES NA MANTENÇÃO E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.510.360	0	-2.546.932	0	0	0	0	0	2.510.360	
3544 IMPLANTACAO DAS GERENCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS	29.817.600	855.000	29.711.600	0	0	0	0	0	29.817.600	
Total do Programa:	33.774.480	855.000	-2.546.932	0	0	0	0	0	33.774.480	
PROGRAMA: 0001 RECURSOS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO										
0001 RECURSOS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.00						

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0754 GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS							
3585 FERRAGEM E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	9.288.000	870.080	-7.323.000	0	0	0	3
Total do Programa:	42.201.100	1.998.000	-40.203.100	0	0	0	0
PROGRAMA: 0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA							
8098 APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL NA REGIÃO SUL	0	0	0	2.000.000	0	0	2.000.000
Total do Programa:	0	0	0	2.000.000	0	0	2.000.000
PROGRAMA: 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES							
4303 ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO ÓRGÃO REGULADOR DE SERVIÇOS POSTAIS	0	0	420.000	0	0	0	420.000
4321 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O SETOR DE COMUNICAÇÕES	0	0	200.000	0	0	0	200.000
Total do Programa:	0	0	620.000	0	0	0	620.000
PROGRAMA: 0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL							
2073 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	0	0	3.509.150	0	0	0	3.509.150
2072 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS	0	0	11.553.500	0	0	0	11.553.500
2080 SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE	0	5	20.195.000	0	0	0	20.195.000
Total do Programa:	0	0	35.358.670	0	0	0	35.358.670
PROGRAMA: 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO							
3185 ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITAL	0	0	151.748.000	0	0	0	151.748.000
Total do Programa:	0	0	151.748.000	0	0	0	151.748.000
PROGRAMA: 0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO							
4023 CONTROLE E INSPEÇÃO DA APLICAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0	0	4.036.885	0	0	0	4.036.885
Total do Programa:	0	0	4.036.885	0	0	0	4.036.885
PROGRAMA: 0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS							
6126 ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE MERCADO	338.432	0	-338.432	0	0	0	0
Total do Programa:	338.432	0	-338.432	0	0	0	0
PROGRAMA: 0773 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO							
2075 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	5.569.200	637.603	4.951.598	0	0	0	0

Pag. 11 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUÇÃO 2000 - VALOR AUTORIZADO 2000	ACRESCENTO/ CANCELAMENTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DISSÍDIOS	VALOR APROVADO DAS DESPESAS EM PLANO	VALOR
PROGRAMA: 0773 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO							
3072 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS	12.423.751	5.310.516	-6.807.327	0	0	0	0
3080 SISTEMA INTEGRALIZADO DA EFICIÊNCIA FISCAL DE CONTABILIDADE	12.415.194	1.970.000	-10.525.194	0	0	0	0
Total do Programa:	30.137.638	7.874.519	-22.263.119	0	0	0	0
PROGRAMA: 8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS							
5013 CAPACITAÇÃO DE MANUTENÇÃO PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	0	0	1.902.817	0	0	0	1.902.817
3963 ESTUDOS PARA A OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	0	0	2.702.295	0	0	0	2.702.295
5906 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA ACQUIDUCAMENTO, COLETA, DISPOSIÇÃO FINAL E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	0	0	15.658.927	0	0	0	15.658.927
3968 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA ACQUIDUCAMENTO, COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS COM ORÇANOS QUE VEM DO IRRF	0	0	11.016.194	0	0	0	11.016.194
Total do Programa:	0	0	33.875.738	0	0	0	33.875.738
PROGRAMA: 0792 GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA							
3543 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO	41.636.544	15.937.960	-25.698.584	0	0	0	0
3549 INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO - LINHA SANTA CATARINA - SC	18.210.618	13.164.361	-5.046.257	0	0	0	0
Total do Programa:	65.915.612	29.012.664	-36.902.948	0	0	0	0
PROGRAMA: 0311 GESTÃO URBANA							
3993 AÇÕES DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS E MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIÃO DA GRANDE FLORESTA, SP	0	0	0	0	0	0	1.500.000
Total do Programa:	0	0	0	0	0	0	1.500.000
PROGRAMA: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO							
4321 CAPACITAÇÃO DE APLICATIVOS E SOFTWARES NO GOVERNO ELETRÔNICO	0	0	8.171.515	0	0	0	8.171.515
4325 ELABORAÇÃO DE PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO	0	0	382.472	0	0	0	382.472
3543 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO	0	0	14.008.220	0	0	0	14.008.220
5051 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	0	0	21.357.361	0	0	0	21.357.361
3549 INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO - LINHA SANTA CATARINA - SC	0	0	1.902.817	0	0	0	1,902,817
1503 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	0	0	2.653.956	0	0	0	2,653,956
Total do Programa:	0	0	48,073,841	0	0	0	48,073,841

Elaborado: COFFICID CONGRUSF PROJASEN - 001 - 104 Sinal de Propriedade
Elaboração: REVISÃO II

1999 12 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EM CONTINÚO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ADICIONADO CANCELAMENTO ORÇAMENTÁRIO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DESPESAS PLENEÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO	0	0	62.009.668	0	0	62.009.668
Total do Programa:	0	0	62.009.668	0	0	62.009.668
PROGRAMA: 0046 HOSPITAIS DE ENSINO	11.030.300	3.499.545	-2.110.457	0	11.019.388	11.030.000
3085 AMPLIAÇÃO DE HOSPITAIS DE ENSINO	113.600.000	64.346.015	-69.201.935	0	113.600.000	131.600.000
4009 APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	473.412.480	261.309.496	309.103.086	0	473.412.480	473.412.480
4010 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMPLIADOR ALVIAÇÃO PROPRIA DE ENSINO	0	0	-1.566.039	0	6.029.623	6.000.000
7046 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BENS IMOVEIS DOS HOSPITAIS DE ENSINO	36.500.000	8.019.967	-27.460.018	0	36.500.000	36.500.000
3094 EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS DE ENSINO	51.523.131	78.106.681	-73.418.432	0	151.627.131	151.523.131
4006 FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	12.920.000	269.215	42.826.124	0	42.920.000	42.920.000
3210 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A HOSPITAIS DE ENSINO	6.483.099	2.481.569	-2.955.000	0	6.483.099	6.483.099
3153 REFORMA DE HOSPITAIS DE ENSINO	360.450.611	422.519.535	-437.931.076	0	860.450.611	860.450.611
Total do Programa:	360.450.611	422.519.535	-437.931.076	0	860.450.611	860.450.611
PROGRAMA: 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES	0	0	5.000.000	0	0	5.000.000
3650 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	0	0	5.000.000	0	0	5.000.000
3652 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	0	0	5.000.000	0	0	5.000.000
1040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	0	0	5.000.000	0	0	5.000.000
Total do Programa:	0	0	15.000.000	0	0	15.000.000
PROGRAMA: 0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA	650.293.000	454.030.711	0	4.000.000	0	654.293.000
930 IMPLANTAR AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	650.293.000	454.030.711	0	4.000.000	0	654.293.000
Total do Programa:	650.293.000	454.030.711	0	4.000.000	0	654.293.000
PROGRAMA: 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	0	0	30.793.125	0	0	30.793.125
4341 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM TECNOLOGIAS E PESQUISA APPLICADA AS TELECOMUNICAÇÕES	0	0	76.392.250	0	0	76.392.250
0805 FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICAS NAS TELECOMUNICAÇÕES	0	0	19.793.250	0	0	19.793.250
4343 FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICAS NAS TELECOMUNICAÇÕES NA TIPOLOGIA C-FUD	0	0	139.809.625	0	0	139.809.625
4333 FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICAÇÕES	0	0	1.000.000	0	0	1.000.000
9034 IMPLANTAR DE POLOS TECNOLÓGICOS NA REGIÃO SUL	0	0	381.961.250	1.000.000	0	382.961.250
Total do Programa:	0	0	381.961.250	1.000.000	0	382.961.250
PROGRAMA: 0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	1.434.873.619	563.547.637	0	9.600.000	0	1.444.873.619
3308 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE REGAÇÃO DE USO COMUM DE ÁGUA	1.434.873.619	563.547.637	0	9.600.000	0	1.444.873.619

Em RS 1.00

[illegible]

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 - VALOR AUTORIZADO 2001	ACRESCIM. O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS FUNDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLANO	VALOR
PROGRAMA: 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	0	0	758.005	0	0	0	758.005
Total do Programa:	0	0	758.005	0	0	0	758.005
PROGRAMA: 0128 MORAR MELHOR	187.958.344	5.440.943	0	2.900.000	0	0	189.858.344
3378 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCELARIA COM UTILIDADES FINANCEIRAS PÚBLICAS	24.000.000	0	0	1.000.000	0	0	25.000.000
9387 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM REGIME DE VULSÃO	450.000.000	5.440.943	0	3.000.000	0	0	458.440.943
3348 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE HABITABILIDADE	0	0	0	4.000.000	0	0	4.000.000
9008 URBANIZAÇÃO COM INCLUSÃO SOCIAL, UTILIDADES	1.038.016.401	526.764.195	0	10.000.000	0	0	1.048.780.596
Total do Programa:	1.038.016.401	526.764.195	0	10.000.000	0	0	1.048.780.596
PROGRAMA: 0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO	0	0	0	0	0	1.000.000	1.000.000
9363 RECONSTRUÇÃO DO LITORAL DO RIO SÃO FRANCISCO	0	0	0	2.000.000	0	0	2.000.000
9554 RECUPERAÇÃO DAS MATAS CILIARES	32.848.115	6.498.970	0	3.000.000	0	0	42.347.085
3626 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	37.848.115	6.498.970	0	5.000.000	0	1.000.000	43.847.085
Total do Programa:	37.848.115	6.498.970	0	5.000.000	0	1.000.000	43.847.085
PROGRAMA: 8032 OPERAÇÕES MILITARES	0	0	55.215.900	0	0	0	55.215.900
6499 INTEGRAÇÃO DA PRESEÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS AREAS DE FORTALEÇA	0	0	27.248.114	0	0	0	27.248.114
4223 OPERAÇÕES MILITARES CONJUNTO COM COMUNITARIAS	0	0	90.464.074	0	0	0	90.464.074
Total do Programa:	0	0	90.464.074	0	0	0	90.464.074
PROGRAMA: 8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER	0	0	10.555.000	0	0	0	10.555.000
5255 APOIO À CRIAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	0	0	1.000.000	0	0	0	1.000.000
1843 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPROFissionais E EMPREENDEDORES	0	0	14.474.700	0	0	0	14.474.700
1899 CRIAÇÃO DE EMPREENDEDORES PRODUTIVOS	0	0	2.076.300	0	0	0	2.076.300
2821 SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA CRIAÇÃO DE EMPREGOS E PROTEÇÃO SOCIAL	0	0	48.000.000	0	0	0	48.000.000
Total do Programa:	0	0	48.000.000	0	0	0	48.000.000
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	1.734.100
3559 CAPACITAÇÃO DE MÚLTIPLOS GRUPOS PARA CRIAÇÃO DE CONSUMO	200.000	0	0	0	0	0	200.000
6113 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	6.350.000	1.912.454	6.558.125	0	0	0	14.820.579
3571 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSERÇÃO DE QUALIDADE	1.550.000	1.510.179	2.070.272	0	0	0	5.130.451
4050 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	0	0	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	1.317.000	370.125	446.975	0	0	0	1.734.100
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.000	446.975	446.975	0	0	0	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISTA O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

[illegible]

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO									
AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUÇÃO 2000 - VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMOS/ CANCELAMENTOS/ TRANSFERÊNCIAS	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DAS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM PLENO	VALOR		
PROGRAMA: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL									
7577 ANO O TUTORIO DAS INSTITUÇÕES VIGENTES A REPERCUTIR NA ATIVIDADE DE RECUPERAÇÃO DE QUAIS CALSAÇÕES PELAS INDÚSTRIAS DO PETRÓLEO	1	0	-1	0	0	0	0		
6703 INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO	1	0	-1	0	0	0	0		
6703 INSCRIÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE DIREITOS QUOTAS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS	1	0	-1	0	0	0	0		
6704 INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVAR A MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS	1	0	-1	0	0	0	0		
7403 NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SUSTENTÁVEL GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS (ISO 14000)	1	0	-1	0	0	0	0		
7404 NORMAS E CRITÉRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ELETIVAS DO POTENCIAL AMBIENTE INCLUSIVE	1	0	-1	0	0	0	0		
7505 NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO VIG O AMBIENTE	1	0	-1	0	0	0	0		
7506 NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS INCLUSIVE OS POLUIENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES	1	0	-1	0	0	0	0		
2636 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	30.000.000	0	0	2.000.000	1.000.000	0	33.000.000		
Total do Programa:	30.000.000	0	-8	2.000.000	1.000.000	0	33.000.000		
PROGRAMA: 0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO									
7226 APROPRIAÇÃO DE ÁREAS PORTUÁRIAS	4	1	4	0	0	0	5		
7223 IMPLANTAÇÃO DE AUTOMATIZADAS PORTUÁRIAS	1	0	-1	0	0	0	0		
7324 OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR	1	0	-1	0	0	0	0		
7425 PARCERIAS PORTUÁRIAS	4	0	-4	0	0	0	0		
Total do Programa:	13	0	-13	0	0	0	0		
PROGRAMA: 0312 REESTRUTURAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS									
0720 FINANCIAMENTO A ESTÁCIÕES MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COLETORES - RONDOS DE EFLUENTES	5.000.000	0	-5.000.000	0	0	0	0		
3482 REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITAL	15.000.000	150.000	-151.750.000	0	0	0	0		
Total do Programa:	156.908.000	150.000	-156.750.000	0	0	0	0		
PROGRAMA: 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE									
1777 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DA LEI	0	0	1.000.000	0	0	0	1.000.000		
1601 CRIAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO MUNICIPAL EM POLÍTICA E RESPONSABILIDADE FISCAL	0	0	1.999.017	0	0	0	2.999.017		
1716 DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE INFORMAÇÕES FISCALIS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	0	0	350.000	0	0	0	350.000		
1598 IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	200.500	0	0	0	200.500		
Total do Programa:	0	0	5.249.517	0	0	0	5.249.517		

Elaboração: CÔDIGO CONDIHIST PRODASTRN - 001 - Mai Setem-Pluriplano/Ano

133 13 de 23

Elaboração: COFFIC CONDIRF - PRODAFIN - 001 - No Setor Programático
BuckupPPA - REVISÃO II

19 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESPESAS	VALOR APROVADO EM PLENEÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE							
2601 REFORMAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE GERAL DO GOVERNO FEDERAL	3	3	1.375.696	0	0	0	3.719.639
Total do Programa:	0	0	8.933.517	0	0	0	8.933.517
PROGRAMA: 0119 SANEAMENTO BÁSICO							
5528 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCAIDADES	314.535.293	314.535.293	0	1.000.000	0	0	315.535.293
Total do Programa:	314.535.293	314.535.293	0	1.000.000	0	0	315.535.293
PROGRAMA: 0122 SANEAMENTO E VIDA							
9992 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES E RESÍDUOS SÓLIDOS EM OUTRAS UNIDADES	5.800.000	0	0	1.000.000	0	0	6.800.000
Total do Programa:	5.800.000	0	0	1.000.000	0	0	6.800.000
PROGRAMA: 0634 SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA							
5563 AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO E DE INSTALAÇÕES MÉDICO-HOSPITALARES	4.000.000	0	4.000.000	0	0	0	0
3164 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE LITÔMEIO	2.500.000	960.900	1.539.100	0	0	0	0
2019 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO	111.264.462	45.571.116	64.693.346	0	0	0	0
9954 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES MÉDICAS REMOVIDAS EM LOCAIS ISOLADOS	2.000.000	0	2.000.000	0	0	0	0
2818 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA	75.170.829	32.747.912	42.422.917	0	0	0	0
Total do Programa:	198.734.321	80.917.373	117.816.948	0	0	0	0
PROGRAMA: 0635 SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA							
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO	46.046.760	21.312.557	24.734.203	0	0	0	0
5592 DESPESAS VIVENDO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA BIOMÉDICA	774.147	219.103	555.044	0	0	0	0
6033 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA	46.100.059	31.961.752	14.138.307	0	0	0	0
Total do Programa:	92.921.975	56.334.487	36.586.488	0	0	0	0
PROGRAMA: 0624 SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO							
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO	91.096.081	49.561.814	41.534.267	0	0	0	0
2887 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO	912.142.888	354.542.471	557.600.417	0	0	0	0
Total do Programa:	1.003.068.969	403.544.385	655.524.684	0	0	0	0
PROGRAMA: 0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA							
7322 CANCELAMENTO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	1	0	1	0	0	0	0

Elaborado: COFFIC CONORIST PRODASP - 001 - Rel Setor/Programa/Ação
Backup/PPA (Revisão II)

19 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,30

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXERCÍCIO 2000 - VALOR AUTORIZADO 2001	ADICIONADO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DESPESAS EM PLANO	VALOR APROVADO DESPESAS EM PLANO	VALOR
PROGRAMA: 0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA	1	0	0	0	0	0
Total do Programa:	1	0	0	0	0	0
PROGRAMA: 0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA						
0513 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	4.147.093.571	1.121.967.473	0	3.026.000	0	4.945.059.67
0304 GARANTIA DE PAGAMENTO DE QUALIDADE - COMPLEMENTAÇÃO DA LINGUAGEM DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	3.101.966.465	1.282.765.576	0	4.396.000	0	3.106.566.465
0519 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS (FUNPRO 530)	1.727.167.401	1.727.167.401	1.360.000	0	0	1.728.307.401
Total do Programa:	9.371.367.437	4.811.778.855	1.360.000	7.000.000	0	9.379.567.437
PROGRAMA: 0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS						
1041 REFEITAÇÃO DO METRÔ DE CURITIBA	17.900.000	17.900.000	0	15.000.000	0	32.900.000
7342 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE GOIÂNIA (SOU)	5.000.000	0	0	2.000.000	0	7.000.000
1046 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	14.000.000	11.900.000	0	1.000.000	0	15.000.000
Total do Programa:	36.900.000	31.000.000	0	18.000.000	0	54.900.000
PROGRAMA: 0520 TRANSPORTAÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO						
7910 CONSTRUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES DE AQUEDUCOS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO	500.000	0	500.000	0	0	0
7908 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE AQUEDUCOS CENTRAIS URBANOS	500.000	0	500.000	0	0	0
Total do Programa:	1.000.000	0	1.000.000	0	0	0
PROGRAMA: 0165 TURISMO CULTURAL						
4481 APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO CULTURAL	1.339.000	1.126.000	3.112.000	0	0	0
1559 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A DIFUSÃO DO TURISMO CULTURAL	3.328.706	542.000	2.462.271	0	0	0
1504 CAPACITAÇÃO DE INSTRUTORES E GUIAS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO CULTURAL	143.100	0	143.100	0	0	0
7377 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A ÁREA DO TURISMO CULTURAL	3.000.000	470.000	2.530.000	0	0	0
7943 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PARADOXAL SOBRE O TURISMO CULTURAL EM SITIOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS	1.500.000	141.000	1.359.000	0	0	0
7979 ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA CESSAR DE PROJETOS DA UNIÃO PARA EXPLORAÇÃO TURÍSTICA	1.087.040	672.000	424.940	0	0	0
7081 IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DE TURISMO CULTURAL	3.000.000	379.500	2.620.500	0	0	0
5337 IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO CULTURAL	2.119.300	118.800	2.000.500	0	0	0
6168 FISCALIZAÇÃO DE SITIOS ARQUEOLÓGICOS	500.000	0	500.000	0	0	0
Total do Programa:	13.339.000	3.112.000	3.112.000	0	0	0

Elaboração: COFOPRO - 001 - Rel. Setor Programação

Data: 26-09-23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 - VALOR AUTORIZADO 2001	ACRESCIMTO CANCELAMENTO DO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMPILHAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO EM DESTAQUES	VALOR
PROGRAMA: 0425 TURISMO NO SUDESTE							
7836 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUDESTE	4.780.000	1.733.000	-30.511.000	0	0	0	0
7899 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUDESTE	35.630.000	1.904.800	-34.625.140	0	0	0	0
1140 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE	17.820.000	9.475.000	-8.345.000	0	0	0	0
7897 ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUDESTE	3.030.000	955.960	-2.074.040	0	0	0	0
7899 ROTATÓRIO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUDESTE	16.410.000	1.904.800	-14.505.200	0	0	0	0
2309 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE	33.160.000	2.728.000	-30.432.000	0	0	0	0
Total do Programa:	147.870.000	17.451.880	-130.418.120	0	0	0	0
PROGRAMA: 0424 TURISMO NO SUL							
7861 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUL	43.370.000	1.880.000	-41.490.000	0	0	0	0
7874 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUL	31.870.000	1.033.360	-30.776.640	0	0	0	0
1140 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	42.930.000	1.070.700	-41.859.300	0	0	0	0
7899 DESENVOLVIMENTO DE POÇOS DE TURISMO	600.000	0	-600.000	0	0	0	0
7845 ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUL	3.350.000	410.100	-2.939.900	0	0	0	0
7877 ROTATÓRIO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUL	18.230.000	1.351.500	-16.878.500	0	0	0	0
2307 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	24.100.000	2.293.900	-21.806.100	0	0	0	0
Total do Programa:	174.476.000	24.289.560	-150.186.440	0	0	0	0
PROGRAMA: 0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO							
2435 CAMPANHA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO INTERIOR	34.382.000	39.871.151	60.489.374	0	0	0	103.628.379
5030 CAPACITAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS NA ÁREA DO TURISMO	0	0	193.031.040	0	0	0	193.031.040
5060 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	20.000.000	0	97.700.700	0	0	0	117.065.720
1140 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	0	0	30.899.000	0	0	0	30.899.000
1600 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS	0	0	11.337.921	0	0	0	11.337.921
2437 FORMAÇÃO DA REDE-MULTISETORIAL DO PMS DO INTERIOR	36.446.000	21.182.717	65.365.100	0	0	0	101.751.580
5701 INSTALAÇÃO DE CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	3.936.000	970.600	2.965.400	0	0	0	6.626.100
1667 ROTATÓRIOS TURÍSTICOS PARA O BRASIL	0	0	49.605.810	0	0	0	49.605.810
2301 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	8.541.820	9.511.820	104.170.000	0	0	0	112.711.918
Total do Programa:	103.306.200	50.497.700	529.772.188	0	0	0	633.078.488
PROGRAMA: 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES							

Elaboração: COFFID CONORIST PRODASEN - 001 - Rel. SistorProgramação
Brasília/PPA - 1999

Pag. 22 de 23

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

AÇÃO	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRESCIMTO / CANCELAMENTO O PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR APROVADO DOS DESTAQUES	VALOR APROVADO DESTAQUES EM PLENÁRIO	VALOR
PROGRAMA: 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES							
1319 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA	0	0	703.470.100	0	0	0	703.470.100
1320 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM LOCALIDADES ONDE O CUSTO DOS SERVIÇOS NÃO PODERIA SER RECUPERADO COM SUA EXPLORAÇÃO COMERCIAL	0	0	435.438.300	0	0	0	435.438.300
1321 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0	0	1.523.081.600	0	0	0	1.523.081.600
4459 MONITORAMENTO DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	0	0	21.000.000	0	0	0	21.000.000
Total do Programa:	0	0	2.666.000.000	0	0	4.000.000	2.666.000.000
					1.306.836.612		35.023.462.584

**Emendas Aprovadas e Aprovadas
Parcialmente
aos Anexos I e III do PL nº 31/2001-CN**

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

ANTÔNIO CARLOS JUNIOR PFL/BA

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0310	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa:	PREVENÇÃO DE DÁTIAS E DROGAS NAS	Programa: 0507 - NOSSOS RIOS - SÃO FRANCISCO	
Ação/Substituição:	RECUPERAÇÃO DE NASCENTES, PRESERVAÇÃO DAS MATAS CILIARES E DESPOLLUIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E SUZUBENTES	Ação: 9028 - RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	3.000.000,00

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0313	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa:	0507 - NOSSOS RIOS - SÃO FRANCISCO	Programa: 0507 - NOSSOS RIOS - SÃO FRANCISCO	
Ação/Substituição:	DESSASSOREAMENTO DO LEITO DO RIO SÃO FRANCISCO	Ação: 9033 - DESSASSOREAMENTO DO LEITO DO RIO SÃO FRANCISCO	1.000.000,00
Observação do Destaque: Aprovação referente ao requerimento de destaque do artigo nº 154 da 2001			4.000.000,00
Valor total do Autor:			

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS PFL/SC

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0103	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa:	0075 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	Programa: 0075 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	
Ação/Substituição:	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	Ação: 2818 - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	3.000.000,00

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0104	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa:	0311 - GESTÃO URBANA	Programa: 0311 - GESTÃO URBANA	
Ação/Substituição:	AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANIZADOR DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - SC	Ação: 3055 - AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANIZADOR DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA - SC	1.000.000,00
Observação do Destaque: Aprovação referente ao requerimento de publicação nº 151 de 2001			

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0110	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa:	0501 - QUALIDADE AMBIENTAL	Programa: 0501 - QUALIDADE AMBIENTAL	
Ação/Substituição:	RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CARBONÍFERO, DA BACIA CARBONÍFERA, DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO E DO MEIO AMBIENTE	Ação: 9008 - RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	2.000.000,00
Observação: 9018 - BACIA CARBONÍFERA NA REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA			

(*) O detalhamento, em nível de substituição, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo -- não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substituição ao Projeto de Lei, os valores serão agrupados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Mesa PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados no lado de cada emenda.

ANTONIO CARLOS KONDER REIS PFL/SC

EMENDA: 0111 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL		Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	
Ação/Subtítulo: ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL - BR 208/RS, DUPLICAÇÃO DO TRECHO COMPREENDENDO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SÃO FRANCISCO DO SUL, A PORTO UNIDO		Ação: 5727 - ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	1.000.000,00
(*) Substituição: 9037 - BR-208/RS - DUPLICAÇÃO DO TRECHO SÃO FRANCISCO DO SUL - PORTO UNIDO		(*) Substituição: 9037 - BR-208/RS - DUPLICAÇÃO DO TRECHO SÃO FRANCISCO DO SUL - PORTO UNIDO	
Observação do Destaque: A aprovação refere-se ao projeto de lei de inclusão da planilha nº 150 de 2001		Observação do Destaque: A aprovação refere-se ao projeto de lei de inclusão da planilha nº 150 de 2001	

EMENDA: 0112 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0933 - CORREDOR MERCOSUL		Programa: 0933 - CORREDOR MERCOSUL	
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL - BR 172/SC CORREÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ - AÇ. NO MUNICÍPIO DE RIO A		Ação: 1728 - CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL	2.000.000,00
(*) Substituição: 9003 - BR-473/SC - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ AÇ. EM RIO A		(*) Substituição: 9003 - BR-473/SC - CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ AÇ. EM RIO A	

EMENDA: 0113 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL		Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL - BR 470/SC DUPLICAÇÃO DO TRECHO COMPREENDENDO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE NAVESMANTES E RIO DO SUL		Ação: 5727 - ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	1.000.000,00
(*) Substituição: 9011 - BR-174/SC - DUPLICAÇÃO DO TRECHO NAVESMANTES - RIO DO SUL		(*) Substituição: 9011 - BR-174/SC - DUPLICAÇÃO DO TRECHO NAVESMANTES - RIO DO SUL	

EMENDA: 0117 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0501 - QUALIDADE AMBIENTAL		Programa: 0501 - QUALIDADE AMBIENTAL	
Ação/Subtítulo: RECONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DO VÍO AMBIENTAL, PRAÇAS E VISTA ATLÂNTICA NO LITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA		Ação: 2608 - RECONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1.000.000,00
(*) Substituição: 9050 - PRAÇAS E VISTA ATLÂNTICA NO LITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA		(*) Substituição: 9050 - PRAÇAS E VISTA ATLÂNTICA NO LITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Observação do Destaque: A aprovação parcializada de acordo com o estatuto 008		Observação do Destaque: A aprovação parcializada de acordo com o estatuto 008	
Valor total do Autor:			11.000.000,00

ARMANDO ABÍLIO PSD/PR

EMENDA: 0340 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0235 - CORREDOR NOROESTE		Programa: 0235 - CORREDOR NOROESTE	
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVÁRIOS DO CORREDOR NOROESTE - ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVÁRIOS NO CORREDOR NOROESTE		Ação: 5728 - ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVÁRIOS NO CORREDOR NOROESTE	1.500.000,00
(*) Substituição: 0097 - BR-208/RS - JOÃO PESSOA - CAMPINA GRANDE		(*) Substituição: 0097 - BR-208/RS - JOÃO PESSOA - CAMPINA GRANDE	
Valor total do Autor:			1.500.000,00

(*) O detalhamento, em nível de subtítulo, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agrupados às respectivas ações e programas.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Anexo PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

ÁTILA LINS PFL/AM

EMENDA: 0079 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0235 - CORREDOR OESTE-NORTE			
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE - DIVISA POAM - MANAUS			3.000.000,00
(*) Substitui			0015 - BR-319/AM - DIVISA ROVAM - MANAUS
Valor total do Autor:			3.000.000,00

AUGUSTO FRANCO PSDB/SE

EMENDA: 0097 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0515 - PROVAÇÃO INFRA-ESTRUTURA			
Ação/Subtítulo: OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA - ADUTORA DO RIO SÃO FRANCISCO - 2ª FASE DA 2ª ETAPA - SE			1.000.000,00
(*) Substitui			9144 - ADUTORA DO RIO SÃO FRANCISCO - 2ª FASE DA 2ª ETAPA - SE
Valor total do Autor:			1.000.000,00

BARBOSA NETO PMDB/GO

EMENDA: 0221 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0237 - CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			
Ação/Subtítulo: BR - 060/GO - CONSTRUÇÃO DO CONTORNO NORTE DE GOIÂNIA			2.000.000,00
(*) Substitui			9166 - BR-060/GO - CONSTRUÇÃO DO CONTORNO NORTE DE GOIÂNIA

EMENDA: 0358 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0237 - CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			
Ação/Subtítulo: BR - 153/GO - TRECHO DIV. TOGO - CIV. GOMG - SUBTRECHO DIV. TOGO ANAPÓLIS			2.000.000,00
(*) Substitui			9168 - BR-153/GO - TRECHO DIV. TOGO - CIV. GOMG - SUBTRECHO DIV. TOGO - ANAPÓLIS
Valor total do Autor:			4.000.000,00

BETINHO ROSADO PFL/RN

EMENDA: 0448 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0235 - CORREDOR NORDESTE			
Ação/Subtítulo: RESTAURAÇÃO DO TRECHO FERROVIÁRIO DE MACAURN ATE NATAL/RN			1.000.000,00
(*) Substitui			7385 - RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE
(*) Substitui			9171 - RESTAURAÇÃO DO TRECHO FERROVIÁRIO MACAU (RN) - NATAL (RN)

(*) O detalhamento, em nível de substituto, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo --- não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substituto ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas no PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

BETINHO ROSADO PFL/RN

EMENDA: 0453 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0235 - CORREDOR NOROESTE		Programa: 0235 - CORREDOR NOROESTE	
Ação/Subtítulo: 5128 - ADQUIÇÃO DE TRENCHES RODoviÁRIOS NO CORREDOR NOROESTE		Ação: 5128 - ADQUIÇÃO DE TRENCHES RODoviÁRIOS NO CORREDOR NOROESTE	1.000.000,00
Ação/Subtítulo: DUPLICAÇÃO DA BR 304 AO TRECHO MACAIBA/RN - MOSSORÓ/RN		(*) Subtítulo: 9176 - BR-304/RN - DUPLICAÇÃO DO TRECHO MACAIBA - MOSSORÓ	

EMENDA: 0456 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0235 - CORREDOR NOROESTE		Programa: 0235 - CORREDOR NOROESTE	
Ação/Subtítulo: BR-110/RN PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO MOSSORÓ/RN - CAMPO GRANDE/RN		Ação: 5706 - CONSTRUÇÃO DE TRENCHES RODoviÁRIOS DO CORREDOR NOROESTE	2.000.000,00
		(*) Subtítulo: 9178 - BR-110/RN - PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO MOSSORÓ - CAMPO GRANDE	
		Valor total do Autor:	4.000.000,00

BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB/MG

EMENDA: 0410 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0362 - COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		Programa: 0362 - COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	
Ação/Subtítulo: 7680 - COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES		Ação: 7680 - COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	1.000.000,00

EMENDA: 0412 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0495 - PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA		Programa: 0495 - PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	
Ação/Subtítulo: 8009 - LEVANTAMENTO DE DADOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS NA AMAZÔNIA ILEGAL		Ação: 8009 - LEVANTAMENTO DE DADOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS NA AMAZÔNIA ILEGAL	1.000.000,00
		Valor total do Autor:	2.000.000,00

CLEMENTINO COELHO PPS/PE

EMENDA: 0467 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0372 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA		Programa: 0372 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	
Ação/Subtítulo: 7367 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE AGRICULTURA EM LAZARAS DE PROJETO DE IRRIGAÇÃO		Ação: 7367 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE AGRICULTURA EM LAZARAS DE PROJETO DE IRRIGAÇÃO	465.000,00

EMENDA: 0469 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 2041 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE CHADUAÇÃO		Programa: 0041 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE CHADUAÇÃO	
Ação/Subtítulo: IMPLANTAÇÃO DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO		Ação: 9100 - IMPLANTAÇÃO DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO EM PETROLINA - PE	6.500.000,00
		Observação do Destaque: Ativado para a menção da ação com o destaque 078	

(*) O detalhamento, em nível de substituto, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substituto ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

CLEMENTINO COELHO PPS/PE

EMENDA: 0471 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Substituto Aprovado	Valor:
0274 - ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	0274 - ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	
Ação/Substituto: AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DE CENTRAIS EÓLICAS NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	9052 - AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DE CENTRAIS EÓLICAS NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	1.500.000,00

EMENDA: 0472 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Substituto Aprovado	Valor:
0229 - CORREDOR SÃO FRANCISCO	0234 - ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	
Ação/Substituto: ESTUDOS DE VIABILIDADE DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO NO TRECHO SOBRADINHO - ITAPARICA	9108 - ESTUDOS DE VIABILIDADE DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO	500.000,00
	(*) Substituto 9190 - NO TRECHO SOBRADINHO - ITAPARICA	
	Observação do Destaque: Aprovado parcialmente de acordo com o destaque 052	

EMENDA: 0476 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Substituto Aprovado	Valor:
0274 - ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	0274 - ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	
Ação/Substituto: LEVANTAMENTO DO POTENCIAL EÓLICO OFF SHORE NO LAGO DE SOBRADINHO NA REGIÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	9060 - LEVANTAMENTO DO POTENCIAL EÓLICO OFF SHORE NO LAGO DE SOBRADINHO NA REGIÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	400.000,00
	Valor total do Autor:	9.365.000,00

DANILO DE CASTRO PSDB/MG

EMENDA: 0318 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Substituto Aprovado	Valor:
0519 - PROVAÇÃO INFRA-ESTRUTURA	0519 - PROVAÇÃO INFRA-ESTRUTURA	
Ação/Substituto: CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE EROSIÃO ESSENCIAL ZONA DE CÔRREGO EMBE" M - MG	1845 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES	1.000.000,00
	(*) Substituto 9164 - CANALIZAÇÃO DE CÔRREGO - BETIM - MG	

EMENDA: 0320 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Substituto Aprovado	Valor:
0225 - CORREDOR LESTE	0230 - CORREDOR LESTE	
Ação/Substituto: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-160 - RN 146 TRECHO MG-190 - RN 146	5704 - CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVÁRIOS NO CORREDOR LESTE	1.000.000,00
	(*) Substituto 9116 - BR-160/MG - CONSTRUÇÃO DO TRECHO ENTRE MG-190 - ENTRE BR-145	

(*) O detalhamento, em nível de subitítulo, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo --- não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 312/001 - CN (Alterna PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

DANILO DE CASTRO PSDB/MG

EMENDA: 0322 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
0230 - CORREDOR LESTE	Programa: 0230 - CORREDOR LESTE		
Ação/Substituto: ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-381/MS - PRAÇA DA CEMIG/CONTAGEM - CONTOURNO DE BETIM/MT 681262	Ação: 5725 - ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE		1.000.000,00
	(*) Substituto: 9120 - BR-351/MS - PRAÇA DA CEMIG/CONTAGEM - CONTOURNO DE BETIM/MT 681262		3.000.000,00
		Valor total do Autor:	

DIVALDO SURUAGY PST/AL

EMENDA: 0081 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
0515 - PRODUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA	Programa: 0515 - PRODUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA		
Ação/Substituto: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - ALAGOANO - DELMIRO GOUVEIA - AL	Ação: 1851 - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA		2.500.000,00
	(*) Substituto: 1306 - CANAL DO SERTÃO ALAGOANO - DELMIRO GOUVEIA - AL		2.500.000,00
		Valor total do Autor:	

DR. BENEDITO DIAS PPB/AP

EMENDA: 0260 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
0235 - CORREDOR FRONTEIRA NORTE	Programa: 0235 - CORREDOR FRONTEIRA NORTE		
Ação/Substituto: 4935 - BR-210/AP - PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO PEDRA BRANCA - SERRA DO NAVIO	Ação: 5711 - CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE		1.000.000,00
	(*) Substituto: 9111 - BR-210/AP - PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO PEDRA BRANCA - SERRA DO NAVIO		1.000.000,00
		Valor total do Autor:	

DR. HÉLIO POT/SP

EMENDA: 0349 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
0235 - DESPOLUÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	Programa: 0235 - DESPOLUÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS		
Ação/Substituto: RECUPERAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO SUDESTE	Ação: 9054 - RECUPERAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO SUDESTE		3.000.000,00
		Valor total do Autor:	

ENIVALDO RIBEIRO PPB/PB

EMENDA: 0258 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
0235 - CORREDOR NORDESTE	Programa: 0235 - CORREDOR NORDESTE		
Ação/Substituto: RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CARBIDELO - PB	Ação: 5396 - RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CARBIDELO		1.000.000,00

(*) O detalhamento, em nível de subitítulo, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem identificadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

ENIVALDO RIBEIRO PPB/PB

Valor total do Autor: 1.000.000,00

EXPEDITO JUNIOR PEL/RO

EMENDA: 0326 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Substitutivo Aprovado	Valor:
0805 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	0825 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Ação/Subtítulo: INFRA-ESTRUTURA URBANA E CANALIZAÇÃO DO IGARAPÉ 23 DE ABRIL EM JIPARANÁ - RO	1920 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.000.000,00

EMENDA: 0328 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Substitutivo Aprovado	Valor:
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	0815 - PRODUÇÃO INFRA-ESTRUTURA	
Ação/Subtítulo: CANALIZAÇÃO DE IGARAPÉS - CONTROLE DE FLODANTES OURO PRETO DO OESTE - RO	1845 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES	1.800.000,00
(*) Subtítulo: 9136 - CANALIZAÇÃO DE IGARAPÉS - OURO PRETO DO OESTE - RO		2.000.000,00

Valor total do Autor: 2.000.000,00

FELIX MENDONÇA PTB/BA

EMENDA: 0396 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Substitutivo Aprovado	Valor:
0420 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NOROESTE - PRODETUR	0420 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NOROESTE - PRODETUR	
Ação/Subtítulo: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA	9106 - DESPENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL	3.000.000,00

EMENDA: 0398 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Substitutivo Aprovado	Valor:
0507 - LUSAS HÍDRICAS SÃO PAULO	0507 - RECURSOS HÍDRICOS SÃO FRANCISCO	
Ação/Subtítulo: RECUPERAÇÃO DAS MATAS CLIMÁTICAS	9054 - RECUPERAÇÃO DAS MATAS CLIMÁTICAS	2.000.000,00

Valor total do Autor: 5.000.000,00

FERNANDO CORUJA PDT/SC

EMENDA: 0413 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Substitutivo Aprovado	Valor:
0233 - CORREDOR MERCOSUL	0233 - CORREDOR MERCOSUL	
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE TRÊCHOS PRODUTIVOS NO CORREDOR MERCOSUL DO TRÊCHO FLORIANÓPOLIS - DIVISA COM A ARGENTINA	5707 - CONSTRUÇÃO DE TRÊCHOS PRODUTIVOS NO CORREDOR MERCOSUL	2.000.000,00

(*) Subtítulo 0015 - BR-282/SC - FLORIANÓPOLIS - DIVISA COM ARGENTINA

Valor total do Autor: 2.000.000,00

FERNANDO FERRO PT/PE

(*) O detalhamento, em nível de subtítulo, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo -- não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao ato de cada emenda

FERNANDO FERRO PT/PE

EMENDA: 0389 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
0476 - PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA			
Ação/Substituto: 4191 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOBRE FONTES NOVAS E RENOVÁVEIS DE ENERGIA			2.000.000,00

EMENDA: 0400 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
ENERGIA DE PEQUENAS COMUNIDADES			
Ação/Substituto: PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS CENTRAIS ELÉTRICAS			2.000.000,00
Observação do Destaque			Aprovada parcialmente de acordo com o destaque 024 - R\$ 1.000.000,00 e de acordo com o reequilíbrio da destinação da planilha nº 132 de 2001 - R\$ 1.000.000,00
			Valor total do Autor: 4.000.000,00

FETTER JÚNIOR PPB/RS

EMENDA: 0004 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
DESENVOLVIMENTO E REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL			
Ação/Substituto: CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS EM BAIRROS DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL			1.000.000,00

EMENDA: 0006 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
DESENVOLVIMENTO E REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL			
Ação/Substituto: APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGRÍCOLA INDUSTRIAL NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL			2.000.000,00
			Valor total do Autor: 3.000.000,00

GIVALDO CARIMBÃO PSB/AL

EMENDA: 0341 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
0235 - CORREÇÃO NOROESTE			
Ação/Substituto: 5689 - RECUPERAÇÃO DO MOLHE DE PROTEÇÃO DO PORTO DE MACIO (AL)			1.000.000,00

EMENDA: 0343 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
0379 - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM			
Ação/Substituto: CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PMU - AL			1.000.000,00
(*) Substituto: 5184 - PROJETO PIJU - PIRANHAS - AL			

(*) O detalhamento, em nível do substituto, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substituto ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados no lado de cada emenda.

GIVALDO CARIMBÃO PSB/AL

Valor total do Autor: 2.000.000,00

GUSTAVO FRUET PMDB/PR

EMENDA: 0074 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa	Ação	Programa	Ação	Substituto Aprovado	Valor
0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA		0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA			
Ação/Substituto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO Eixo Sul		Ação	0510 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO Eixo Sul		2.000.000,00
				Valor total do Autor:	2.000.000,00

HERACLITO FORTES PFL/PI

EMENDA: 0315 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa	Ação	Programa	Ação	Substituto Aprovado	Valor
0805 - INFRA-ESTRUTURA URBANA		0805 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Ação/Substituto: 1920 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA		Ação	1920 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA		2.000.000,00

EMENDA: 0316

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa	Ação	Programa	Ação	Substituto Aprovado	Valor
0235 - CORREDOR NORDESTE		0235 - CORREDOR NORDESTE			
Ação/Substituto: 5799 - CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR NORDESTE		Ação	5799 - CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR NORDESTE		1.000.000,00

EMENDA: 0317

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa	Ação	Programa	Ação	Substituto Aprovado	Valor
0128 - MORAR MELHOR		0128 - MORAR MELHOR			
Ação/Substituto: 3958 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE		Ação	3958 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE		1.000.000,00
				Valor total do Autor:	4.000.000,00

HUGO NAPOLEÃO PFL/PI

EMENDA: 0248 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa	Ação	Programa	Ação	Substituto Aprovado	Valor
0515 - PROAGUA INFRA-ESTRUTURA		0515 - PROAGUA INFRA-ESTRUTURA			
Ação/Substituto: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM POÇO DO MATRUA-PATOS DO PIAUÍ		Ação	1851 - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM POÇO DO MATRUA-PATOS DO PIAUÍ		1.000.000,00
				Valor total do Autor:	1.000.000,00

IBERÊ FERREIRA PPB/RN

(*) O detalhamento, em nível de subitítulo, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo --- não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

IBERÊ FERREIRA PPB/RN

EMENDA: 0361		Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
PARECER: APROVADO PARCIALMENTE				
Programa:	0235 - CORREDOR NORDESTE			
Ação/Substituição:	AMPLIAÇÃO EM 140 METROS DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE NATAL - RN			1.000.000,00
EMENDA: 0362		Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
PARECER: APROVADO PARCIALMENTE				
Programa:	0235 - CORREDOR NORDESTE			1.000.000,00
Ação/Substituição:	MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE NATAL - RN			2.000.000,00
			Valor total do Autor:	

INALDO LEITÃO PSDB/PB

EMENDA: 0091		Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
PARECER: APROVADO PARCIALMENTE				
Programa:	0379 - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM			1.000.000,00
Ação/Substituição:	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE USO COMUM: VARZEA DE SOUZA			
			(*) Substituição 0047 - PROJETO VARZEA DE SOUZA AO ESTADO DA PARAIBA	1.000.000,00
			Valor total do Autor:	

IVANIO GUERRA PFL/PR

EMENDA: 0036		Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
PARECER: APROVADO PARCIALMENTE				
Programa:	PROGRAMA 8025 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES			1.000.000,00
Ação/Substituição:	IMPLANTAÇÃO DO POLO TECNOLÓGICO DO SUDESTE DO PARANÁ			
EMENDA: 0037		Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
PARECER: APROVADO PARCIALMENTE				
Programa:	0233 - CORREDOR MERCOSUL			1.000.000,00
Ação/Substituição:	CONSTRUÇÃO DO ACESSO FERROVIÁRIO AO TERMINAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAÍPÓ			
			(*) Substituição 9092 - CONSTRUÇÃO DO ACESSO FERROVIÁRIO AO TERMINAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAÍPÓ	2.000.000,00
			Valor total do Autor:	

JOÃO COSER PT/ES

(*) O detalhamento, em nível de subitítulo, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agrupados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 312/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

JOÃO COSER PT/ES

PAIRECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0082	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0230 - CORREDOR LESTE		Programa: 0230 - CORREDOR LESTE	
Ação/Subtítulo: ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-107/ES ADEQUAÇÃO DO TRECHO DIVISA RJ/ES - JOÃO NEIVA - GUARANA		Ação: 5725 - ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	2.000.000,00
		(*) Subtítulo: 9058 - BR-107/ES - ADEQUAÇÃO DO TRECHO DIVISA RJ/ES - JOÃO NEIVA - GUARANA	

PAIRECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0083	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0220 - MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL		Programa: 0220 - MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	
Ação/Subtítulo: RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - BR-393/ES - RESTAURAÇÃO DO TRECHO CACHOEIRO DO ITAPEIARIM - MUQUI		Ação: 2834 - RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	3.000.000,00
		(*) Subtítulo: 9053 - BR-393/ES - RESTAURAÇÃO DO TRECHO CACHOEIRO DO ITAPEIARIM - MUQUI	

PAIRECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0084	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0230 - CORREDOR LESTE		Programa: 0230 - CORREDOR LESTE	
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-342/ES - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO DIVISA MG/ES - BR-107/ES (ALEGRE)		Ação: 5704 - CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	1.000.000,00
		(*) Subtítulo: 9058 - BR-342/ES - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO DIVISA MG/ES - BR-107/ES (ALEGRE)	
		Observação do Destaque: Aprovado pela maioria de acordo com o Destaque 136	

PAIRECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0085	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0230 - CORREDOR LESTE		Programa: 0230 - CORREDOR LESTE	
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE - BR-303/ES - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO MUQUI - DIVISA ES/RJ		Ação: 5704 - CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	1.000.000,00
		(*) Subtítulo: 5070 - BR-393/ES - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO MUQUI - DIVISA ES/RJ	
		Valor total do Autor:	7.000.000,00

JOÃO LEÃO PSDB/BA

PAIRECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0391	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0220 - CORREDOR SÃO FRANCISCO		Programa: 0220 - CORREDOR SÃO FRANCISCO	
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO - BR-090 - MALHADA CARINHANHA - BA		Ação: 5705 - CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	1.500.000,00
		(*) Subtítulo: 0054 - BR-030/BA - CONSTRUÇÃO DE PONTE (MALHADA CARINHANHA)	

(*) O detalhamento, em nível de subtítulo, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 312/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

JOÃO LEÃO PMDB/BA

EMENDA: 0392 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
0229 - CORREDOR SÃO FRANCISCO		Programa: 0229 - CORREDOR SÃO FRANCISCO	
Ação/Subtítulo: BR - 116/BA - CONSTRUÇÃO DO TÚNELO LUCAS JUNIOR DA CUNHA - 100		Ação: 5793 - CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	1.500.000,00
		(*) Subtítulo: 0001 - JIR-16/BA - SUCULOS DA CUNHA - ISO	

EMENDA: 0393 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
9989 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NOROESTE		Programa: 0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	
Ação/Subtítulo: MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM SALVADOR - BA		Ação: 1615 - Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária em Sa valor	1.000.000,00
			Valor total do Autor: 4.000.000,00

JONIVAL LUCAS JUNIOR PMDB/BA

EMENDA: 0087 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM		Programa: 0379 - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	
Ação/Subtítulo: APROVEITAMENTO AGRÍCOLA DO RACHO TATAU - SOPRADOINHO - BA		Ação: 1836 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM	1.000.000,00
		(*) Subtítulo: 9060 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO NO RACHO TATAU - SOPRADOINHO - BA	

EMENDA: 0089 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA		Programa: 0515 - PRODUÇÃO INFRA-ESTRUTURA	
Ação/Subtítulo: CONTROLE DE CHEIAS DA C DALE LÉ SANTO AMARO - BA		Ação: 1845 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES	1.000.000,00
		(*) Subtítulo: 10012 - SANTO AMARO - BA	
			Valor total do Autor: 2.000.000,00

JORGE ALBERTO PMDB/SE

EMENDA: 0256 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
0515 - PRODUÇÃO INFRA-ESTRUTURA		Programa: 0515 - PRODUÇÃO INFRA-ESTRUTURA	
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - BARRAGEM E ADUTORA NO RIO POXIM - SERGIPE		Ação: 1851 - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	1.000.000,00
		(*) Subtítulo: 1328 - CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM E ADUTORA NO RIO POXIM - SERGIPE - SE	
			Valor total do Autor: 1.000.000,00

JORGE BITTAR PT/RJ

(*) O detalhamento, em nível de subtítulo, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo... não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Nessa forma, foram aprovadas nos termos limados ao lado de cada emenda.

JORGE BITTAR PT/RJ

EMENDA: 0055	PARECER: APROVADO PARCIALMENTE	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0241 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	Original	Programa: 0241 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO	
Ação/Substituto: 6348 - PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PET		Ação: 6348 - PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PET	1.500.000,00
EMENDA: 0056	PARECER: APROVADO PARCIALMENTE	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0461 - EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	Original	Programa: 0461 - EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	
Ação/Substituto: 4168 - FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL		Ação: 4168 - FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL	2.000.000,00
Valor total do Autor:			3.500.000,00

JOSÉ BORBA PMDB/PR

EMENDA: 0131	PARECER: APROVADO PARCIALMENTE	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	Original	Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	
Ação/Substituto: CONTORNO FERROVIÁRIO DE CURITIBA		Ação: 5540 - CONSTITUIÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	2.000.000,00
(1) Substituto: 9981 - CONTORNO FERROVIÁRIO DE CURITIBA			

EMENDA: 0137 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0137	PARECER: APROVADO PARCIALMENTE	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	Original	Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	
Ação/Substituto: BR-153/PI - CONSTITUIÇÃO DO TRILHÃO INTERCAMBIO BR-376 - ALTO DO AMPARO - VENTANIA - AÇÓ		Ação: 5540 - CONSTITUIÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	2.000.000,00
(1) Substituto: 0604 - BR-153/PI - CONSTITUIÇÃO DO TRILHÃO INTERCAMBIO BR-376 - ALTO DO AMPARO - VENTANIA - VENTANIA - VENTANIA			

EMENDA: 0141 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0141	PARECER: APROVADO PARCIALMENTE	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	Original	Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	
Ação/Substituto: CONSTITUIÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS PROPOSTAS NA FAIXA		Ação: 5724 - CONSTITUIÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	4.000.000,00
(1) Substituto: 9906 - NO ESTÁGIO DE PARANÁ			

EMENDA: 0146 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

EMENDA: 0146	PARECER: APROVADO PARCIALMENTE	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	Original	Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	
Ação/Substituto: 7284 - MELHORAMENTOS E APLICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANÁ (PR)		Ação: 7284 - MELHORAMENTOS E APLICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANÁ (PR)	2.000.000,00

(1) O detalhamento, em nível de substituto, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão atribuídos às respectivas ações e programas.

Quarta-feira 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

JOSÉ BORBA PMDB/PR

EMENDA: 0147 *PARECER: APROVADO PARCIALMENTE*

Programa:	Original	Substituto Aprovado	Valor:
Programa: 0222 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS			
Ação/Substituição: 0244 - Implantação do Metro de Curitiba		10M - Implantação do Metro de Curitiba	10.000.000,00

EMENDA: 0156 *PARECER: APROVADO PARCIALMENTE*

Programa:	Original	Substituto Aprovado	Valor:
Programa: 0233 - CORREDORES MERCOSUL			
Ação/Substituição: ADEQUAÇÃO DE TRÊS PASSAGIEM NO CORREDORE MERCOSUL DO TRÊS-DO SÃO FRANCISCO DO SUL - CNTR. BR 101 - JARACUA DO SUL		5727 - ADEQUAÇÃO DE TRÊS PASSAGIEM NO CORREDORE MERCOSUL	5.000.000,00
(*) Substituição: 5986 - BR-280/SC - ADEQUAÇÃO DO TRECHO SÃO FRANCISCO DO SUL - ENTR. BR 101 - JARACUA DO SUL			

EMENDA: 0158 *PARECER: APROVADO PARCIALMENTE*

Programa:	Original	Substituto Aprovado	Valor:
Programa: 0233 - CORREDORES MERCOSUL			
Ação/Substituição: 5724 - CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIAIS NO CORREDORE MERCOSUL		5724 - CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIAIS NO CORREDORE MERCOSUL	1.000.000,00
(*) Substituição: 9088 - BR-462/77km - CONSTRUÇÃO DO CONTORNO RODOVIAIS DE FOZ DO IGUAÇU			
Observação do Destinatário: Aumento parcial mente de acordo com o distânciã 012			

EMENDA: 0173 *PARECER: APROVADO PARCIALMENTE*

Programa:	Original	Substituto Aprovado	Valor:
Programa: 0237 - CORREDORES ARIAGUÁ-TOCANTINS			
Ação/Substituição: 03 HICOMAVEN TO DO ACESSO AO BERÇO 107 DO PIRN PETROLEIO DO PORTO DE LAGUNA		7334 - HICOMAVEN TO DO ACESSO AO BERÇO 107 DO PIRN PETROLEIO DO PORTO DE LAGUNA	2.000.000,00

EMENDA: 0175 *PARECER: APROVADO PARCIALMENTE*

Programa:	Original	Substituto Aprovado	Valor:
Programa: 0237 - CORREDORES ARIAGUÁ-TOCANTINS			
Ação/Substituição: CONSTRUÇÃO DE ACESSO RODOVIAIS AO PORTO DA BASE DE ALCANTARA		5781 - CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIAIS NO CORREDORE ARIAGUÁ-TOCANTINS	3.000.000,00
(*) Substituição: 9080 - CONSTRUÇÃO DE ACESSO RODOVIAIS AO PORTO DA BASE DE ALCANTARA			

EMENDA: 0176 *PARECER: APROVADO PARCIALMENTE*

Programa:	Original	Substituto Aprovado	Valor:
Programa: 0235 - CORREDORES NOROESTE			
Ação/Substituição: REQUALIFICAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL ENTRE SÃO LUIS (MA) E TERESINA (PI)		7326 - REQUALIFICAÇÃO DE TRÊS PASSAGIEM NO CORREDORE NOROESTE	2.000.000,00
(*) Substituição: 9032 - REQUALIFICAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL ENTRE SÃO LUIS (MA) E TERESINA (PI)			
Valor total do Autor:			33.000.000,00

JOSÉ LOURENÇO PMDB/BA

(*) O detalhamento, em nível de substituto, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 312/2001 - CN (Alter. PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

JOSÉ LOURENÇO PMDB/BA

EMENDA: 0330 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Programa:	Substituto Aprovado	Valor:
0121 - NOSSO BAÍHO	0126 - AGRICULTURA		
Ação/Subtítulo: URBANIZAÇÃO COM INCLUSÃO SOCIAL	Ação: 9096 - LTERANIZAÇÃO COM INCLUSÃO SOCIAL - URBANIZADO		2.000.000,00
		Valor total do Autor:	2.000.000,00

JUQUINHA PSDB/GO

EMENDA: 0261 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Programa:	Substituto Aprovado	Valor:
PROAGUA	0379 - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM		
Ação/Subtítulo: IRRIGAÇÃO DE HIDROGRAFIA - GO	Ação: 1618 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM		1.000.000,00
	(*) Subtítulo: 9072 - IMPLANTACÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO HIDROGRAFIA - GO		

EMENDA: 0263

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Programa:	Substituto Aprovado	Valor:
PROAGUA	0379 - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM		
Ação/Subtítulo: IRRIGAÇÃO EM CEZARINA - GO	Ação: 1838 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM		1.000.000,00
	(*) Subtítulo: 9060 - IMPLANTACÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - CEZARINA - GO		

EMENDA: 0264

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Programa:	Substituto Aprovado	Valor:
PROAGUA	0379 - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM		
Ação/Subtítulo: IRRIGAÇÃO SÃO LUIS DE MONTES BELS - GO	Ação: 1838 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM		1.000.000,00
	(*) Subtítulo: 9062 - IMPLANTACÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - SÃO LUIS DE MONTES BELS - GO		
	Valor total do Autor:		3.000.000,00

LAIRE ROSADO PMDB/RN

EMENDA: 0222 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Programa:	Substituto Aprovado	Valor:
0515 - PROAGUA INFRA-ESTRUTURA	0516 - PROAGUA INFRA-ESTRUTURA		
Ação/Subtítulo: APROVEITAMENTO HIDRICO DA BARRAGEM DE SANTA CRUZ - APODI - RN	Ação: 1851 - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA		1.000.000,00
	(*) Subtítulo: 9162 - APROVEITAMENTO HIDRICO DA BARRAGEM DE SANTA CRUZ - APODI - RN		
	Valor total do Autor:		1.000.000,00

LAVOISIER MAIA PFL/RN

(*) O detalhamento, em nível de subtítulo, conforme apresentado nas unidades, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e no orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

LAVOISIER MAIA PFL/RN

EMENDA: 0403	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substituto Aprovado	Valor
Programa: 0222 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	Programa: 0222 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS			
Ação/Subtítulo: IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA METROPOLITANO DE NATAL (NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE)	Ação: 1046 - Implantação do Sistema Metropolitano de Natal			1.000.000,00
Valor total do Autor:				1.000.000,00

LUCIA VANIA PSDB/GO

EMENDA: 0425	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substituto Aprovado	Valor
Programa: RECURSOS HÍDRICOS	Programa: 8318 - DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS			
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO E RECAPETAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA: SANEAMENTO BÁSICO DE CÓRREGOS NO ESTADO DE GOIÁS	Ação: 2305 - REVOÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS DE OBRAS HIDROGRÁFICAS			1.000.000,00
(*) Substituído: 9138 - ESTADO DE GOIÁS				

EMENDA: 0426

PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substituto Aprovado	Valor
Programa: 0379 - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	Programa: 0379 - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM		
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE E FLETRICO NO ESTADO DE GOIÁS	Ação: 1836 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM		1.000.000,00
(*) Substituído: 9166 - IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE ELÉTRICO NO ESTADO DE GOIÁS			

EMENDA: 0429

RECOMENDADA: 0429		PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	
Origem II		Substituto Aprovado	
Programa: 0922 - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS URBANOS DE PASSAGEIROS		Programa: 0922 - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS URBANOS DE PASSAGEIROS	
Ação/Subtítulo: 7342 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE GOIÂNIA (GO)		Ação: 7342 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE GOIÂNIA (GO)	
		Valor total do Autor:	
		2.000.000,00	
		4.000.000,00	

LUCIANO ZICA PT/SP

EMENDA: 0080	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substituto Aprovado	Valor
Programa: 0128 - MELHORIA VILRUP	Programa: 0128 - MELHORIA VILRUP			
Ação/Subtítulo: IMPLANTAÇÃO DE COMUNITES HABITACIONAIS PARA FAMILIAS DE BAIXA RENDA	Ação: 3858 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE			1.000.000,00
Valor total do Autor:				1.000.000,00

LUIZ DANTAS PST/AL

(*) O detalhamento, em nível de subitítulo, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

LUIZ DANTAS PST/AL

EMENDA: 0093	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Valor:
<i>Original</i>		
Programa:	0515 - PROAGUA INFRA-ESTRUTURA	
Ação/Subtítulo:	1851 - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA	1.000.000,00
(*) Subtítulo:	9037 - CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO RIO PRATASY - AL	

EMENDA: 0094	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Valor:
<i>Original</i>		
Programa:	0515 - PROAGUA INFRA-ESTRUTURA	
Ação:	1851 - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA	2.000.000,00
(*) Subtítulo:	9710 - ADUTORA DE USOS MÚLTIPLOS DO ALTO SERTÃO DE ALAGOAS	
Valor total do Autor:		3.000.000,00

LUIZ SÉRGIO PT/RJ

EMENDA: 0346	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Valor:
<i>Original</i>		
Programa:	1020 - SANITIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	
Ação:	2894 - RECONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	1.000.000,00
(*) Subtítulo:	9123 - BR-163 RJ - RESTAURAÇÃO DO TRECHO BR-163 RJ - DIVISA RJ/ES	
Valor total do Autor:		1.000.000,00

MÁRCIO REINALDO MOREIRA PP/MS

EMENDA: 0241	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Valor:
<i>Original</i>		
Programa:	0230 - CORREDOR LESTE	
Ação/Subtítulo:	5726 - ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	2.000.000,00
(*) Subtítulo:	9108 - DE-0108 MG - ADEQUAÇÃO DO TRECHO SETE LAGOAS - TREVO DE CURVELO	

EMENDA: 0244	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Valor:
<i>Original</i>		
Programa:	0230 - CORREDOR LESTE	
Ação:	5756 - CONSTRUÇÃO DE INTERLIGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR LESTE	2.000.000,00
(*) Subtítulo:	0002 - INTERLIGAÇÃO DAS BR-152/052/017/052/455-MG - NA REGIÃO DE UBERLÂNDIA	
Valor total do Autor:		4.000.000,00

MARIA DO CARMO ALVES PE/SE

(*) O detalhamento, em nível de subtítulo, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos do substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agrupados às respectivas ações e prioridades.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 312/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

MARIA DO CARMO ALVES PFL/SE

EMENDA: 0223 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0436 - PRODUÇÃO, GESTÃO		Programa: 0514 - PRODUÇÃO, INFRAESTRUTURA	
Ação/Subtítulo: OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - CONSTRUÇÃO DE BARRELAGENS, MANTIMENTO DE POÇO		Ação 1851 - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA	1.000.000,00
VEÍCULO - PROJETO PATILHA MELHOR-SE			

(*) Substitui 0876 - CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM - POÇO VERDE - SE

EMENDA: 0224 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0515 - PRODUÇÃO, INFRAESTRUTURA		Programa: 0515 - PRODUÇÃO, INFRAESTRUTURA	
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA		Ação 1845 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES	1.000.000,00
Ação/Subtítulo: RECONSTRUÇÃO DO TRECHO URBANO DO RIO COTINGUIBA - SE		(*) Substitui 5561 - CANALIZAÇÃO DO TRECHO URBANO DO RIO COTINGUIBA NO ESTADO DE SERGIPE	

EMENDA: 0323 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0119 - SANEAMENTO BÁSICO		Programa: 0119 - SANEAMENTO BÁSICO	
Ação/Subtítulo: 5528 - AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES		Ação 5578 - AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES	1.000.000,00
			3.000.000,00
			Valor total do Autor:

MAURO MIRANDA PMDB/GO

EMENDA: 0432 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0128 - MORAR MELHOR		Programa: 0128 - MORAR MELHOR	
Ação/Subtítulo: 3378 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS		Ação 3378 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS	2.000.000,00
			2.000.000,00
			Valor total do Autor:

MILTON BARBOSA PFL/BA

EMENDA: 0363 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0229 - CORRUIXOR SÃO FRANCISCO		Programa: 0229 - CORRUIXOR SÃO FRANCISCO	
Ação/Subtítulo: 5703 - CONSTRUÇÃO DE TUBOS PARA ACOPIAR OS RIOS CORRUIXOR SÃO FRANCISCO		Ação 5703 - CONSTRUÇÃO DE TUBOS PARA ACOPIAR OS RIOS CORRUIXOR SÃO FRANCISCO	1.000.000,00

EMENDA: 0364 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0229 - CORRUIXOR SÃO FRANCISCO		Programa: 0229 - MANUTENÇÃO DA MALHA RODoviÁRIA FEDERAL	
Ação/Subtítulo: 2834 - RECONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS		Ação 2834 - RECONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	1.000.000,00
		(*) Substitui 0051 - NO ESTADO DA BAHIA	

(*) O detalhamento, em nível de subitítulo, conforme apropriado nas emendas, tem valor meramente informativo --- não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 312/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao fado da causa emenda.

MILTON BARBOSA PFL/BA

EMENDA: 0366	PARCER: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substituto Aprovado	Valor:
Programa: 0607 - ROROS RIOS SÃO FRANCISCO				
Ação/Substituição: DESPOLLUÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E SEUS AFILIENTES				
				1.000.000,00
				3.000.000,00
				Valor total do Autor:

MUSSA DEMES PFL/PI

EMENDA: 0344	PARCER: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substituto Aprovado	Valor:
Programa: 0407 - ÁGUAS DO BRASIL				
Ação/Substituição: CONTROLE DE ENCHENTES NO RIO POTY - TERCEIRA - P (AV MARGINAL LESTE)				
				2.000.000,00
				2.000.000,00
				Valor total do Autor:

NAIR XAVIER LOBO PMDB/GO

EMENDA: 0360	PARCER: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substituto Aprovado	Valor:
Programa: 0128 - URBANIZAÇÃO COM LUGAR SOCIAL - URBIS - BFD				
Ação/Substituição: URBANIZAÇÃO COM LUGAR SOCIAL - URBIS - BFD				
				2.000.000,00
				2.000.000,00
				Valor total do Autor:

NEUTON LIMA PFL/SP

EMENDA: 0059	PARCER: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substituto Aprovado	Valor:
Programa: 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA				
Ação/Substituição: 2009 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS				
				1.000.000,00
				1.000.000,00
				Valor total do Autor:

ORLANDO DESCONSI PT/RS

EMENDA: 0060	PARCER: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substituto Aprovado	Valor:
Programa: 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA				
Ação/Substituição: CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-REDE DAS VAPAS FLUXO DE TRABALHO DO ESTADO DO MATANHÃO - 16° REGIÃO				
				1.000.000,00
				2.000.000,00
				Valor total do Autor:

(*) O detalhamento, em nível do substituto, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo --- não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substituto no Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

ORLANDO DESCONSI PT/RS

EMENDA: 0338	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0235 - ENERGIA NO EIXO SUL	Programa: 0235 - ENERGIA NO EIXO SUL			
Ação/Subtítulo: APROVEITAMENTO EOLICO NO LITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Ação: 0044 - APROVEITAMENTO EOLICO NO LITORAL DO ES: AJO DO RIO GRANDE DO SUL			1.000.000,00
			Valor total do Autor:	1.000.000,00

OSVALDO COELHO PFL/PE

EMENDA: 0350	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0379 - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	Programa: 0379 - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM			
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO PONTAL NO ESTADO DE PE	Ação: 1836 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM			2.000.000,00
	(*) Subtítulo: 0093 - PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO PONTAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO			Valor total do Autor:
				2.000.000,00

PAULO KOBAYASHI PSDB/SP

EMENDA: 0181	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0231 - CORREDOIR TRANSMETROPOLITANO	Programa: 0231 - CORREDOIR TRANSMETROPOLITANO			
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE CONTOURNO RODoviARIO EM MOG DAS CRUZES	Ação: 3844 - CONSTRUÇÃO DE CONTOURNO RODoviARIO EM MOG DAS CRUZES			1.000.000,00
			Valor total do Autor:	1.000.000,00

PAULO MOURÃO PSDB/TO

EMENDA: 0182	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AFROPORTUÁRIA	Programa: 0831 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AFROPORTUÁRIA			
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE NO EIXO ARAQUAIA TOCANTINS	Ação: 9522 - CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAQUAIA TOCANTINS			2.000.000,00
			Valor total do Autor:	2.000.000,00

PAULO PAIM PT/RS

EMENDA: 0378	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0273 - ENERGIA ÀS PEQUENAS COMUNIDADES	Programa: 0273 - ENERGIA ÀS PEQUENAS COMUNIDADES			
Ação/Subtítulo: APROVEITAMENTO DA ENERGIA EOLICA	Ação: 7157 - APROVEITAMENTO DA ENERGIA EOLICA			1.000.000,00
			Valor total do Autor:	1.000.000,00

PEDRO HENRY PSDB/MT

(*) O detalhamento, em nível do substituto, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo -- não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substituto ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E II DO PROJETO DE LEI Nº 312/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

PEDRO HENRY PSDB/MT

EMENDA: 0207	PARECER: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0232 - CORREDOR SUDESTE				
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDESTE (BR-484) - TRECHO DA BARRA				
				1.000.000,00

(1) Substitui: 9004 - BR-484MS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO PAPANABA - DIV. MS/GO

EMENDA: 0208

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0230 - CORREDOR LESTE			
Ação/Subtítulo: ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE (BR-484) - TRECHO DA BARRA			
			1.000.000,00

(1) Substitui: 9006 - BR-484RJ - ENTH. BR-484RJ - ENTH. BR-116RJ

EMENDA: 0211

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0232 - CORREDOR SUDESTE			
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDESTE (BR-484) - TRECHO DA BARRA			
			1.000.000,00

(1) Substitui: 9102 - BR-116MS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO AGUAQUARA - ENTH. BR-116MS

Observação: Atividade não é de natureza de manutenção de obra.

EMENDA: 0212

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0230 - CORREDOR LESTE			
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE (BR-484) - TRECHO DA BARRA			
			1.500.000,00

(1) Substitui: 9104 - BR-256RJ - CONSTRUÇÃO DE ACOSTAMENTO NO TRECHO ENTH. BR-484 - ENTH. BR-482 - CAMPOS - SÃO JOÃO DA BARRA

Valor total do Autor: 4.500.000,00

PEDRO NOVAIS PMDB/MA

EMENDA: 0078	PARECER: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0515 - PRODUÇÃO INFRA-ESTRUTURA				
Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA				
				1.500.000,00

(1) Substitui: 3016 - DUPLICAÇÃO DA ADUTORA DO ITAÚS NO ESTADO DO MARANHÃO

Valor total do Autor: 1.500.000,00

RICARDO BARROS PPB/PR

(1) O detalhamento, em nível de substituto, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E II DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003,

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

RICARDO BARROS PPB/PR

EMENDA: 0017 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL		Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	
Ação/Substituto: 524 - CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODoviÁRIOS FINANCEIRAS NO PARANÁ		Ação: 524 - CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODoviÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	2.000.000,00
Ação/Substituto: 9016 - NO ESTÁGIO DO PARANÁ		(*) Substituto: 9016 - NO ESTÁGIO DO PARANÁ	

EMENDA: 0018 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL		Programa: 0233 - CORREDOR MERCOSUL	
Ação/Substituto: 7276 - ORÇAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)		Ação: 7276 - ORÇAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PP)	3.000.000,00

EMENDA: 0022 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA		Programa: 0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	
Ação/Substituto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUL		Ação: 9510 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO Eixo SUL	2.000.000,00

EMENDA: 0024 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0222 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS		Programa: 0222 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	
Ação/Substituto: 1044 - Implantação do Metro de Curitiba		Ação: 1044 - Implantação do Metro de Curitiba	5.000.000,00

Valor total do Autor: 12.000.000,00

RICARDO FERRAÇO PSDB/ES

EMENDA: 0086 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0040 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA		Programa: 0040 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA	
Ação/Substituto: 0613 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		Ação: 0613 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	3.000.000,00

Valor total do Autor: 3.000.000,00

RICARDO SANTOS PSDB/ES

EMENDA: 0100 PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA A CAFFEEIRA		Programa: 0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFFEEIRA	
Ação/Substituto: FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS EM MELHORIA DE QUALIDADE CAFFEE - RESPONSÁVEL: FUNCAFEIMA		Ação: 9174 - FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS EM MELHORIA DA QUALIDADE DO CAFFEE - RESPONSÁVEL: FUNCAFEIMA	1.000.000,00

(*) O detalhamento, em nível de substituto, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E II DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Alteração PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados no lado de cada emenda.

RICARDO SANTOS PSDB/ES

EMENDA: 0101	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0230 - COMUNITARISMO	Programa: 0230 - COMUNITARISMO			
Ação/Subtítulo: 1923 - AMPLIAÇÃO DO PORTO DA BARRA DO RIACHO	Ação: 1923 - AMPLIAÇÃO DO PORTO DA BARRA DO RIACHO			1.000.000,00
Valor total do Autor:				2.000.000,00

ROBERTO ARGENTA PSB/RS

EMENDA: 0027	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0103 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	Programa: 0103 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA			
Ação/Subtítulo: 7704 - APOIO A PROJETOS DE PARCERIA PARA CRIAÇÃO DE EMPRESAS/EMPREGO E RENDA	Ação: 7704 - APOIO A PROJETOS DE PARCERIA PARA CRIAÇÃO DE EMPRESAS/EMPREGO E RENDA			1.000.000,00
Valor total do Autor:				1.000.000,00

ROMERO JUCÁ PSDB/RR

EMENDA: 0284	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0123 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	Programa: 0805 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Ação/Subtítulo: AÇÕES DE DRENAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA	Ação: 1920 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA			1.000.000,00
EMENDA: 0295	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0160 - DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	Programa: 0160 - DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS			
Ação/Subtítulo: ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	Ação: 9000 - ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA			1.500.000,00

EMENDA: 0296	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0071 - COMUNIDADE ATIVA	Programa: 0071 - COMUNIDADE ATIVA			
Ação/Subtítulo: APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	Ação: 6001 - APOIO A PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO			1.500.000,00
Valor total do Autor:				4.000.000,00

ROSE DE FREITAS PSDB/ES

EMENDA: 0442	PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE	Original	Substitutivo Aprovado	Valor:
Programa: 0122 - SANEAMENTO E VIDA	Programa: 0122 - SANEAMENTO E VIDA			
Ação/Subtítulo: 0902 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE LIXO E TRATAMENTO DE EFLUENTES E RESÍDUOS EM OUTRAS BACIAS	Ação: 9002 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES E RESÍDUOS SÓLIDOS EM OUTRAS BACIAS			1.000.000,00

(*) O detalhamento, em nível de subitítulo, contínuo apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substitutivo ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

Página 23 de 24

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS AOS ANEXOS I E III DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

Algumas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente sofreram ajustes técnicos a fim de serem harmonizadas ao PPA vigente e ao orçamento em execução. Dessa forma, foram aprovadas nos termos lançados ao lado de cada emenda.

ROSE DE FREITAS PSD/ES

EMENDA: 0443 PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Origem	Substituto Aprovado	Valor:
0830 - DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL			
Ação/Substituto: 3121 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE INSTALAÇÕES PARA O SISTEMA DE AVIAÇÃO CIVIL			1.000.000,00

EMENDA: 0445 PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Origem	Substituto Aprovado	Valor:
0128 - MORAR MELHOR			
Ação/Substituto: 9987 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM REGIME DE MÚLTIPLO			1.000.000,00
Valor total do Autor:			3.000.000,00

SÉRGIO MIRANDA PC DO B/MG

EMENDA: 0488 PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Origem	Substituto Aprovado	Valor:
0041 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO			
Ação/Substituto: AÇÕES DO PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO			2.000.000,00
Valor total do Autor:			2.000.000,00

VIRGÍLIO GUIMARÃES PT/MG

EMENDA: 0189 PARCELA: APROVADO PARCIALMENTE

Programa:	Origem	Substituto Aprovado	Valor:
0040 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA			
Ação/Substituto: 0004 - GARANTIA DE BOM NÍVEL DE QUALIDADE - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE DE FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO			4.000.000,00
Valor total do Autor:			4.000.000,00

(*) O detalhamento, em nível de substituto, conforme apresentado nas emendas, tem valor meramente informativo — não será publicado como lei. Dessa forma, em termos de substituto ao Projeto de Lei, os valores serão agregados às respectivas ações e programas.

**Emendas Aprovadas e Aprovadas
Parcialmente
ao Anexo II do PL nº 31/2001-CN**

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O

EMENDAS AO ANEXO II DO PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

Relatório das Emendas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente

AUTOR: LUIZ CARLOS HAULY PSDB/PR

EMENDA: 0302 **PARECER:** APROVADO

TEXTOS: Dá nova redação ao objetivo 0770 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA:
"0770 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA
"Garantir a realização da arrecadação tributária, promover a justiça fiscal, combater a evasão fiscal, o contrabando e o descaminho e modernizar o sistema tributário".

JUSTIFICATIVA:

EMENDA: 0301 **PARECER:** APROVADO PARCIALMENTE

TEXTOS: Dá nova redação ao objetivo do PROGRAMA 0122 - SANEAMENTO É VIDA:
"0122 - SANEAMENTO É VIDA
Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico pelos Municípios titulares".

JUSTIFICATIVA: Aprovado nos seguintes termos : ampliar a cobertura e melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico.

AUTOR: VIRGÍLIO GUIMARÃES PT/MG

EMENDA: 0184 **PARECER:** APROVADO PARCIALMENTE

TEXTOS: Acrescente-se ao Artigo 2º o seguinte parágrafo:
No caso do Programa de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, deverão ser priorizados os softwares livres

JUSTIFICATIVA: O Plenário do Congresso Nacional aprovou a alteração de redação desta Emenda, a fim de incluir um parágrafo único ao art. 2º da Lei com a seguinte redação: "No caso do Programa de Universalização do Serviço de Telecomunicações, deverão ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de softwares nos sistemas operacionais". Dessa forma, ficou prejudicada a Emenda de Relator nº 3, que anteriormente já havia implementado alteração à Emenda 184.

**Emendas Aprovadas e Aprovadas
Parcialmente
aos Anexos IV e V do PL nº 31/2001-CN**

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O

PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)
EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE - ANEXOS IV E V

AUTOR: GIOVANNI QUEIROZ PDT/PA

EMENDA: 0404

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: 5852 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

EMENDA: 0406

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: 1482 - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

EMENDA: 0408

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: 5565 - AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA

EMENDA: 0409

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: 7490 - CONCESSÃO DE BOLSA ESCOLA

AUTOR: GUSTAVO FRUET PMDB/PR

EMENDA: 0067

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS

EMENDA: 0068

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Ação/Subtítulo: TURISMO NO SUL

AUTOR: IVÂNIO GUERRA PFL/PR

EMENDA: 0045

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Ação/Subtítulo: TURISMO NO SUL

EMENDA: 0049

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS

EMENDA: 0051

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: 5852 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

AUTOR: JORGE BITTAR PT/RJ

EMENDA: 0053

PARECER: APROVADO

Programa: 0046 - HOSPITAIS DE ENSINO

Ação/Subtítulo:

AUTOR: JOSÉ BORBA PMDB/PR

EMENDA: 0151

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS

EMENDA: 0152

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: 5852 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

EMENDA: 0155

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Ação/Subtítulo: TURISMO NO SUL

AUTOR: LUIZ CARLOS HAULY PSDB/PR

EMENDA: 0304

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA ADQUIRIDA

AUTOR: MÁRCIO REINALDO MOREIRA PPB-MG

EMENDA: 0234

PARECER: APROVADO

Programa: 0806 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO

Ação/Subtítulo:

EMENDA: 0237

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Ação/Subtítulo: 1483 - ELETRIFICAÇÃO RURAL

EMENDA: 0240

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: 1482 - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

AUTOR: RICARDO BARROS PPB/PR

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2001

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O

PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

EMENDAS APROVADAS E APROVADAS PARCIALMENTE - ANEXOS IV E V

AUTOR: RICARDO BARROS PPB/PR

EMENDA: 0012

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: 5852 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

EMENDA: 0019

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS

AUTOR: ROMERO JUCÁ PSDB/RR

EMENDA: 0291

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Ação/Subtítulo: 5565 - AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA

EMENDA: 0298

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: 1482 - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

EMENDA: 0299

PARECER: APROVADO PARCIALMENTE

Ação/Subtítulo: 1040 - Infra-Estrutura Portuária

AUTOR: SANTOS FILHO PFL/PR

EMENDA: 0052

PARECER: APROVADO

Programa: 0806 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Ação/Subtítulo: 1482 - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

AUTOR: SÉRGIO MIRANDA PC DO B/MG

EMENDA: 0492

PARECER: APROVADO

Ação/Subtítulo: CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO À MULHER

Emendas Rejeitadas e Prejudicadas ao Anexo II do PL nº 31/2001-CN

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO

PROJETO DE LEI Nº 31/2001 - CN (Altera PPA 2000/2003)

EMENDAS REJEITADAS/PREJUDICADAS - ANEXOS II

AUTOR: ANTÔNIO CARLOS JUNIOR PFL/BA

EMENDA: 0312 PARECER: REJEITADO

AUTOR: ESTHER GROSSI PT/RS

EMENDA: 0415 PARECER: REJEITADO

AUTOR: FERNANDO FERRO PT/PE

EMENDA: 0401 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0402 PARECER: REJEITADO

AUTOR: GILMAR MACHADO PT/MG

EMENDA: 0215 PARECER: REJEITADO

AUTOR: JUQUINHA PSDB/GO

EMENDA: 0477 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0478 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0481 PARECER: REJEITADO

AUTOR: LUIZ CARLOS HAULY PSDB/PR

EMENDA: 0303 PARECER: REJEITADO

AUTOR: MÁRCIO REINALDO MOREIRA PPB/MG

EMENDA: 0242 PARECER: REJEITADO

AUTOR: MILTON BARBOSA PFL/BA

EMENDA: 0376 PARECER: REJEITADO

AUTOR: OSVALDO COELHO PFL/PE

EMENDA: 0351 PARECER: REJEITADO

AUTOR: RELATOR REL/NA

EMENDA: 0003 PARECER: PREJUDICADO

AUTOR: SÉRGIO MIRANDA PC DO B/MG

EMENDA: 0491 PARECER: REJEITADO

AUTOR: VIRGÍLIO GUIMARÃES PT/MG

EMENDA: 0185 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0186 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0187 PARECER: REJEITADO

Emendas Rejeitadas e Prejudicadas aos Anexos I e III do PL nº 31/2001-CN

AGNELO QUEIROZ PC DO B/DF

EMENDA: 0347

PARECER: REJEITADO

ALCEU COLLARES PDT/RS

EMENDA: 0225

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

ANTÔNIO CARLOS JUNIOR PFL/BA

EMENDA: 0311

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0309

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0308

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0307

PARECER: REJEITADO

ANTONIO CARLOS KONDER REIS PFL/SC

EMENDA: 0115

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0102

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0105

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0106

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0107

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0108

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0114

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0116

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0124

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0130

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0129

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0128

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0127

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0109

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0125

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0118

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0123

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0122

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0121

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0120

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0119

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0126

PARECER: REJEITADO

BARBOSA NETO PMDB/GO

EMENDA: 0359

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0354

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0355

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0356

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0357

PARECER: REJEITADO

BETINHO ROSADO PFL/RN

EMENDA: 0449

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0450

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0451

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0452

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0454

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0455

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0457

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0447

PARECER: REJEITADO

BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB/MG

EMENDA: 0411

PARECER: REJEITADO

CLEMENTINO COELHO PPS/PE

EMENDA: 0462

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0458

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0459

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0461

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0463

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0464

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0474

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0460

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0475

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0473

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0468

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0466

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0465

PARECER: REJEITADO

DANILO DE CASTRO PSDB/MG

EMENDA: 0321

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0319

PARECER: REJEITADO

DR. BENEDITO DIAS PPB/AP

EMENDA: 0259

PARECER: REJEITADO

DR. HÉLIO PDT/SP

EMENDA: 0348

PARECER: REJEITADO

ESTHER GROSSI PT/RS

EMENDA: 0414

PARECER: REJEITADO

EXPEDITO JUNIOR PFL/RO

EMENDA: 0329

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0327

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0325

PARECER: REJEITADO

FELIX MENDONÇA PTB/BA

EMENDA: 0397

PARECER: REJEITADO

FETTER JÚNIOR PPB/RS

EMENDA: 0005

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0008

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0001

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0003

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0002

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0007

PARECER: REJEITADO

GILMAR MACHADO PT/MG

EMENDA: 0217

PARECER: REJEITADO

GIVALDO CARIMBÃO PSB/AL

EMENDA: 0342

PARECER: REJEITADO

GONZAGA PATRIOTA PSB/PE

EMENDA: 0247

PARECER: REJEITADO

GUSTAVO FRUET PMDB/PR

EMENDA: 0070

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0066

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0065

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0064

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0063

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0071

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0061

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0072

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0076

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0075

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0073

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0062

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

HERACLITO FORTES PFL/PI

EMENDA: 0314

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

INÁCIO ARRUDA PC DO B/CE

EMENDA: 0352

PARECER: REJEITADO

IVANIO GUERRA PFL/PR

EMENDA: 0044

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0047

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0048

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0042

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0041

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0040

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0039

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0038

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0043

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0034

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0046

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0030

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0031

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0029

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0033

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0032

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0035

PARECER: REJEITADO

JOÃO COSER PT/ES

EMENDA: 0382

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0379

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0381

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0380

PARECER: REJEITADO

JOÃO LEÃO PSDB/BA

EMENDA: 0394

PARECER: REJEITADO

JONIVAL LUCAS JUNIOR PMDB/BA

EMENDA: 0088

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0090

PARECER: REJEITADO

JORGE ALBERTO PMDB/SE

EMENDA: 0257

PARECER: REJEITADO

JORGE BITTAR PT/RJ

EMENDA: 0058

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0057

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0054

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

JOSÉ BORBA PMDB/PR

EMENDA: 0148

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0149

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0150

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0157

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0159

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0160

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0145

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0162

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0163

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0161

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0144

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0143

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0142

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0140

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0139

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0138

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0135

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0134

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0133

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0132

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0164

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0136

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0176

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0226

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0180

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0177

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0165

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0174

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0172

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0171

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0170

PARECER: REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA

EMENDA: 0169

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0168

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0167
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0166
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0179
PARECER: REJEITADO

JUQUINHA PSDB/GO

EMENDA: 0282
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0276
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0277
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0278
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0279
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0280
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0281
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0283
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0284
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0285
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0286
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0275
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0288
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0270
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0287
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0262
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0484
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0480
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0479
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0272
PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0485

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0274

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0265

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0266

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0267

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0268

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0269

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0271

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0273

PARECER: REJEITADO

LUCIA VANIA PSDB/GO

EMENDA: 0421

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0430

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0428

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0427

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0424

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0423

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0422

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0431

PARECER: REJEITADO

LUIZ DANTAS PST/AL

EMENDA: 0095

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0092

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0096

PARECER: REJEITADO

MÁRCIO REINALDO MOREIRA PPB/MG

EMENDA: 0245

PARECER: REJEITADO

MARIA DO CARMO ALVES PFL/SE

EMENDA: 0324

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0395

PARECER: REJEITADO

MILTON BARBOSA PFL/BA

EMENDA: 0371

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0375

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0374

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0372

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0370

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0369

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0368

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0367

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0365

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0373

PARECER: REJEITADO

MUSSA DEMES PFL/PI

EMENDA: 0345

PARECER: REJEITADO

ORLANDO DESCONSI PT/RS

EMENDA: 0339

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0336

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0337

PARECER: REJEITADO

PAULO PAIM PT/RS

EMENDA: 0377

PARECER: REJEITADO

PEDRO HENRY PSDB/MT

EMENDA: 0206

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0209

PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0210

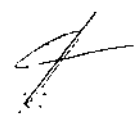
PARECER: REJEITADO

PINHEIRO LANDIM PMDB/CE

EMENDA: 0438**PARECER:** REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA**EMENDA: 0441****PARECER:** REJEITADO**EMENDA: 0440****PARECER:** REJEITADO**EMENDA: 0439****PARECER:** REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA**EMENDA: 0436****PARECER:** REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA**EMENDA: 0435****PARECER:** REJEITADO**EMENDA: 0433****PARECER:** REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA**EMENDA: 0434****PARECER:** REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA**EMENDA: 0437****PARECER:** REJEITADO**RICARDO BARROS PPB/PR****EMENDA: 0016****PARECER:** REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA**EMENDA: 0013****PARECER:** REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA**EMENDA: 0015****PARECER:** REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA**EMENDA: 0021****PARECER:** REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA**EMENDA: 0023****PARECER:** REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA**EMENDA: 0025****PARECER:** REJEITADO**EMENDA: 0026****PARECER:** REJEITADO**EMENDA: 0014****PARECER:** REJEITADO**RICARDO SANTOS PSDB/ES****EMENDA: 0099****PARECER:** REJEITADO POR SE ENCONTRAR ATENDIDO PLENAMENTE NO PPA**EMENDA: 0098****PARECER:** REJEITADO**ROSE DE FREITAS PSDB/ES****EMENDA: 0444****PARECER:** REJEITADO**EMENDA: 0446****PARECER:** REJEITADO**VIRGÍLIO GUIMARÃES PT/MG****EMENDA: 0188****PARECER:** REJEITADO

**Emendas Rejeitadas e Prejudicadas
aos Anexos IV e V do PL nº 31/2001-CN**

AUTOR: ALMIR SA PPB/RR		
EMENDA: 0213	PARECER:	PREJUDICADO
AUTOR: CLEMENTINO COELHO PPS/PE		
EMENDA: 0470	PARECER:	REJEITADO
AUTOR: EDUARDO BARBOSA PSDB/MG		
EMENDA: 0254	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0255	PARECER:	REJEITADO
AUTOR: ESTHER GROSSI PT/RS		
EMENDA: 0416	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0417	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0418	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0419	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0420	PARECER:	REJEITADO
AUTOR: FETTER JÚNIOR PPB/RS		
EMENDA: 0009	PARECER:	PREJUDICADO
EMENDA: 0010	PARECER:	PREJUDICADO
AUTOR: GILMAR MACHADO PT/MG		
EMENDA: 0214	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0215	PARECER:	PREJUDICADO
EMENDA: 0216	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0218	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0219	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0220	PARECER:	REJEITADO
AUTOR: GIOVANNI QUEIROZ PDT/PA		
EMENDA: 0405	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0405	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0407	PARECER:	REJEITADO
AUTOR: GUSTAVO FRUET PMDB/PR		
EMENDA: 0069	PARECER:	PREJUDICADO
EMENDA: 0077	PARECER:	REJEITADO
AUTOR: INÁCIO ARRUDA PC DO B/CE		
EMENDA: 0353	PARECER:	PREJUDICADO
AUTOR: IVANIO GUERRA PFL/PR		
EMENDA: 0028	PARECER:	PREJUDICADO
EMENDA: 0050	PARECER:	REJEITADO
AUTOR: JOÃO COSER PT/ES		
EMENDA: 0383	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0384	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0385	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0386	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0387	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0388	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0389	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0390	PARECER:	REJEITADO
AUTOR: JOSE BORBA PMDB/PR		
EMENDA: 0153	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0154	PARECER:	PREJUDICADO
AUTOR: JUQUINHA PSDB/GO		
EMENDA: 0482	PARECER:	REJEITADO
EMENDA: 0483	PARECER:	REJEITADO
AUTOR: LÉOMAR QUINTANILHA PPB/TO		
EMENDA: 0249	PARECER:	REJEITADO



AUTOR: LEOMAR QUINTANILHA PPB/TO

EMENDA: 0250 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0251 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0252 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0253 PARECER: REJEITADO

AUTOR: LUCIO ALCANTARA PFL/CE

EMENDA: 0200 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0201 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0205 PARECER: REJEITADO

AUTOR: LUIZ CARLOS HAULY PSDB/PR

EMENDA: 0305 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0306 PARECER: REJEITADO

AUTOR: MÁRCIO REINALDO MOREIRA PPB/MG

EMENDA: 0227 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0227 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0228 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0229 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0230 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0231 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0232 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0233 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0235 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0236 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0236 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0238 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0239 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0243 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0246 PARECER: PREJUDICADO

AUTOR: NELSON MEURER PPB/PR

EMENDA: 0331 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0332 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0333 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0334 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0335 PARECER: REJEITADO

AUTOR: PAULO MOURÃO PSDB/TO

EMENDA: 0183 PARECER: REJEITADO

AUTOR: RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB/CE

EMENDA: 0202 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0203 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0204 PARECER: REJEITADO

AUTOR: RICARDO BARROS PPB/PR

EMENDA: 0011 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0020 PARECER: REJEITADO

AUTOR: ROMERO JUCÁ PSDB/RR

EMENDA: 0289 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0289 PARECER: PREJUDICADO

EMENDA: 0290 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0292 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0293 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0297 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0297 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0300 PARECER: REJEITADO

EMENDA: 0300 PARECER: REJEITADO



AUTOR: SÉRGIO MIRANDA PC DO B/MG

EMENDA: 0486	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0487	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0489	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0490	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0493	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0494	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0495	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0496	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0497	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0498	PARECER: REJEITADO

AUTOR: VIRGÍLIO GUIMARÃES PT/MG

EMENDA: 0190	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0191	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0192	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0193	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0194	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0195	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0196	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0197	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0198	PARECER: REJEITADO
EMENDA: 0199	PARECER: REJEITADO



**Relatoria do Projeto de Lei nº 31/2001-CN –
“Altera o Plano Plurianual período de 2000 –
2003”**

**NOTA DE ESCLARECIMENTO À MESA
DO CONGRESSO NACIONAL**

Assunto: *Implementação das Alterações Promovidas pelo Plenário do Congresso Nacional ao Substitutivo Apresentado pela CMPOF.*

Considerando que o Plenário do Congresso Nacional aprovou alterações ao substitutivo apresentado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; considerando que tais ajustes deverão ser incorporados ao texto final da lei nos exatos termos do que foi acordado e decidido nas sessões do Congresso Nacional, inclusive em relação aos lançamentos das notas taquigráficas; e, finalmente, a fim de que tais alterações reflitam adequada e coerentemente as decisões tomadas pelo Congresso Nacional, determino que os aperfeiçoamentos sejam implementados da seguinte forma:

1. Requerimentos de destaque referentes a emendas de valor, aprovados parcialmente no Plenário do Congresso Nacional:

Nº do Requerimento: 150

Nº da Emenda: 111

Autor da Emenda: Antônio Carlos Konder Reis

Programa: Corredor Mercosul

Ação: Adequação de Trecho Rodoviário no Corredor Mercosul – BR 280/SC, Duplicação do Trecho compreendido entre os Municípios de São Francisco do Sul a Porto União.

Valor aprovado: R\$1.000.000,00

Nº do Requerimento: 151

Nº da Emenda: 0104

Autor da Emenda: Antônio Carlos Konder Reis

Programa: Gestão Urbana

Ação: Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano/Ações de Infra-Estrutura Urbana na Região da Grande Florianópolis – Santa Catarina/SC

Valor aprovado: R\$1.000.000,00

Nº do Requerimento: 152

Nº da Emenda: 400

Autor da Emenda: Fernando Ferro

Programa: Energia das Pequenas Comunidades

Ação: Planejamento e Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas

Valor aprovado: R\$1.000.000,00

Nº Requerimento: 154

Nº da Emenda: 313

Autor da Emenda: Antônio Carlos Júnior

Programa: Nossos Rios: São Francisco

Ação: Desassoreamento do Leito do rio São Francisco

Valor aprovado: R\$1.000.000,00

2. No texto da lei, os arts. 3º, 4º 5º e 6º terão a seguinte redação:

Art. 3º Ficam alteradas as denominações e objetivos dos programas constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo II a esta lei a partir do exercício de 2002.

Art. 4º Ficam alteradas as ações constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo III e IV desta lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 5º Ficam excluídos, do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, os programas, constantes do Anexo V à esta lei, a partir do exercício de 2002.

Art. 6º Ficam excluídas dos respectivos programas, as ações constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo VI desta lei, a partir do exercício de 2002.

3. Foi modificada e aprovada a emenda nº 184, do Deputado Virgílio Guimarães, que inclui o seguinte parágrafo no art. 2º do texto da lei:

“Art. 2º... ..

Parágrafo único. No caso do Programa de Universalização do Serviço de Telecomunicações, deverão ser utilizadas configurações instaladas que permitam diferentes alternativas de softwares nos sistemas operacionais.”

4. Com esta nova redação da emenda nº 184, aprovada pelo Plenário do Congresso Nacional, fica prejudicada a emenda de Relator nº 3, anteriormente aprovada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e que modificava o objetivo do Programa de Universalização do Serviço de Telecomunicações.

Brasília/DF, 25 de setembro de 2001. – Deputado **Santos Filho**, Relator.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, pedi verificação há uma hora.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, eles não podem fazer isso.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, já havia uma hora do pedido, quando V.Exa. acolheu a questão de ordem. Tenho sua decisão.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, isso é um absurdo, é uma vergonha para a Casa!

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, V.Exa. disse: "No interstício de uma hora do pedido de verificação". O pedido já tem uma hora. Está gravado. Pode consultar as notas taquigráficas.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, está na hora, quarenta minutos só para isso.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, V.Exa., ao anunciar sua decisão sobre a questão de ordem, foi muito claro. V.Exa. disse que seria uma hora do pedido de verificação, e o pedido já tem uma hora.

V.Exa. pode ouvir a gravação da sua decisão. V.Exa. disse: "Uma hora do pedido de verificação". E o pedido de verificação no Senado ocorreu há mais de uma hora.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Não, Presidente, a votação terminou às 20h45min. O pedido tem apenas 25 minutos. Ainda temos 35 minutos. Vamos colocar as coisas corretamente, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, apresentei uma questão de ordem e V.Exa. não a respondeu. Qual é a sua resposta?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria está encerrada, eminente Deputado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Não, Sr. Presidente, apresentei a questão de ordem antes da votação. Esta sessão não vai continuar! Eles querem aprovar a matéria na marra, para que possam fazer a maior roubalheira! É roubo! Estão aprovando na marra para corrupção, para garantir a eleição do ano que vem; estão roubando, metendo a mão. A Nação tem de saber que estão roubando. Metendo a mão! Estão metendo a mão! É para a campanha do ano que vem!

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço que V.Exa. me assegure a palavra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Estão roubando o povo brasileiro. Não me dirijo ao Presidente. É roubo! (Tumulto.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(É suspensa a sessão às 20 horas e 50 minutos e reaberta às 20 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, a Mesa tem o maior interesse em garantir a palavra a todos os Srs. Parlamentares. Portanto, ao reabrir esta sessão, solicito de todos os Srs. Congressistas compreensão, para que os trabalhos possam prosseguir em ordem.

Concedo a palavra, pela ordem, inicialmente ao Deputado José Genoíno, que a havia pedido antes da suspensão da sessão.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem, na condição de Líder de bancada, e V.Exa. está agora provocando mais uma discriminação neste plenário. Não posso aceitar isso, porque estou, há trinta minutos, pedindo a palavra na condição de Líder, e V.Exa. não me atende.

Quero requerer formular uma questão de ordem a V.Exa. e não abro mão de fazê-lo. Falo em nome da minha bancada e do meu partido. Peço a palavra como Líder de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou pedir aos Srs. Parlamentares que se inscrevam, então, mas concedo a palavra inicialmente ao Deputado José Genoíno.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, eu já pedi pela Liderança.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. LINCOLN PORTELA – Sr. Presidente, o PL quer se manifestar.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, o Líder tem preferência. V.Exa. tem de conhecer o Regimento. O Líder tem preferência.

O SR. WALTER PINHEIRO – V.Exa. está rasgando o nosso Regimento.

O SR. RUBENS BUENO – V.Exa. tem de conhecer o Regimento. Sou Líder de bancada e tenho preferência. V.Exa. está sendo mal assessorado pela Mesa, e este Plenário não tem culpa disso. Na condição de Líder, tenho preferência e exijo o cumprimento do Regimento. Quero formular uma questão de ordem a V.Exa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Sr. Presidente, quero exatamente concordar com a solicitação dos Líderes,

que têm preferência. Portanto, os Líderes falarão e, após os dois Líderes, eu me inscrevo para falar.

O SR. WALTER PINHEIRO – Não pode ser a preferência da vontade do Presidente.

O SR. LINCOLN PORTELA – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PL/PSL está se inscrevendo para falar.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Foi muito bom que o Deputado José Genoíno tenha passado um sabão na Presidência da Casa.

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, a preferência é regimental e não sentimental.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Deputado José Genoíno havia pedido a palavra pela ordem e teve a compreensão de cedê-la aos Líderes.

O SR. WALTER PINHEIRO – Não é uma questão de compreensão, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS – PR. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos nós temos o maior respeito pelo Deputado José Genoíno, mas não posso receber de S.Exa. a preferência que me dá. É o Regimento Interno que me distingue como Líder de bancada. Portanto, é pelo Regimento que quero falar. *(Palmas.)*

Sr. Presidente, V.Exa. leu, respondendo a uma questão de ordem, os §§ 1º e 2º do art. 51. V.Exa. leu, e nós ouvimos atentamente, mas V.Exa. tomou uma decisão como se não tivesse lido.

O § 2º do art. 51 diz o seguinte:

Art. 51

§ 2º Será dispensada a redação final se o projeto for aprovado sem emendas ou em substitutivo integral, e o texto considerado em condição de ser definitivamente aceito.

Sr. Presidente, acabamos de votar quatro emendas. Foi alterado o substitutivo. Não é possível que este Plenário vá dar um atestado de ignorância e incompetência. Queremos que V.Exa. faça valer o Regimento, que é o que faz esta convivência. Se V.Exa. interpretar de maneira diferente, vai fazer com que a convivência nesta Casa esteja permanentemente em estado de beligerância. E não é isso o que queremos. V.Exa., que acabou de ser eleito Presidente do Senado Federal, deve conduzir à nor-

malidade as sessões do Congresso Nacional. Que V.Exa. acate o que está no Regimento e estabeleça ordem no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria é vencida.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, precisamos de ordem. Recorro da sua decisão. Não é possível.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assim não é possível trabalhar. Não há condições de funcionar o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a matéria, há inclusive recurso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Mas V.Exa. não pode rasgar o Regimento, Sr. Presidente. V.Exa. não pode rasgar o Regimento.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente...

O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, estou pedindo a V.Exa. a palavra na condição de Líder. Pedi bem antes.

O SR. SÉRGIO MIRANDA – Não tem condições de funcionar o Congresso.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, se o Regimento não vale, instala-se o caos. Se não vale a lei, se não vale a norma, instala-se o caos. Ou estamos no Estado de Direito, e o Regimento Interno prevalece, ou, então, a Mesa...

Não posso deixar de lembrar a V.Exa., à Presidência do Congresso, o fato de que uma informação da Assessoria da Mesa do Congresso Nacional e do Senado Federal foi parar no Supremo Tribunal Federal, e a Assessoria perdeu por unanimidade.

O SR. WALTER PINHEIRO – E é o mesmo assessor que ora está orientando V.Exa. É o mesmo assessor, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO – Mais uma vez. Ora, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senhores, ou nós vamos conseguir trabalhar, ou vou ter de dar por encerrada a sessão.

O SR. WALTER PINHEIRO – Para conseguir trabalhar, V.Exa. tem de respeitar... *(Tumulto.)*

O SR. RUBENS BUENO – Queremos trabalhar em ordem, com respeito às leis. (*Tumulto.*)

O SR. WALTER PINHEIRO – V.Exa. está desrespeitando o Regimento. (*Tumulto.*)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, Srs. Deputados, declaro encerrada a presente sessão do Congresso Nacional. (*Tumulto.*)

São os seguintes os itens com apreciação sobrestada:

– 2 –

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 18, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda crédito especial no valor de R\$700.000,00(setecentos mil reais), para os fins que especifica” tendo, – Parecer nº 35, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto e rejeição da emenda apresentada. (Mensagem nº 346/2001-CN – nº 579/2001, na origem).

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 5, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5730.0001 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-060/GO – Entroncamento BR-153/GO – Divisa DF/GO, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER”, como conclusão do – Parecer nº 25, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.784.0237.5749.0005 – Implantação de Hidrovias no Corredor Araguaia – Tocantins – Hidrovia do Capim, da Unidade Orçamentária 39.101 – Ministério dos Transportes”, como conclusão do – Parecer nº 26, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 7, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5725.0019 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-040/MG – Santos Dumont – Ressaquinha – Belo Horizonte – Sete Lagoas, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER”, como conclusão do – Parecer nº 27, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 8, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5710.0013 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-235/TO – Divisa Toima – Divisa Toipa, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER”, como conclusão do – Parecer nº 29, de 2001 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 9, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.732.0230.5704.0024 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-482/MG – Conselheiro Lafaiete (BR-040) – Piranga – Fervedouro, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER”, como conclusão do – Parecer nº 30, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 2001-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2001, do Congresso Nacional, que “Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 do subti-

tulo 18.544.0515.1851.0123 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica, constante do Quadro V da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, nas condições que especifica”, como conclusão do – Parecer nº 31, de 2001-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 20 horas e 58 minutos.)

ATA DA 13ª SESSÃO CONJUNTA REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 2001

(Publicada no **DCN** nº 34, de 6 de setembro de 2001)

RETIFICAÇÃO

Na página 16934, no Projeto de Resolução nº 3, de 2001-CN, substitua-se pelo seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2001-CN

Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para instituir a Subcomissão de Combate à Pobreza.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º art. 11 da Resolução nº 2, de 1995-CN, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. A Comissão organizar-se-á em subcomissões temáticas permanentes em número não superior a oito, objetivando a racionalização dos seus trabalhos, cabendo às mesmas, dentre outras atribuições, apreciar os relatórios setoriais, acompanhar e fiscalizar a respectiva execução orçamentária, examinar as prioridades e metas da lei de diretrizes orçamentárias e realizar audiências públicas. (NR)

§ 3º São as seguintes as Subcomissões temáticas permanentes, cuja composição e áreas de atuação são disciplinadas no Regulamento Interno da Comissão:

I – Subcomissão dos Poderes do Estado, Representação e Defesa;

II – Subcomissão de Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio;

III – Subcomissão de Infra-Estrutura;

IV – Subcomissão de Educação e do Desporto, Cultura, Ciência e Tecnologia;

V – Subcomissão de Saúde, Trabalho e Previdência;

VI – Subcomissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal;

VII – Subcomissão de Planejamento, Urbanismo e Integração Regional;

VIII – Subcomissão de Combate à Pobreza.” (AC)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Projeto de Resolução que ora submeto à apreciação do Congresso Nacional visa a criar a Subcomissão Permanente de Combate à Pobreza, órgão subordinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização, instituída pelo § 1º, do art. 166 da Constituição Federal e disciplinada pela Resolução nº 2, de 1995-CN.

A idéia de se criar tal Subcomissão, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária dos planos e projetos referentes a aplicação do Fundo de Combate à Pobreza, nasceu por iniciativa do próprio Autor da Proposta de Emenda Constitucional sobre o Fundo, Senador Antônio Carlos Magalhães, quando a matéria, ainda, estava sendo debatida na Comissão Especial instalada nesta Casa, que teve o privilégio de relatar.

Naquela oportunidade afirmei, com anuência do Plenário da Comissão, que para o sucesso do Fundo não importava tanto a especificação das fontes de recursos no próprio Texto Magno, mais importante era intervir do outro lado do Fundo, isto é, do lado dos gastos e dos programas a serem executados, fazendo com que fossem canalizados para a cobertura das áreas mais carentes. Para que se possa atingir tal objeto, qual seja, a erradicação da pobreza em nosso País, creio que a instituição de uma subcomissão permanente para focalização das ações e acompanhamento dos recursos alocados com tal destinação faz-se absolutamente imprescindível.

Certo de que os ilustres Pares bem poderão compreender o alcance social e a importância da proposição, aguardo o seu acolhimento.

Sala das Sessões, de de 2001. – **Paulo Magalhães.**

MM
de p...in

Deputado PAULO MAGALHÃES

[Signature]

[Signature]

[Signature]

01184400.100.c

Junil
Tobert
in
João
de
Paulo
de
Paulo

Em
Paulo
de

Paulo
de
Paulo
de
Paulo
de

Paulo
de

1-903

Deputado PAULO MAGALHÃES

- 8m 10h 15.15 PSDB 938
 - 236
 - 452 460 (ota 6 10324)
 01184400.100.c
 724 - Ruy
 734 - Heli
 539 - SALOMÃO GURGEL - PDT/RN
 950 - Miriam
 926 - WOLNEY
 901 -
 382
 352
 469 Wagner 19
 845 7MDB Pa
 283 PT-MG
 368 PMDB-MG
 525 Hoelher 23

24 Rog Lacerda - PASS CANDIDATO

25 Alex Garcia - PSDB 842

26 Dúlio Pinheiro - P.T.B - 940

27 Sila Ara - PSDB 640

28 Ruaneis Bueno - 820

29 Aldir Cabral 94

30 Vitorino Pereira - P.T.B - 484

31 L. Costa - PFL - 729

32 Roberto de PPB 420

33 Vasconcelos

34 332 - PPB/SC

35 830

36 526

PLENARIO - RECEBIDO	
Em	15.08.1997
Nome	3057
Ponto	

37 613/22 R 542

38 613/22 R 542

39 613/22 R 542

40 613/22 R 542

41 613/22 R 542

42 613/22 R 542

43 613/22 R 542

44 613/22 R 542

45 613/22 R 542

46 613/22 R 542

570. 804 - ~~PT~~ 62
 79 ~~762~~ - URSICINO QUEIROZ - ~~PMDB~~ 832
 Coriolano Sales - ~~PMDB~~ 832

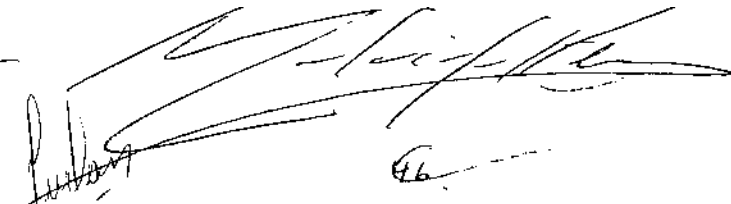
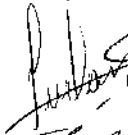
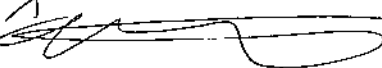
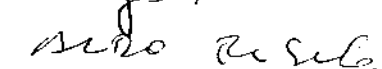

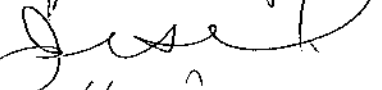
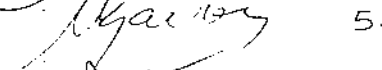
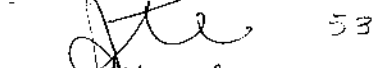

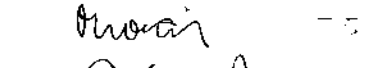
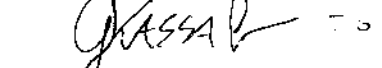
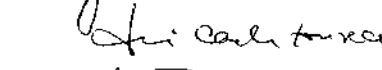



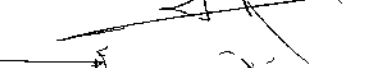
~~100~~ → Lúcia Piter - PS2 / M6 64
 946 Medeiros - PC / SD 65
 PMDB 66


417 ~~PMDB~~
 582 ~~PMDB~~ 67

Dr. ROCHA - PT - PR - 74 68
 Afonso Rocha - Sub. 6/6 - 77 69

Quadrado - PMDB - 70
 Eufrasio - PFL - 71
~~PMDB~~ 72
 PMDB - 73

~~PMDB~~
 AD - PSB / ES 74
 GILBERTO CARVALHAS 75
 PSB / AL
 605 - PSDB (PB) 76
 77
 78

350 - 
 836  46
 703  47
 462 - Sérgio Mink 48
 924 -  49
 642  50
 780  51
 422  52
 202  53
 806  54
 813  55
 828  56
 322  57
 728  58
 274  59
 483  60
 504  61

 - FARIAS JR (PMDB-TO) 19/3

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SGN nº 141/01

Brasília, 24 de agosto de 2001

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Nesta

Senhor Secretário-Geral.

Em resposta ao Of. nº 510/01 – SGM, encaminho a Vossa Senhoria a relação de assinaturas conferidas apostas ao Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Pauto Magalhães e outros Senhores Parlamentares, que “Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para instituir a Subcomissão de Combate à Pobreza”.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de apreço.

Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa.

CÂMARA DOS DEPUTADOS**SGM - SECAP (7503)****Conferência de Assinaturas**

23/08/01 11:34:02

Página: 001

Tipo da Proposição: PRN**Autor da Proposição:** PAULO MAGALHÃES E OUTROS**Data de Apresentação:** 21/08/01

Ementa: Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para instituir a Subcomissão de Combate à Pobreza.

Possui Assinaturas Suficientes: CONFERINDO**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas	079
Não Conferem	002
Fora do Exercício	000
Repetidas	000
Ilegíveis	000
Retiradas	000

Assinaturas Confirmadas

1	AIRTON ROVEDA	PSDB	PR
2	ALDIR CABRAL	PFL	RJ
3	ALDO ARANTES	PCdoB	GO
4	ALDO REBELO	PCdoB	SP
5	ALEX CANZIANI	PSDB	PR
6	ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC
7	ANTONIO JOAQUIM ARAÚJO	PPB	MA
8	ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP
9	ÁTILA LIRA	PSDB	PI
10	BISPO RODRIGUES	PL	RJ
11	CARLOS SANTANA	PT	RJ
12	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
13	CORIOLANO SALES	PMDB	BA
14	DIVALDO SURUAGY	PST	AL
15	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
16	DR. HÉLIO	PDT	SP
17	DUILIO PISANESCHI	PTB	SP
18	EDINHO BEZ	PMDB	SC
19	EFRAIM MORAIS	PFL	PB
20	EURICO MIRANDA	PPB	RJ
21	FERNANDO CORUJA	PDT	SC
22	FRANCISCO COELHO	PFL	MA
23	FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	BA
24	GILBERTO KASSAB	PFL	SP

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

23/08/01 11:34:02

Página: 002

25	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
26	HUGO BIEHL	PPB	SC
27	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
28	INALDO LEITÃO	PSDB	PB
29	INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	PE
30	JAIME FERNANDES	PFL	BA
31	JAQUES WAGNER	PT	BA
32	JARBAS LIMA	PPB	RS
33	JOÃO COLAÇO	PMDB	PE
34	JOÃO GRANDÃO	PT	MS
35	JOÃO MAGNO	PT	MG
36	JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ
37	JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA
38	JOSÉ CARLOS FONSECA JR.	PFL	ES
39	JOSÉ DIRCEU	PT	SP
40	JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP
41	LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE
42	LINCOLN PORTELA	PSL	MG
43	LUIS CARLOS HEINZE	PPB	RS
44	LUIZ MOREIRA	PFL	BA
45	MARCONDES GADELHA	PFL	PB
46	MARIA ELVIRA	PMDB	MG
47	MARIA LÚCIA	PMDB	MG
48	MARISA SERRANO	PSDB	MS
49	MEDEIROS	PL	SP
50	MILTON BARBOSA	PFL	BA
51	MIRIAM REID	PSB	RJ
52	MUSSA DEMES	PFL	PI
53	NELO RODOLFO	PMDB	SP
54	NELSON TRAD	PTB	MS
55	NEUTON LIMA	PFL	SP
56	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
57	OSVALDO REIS	PMDB	TO
58	PAES LANDIM	PFL	PI
59	PAULO MAGALHÃES	PFL	BA
60	PAULO ROCHA	PT	PA
61	PEDRO NOVAIS	PMDB	MA
62	PINHEIRO LANDIM	PMDB	CE
63	PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP
64	REGIS CAVALCANTE	PPS	AL
65	RICARDO FERRAÇO	PPS	ES
66	ROLAND LAVIGNE	PMDB	BA
67	RONALDO CAIADO	PFL	GO
68	RONALDO VASCONCELLOS	PL	MG
69	RUBENS BUENO	PPS	PR
70	RUBENS FURLAN	PPS	SP
71	SÉRGIO BARROS	PSDB	AC
72	SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

23/08/01 11:34:02

Página: 003

73	URSICINO QUEIROZ	PFL	BA
74	WALTER PINHEIRO	PT	BA
75	WERNER WANDERER	PFL	PR
76	WILSON BRAGA	PFL	PB
77	WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE
78	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
79	ZULAIÉ COBRA	PSDB	SP
80	<i>Freia Junior</i>	<i>PMDB</i>	<i>GO</i>

Assinaturas que Não Conferem

1	DR. ROSINHA	PT	PR
2	SALOMÃO GURGEL	PDT	RN

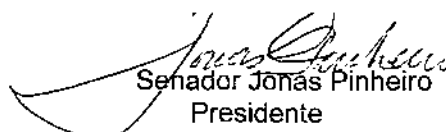
(Às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados)

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2080-62**, ADOTADA EM 19 DE ABRIL DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 20 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA OS ARTS. 1º, 4º, 14, 16 E 44, E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, QUE INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL, BEM COMO ALTERA O ART. 10 DA LEI Nº 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL-ITR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ATA DA 12ª REUNIÃO, AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM
TOLEDO/PARANÁ, DIA 27 DE ABRIL DE 2001.

Às nove horas do dia vinte e sete de abril do ano dois mil e um, no Auditório do Teatro Municipal de Toledo, Av. Parigot de Souza, Paraná, sob a Presidência do Senhor Senador JONAS PINHEIRO, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada para realizar Audiência Pública, com a presença dos Senhores Parlamentares: Amir Lando, Moacir Micheletto, Osmar Serraglio e Dilceu Sperafico (não membro). Deixam de comparecer, por motivos justificados, os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declarou aberta a Audiência Pública e convidou para compor a mesa os Parlamentares e convidados: Moacir Micheletto (relator), Amir Lando, Dilceu Sperafico, Osmar Serraglio, Duílio Genari, Ademir Bier, Rogério Massing, Dr. Derli Antonio Donin, Prefeito do Município de Toledo e Presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná; Dr. Antonio Leonel Poloni, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Dr. João Paulo, Presidente da Ocepar, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; Dr. Ágide Meneghetti, Presidente da Agricultura do Estado do Paraná; Sra. Liana Fátima Fuga, Reitora da Universidade Estadual do Paraná – Unioeste; Sra. Ana Cristina, representante do Ministério do Meio Ambiente; Dr. Ailton Santos, representante do Ministério da Agricultura; Dr. Roberto, representante do Sema, Secretaria do Meio Ambiente; e Dra. Andréa Macedo de Paiva, Procuradora do Ibama. Inicialmente com a palavra o Deputado Moacir Micheletto para suas considerações. Em seguida usaram da palavra: Dr. Derli Donin, Dr. Antonio Leonel Poloni, Deputado Duílio Genari e o Vereador Rogério Massing. Na segunda etapa da audiência debateram a matéria os parlamentares: Osmar Serraglio, Dilceu Sperafico e Amir Lando. Passou-se a ouvir os palestrantes: Dr. Assuero Doca Veronez, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Acre; Dr. André Angonese, Secretário do Meio Ambiente do Município e membro da FAEP; Dr. Edson Carolo, representante da Associação Comercial e Industrial de Toledo, Dr. José Cairo Correia de Almeida-FETAEP; Sr. Leocildes Luiz Roza Bisolnin, representante da Associação Paranaense dos Suinocultores; Srs. Ricardo Antônio Palma e Luiz Eduardo, representantes dos piscicultores; Sr. Nelson Natalino Paludo, Presidente do Sindicato Rural de Toledo; Sr. Edmar Rochembach, Presidente da Cooperlac; e Srs. Darci José Baches e Simone Siviero, representantes dos produtores rurais. O Presidente passou a palavra aos inscritos: Sr. John Kennedy, da Fundação Verde de Maringá; Prefeito de Boa Vista da Aparecida, José Carlos Henrichs; Sr. José Waldemar, Presidente do Sindicato Rural de Iguaçu; Pastor Edgar Ravachi; Oscar Frosa da Sociedade Rural de Palutina, Sr. Valdeci Miester, da ONG dos Municípios alagados pela usina de Salto do Caxias; Vereador Eder Alberto; e Sr. Ivan Kaick da Ocepar. Encerrando a audiência, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator, Deputado MOACIR MICHELETTO. Abrindo uma exceção o Presidente concedeu a palavra ao Vereador Luiz Fritzen que apresentou proposta da Câmara Municipal. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão encerrou a audiência, lavrando eu, Maria de Fátima Maia de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as notas taquigráficas.


Senador Jonas Pinheiro
Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA
DESTINADA A EXAMINAR A MEDIDA PROVISÓRIA 2080-62, AUDIÊNCIA
PÚBLICA REALIZADA DIA 27/04/2001, EM TOLEDO-PARANÁ.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Como havíamos marcado para as 9 horas, daremos início a esta audiência pública, uma reunião oficial do Congresso Nacional, representado pelos membros desta Comissão Mista, que aqui estão presentes.

Portanto, declaramos aberta esta audiência pública da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.080/62, adotada em 19 de abril de 2001, que altera os artigos 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivo à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e dá outras providências, a realizar-se hoje, dia 27 de abril, no Teatro Municipal, aqui na cidade de Toledo, no Estado do Paraná.

Para compor a Mesa, convidamos inicialmente o Relator dessa medida provisória. Trata-se de um Parlamentar que todos conhecem, pois é muito ligado às causas da terra no Estado do Paraná, como agrônomo, como produtor rural, e, por algumas vezes, Deputado Federal. Convidamos, portanto, o Deputado Moacir Micheletto, do PMDB do Paraná. (Palmas.)

Já presente, convidamos outro membro desta Comissão, também do PMDB do Paraná, um Deputado não menos conhecido na região, porque aqui S. Exª faz política e representa o Estado do Paraná no Congresso Nacional, particularmente na Câmara, Deputado Osmar Serraglio. (Palmas.)

Chamaremos agora o prato da Casa. Convidamos, para participar da Mesa, o Deputado – que eu diria ser o nosso cicerone – Dilceu Sperafico. (Palmas.)

S. Exª é, como todos sabem, do PPB e membro da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. É seu ex-Presidente e tem realizado um efetivo trabalho pela agricultura brasileira no Congresso Nacional.

Também convido a participar da Mesa, além dos Deputados e Senadores, membros desta Comissão, o Prefeito do Município de Toledo e Presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, Dr. Derli Antônio Donin. (Palmas.)

Convidamos também aquele que comanda o processo de desenvolvimento na área da agricultura de todo o meio rural do Estado do Paraná, o Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Antônio Leonel Poloni. (Palmas.)

Convidamos agora os dois representantes da Assembléia Legislativa aqui presentes, os Deputados Estaduais Duílio Genari e Ademir Bier. (Palmas.)

Convidamos ainda para fazer parte desta mesa, por uma deferência especial, os nossos Presidentes da Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), Sr. João Paulo. (Palmas.)

Também está conosco aquele que representa os produtores rurais, os agricultores do Estado do Paraná, que é o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Ágide Meneghetti. (Palmas.)

Convidamos também, de forma muito especial, a reitora da Universidade Estadual do Paraná (Unioeste), Professora Liana Fátima Fuga. (Palmas.)

Devo esclarecer ainda que nós aguardamos a presença dos eminentes Deputados e Senadores. A dificuldade de chegar ao Paraná, a partir de Brasília, é bastante difícil e está confirmada a presença do eminente Senador Amir Lando, do Senador Osmar Dias. No entanto, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal está reunido neste instante e, como S. Ex.ªs participam do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a responsabilidade de S. Ex.ªs lá creio que é bem maior de que suas presenças hoje aqui. Portanto, vamos levar isso em consideração e o Senador Osmar Dias, que estava com muito desejo de estar hoje aqui em Toledo, bem como o Senador Amir Lando, também o Senador Moreira Mendes, que é Vice-Presidente desta Comissão, bem como o Senador Gilberto Mestrinho, que também estava fazendo questão de vir,

estão presos em Brasília. Tomara que ainda haja tempo de chegarem e poder participar deste encontro, bem como esperamos ainda alguns outros Deputados Federais, principalmente aqueles que representam o Estado do Paraná.

Para fazer representar os Srs. Vereadores do Estado do Paraná, convidamos o Presidente da Câmara Municipal de Toledo, o vereador Rogério Massing. (Palmas.) Com a sua presença aqui na Mesa, consideram-se representados todos os vereadores do Estado do Paraná, particularmente o vereador Presidente da Câmara Municipal de Mercedes, Sr. Júlio, e também o Presidente da Seção das Câmaras de Vereadores do Estado do Paraná, vereador Éder Alberto Boff.

Eu queria também, à medida que fossem chegando os vereadores e os prefeitos, que fosse anunciado à mesa, uma vez que queremos e fazemos questão de registrar as suas presenças nesta reunião, nesta audiência pública.

Temos uma ilustre convidada que está aqui por incumbência do Ministério do Meio Ambiente e a convidamos a fazer parte da nossa mesa, a profissional na área de meio ambiente do Ministério do Meio Ambiente, Srª Ana Cristina. (Palmas)

Esta medida provisória tem cinco anos e dois meses. Ainda não foi aprovada porque quando foi editada há cinco anos passados, trazia uma roupagem diferente. À medida em que passava o tempo, essa roupagem foi mudando até que, na sua edição de nº 49, esta Comissão se reuniu e aprovou o projeto de conversão do eminente Relator, Deputado Moacir Micheletto, e todos os senhores sabem o que aconteceu.

De forma muito injusta, a grande imprensa nacional e internacional, impediu que a medida não fosse levada a efeito para ser votada no Plenário do Congresso Nacional. Traçaram uma imagem perversa e injusta do nosso Deputado Moacir Micheletto. Na Edição nº 50, o Poder Executivo mudou totalmente os seus objetivos. E aquela edição, em vez de vir como a medida provisória da Edição nº 49, veio com a proposta do Conama. E, eu diria, piorou para a área de produção o que vinha na medida provisória.

Continuamos a trabalhar em cima da medida provisória para encontrarmos um termo mais adequado do projeto de conversão do Relator para termos uma medida provisória que não venha a prejudicar o meio ambiente – não é o desejo de ninguém –, mas que não engesse a área de produção do pequeno ao grande produtor. Essa Edição nº 50 está levando preocupação ao Paraná, no Sul do País. Se está preocupando o sul, imaginem a preocupação está trazendo nas áreas de cerrado e de floresta do Brasil, onde o proprietário, que tinha o direito de explorar o seu cerrado em até 80% da sua área, hoje está limitado a um percentual muito menor do que isso, ou seja, a 50%.

Os proprietários que estavam na área de floresta e que têm averbado na sua escritura que podiam usar 50% de sua propriedade podem hoje, segundo a medida provisória limita a sua área de utilização em apenas 20%. Imaginem seus amigos, seus parentes, seus companheiros e conhecidos do Paraná que foram para o Mato Grosso, para o Acre, Rondônia ou Pará com uma expectativa de produzir em 50% da área. Estão respeitando a expectativa e têm que diminuir a sua área de utilização para apenas 20%.

Ninguém é contrário à preservação das florestas na Amazônia. Vamos preservá-la, mas entendemos que a linha de comportamento que está traçada pelo Relator é a de que a medida provisória terá como base o zoneamento agroecológico-ecológico que permitirá preservar a mata onde deve ser preservada e utilizá-la para o setor produtivo, onde ela pode tecnicamente ser aproveitada. Essa é a linha de comportamento da medida provisória traçada por esta Comissão. Entretanto, é preciso ouvir os senhores, os seus representantes.

O Relator pede prazo para a medida provisória, que gostaríamos de votar, e já havíamos marcado, na Comissão no dia 2 de maio. Haverá reunião no dia 2 de maio, mas não para votá-la. Apenas para decidir, Deputado Osmar Serraglio, o prazo que o Relator necessita e como podemos aproveitar e realizar mais algumas audiências a fim de chegar o mais perto possível do interesse do Brasil, seja na área ambiental seja na de produção.

Com tais palavras, iniciamos nossos trabalhos.

Gostaria de convidar meu colega, Airton Santos, que representa o Ministério da Agricultura. Recebemos a informação do Ministério da Agricultura de que ele será seu representante neste encontro. Portanto, o Delegado do Ministério da Agricultura no Estado do Paraná, Dr. Airton Santos. Por favor. (Palmas.)

Eu disse que é meu colega porque somos médicos veterinários.

Passamos, portanto, a palavra, para as considerações iniciais, pois falará ao final do encontro, ao Deputado Relator Moacir Micheletto. Antes, porém, lembro que iniciamos nossos trabalhos às nove horas, e a reunião tem duração de quatro horas. Portanto, devemos ir até às 13 horas, podendo prorrogar por mais 30 a 40 minutos.

Com a palavra o Deputado Moacir Micheletto, Relator da medida provisória.

O SR. MOACIR MICHELETTTO – Quero cumprimentar o Sr. Presidente, Membros da Mesa, senhoras e senhores. O objetivo do Relator é ouvir. Estamos percorrendo e ouvindo o Brasil sob a tutela de sua liderança, Sr. Presidente. E como disse V. Ex^a, desejamos elaborar um relatório para o Brasil. É a minha expectativa como brasileiro e como representante do povo brasileiro no Congresso Nacional, tanto minha como dos outros dois valentes Deputados aqui presentes. Nosso objetivo é ouvi-los. E ouvindo, temos certeza de que faremos um relatório que venha trazer um equilíbrio ao meio ambiente e, acima de tudo, ao processo produtivo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Para dar as boas-vindas a todos os que aqui se encontram, e também a nós, segundo informação dele, passamos a palavra ao Prefeito Municipal, Dr. Délio Antônio Derli, também Presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

Com a palavra o Prefeito Municipal.

O SR. DÉLIO ANTÔNIO – Gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Jonas Pinheiro, o Relator, Deputado Federal Moacir Micheletto, Deputado Federal Dilceu Sperafico, Deputado Federal Osmar Serraglio, todos os componentes da Mesa, amigos, companheiros prefeitos aqui presentes, vereadores, representantes de órgãos federais, estaduais, cooperativas, agricultores, ambientalistas.

Enfim, esta é uma manhã na qual, em nome da Associação dos municípios do oeste do Paraná, representando aqui todos os prefeitos do Paraná, gostaria de agradecer, primeiro, a oportunidade ímpar de estarmos discutindo esta medida provisória, a oportunidade ímpar de podermos dizer a todos que temos inúmeros projetos ambientais de preservação. O Paraná, com certeza, é exemplo de projetos de preservação ambiental, projetos que conciliam a produção com a vida, com o meio ambiente e com o futuro deste Estado e deste País. Por isso é muito simples, Sr. Presidente, para todos nós estarmos aqui defendendo as bandeiras da produção, defendendo as bandeiras do desenvolvimento, porque, aliados a isso, estamos oferecendo também projetos sustentáveis e importantes, onde todos os segmentos têm participado como exemplo nacional no desenvolvimento e na preservação do meio ambiente. Temos as questões das microbacias; temos a questão do lixo tóxico; temos a questão, por exemplo, de Toledo e Campo Mourão, que são dois municípios vizinhos que possuem cadastradas bacias de preservação ambiental dos mananciais de água que abastecem as suas cidades; e temos inúmeros projetos sendo desenvolvidos pelo Instituto Ambiental do Paraná, pela Secretaria do Meio Ambiente, em conjunto com as prefeituras municipais.

Por isso, esta é uma manhã festiva. Ao mesmo tempo, temos que agradecer aos Srs. Parlamentares, ao Congresso Nacional, por estarem aqui conosco, dando a cada segmento a oportunidade de trazer as suas reivindicações e colocar as suas considerações.

Temos consciência de que o Congresso Nacional, como sempre teve, terá a sabedoria de apresentar uma medida provisória que venha a ser a melhor para o País, em todos os sentidos. Isso é o que nós buscamos. Não queremos, efetivamente,

transformar este momento num momento de pressão, não, de forma alguma, mas queremos que este seja um momento justo, um momento em que, efetivamente, possamos discutir a produção com a dignidade que ela merece no desenvolvimento deste País.

Assim, eu quero dar as boas-vindas aos membros da Comissão, a todos os senhores que aqui estão, e dizer que, com certeza, estamos extremamente felizes pela oportunidade que está tendo o povo brasileiro de, nesta reunião, discutir e apresentar as suas propostas.

Obrigado pela presença de todos. Sejam todos bem-vindos a Toledo, e que esta manhã surta efetivamente o efeito de conciliar, neste País, a produção com a preservação ambiental, que é o que todos nós queremos.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Antes de dar a palavra ao representante do Governo do Estado do Paraná, o Secretário da Agricultura, Dr. Antônio Leonel, eu gostaria de convidar para participar da Mesa o representante da Sema, Secretaria do Meio Ambiente, que se encontra conosco neste plenário, o Dr. Roberto. (Palmas.)

Com a palavra o Dr. Antônio Leonel Poloni, representante do Governo do Estado do Paraná.

O SR. ANTÔNIO LEONEL POLONI – Eu gostaria de cumprimentar o nobre Senador Jonas Pinheiro e toda esta Comissão Mista. E, principalmente, Senador, gostaria de agradecer por estar fazendo no nosso Estado do Paraná esta audiência pública. Em nome do Governo do Paraná, quero agradecer a todas as pessoas aqui presentes. Quero cumprimentar o Deputado Micheletto, Relator desta Comissão, importante para o desenvolvimento do nosso Estado. É fundamental o papel do Deputado Micheletto. Nós precisamos, efetivamente, dar-lhe forças. Que Deus o ilumine na sua tarefa, que é árdua, difícil, mas muito importante para todos nós. Quero cumprimentar os demais Deputados Federais aqui presentes, Sperafico, Deputado Federal desta cidade, o Deputado Federal Osmar Serraglio, o Deputado Estadual Genari, que é aqui de Toledo, Deputado Ademir Bier, todos os nossos colegas de trabalho, as autoridades que compõem esta Mesa e todos os senhores e senhoras.

Se não me engano, o Senador Amir Lando está chegando.

Sr. Presidente, devolvo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Obrigado, Sr. Secretário.

O Senador Amir Lando está chegando. Vejam o interesse de S. Ex^a. (Palmas)

O Senador Amir Lando é um homem já conhecido do Brasil inteiro. S. Ex^a foi o Relator da Comissão de Orçamento da União para este ano; e quem não se lembra da atuação do Senador Amir Lando quando Relator da CPI que tratou da cassação do Presidente Collor de Mello? S. Ex^a é do PMDB do Estado de Rondônia, membro da Comissão de Ética do Senado Federal, mas nem por isso deixou de dar prioridade à sua participação nesta audiência pública aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado, em nome da Comissão Mista, pela sua presença, Senador Amir Lando.

Continua com a palavra o nobre Secretário da Agricultura, dando as boas-vindas do Governo do Estado do Paraná.

O SR. ANTÔNIO LEONEL POLONI – Agradecendo, então, a acolhida do Prefeito de Toledo e de todas as autoridades, agradecendo também a presença de todos, quero simplesmente falar sobre algumas questões.

Primeiro, quero fazer a entrega oficial de um documento assinado pela Federação de Agricultura do Paraná, pela Ocepar e por nós, que traz algumas sugestões ao Relator para que ele tenha mais conhecimento a respeito das nossas visões quanto à questão agropecuária do Estado do Paraná, à questão ambiental, à questão das nossas visões econômicas da pequena, da média e da grande propriedades do Estado do Paraná.

Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a conhece o Estado do Paraná melhor do que ninguém, principalmente esta região.

O Paraná tem hoje a seguinte visão: a pequena e média propriedades, que são praticamente 86% do Estado do Paraná, para a sua permanência e sobrevivência, precisam utilizar alta tecnologia, o agricultor deve ser integrado e deve transformar os seus produtos. E temos uma visão muito clara. Os senhores cooperativistas, os senhores que estão aqui, agricultores e lideranças, sabem disso. Estamos trabalhando no Paraná, hoje, a certificação de propriedades. Essa é a nossa visão. E quero aproveitar este momento exatamente para dizer como o Brasil precisa permanecer com a pequena e média propriedades vivas.

Buscamos a certificação da propriedade, Srs. Deputados e Srs. Senadores membros desta Comissão, representantes aqui do Congresso e do Senado. Essa pequena propriedade precisa efetivamente exercer com plenitude a sanidade. Ela precisa respeitar todas as questões sociais e as questões trabalhistas. Precisa estar ecologicamente correta. Mas, acima dessas três questões, ela precisa ter viabilidade econômica, porque não adianta você impor respeito à questão trabalhista e social, à questão de sanidade, à questão ambiental, se você não impuser primeiro o respeito à condição da existência da vida humana com dignidade e com avanço social. Eu queria que ficasse bem claro isso aqui, para que pudéssemos ter uma legislação. E esse trabalho da medida provisória vem exatamente ao encontro de tudo isso, de termos uma propriedade no Brasil, principalmente nós do Estado do Paraná, que possa ser certificada. Porque não é preciso certificar o produto; que se certifique a propriedade. E ninguém mais do que o Paraná sabe que existem essas questões agrícolas que são preservadoras e que praticamos aqui, que ensinamos muita gente do Brasil e do mundo. Por exemplo, o plantio direto, a recuperação do solo, de matas ciliares, de nascentes, o manejo de pragas e doenças, o plantio em contorno, a adubação verde, a agricultura orgânica, enfim, uma série de questões que são de preservação ambiental e que fazem parte da nossa vida, da nossa sociedade, da nossa propriedade agrícola.

Se queremos certificar essa propriedade também queremos tê-la ecologicamente correta. Agora, é preciso que nos deixem, efetivamente, produzir renda nessa propriedade. Somos a favor do crescimento da preservação ambiental, porque somos a favor da vida! Ninguém aqui é contra a vida! Agora, somos a favor primeiro da vida humana e depois das outras vidas, seguindo a ordem cronológica que Deus nos deu.

Sr. Presidente, eu queria deixar, ao finalizar, não dados matemáticos, números, porque os técnicos são muito melhores – não sou a pessoa especializada para isso –, mas as recomendações que as nossas entidades estão aconselhando para exame, e temos certeza de que o Dr. Micheletto saberá trabalhar essa questão dentro da Comissão Mista. Uma das recomendações é que precisamos, sim, de ajudas internacionais, mas uma ajuda forte. Sabem para quê? Para derrubar o subsídio dos grandes países imposto a nós e que não permitem (Palmas), apesar de produzirmos produtos de melhor qualidade do que eles, que os nossos produtos sejam colocados, em igualdade de condições, no mercado internacional.

Dêem-nos essa permissão de comercializarmos, coloquem a agricultura na discussão da Organização Mundial do Comércio; nos dêem essa possibilidade, e daí nos cobrem o aumento gradativo, anual, da participação ecológica do nosso País, do nosso agricultor e teremos então receita para adquirirmos maior tecnologia e podermos desenvolver uma agricultura rentável numa propriedade menor, usando menos espaço da propriedade para a agricultura e podendo conservar, para os outros países, uma maior área de conservação ambiental no nosso País.

Finalizando, pois não quero ser chato. Exemplos de outros países são muito úteis. Em 1990, estava pela primeira vez entrando na Alemanha ou na França, para uma reunião, e cheguei meio-dia, cansado. E as pessoas, quando me receberam – eu falava muito mal o idioma deles –, para que participavam da reunião me perguntaram: brasileiro,

por que você não conserva as florestas do Brasil? Disse que estava há 30 dias andando e perguntei: E vocês, o que fizeram com as suas florestas? Por que exigem que preservemos a nossa, se vocês não conservaram as suas? Como vocês conservaram as florestas? Primeiro viabilizaram a propriedade, as pessoas tiveram receita, subsídios, de que forma? Vamos trabalhar junto essa questão? Vamos trabalhar também a questão comercial dos países em desenvolvimento? É muito fácil! Depois fui convidado por essa mesma pessoa para explicar para sua família sobre o Brasil. É preciso esse diálogo com todos os países.

A minha frase final, e procurei escrevê-la para não errar: Que não se permita que alguém que não seja brasileiro, e ou que represente interesses dos que não o são, imponha restrição a nossa capacidade de produção, usando o disfarce do mote da preservação ambiental.

Isso para mim é a vida do Brasil que está em jogo. Hoje estamos no cenário internacional. Todos os exemplos internacionais são bons. Estou aqui falando como defensor de todos os agricultores do Paraná, mas preferencialmente dos pequenos e médios, que são os que precisam mais do Governo. O meu endereço em Curitiba é: Rua Schiller, n.º 717, apartamento 1.701 – Defensor do Agricultor do Paraná. Represento aqui todos os agricultores do Estado do Paraná.

Repito a frase para finalizar: Que não se permita que alguém que não seja brasileiro, e ou que represente interesses dos que não o são, imponha restrição a nossa capacidade de produção, usando o disfarce do mote da preservação ambiental.

Eu sou um grande ecologista, mas um grande defensor da vida. Que Deus abençoe este encontro para que tenhamos luz!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Para as considerações iniciais de abertura deste encontro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passamos a palavra para o Deputado Estadual, representante deste Município e do Estado, Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI – Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente da Comissão Mista, Senador Jonas Pinheiro, quero cumprimentar os Deputados Federais Moacir Micheletto, Dilceu Sperafico e Osmar Serraglio, e ainda meu colega, Deputado Estadual, Ademir Bier, quero cumprimentar nosso querido Secretário da Agricultura, Antônio Leonel Poloni e, com isso, saúdo os demais prefeitos em nome do nosso Prefeito Derly e saúdo as demais autoridades, senhores e senhoras.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, gostaria de agradecer ao Congresso Nacional por estar hoje aqui no oeste do Paraná, em Paraná, em Toledo, nesta audiência pública. Não tenho dúvidas de que, por meio das sugestões daqueles que aqui vieram, nosso Relator possa preparar a documentação necessária para que o nosso produtor possa participar com a grande produção e com o meio ambiente.

Encerro, em nome da Assembléia Legislativa e em nome do nosso Presidente Hermes Brandão e deixo um abraço a todos. Que este encontro do Congresso Nacional aqui no Paraná hoje sirva para que todos nós juntos, de mãos dadas, encontremos uma sugestão definitiva.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – O Governador do Estado está hoje na cidade de Umuarama. O Secretário da Agricultura e o Deputado Osmar se deslocarão para aquela cidade. Mas antes de dar a palavra para o Osmar para liberá-los, queríamos ouvir o representante dos vereadores das Câmaras Municipais. Para nós são importantíssimas as reivindicações surgidas da base. Por isso, queremos dar a palavra ao nosso Vereador presente à Mesa, que é o Presidente da Câmara Municipal de Toledo.

O SR. HERMES BRANDÃO – Senador Jonas Pinheiro, ao cumprimentá-lo estendemos os cumprimentos a esta Mesa já tantas vezes nominada e, de um modo especial, aos Srs. agricultores. Para mim é uma honra tê-los aqui, porque sou filho de agricultor também. Também trabalho o campo, sei das dificuldades de todos nós.

Sr. Presidente, que V. Ex^a, que coordena esses trabalhos em nosso País, leve aos companheiros Senadores e aos companheiros Deputados essa vontade do produtor em continuar fazendo do Brasil um País auto-sustentável.

Todos nós sabemos que é por causa da nossa agricultura que o Brasil é viável. Nós, agricultores, não queremos mudar de profissão. Não porque não temos capacidade de fazer outras coisas, mas porque queremos continuar produzindo. Há uma frase, Sr. Presidente, que diz: "Torcemos para o verde nunca acabar", também não queremos ver a comida faltar. Somos nós, sem dúvida nenhuma, os produtores que alimentam este País e que conduzem, com certeza, o Brasil aos melhores caminhos.

Portanto aqui na base, Sr. Presidente, estamos orando muito por vocês para que Deus dê a inteligência, a sabedoria e a coragem de continuarem lutando e brigando por nosso produtor. Sem dúvida nenhuma, temos a certeza, hoje, nas pessoas que aqui representam a Câmara dos Deputados, Moacir Micheletto e Dilceu Sperafico. Nós, produtores, aqui na base, temos a certeza de que V. Ex^{as} estão fazendo o melhor por nós e vão continuar assim porque sabem que precisamos que V. Ex^{as} continuem brigando pelo pequeno, pelo médio e também pelo grande, porque todos somos produtores.

Acreditamos muito nesse trabalho, Sr. Presidente. Temos a certeza de que V. Ex^a vai levar desta região idéias e sugestões que, sem dúvida nenhuma, contemplará os produtores para que continuemos produzindo para o nosso País, que é o que mais queremos. Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Muito obrigado ao Vereador Rogério Macini, que é o Presidente da Câmara Municipal de Toledo e que falou por todos os Vereadores do Paraná, especialmente os aqui presentes.

Gostaria de registrar com muito prazer a presença Procuradora do Ibama no Estado do Paraná, Dr^a Andréa Macedo de Paiva. Estão conosco desde ontem o Prefeito de São Pedro do Iguaçu, Francisco Dantas e o Prefeito do Município de Paluntina, Luiz Ernesto. Obrigado pelas presenças.

Vamos continuar com a segunda etapa desta reunião.

O primeiro Parlamentar a usar da palavra é o Deputado Osmar Serraglio. Como dissemos, é um companheiro, um Deputado que honra o Estado do Paraná na Câmara Federal; membro efetivo e permanente e titular desta Comissão, e que tem nos ajudado muito na ação e nos resultados dos trabalhos.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO – Sr. Presidente, Senador Jonas Pinheiro, Sr. Relator, Deputado Moacir Micheletto, Sr. Secretário de Estado, Antônio Poloni, ilustre Senador que nos honra no oeste do Paraná, Amir Lando, ilustre Deputado Dilceu Sperafico, Deputado Duílio Dinari e Ademir Bear, demais autoridades, Presidente da Federação Menegetti e demais integrantes da Mesa, Senhoras e Senhores, não precisamos dizer do orgulho que temos comparecer à Toledo por sabermos da importância que esta região tem para com esse setor tão relevante para a produção nacional que, de fato, termina permitindo com que a nossa balança comercial não seja tão pendente contrariamente a nós, que é a agricultura, setor que nos salva perante o contexto internacional. Quando estamos aqui reunidos e se temos orgulhos de estarmos aqui, como Deputado Federal, quero dizer – as pessoas que me conhecem sabem que sou oriundo de outro setor, na verdade, dos bancos universitários, mas existe uma área para a qual tenho dedicado todo o trabalho, que é o setor da agricultura. Tenho pego com espelho, como condutores das minhas decisões esses Deputados que nos orgulham e que são imprescindíveis no Congresso Nacional, aqueles que como nós todos neste Estado dependemos da agricultura, jamais poderemos perder esses avanços conquistados que são a presença dos Deputados Moacir Micheletto e Dilceu Sperafico no Congresso Nacional.

Sigo, assino tudo o que esses Deputados indicam, porque sei primeiramente da sua origem, da sua formação, segundo, da sua competência exatamente dentro desse segmento. Estamos com

esta Comissão Especial, da qual tenho orgulho de participar e ter como presidente um Senador que é médico-veterinário e é, portanto, ligado também à agricultura. Esse é um assunto que nos pega, de certa forma, marginalmente, porque o grande mote que está por trás dessa medida provisória é o problema da soberania nacional, é saber se ainda temos ou não competência para decidirmos sobre os destinos de mais da metade do nosso território nacional, que é a Amazônia.

Para não tomar tempo demais dos senhores, quero pedir licença para lembrar algumas frases de pessoas que comandam os destinos das maiores nações deste Planeta, para que os senhores tenham uma idéia de qual é a concepção que eles têm e até onde eles respeitam o Brasil como país, como instituição independente no contexto internacional. Essas frases que vou citar na sequência foram colhidas ao longo do tempo. Assim, os senhores vão perceber que se começa, há mais de dez anos, uma implantação na imprensa mundial sobre a internacionalização da Amazônia. Vejam o que disse Margaret Thatcher, quando Primeira-Ministra: “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas.”

Se não temos dinheiro para pagar a Amazônia, que vendamos a Amazônia, é o que Margaret Thatcher aconselha. Al Gore, que foi Vice-Presidente dos Estados Unidos da América do Norte e candidato a Presidente, disse: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós.”

François Mitterrand, que foi Presidente da França, disse: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. E Mikail Gorbachev: “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”, quando era Chefe do Governo Russo.

“As nações desenvolvidas...” – portanto, eles – “...devem estender o domínio da lei ao que é comum a todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais, que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica, estão deixando a fase propagandística para dar início à fase operativa, que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região.”, disse John Major, ex-Primeiro-Ministro da Inglaterra.

“A liderança dos Estados Unidos exige que apoiemos a diplomacia com ameaça da força.”, disse Warren Christopher, ex-Secretário de Estado dos Estados Unidos da América do Norte.

“Os países em desenvolvimento com imensas dívidas externas devem pagá-las em terras, em riquezas. Vendam suas florestas tropicais.”, disse George W. Bush, quando candidato a Presidente dos Estados Unidos.

E assim vai. Vejam a importância – nisso, quero dar um testemunho público – da resistência desse nosso Deputado que orgulha o Paraná, apesar de todos os impropérios que contra ele foram proferidos nesta Nação, até alcunhando-o com palavra que não quero lembrar.

Esse Deputado é o que está segurando este País, para que não assinem embaixo e transfiram uma parte do Brasil, porque, se nada podemos decidir sobre a Amazônia, é porque ela não é mais nossa. E é nessa medida provisória que estamos decidindo isso.

É lamentável, como foi aqui lembrado pelo Senador Jonas Pinheiro. Quantos parentes de V. Ex^{as} estão no Norte? Nós estivemos lá. Quantos foram para lá com a assinatura do Governo, dizendo que, se não abatessem metade de sua propriedade, não receberiam o título?

Portanto, esta era a condição de ocupação, exatamente para preservar a integridade nacional: abater metade da propriedade. E agora se diz: “Não. Não se pode abater a metade! Deve-se repor 30%, porque só se pode abater 20%”.

A lógica obedece a dois pontos; nós mandamos no Brasil e nós vamos decidir como se deve proceder.

Por último, um elogio fundamental, porque o Micheletto soube pegar o fio da meada para afastar de vez essas discussões todas. Ele está colocando, como ponto básico de toda essa construção, o zoneamento, porque, aí, sim, cada um, dentro da sua autonomia, inclusive estadual, vai decidir quais são as áreas e tipos de terra que podem

ou não podem e até quanto podem ser abatidas, para que se preserve a produção de que precisamos, pois precisamos produzir cada vez mais e mais alimentos, para cada vez mais nos tornarmos mais fortes nesse contexto.

Acima de tudo, precisamos respeitar V. Ex^{as}, que não estariam aqui se não estivessem umbilicalmente ligados a esse setor que nos orgulha tanto, que é a agricultura.

Muito obrigado pelo privilégio de estar aqui e poder ouvir as propostas de V. Ex^{as}. Creiam, V. Ex^{as} têm dois representantes: um, que até há bem pouco tempo presidia a Comissão da Agricultura. Portanto, tudo o que passava no Congresso Nacional sobre agricultura tinha de passar pelas mãos competentes do Deputado Dilceu Sperafico. E temos esse Engenheiro Agrônomo, Deputado Federal, que, Deus queira, seja reconduzido ao seu mandato muitas vezes, porque o Paraná sabe o quanto precisamos dele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Muito obrigado ao Deputado Osmar Serraglio.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Dilceu Sperafico, eu gostaria de registrar uma das alegrias de estar no Paraná: a de vir aqui o nosso Tirson, que é o ex-Presidente da OCB, com quem tivemos um contato muito profundo no trabalho do cooperativismo, e também Guntolf Van Kaick, com quem estivemos muito tempo trabalhando. S. Ex^a, na Ocipar, e nós, no Congresso Nacional, também tratando do cooperativismo.

O meu colega da Emater, José Geraldo, Diretor daquela instituição, que acaba de sair e estará incorporando a comitiva do Sr. Governador.

Acabo de ver agora chegando o meu amigo Amadeu, a quem, como Presidente da Coopervale, Mato Grosso deve muito, não apenas em termos de colonização, mas quando a Copervale instalou-se em Diamantino e, daí, alastrou-se pelo Estado de Mato Grosso. Levou o cooperativismo com mais apoio, com mais responsabilidade.

Muito obrigado pela sua presença. Estamos matando as saudades do senhor.

Vamos, agora, ouvir o Deputado Dilceu Sperafico, que dispensa apresentação. Antes, porém, tenho uma observação: neste auditório, cabem mil e duzentas pessoas sentadas, não só na platéia daqui de baixo, como na de cima, mas acabo de receber a informação de que, do lado de fora, há mais mil pessoas participando desta audiência pública. (Palmas) Isso demonstra o interesse do Estado do Paraná, da sociedade do Paraná, dos ambientalistas, dos produtores e de toda a sua Liderança pelo tema de que estamos tratando neste instante.

Portanto, vamos ouvir agora o Deputado Dilceu Sperafico.

O SR. DILCEU SPERAFICO – Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, Presidente desta importante Comissão, o Senador Amir Lando, o Deputado Moacir Micheletto, o Prefeito de Toledo, os Deputados Estaduais, a Reitora da Unioeste, o Vereador Rogério e as demais autoridades da Mesa. De modo especial, precisamos reportar-nos aos senhores agricultores e cumprimentá-los, que vieram aqui, diante de Lideranças tão importantes, como Senadores e Deputados, trazer as suas reivindicações.

Agora, já não vamos fazer discurso sobre o tema, mas vamos entrar no trabalho que faz parte desta Comissão. Queremos passar a V. Ex^{as}, Srs. Presidente e Relator, aos membros desta Comissão, aos que estão aqui presentes e aos que não puderam vir por motivos que o nosso Presidente já relatou, a nossa preocupação e, em nome desses dois mil agricultores que estão aqui neste momento, dos Prefeitos e das autoridades que vieram dar sustentação e apoio a esta audiência pública – aos sindicatos, às cooperativas, enfim, aos segmentos produtivos do nosso Paraná e do nosso Brasil – com o relatório dessa medida provisória que está sendo e a importância que este tem para a agricultura, para o Paraná e para o Brasil.

Felizmente, temos pessoas de bem na Presidência, na Relatoria e na Comissão, mas não são somente elas. Temos os nossos adversários, também. Temos muitas pessoas - algumas, até, dentro da Comissão - que trabalham contra nós, mas temos organismos nacionais e internacionais que lutam contra o bom interesse da agricultura brasileira.

Por isso, Senador Jonas Pinheiro, viemos hoje, como representantes do Paraná, de modo especial da sua região oeste, para dizer que esse relatório é fundamental para a nossa agricultura e para que possamos manter o nosso agricultor no campo. Precisamos do maior empenho possível de V. Ex^{as}, para que, na hora de apresentarmos o relatório, tenhamos algumas coisas básicas e fundamentais no seu conteúdo, com a finalidade de não expulsarmos o homem do campo.

Como o Polone falava agora há pouco, temos, no Paraná, cerca de trezentas e setenta mil propriedades, sendo que 86% delas com menos de 50 hectares. Vejam, trata-se de um dos melhores e maiores minifúndios do mundo.

O Paraná soube, na sua colonização, trazer esses agricultores para cá. Agora, não podemos expulsá-los; agora, não podemos matá-los de inanição dentro da sua propriedade, inviabilizando o sustento da sua família.

Mais especificamente na nossa região, tomando por base cerca de vinte Municípios, temos mais de vinte e seis mil propriedades menores de 100 hectares. Destas, 40% não atingem 10 hectares e as demais, 56%, têm entre 10 e 100 hectares. Por isso, é importante olhar para o pequeno agricultor, que, hoje, sem uma política agrícola, tem deixando o campo para morar na periferia, engrossando, assim, as favelas do País. Portanto, nesse momento, temos uma grande responsabilidade em nossas mãos. Felizmente esta Comissão soube escolher o seu Relator, aqui representado pelo nobre Deputado Moacir Micheletto, que, com certeza, será o nosso representante quando da execução do relatório. Certamente S. Ex^a se lembrará desse momento aqui em Toledo, onde mais de 2.000 agricultores vieram dar-lhe apoio. Os agricultores aqui estão para lhe dizer que eles estão ao lado de pessoas que têm coragem de enfrentar a imprensa, as ONGs, que eles são contra aqueles que querem abandonar, denegrir e impedir que a nossa agricultura gere alimentos, porque existem pessoas que vivem em escritórios atapetes e recebem altos salários que não sabem como é difícil viver no campo. Por isso, Deputado Moacir Micheletto, V. Ex^a teve o meu apoio desde o dia em que apresentou o seu relatório. A Imprensa Nacional quis denegri-lo. No entanto, não conseguiram por ser V. Ex^a uma pessoa séria; não conseguiram imprimir-lhe a pecha de destruidor da Amazônia, de Deputado motosserra. Naquele época, disse, nas entrevistas que dava, que o tempo mostraria quem estava com a razão. Hoje, falo em meu nome e em nome do Deputado Hugo Biehl, de Santa Catarina - que presidiu a Comissão de Agricultura tão bem quanto o seu atual presidente - assim como em nome do Deputado Nelson Meurer, do oeste do Paraná.

Sr. Presidente, fizemos uma emenda pensando nas 370 mil pequenas propriedades rurais do Paraná. O que queremos é que esse número seja definido ainda no relatório final - temos a certeza de que esse número será analisado. Vejam: temos 370 mil propriedades com menos de 50 hectares, às quais têm que contempladas, pois já existe o compromisso para com a reserva legal, inclusive no sentido de manterem as matas ciliares para equilíbrio do meio ambiente. É o suficiente. Queremos que essas propriedades sejam isentas da área de reserva legal. Temos, aqui, propriedades produtivas e conservadas. Aliás, gostaria que todos sobrevoassem o oeste do Paraná e vissem a maravilha das microbacias. Lá não há erosão, portanto, não há como produtos tóxicos contaminar os rios. Meus amigos, é preciso que a pequena propriedade rural tenha a sua reserva permanente. Mas isso já é o suficiente, porque o agricultor necessita do restante da propriedade para produzir e sobreviver. Vejamos: se uma propriedade de 10 a 20 hectares tiver que ter uma reserva legal permanente, de onde o agricultor vai tirar o sustento de sua família? Tenho a certeza de que o nosso presidente, assim como o

nosso Relator e os demais membros da Comissão, de modo especial o nobre Senador Amir Lando, entendem essa situação. S. Ex^{as} nos defenderão. Esperamos que isso se torne uma realidade em nosso País!

Sr. Presidente, gostaríamos que essa manifestação fosse mostrada para todo o Brasil. Lamento que aqui não estejam presentes alguns Deputados e Senadores que combatiam o relatório. Certamente S. Ex^{as} sabiam que viriam a uma terra onde o povo sabe respeitar e cobrar. Mas, tudo bem, S. Ex^{as} saberão disso lá no Congresso Nacional por meio de seus companheiros.

Queremos sim que a reserva permanente faça parte do contexto nacional para o equilíbrio do meio ambiente. No entanto, dentro da reserva permanente precisamos, Deputado Moacir Micheletto, ter apicultura lá na margem do rio, ter o nosso lago para criar os nossos peixes porque lá na montanha dificilmente tem água, é lá na margem do rio que temos a água. (Palmas)

Precisamos, nobre Relator, que você coloque com certeza que a apicultura faça parte integrante da reserva permanente. Ela vai ser, sim, com certeza, até o embelezamento, até uma condição e, de modo especial, uma forma de manter o homem no campo, dar sobre vida e rentabilidade para o seu agricultor, que possa ter lá na sua propriedade um açude para criar peixe ou qualquer outra atividade voltada para a agricultura.

Também temos um grave problema, e isso aqui em Toledo, Rondon, Palotina. Tenho recebido reivindicações, agora há pouco de Palotina. Vamos passá-las ao relator, vamos brigar, vamos continuar, mas tenho certeza de uma coisa que eu preciso dizer: nós fomos colonizados, trabalhamos em muitos chiqueiros, galinheiros, até na residência dos proprietários dessas pequenas propriedades estão dentro do espaço que é da reserva legal. Não podemos expulsar o homem que está morando na margem do rio. Nós queremos, sim, por meio do órgão competente de cada Estado, que se faça uma análise se esse chiqueirão, se esse galinheiro não esteja poluindo e se ele estiver poluindo que tenha que fazer as melhorias para que ele possa estar ambientalmente correto e não fazer com que tenha que tirar, que tenha que mudar. Então, dentro dessas propriedades, onde existem já construções que são do sustento da propriedade, elas têm que permanecer, até mesmo com a compensação do espaço em outro local da propriedade. Isso Micheletto é importante.

Tenho certeza que aqui centenas, talvez até mil proprietários tenham esse problema aqui na região, e precisamos respeitá-los, precisamos fazer com que eles saibam que eles terão o amparo dentro desse projeto, para que possam realmente continuar tranquilos na sua propriedade, produzindo para o sustento de sua família de modo especial, mas do nosso Estado e da nossa União.

Portanto, eu não posso me alongar porque o meu tempo é limitado mas quero aqui pedir em nome de muitos agricultores que me procuraram durante a semana, durante o mês, durante o ano, e daquele movimento que surgiu aqui em Toledo, quando a Andean, uma Ong – não sei se era uma Ong ou uma associação - queria já de imediato colocar todos os agricultores na justiça para que eles pudessem ter imediatamente a reserva legal. Nós queremos, sim, que as outras sociedade que não foram beneficiadas com a isenção tenham a propriedade coma reserva legal, mas também essas propriedades, respeitando o zoneamento que com certeza será o grande equilíbrio nacional dentro desse projeto, respeitando as condições, prazo, trinta anos para que se faça o reflorestamento. Mais: precisamos que essas propriedades tenham possibilidade, e isso já está previsto, de fazer condomínios, procurar terras não tão produtivas ou não tão planas como as que nós temos já as nossas lavouras, em cima, elas possam ser colocadas em outros locais; terras mais baratas para fazer o reflorestamento e com certeza uma área acoplada, maior - ela terá um equilíbrio ecológico muito maior. Porque de nada adianta uma propriedade ter um hectare, meio hectare para fazer a reserva legal, talvez não vá servir absolutamente para nada, porque em uma área muito pequena não

há nenhum animal, nem sequer as borboletas vão conseguir sobreviver em uma pequena área.

Temos que fazer, sim, reservas e aí entra a responsabilidade do Estado. Temos certeza que, no futuro, depois de aprovado este projeto, o Estado mesmo terá que se preocupar com algumas regiões maiores, fazendo condomínios, ajudando, facilitando, financiando ou até doando propriedades para compensar a reserva legal. O Governo é responsável, sim, ele tem que participar, ele nos incentivou a desbravar, agora está nos cobrando para colocar esta propriedade com a reserva legal. (Palmas)

Então, nós queremos, Micheletto, que seja colocada uma cláusula, uma possibilidade de, no futuro, se discutir com o Governo a viabilidade de um financiamento para a reserva legal, porque, na agricultura, com a rentabilidade que temos hoje, é impossível o agricultor tirar da sua propriedade para comprar 20% em um outro local para fazer a reserva legal. Não existe rentabilidade para isso.

(Aplausos)

O nosso País é pobre, não tem dinheiro para dar subsídio para a agricultura, e, assim mesmo, estamos tentando competir com o Mercado Comum Europeu, com os Estados Unidos, que subsidiam vergonhosamente a agricultura. E ainda temos que ser penalizados? É impossível. Por isso queremos e lutaremos na Comissão de Agricultura e Política Rural, com o apoio dos Deputados Moacir Micheletto e Osmar Serráglio, de muitos Parlamentares ligados à agricultura – e aqui quero falar algo para os senhores agricultores: lembrem-se desses Deputados Federais que vos defendem na Comissão de Agricultura e Política Rural. Há muitos que só falam e não fazem, mas aqui há um, Deputado Micheletto, que enfrentou, que defendeu a nossa classe, por isso queremos estar junto com ele no futuro, no Congresso Nacional.

Por isso, meus amigos, acredito que essa proposta da pequena propriedade estar isenta, das maiores propriedades terem um auxílio do Governo para reflorestamento, de colocar o reflorestamento em áreas mais apropriadas, e também de que as matas ciliares, que a reserva permanente possa fazer a apicultura, com certeza contemplará muito os anseios desses dois ou três mil agricultores e de outros trinta, quarenta ou cinquenta mil que eles estão aqui representando.

Deputado Micheletto, Senador, obrigado por esta oportunidade, Senador Amir Lando, obrigado pela presença de V. Ex^a. Ajudem esses agricultores do oeste e sudoeste do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que têm as mesmas dificuldades que temos aqui, na nossa região, porque, com certeza, este dia ficará na história, mas ficará mais na história o dia em que aprovarmos um relatório sério, que beneficiará o meio ambiente, sim, mas não prejudicará o nosso agricultor.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Queremos, de forma toda especial, convidar a Procuradora do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Dr^a Andréa Vulcanis Macedo de Paiva, para fazer parte desta Mesa, como representante do Ibama, que, para nós, é um órgão importante nesse processo.

Antes de passar a palavra ao eminente Senador Amir Lando, anuncio que está presente o Prefeito de Cafelândia, Sr. Romano Czerniej, a quem agradeço. Também estão presentes: o Prefeito de Assis Chateaubriand, Sr. Vitor Fernando Pestana, que está acompanhado do Presidente da Câmara Municipal da cidade, Dorival Lulu; o ex-Prefeito de Maripá, que está desde ontem conosco, Dorival Moreira, que está acompanhado do Vice-Prefeito, Ilben Pandine, e do Presidente da Câmara Euclides José; e o Presidente da Câmara Municipal do Município de Quatro Pontes, Salésio Langer, e o Secretário de Agricultura daquele Município, o Sr. Afonso Franciner. Também está presente o Vereador João Batista Furlan e a Vereadora Florinda Oliveira. Agradeço a todos a presença.

Concedo a palavra o eminente Senador Amir Lando, que veio de Rondônia participar deste evento.

O SR. AMIR LANDO – Exm^o Presidente da Comissão Mista, Senador Jonas Pinheiro, Exmo. Deputado Federal Moacir Micheletto, Relator, na pessoa de V. Ex^{as} saúdo todos os membros da Mesa. Faço uma saudação especial à população que aqui comparece para traçar seu destino junto com esta representação do Congresso Nacional.

Sejam minhas primeiras palavras de satisfação e alegria em conhecer esta cidade e a região, onde até tenho laços de família, porque muitos parentes meus para cá vieram há quarenta ou cinquenta anos, deixaram outras plagas, como o interior de Santa Catarina, buscando, nesta região fértil, um futuro melhor. Tios e primos aportaram em Toledo. Perdi o contato com eles, porque mudei-me para Rondônia um pouco depois.

Trinta anos de experiência naquela ínvia e desconhecida região nos oferecem o conhecimento necessário para expor ao Brasil, sobretudo ao Sul do País, nossas aspirações, anseios e a esperança da nossa gente.

Sei que para lá foram muitos paranaenses também de Toledo. Mas as questões locais já foram devidamente propostas pelos representantes que nos antecederam de todas as áreas do Poder Público, do Poder Executivo, do Poder Legislativo. Certamente também participarão representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Quero dizer da importância do comparecimento da Comissão a esta cidade de Toledo. Há uma nova forma de legislar no Brasil. A lei não pode ser o arbítrio nem do Parlamento – porque só o Parlamento legisla – e menos ainda do legislador monocrático que é quem faz a medida provisória, porque aí não é o povo que legisla, apenas uma pessoa dita a lei que toda a sociedade deve cumprir, que é o chefe do Poder Executivo, seja ele quem for. Mas nós nunca podemos aceitar essa usurpação brutal em todos os campos da legislação, que apenas um diga o que o povo brasileiro deve fazer.

Quero deixar o meu protesto contra essa forma arbitrária que diminui o Poder Legislativo, que se tornou corrente no Brasil, que é o uso abusivo das medidas provisórias. (Palmas.)

Queremos, sim, ouvir a sociedade, porque a lei que nós queremos deve surgir do seio da sociedade. Dizia Durkheim que a lei é uma parturição social, porque a lei incide, fica no seio da comunidade. É a realidade que faz a lei e não o inverso: a lei que tenta a golpes de força modificar uma realidade construída com tanta dificuldade, como é o caso da ocupação do oeste do Paraná, Toledo. É isso que nós não podemos admitir que alguém que não conheça a realidade deste imenso País continental, que é o Brasil, queira impor normas gerais de norte a sul sem levar em conta as peculiaridades locais, sem levar em conta a história de cada região, sem levar em conta a realidade, que faz a lei. Temos que haurir no costume que é a lei não escrita e transformá-la para a lei que é o costume escrito, porque assim a lei só é sábia não porque foi imaginada pelas mentes mais ilustradas, mas, sim, porque a lei é cumprida, e ela só é cumprida quando nasce de uma necessidade concreta da população. A lei tem que ter essa raiz social. Esse fundamento da consciência do povo, e só se faz uma lei justa para ser cumprida quando se discute como se está fazendo agora, aqui, em Toledo. E é esse caminho que o Congresso quer trilhar. É nesse caminho que a Comissão está percorrendo essa imensidão territorial do Brasil para ouvir, retirar dos senhores aquilo que é melhor para cada um, levando em conta as suas peculiaridades próprias e para o Brasil, porque só podemos construir um Brasil justo e progressista se tivermos também leis que sejam cumpridas, porque necessárias, leis que realmente decorram do imperativo da sociedade.

Mas venho trazer a minha solidariedade, da Amazônia, para essa gente que também ajudou a construir o nosso Estado de Rondônia. Aqui quero já, preliminarmente, concordar com as propostas que o Relator já vem recebendo e admitindo naquilo que eu poderia chamar de um esboço do relatório. Contem com o nosso apoio. Mas também vim aqui vindicar o apoio dos senhores porque, afinal de contas, todos nós também sentimos no nosso coração a satisfação de sermos brasileiros. Quando soa o Hino Nacional, há uma unidade de sentimento, lá dos confins da Amazônia, do nosso seringueiro perdido numa pequena clareira no fundo da floresta, como se fosse uma estrela de um

firmamento distante. Na fronteira de Rondônia com a Bolívia, quando o Hino Nacional é tocado, todos sentimos o mesmo orgulho de ser brasileiro. Falamos o mesmo idioma. Defendemos a unidade nacional por igual maneira.

A Amazônia é objeto de cobiça internacional descarada, como bem citou o Deputado que nos antecedeu, lendo o que pensam as autoridades mundiais sobre a nossa Amazônia e o Brasil. Não é preciso ir longe. O atual Presidente dos Estados Unidos, com todas as letras, disse que devemos entregar as florestas — vale dizer, a parte da Amazônia — para pagar dívidas que já pagamos tantas vezes. Era preciso uma auditoria para se apurar o que devemos realmente, mas eles exigem a perda do território.

O Brasil não é justo, porque há miseráveis convivendo com níveis de riqueza agressivos, pois existe desequilíbrio brutal na distribuição de renda, mas essa gente, na sua maioria que aqui está, vive do suor do próprio rosto, da força do trabalho familiar, via de regra, e, por inspiração divina, vai criando a felicidade, semeando o grão e colhendo o fruto, para progredir e avançar econômica e socialmente. Essa gente sabe o que é seu e o que pode defender como seu e do Brasil. Por isso, quando a Amazônia é ameaçada, por certo, um grito da nacionalidade há de dizer: Não, Bush, não tente vir à Amazônia, porque o Brasil se levantará, unido, para defender o território. Não vamos perder um milímetro das nossas terras. (Palmas.) É esse o grito da unidade nacional. Aí que viemos buscar apoio e dizer que não somos os destruidores da Amazônia, como foi dito.

Posso afirmar isso, porque fui para a Amazônia, em 1970, recém-formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo Procurador do Incra. Abrimos as primeiras linhas, e eram exatamente paranaenses que estavam na região, sobretudo de uma colonizadora particular de Maringá. Estavam lá mais de três mil famílias, aguardando uma chance de ocupar a imensa e rica terra que, pelo testamento divino, coube ao Brasil e aos brasileiros. Começamos o processo de colonização oficial.

Como já foi acentuado nesta mesa pelos oradores que nos antecederam, o colono tinha obrigação de derrubar 50%, ao menos, para se tornar dono da terra na colonização oficial. Tínhamos uma frase: quem derruba árvore é dono do toco. Não era outro documento do que o trabalho incorporado ao solo, modificando a paisagem, humanizando-a, tornando-a à imagem e semelhança do homem.

Sei que há confronto insuperável entre a manutenção da cobertura florestal e a agricultura ou a pecuária. Todos sabemos disso, mas queremos, sim, agricultura, pecuária ou desenvolvimento sustentável, mas, em primeiro lugar, que se sustente a vida humana, porque fazemos parte da vida seja animal ou vegetal. Nós queremos o equilíbrio, e o Estado de Rondônia oferece à Nação um projeto que nós lá chamamos sócio-econômico-ecológico, mas que na visão geral seria econômico-ecológico. E esse zoneamento preserva 70% da cobertura florística para que o meio ambiente seja de maneira clara e insofismável conservado.

Agora, é a nossa oferta. O Relator e os membros da Comissão, especialmente o Presidente, que aqui se encontra, lá na audiência pública de Ji-Paraná, na última sexta-feira, puderam sentir as aspirações daquela gente que não quer ser guarda-florestal gratuito; não ser esse guarda-florestal sem remuneração, apenas preservando a floresta, sentindo a imensidão da riqueza e morrendo de fome. Da mesma maneira estão exterminando os índios, como ainda posso aqui retratar a visita que fiz à tribo Caripunas, que tem uma reserva de oitenta mil hectares e que não tem sequer dinheiro para comprar uma caixa de fósforos ou um isqueiro para fumar o fumo que cultivam. Sem dizer que não tem como comprar um quilo de açúcar ou de outro produto que não pode retirar da floresta.

Nós não queremos que essa política perversa da preservação pela mera preservação, sem olhar o homem, sem olhar o ser humano, que aqui se torne uma lei imperativa que viola a nossa soberania, que vem de fora pelas mãos das ONGs, pelas mãos das grandes potências contra os interesses nacionais. Por isso que Rondônia diz ao Paraná: nós vamos preservar 70%. Está bom. É de bom tamanho. É isso que nós

podemos oferecer. Não nos exijam mais, senão é preciso ter a coragem e decretar o despejo e mandar todos os rondonenses de volta para o Paraná, para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, ou então engordar os cordões de miséria das grandes cidades para morrer de fome e na delinquência. Não, senhores. Nós vamos resistir, e resistiremos no Paraná, em Rondônia, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Nordeste, por todos os recantos do Brasil da mesma maneira para dizer: viva o Brasil, viva a agricultura, viva o trabalhador, que soube produzir a riqueza e engrandecer a Nação!

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Após as vibrantes palavras do eminente Senador Amir Lando, vamos dar início à terceira parte dos nossos trabalhos, que é a parte mais importante porque nós vamos ouvir a sociedade do Paraná, por meio dos seus representantes, das suas organizações; vamos receber as reivindicações das entidades. Antes, porém, eu queria registrar a presença do Sr. Itacir Braun, que é o Presidente do Sindicato Rural de Nova Aurora, e do Presidente do Sindicato Rural, Lupércio Andreotti, de São Jorge do Patrocínio, e do Secretário da Agricultura, Valdir Espanhol, também de São Jorge do Patrocínio. Queremos agradecer a presença do Prefeito de Alto Piquiri, Sr. Jair Bertão, e, também, do Presidente do Sindicato Rural de Alto Piquiri, Sr. Odenir Aparecido Rondes. Muito obrigado pelas presenças.

Agradeço também a presença do Srs. José Carlos Henrich, Prefeito de Boa Vista de Aparecida, e do Sr. Valdeci Mester, ex-Secretário do Planejamento e Presidente da Organização Integrada do Turismo e do Meio Ambiente dos Municípios Alagados, pelas usinas Hidroelétricas de Salto Caxias.

Muito obrigado pela presença.

Como disse, começaremos a terceira parte da audiência, destinada aos palestrantes.

O primeiro palestrante é do Estado do Acre. É o Presidente da Federação da Agricultura do Acre. Ele descreverá, para o Paraná, como está a Amazônia. Dizem que ela está devastada. Ele nos trará um quadro real da Amazônia brasileira.

Com a palavra o Dr. Assoero Doca Veranez, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Acre.

O SR. ASSOERO DOCA VERANEZ - Utilizarei algumas transparências para ilustrar nossos argumentos.

Cumprimento o Senador Jonas Pinheiro, Presidente da Comissão, em nome de quem cumprimento a todos os componentes da Mesa; cumprimento a todos os presentes, especialmente os produtores rurais, nossos companheiros do Paraná.

É uma imensa satisfação estar aqui, vir do Acre trazer o grito da Amazônia a esse projeto. Como diz o Deputado Micheletto, esse é um projeto do Brasil. Confesso que esperava ter vindo antes. No ano passado, quando discutimos isso – e eu represento a CNA na área ambiental e presido a Comissão de Meio Ambiente da CNA -, eu percorri, com o Deputado Micheletto e com esta Comissão, o Brasil, fazendo audiências desse tipo.

Esperávamos encontrar receptividade no Congresso Nacional para aprovar o projeto já naquela oportunidade. Tinha a intenção, depois disso, de vir a esta região prestar nossa gratidão, a gratidão da Amazônia, ao bravo e valente Deputado Moacir Micheletto, tão injustiçado pela mídia nacional. S. Ex^a sofreu uma terrível campanha para denegrir a sua imagem, mas ele está resistente e, com coragem, está enfrentando novamente a discussão.

Creio que, agora, realmente possamos obter sucesso. Muitos ambientalistas, como nós, estão dispostos a construir um texto para o País, permitindo que ele cresça e que a agricultura continue contribuindo com o desenvolvimento brasileiro. Claro, com bom senso como nessas faixas que estão aqui.

Desejo começar mostrando um pouco da Amazônia. Este mapa descreve a Amazônia brasileira. É uma representação esquemática, por meio da qual demonstramos

que 358 milhões de hectares da Amazônia brasileira, toda essa parte verde, é área pública, é da União. São áreas destinadas às reservas indígenas, às extrativistas e aos parques nacionais, unidades de conservação de um modo geral. São terras devolutas da União, que não pertencem à iniciativa privada. Não são propriedades rurais. Apenas 121 milhões de hectares - Aqui, juntamos tudo, como se fossem todas as propriedades reunidas, apenas para mostrar a diferença - são propriedades rurais. Isso é 25,6% da Amazônia; 74,4% da Amazônia não pertencem aos agricultores. Portanto, é obrigação do Poder Público preservá-la e deverá ser preservada eternamente.

Desses 121 milhões de hectares, ou seja, 25,6% da Amazônia que está na mão do produtor rural, essa era a situação que tínhamos até a medida provisória. Pelo Código Florestal, podíamos explorar 50% das nossas propriedades, o que correspondia a 60 milhões de hectares, que é esse amarelinho aqui; mais 60 milhões ficariam também em florestas, juntamente com estes. E qualquer situação, após a medida provisória que já dura 5 anos.

É esta aí. Deixaram para a produção rural apenas 24,4 milhões de hectares. O restante será todo preservado.

Estou trazendo isso para os senhores conhecerem porque dizem que a má informação é muito pior do que a desinformação. É preferível ser desinformado sobre algo do que ser informado de maneira errada. Os brasileiros têm sido informados de forma errada.

Mostra-se que o Deputado Micheletto quer desmatar 50% da Amazônia; e agora, até 80%, como têm falado. A **TV Globo**, naquela época, para detonar o projeto do Deputado Micheletto, rapidamente, no **Jornal Nacional**, fez uma faixa aqui no meio, assim, demonstrando que iríamos desmatar 50% da Amazônia. Hoje, a Amazônia tem 15% de sua área desmatada. Isso em 500 anos. Desde a época de imigração, ou seja, de 1970 para cá, em 30 anos, desmataram-se 15% apenas.

Na verdade, o que o Senador Amir Lando disse é da maior importância. Eu morava em Ribeirão Preto, filho de pequeno produtor rural. Em 1978, formei-me em Medicina Veterinária. Trabalhava no Banco do Brasil e resolvi ir para o Acre, porque este Estado, naquela época, chamava os produtores do Sul do Brasil, para ir desenvolver aquela região. O Acre era chamado de um novo Paraná e, mais do que um novo Paraná, era um Paraná sem geada. Então, era melhor que aquele Estado.

Qual a situação do Acre, hoje? Ele tem, depois desses 30 anos, 9,7% de áreas desmatadas. O Estado tem, segundo o Zoneamento, - este aqui é um zoneamento que está sendo concluído, no Acre - de áreas definidas como terras indígenas, reservas florestais, reservas extrativistas, projetos de assentamentos extrativistas, 33%; 30,5% para manejo florestal; 0,3% para preservação de flora e fauna. Isso significa que 64% do Estado estão definidos como área de conservação e preservação. Há uma área remanescente de 26%. Ora, esses 26,3% mais 9,7% somam 36% do Estado que poderiam ser usados. Mas, na verdade, apenas 32% do Estado estão na mão da iniciativa privada; são propriedades rurais.

Se 32% da área são propriedades rurais, pelo Código Florestal antigo se poderia usar 50%, ou seja, 16% do Estado. Apenas 16% é o que estamos pedindo que se mantenha um direito que tínhamos e que foi subtraído por uma medida provisória. Mesmo assim, não há aceitação pelos ambientalistas. No Acre, hoje, não se pode desmatar mais nada, praticamente. Ficaremos com 9,7% de área desmatada.

É um Estado que o Deputado Micheletto e o Senador Jonas Pinheiro tiveram oportunidade de visitar e viram a sua potencialidade. O Acre era chamado o novo Paraná, justamente devido a essa potencialidade.

Essa é uma situação que, se for transportada para todos os outros estados da Amazônia, apresenta-se mais ou menos igual. O Estado do Amazonas tem 1,8% de área desmatada.

O que estamos propondo? Primeiro, que voltem os 50%, que era o nosso direito. Isso não tem discussão. Em segundo lugar, uma vez concluído o zoneamento, que possamos definir as áreas de exploração conforme os indicativos técnicos do zoneamento. Essa é a proposta que está sendo colhida pelo Deputado Moacir Micheletto, que julgamos da maior importância. Então, por exemplo, as áreas que não têm aptidão agropecuária ou agroflorestal devem ser 100% destinadas ao manejo florestal sustentável - caso o zoneamento indique essa aptidão de manejo - ou à preservação de ecossistemas nativos. Dessa forma, se o zoneamento indicou que as áreas são destinadas a isso, que sejam 100% conservadas, não há problema. Por outro lado, se o zoneamento indicar que as áreas são vocacionadas para a agricultura ou para a pecuária, esse percentual de reserva legal, que queremos que volte para os 50% imediatamente, deve ser flexibilizado ao máximo. Obviamente, devem ser excluídas as áreas de preservação permanente, mas o percentual de reserva legal deve ser flexibilizado para que se usem com mais intensidade essas áreas vocacionadas, que já seriam muito pequenas. Trata-se de uma questão de racionalidade econômica.

Analisemos agora o caso da recomposição das áreas de reserva legal em propriedades com percentual inferior ao estabelecido nessa medida provisória. Essa é a principal discussão da região de vocês, onde se pretende recompor essas reservas legais. É um assunto da maior importância, todos aqui já se referiram a ele, porque é o principal problema. Creio que vocês já contribuam com a conservação ambiental pela qualidade do seu trabalho na agricultura, e, para obrigar o produtor a recompor a reserva legal, primeiramente é preciso entender que ele não tem renda para isso, como disse o Deputado Dilceu Sperafico. Depois, é necessário analisar as consequências para a sociedade de um modo geral, tais como os custos econômicos, sociais e políticos decorrentes da ampliação desse artigo. A recomposição de reserva legal em área produtiva poderia acarretar redução da produção agropecuária, redução de empregos no campo e nas agroindústrias, aumento dos preços dos produtos aos consumidores, redução das exportações, aumento das importações. Quem arcará com esses custos e com aqueles decorrentes da recomposição? A sociedade brasileira - principalmente a população de menor poder aquisitivo, que não tem mecanismos adequados de proteção - é que arcará com o maior custo dessa medida.

Este é um quadro que mostra a importância da agricultura brasileira, do agronegócio brasileiro no saldo da balança comercial. A linha preta representa o agronegócio, enquanto a linha vermelha representa os outros negócios brasileiros. Verifiquem o que está ocorrendo com a balança comercial de 1987 para cá: o agronegócio dá um superávit de US\$13,4 bilhões, enquanto o restante dá um déficit de US\$14,6 bilhões. Quem está sustentando a balança comercial brasileira? É a agricultura. Mas querem diminuir a agricultura brasileira, querem encolhê-la ao invés de permitir que ela cresça, que ela avance pelas novas fronteiras do Brasil. E estão encolhendo-a aqui nessas áreas produtivas também.

Estas são as taxas de crescimento da produção em grãos. Percebam a contribuição do agricultor brasileiro: à medida que a área cultivada tem sido reduzida no Brasil a cada ano - verificada nessa curva azul escuro -, a produtividade - representada na cor vermelha - vem aumentando. Isso significa que, embora tenha havido redução da área plantada, a produtividade vem aumentando, num esforço enorme realizado pelo agricultor brasileiro para produzir mais alimento para o País, até mesmo com excedente exportável. Esse é o esforço que temos feito, esse é o investimento da agricultura brasileira.

Por região geográfica, verifiquem a distribuição das propriedades rurais nas Regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Analisemos a Região Sul, já que estamos aqui. O número total de propriedades rurais é de 1,3 milhão; dessas, até 25 hectares, temos 689 mil. A área total de propriedades rurais em milhões de hectares é de 44,36; até 25 hectares, temos 7,39 - ocupação de área em hectares. Percentualmente,

68,7% das propriedades do sul do Brasil têm menos de 25 hectares, mas ocupam uma área de apenas 16,67%. Ou seja, não há justificativa técnica para manter reserva legal em minipropriedade. Não é aceitável, tecnicamente, que se queira, numa área de expressão tão pequena em ocupação territorial e tão grande do ponto de vista social, manter reserva legal em pequena propriedade rural, fazer recompor reserva legal.

Temos um quadro feito pela FAEP que mostra a média das propriedades do Estado do Paraná, segundo a estrutura fundiária do Estado. Foi feito um demonstrativo pela média. Numa área de 15 hectares, haveria 4,3 hectares de mata ciliar; 0,1 hectare de residência, caminhos de acesso, etc. Nessa área de 15 hectares, há uma área não aproveitável de 4,7 hectares.

Se colocarmos três hectares de reserva legal, ou seja, 20%, a área aproveitável desse imóvel reduzir-se-á para 7,2 hectares, ou seja, 48% da propriedade – menos da metade. Essa é a média feita pela Federação do Paraná; é o quadro da situação de propriedades pequenas no Estado.

Isso não tem cabimento. O Brasil não pode aceitar um negócio desse.

Vivemos, hoje, no País, um momento delicado com relação a esse projeto. Já tentamos levá-lo à votação uma vez e não conseguimos.

O problema da Amazônia é o principal foco da questão. Estamos lá e vemos isso. Tudo aquilo que foi falado aqui é verdade. O Deputado Osmar Serraglio mostrou a atitude dos países estrangeiros do Primeiro Mundo com relação à Amazônia. Isso está muito claro. Assistimos a isso lá diretamente, sentimos na carne.

Os países ricos têm 20% apenas da população mundial; 80% da população mundial moram no chamado Terceiro Mundo. Porém, esses 20% da população mundial consomem 80% da energia do mundo, 75% dos metais do mundo, 82% da madeira do mundo e 65% dos alimentos do mundo.

É claro que, se os países do Terceiro Mundo, os 80% pobres, forem consumir a mesma quantidade que os países ricos consomem, não haverá no mundo a quantidade necessária. Como eles não querem diminuir a sua qualidade de vida, impõem essas restrições ao crescimento do País.

Hoje, tudo o que se vai fazer na Amazônia é obstruído pela ação das entidades ambientalistas. O programa "Avança Brasil" ia investir US\$40 bilhões na Amazônia em hidrovias – são cinco hidrovias projetadas –, com um potencial de crescimento fantástico da agricultura do Centro-Oeste e Norte. Só de cerrado para ser ocupado, em condições de fazer a agricultura, são 80 milhões de hectares, e o Brasil planta apenas em 32 milhões de hectares. Tudo isso está sendo obstruído pela ação ambientalista. Eles já consideram a Amazônia uma batalha ganha. E realmente está ganha; os números mostram. Agora, eles não querem que invistamos no cerrado.

É preciso resistir a isso. E para resistir, precisamos de vocês, do sul e do sudeste do Brasil, que entendem que a Amazônia deva ser toda preservada também. A opinião pública nacional está sendo formada pela grande mídia nacional e entende dessa forma. Porém, lá existem brasileiros, a maioria deles foram daqui, parentes e amigos de vocês, que estão lá para trabalhar, que foram desenvolver aquela região. Dentro dessas limitações, ainda assim, não estamos podendo. Aceitamos e estamos aceitando, o último ponto de negociação, hoje, que se preserve 80% da Amazônia. Estamos apoiando 80% para a Amazônia, desde que seja 80% da Floresta Amazônica. Não da propriedade rural, porque não tem justificativa pelo número que vocês viram ali. Da propriedade rural não; sob justificativa nenhuma, sob pretexto nenhum, sob argumento algum, não é admissível limitar 80% dentro da propriedade. Se a sociedade brasileira acha que deve preservar a Amazônia, que preserve 80% da Amazônia, porque 75% dela já são do Poder Público.

Não quero me alongar, esse assunto é extenso, precisaria de um dia para conversar sobre as coisas que acontecem lá. Mas quero deixar essa mensagem de que precisamos estar unidos. A batalha é grande, está sendo adiada mais uma vez a votação para que tenhamos mais tempo; vamos fazer novas discussões, mas precisamos estar

mobilizados para isso. Se preciso for estarei em Brasília no dia da votação, para demonstrar que o Brasil não quer uma lei que lhe serve, uma lei que só serve aos interesses daqueles que não são brasileiros.

Muito obrigado.

Agradeço a todos vocês pela atenção, pela presença aqui, todos produtores rurais, ao pessoal que está lá fora do teatro nos assistindo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Muito obrigado, Dr. Azoeiro, como disse ao Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Acre, que traz aqui esta excelente demonstração do quadro da preservação da Amazônia brasileira, e vem trazer uma proposta da Confederação Nacional da Agricultura, que preserve 80% da Amazônia, mas que não seja limitada, esse percentual, a propriedade rural, que tem condições de ser explorada.

Dr. Azoeiro também se referiu aos nossos companheiros que estão fora do teatro. Pedimos desculpas porque no teatro não cabem todos, mas agradecemos a participação de todos vocês que estão aí fora, ouvindo este encontro.

Vamos convidar o Dr. André Angonesi, Secretário do Meio Ambiente do Município de Toledo e membro da Comissão Técnica de Meio Ambiente, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP.

Pedimos ao Sr. André que sua exposição seja de quinze minutos. Mas fica a sua consideração: se os quinze minutos forem muito reduzidos, vamos ver que tempo podemos ampliar.

Concedo a palavra ao Dr. André Angonesi.

O SR. ANDRÉ ANGONESI – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, agradeço a oportunidade, esse espaço, agradeço aos produtores rurais que mostram realmente a sua força no trabalho e no campo e também na organização, no dia a dia.

Com nossa experiência na questão de gestão ambiental em nível do município de Toledo, juntamente com diversas outras instituições e municípios vizinhos, temos aprendido muito com a gestão ambiental, com o trabalho em nível ambiental, principalmente ligado ao nível local: com os produtores, com a população, com toda a comunidade; e para isso vemos que a única saída de investimento no meio ambiente é dentro de uma proposta de gestão ambiental local, muito bem discutida pelas autoridades que aqui nos falaram: Senador Amir Lando, que nos coloca que tem que sair de dentro das pessoas. E a gestão ambiental também tem essa proposta.

A gestão ambiental local tem alguns princípios básicos e sua realização só é possível com a participação da comunidade. Para se ter sucesso em qualquer trabalho de preservação e de busca do desenvolvimento sustentável, que é, com certeza, a visão de futuro do nosso produtor, tem que haver a participação da comunidade, tem que ser organizado, partindo de baixo. Temos que partir sempre da prevenção, de um ponto, ou seja, da integridade, pois as ações ambientais devem ser vistas como parte de um sistema e não como a responsabilidade de um setor, em particular, que monopolize a dinâmica em torno da busca da sustentabilidade local. Esse é um ponto que me chama muito a atenção e que deve ser percebido por todos. Também deve ter como princípio básico a adversidade.

A gestão ambiental também tem algumas características básicas: a descentralização, que é parte integrante do processo de democratização que estamos vivendo e que, com certeza, estamos assumindo juntamente com a população. Essa descentralização deve ter a característica da intersetorialidade; não só um setor deve se preocupar mas, com certeza, deve haver um engajamento de todos os setores da nossa comunidade, do nosso País e do nosso Estado. Ela deve ter a co-gestão pública, privada e autogestão; deve ter uma coordenação e deve buscar, sem sombra de dúvidas, a eficiência. Também devemos ter autonomia política e funcional, ou seja, os autores locais não devem perder a sua autonomia nem a sua independência.

Digo isso porque temos exemplos claros dessa organização, dessa gestão ambiental no Paraná e em todo o Brasil. Esse tipo de organização foi construída aos poucos e, com ela, estamos aprendendo, junto ao homem do campo e também à população da cidade.

Tivemos muita dificuldade para obter as cenas que vamos ver nos **slides** seguintes, porque isso está presente, com certeza, na cabeça de muitos produtores. Mas agora esse acontecimento não é tão fácil de ser encontrado no campo. As voçorocas, o nosso solo sendo levado para dentro do rio, esse tipo de acontecimento acarreta um impacto ambiental de proporções tremendas. Mas a Emater, através de uma assistência técnica, realizou um trabalho preponderante juntamente com os produtores, e hoje temos uma conservação do solo no Paraná, no Sul do Brasil extremamente eficiente, que busca não perder o solo e não contaminar o meio ambiente, ou seja, realizam uma prevenção.

Aqui temos uma imagem da conservação, do plantio direto, outra medida incorporada através da assistência técnica dos produtores, que mobilizou toda a região.

Esta é outra cena que não encontramos mais, mas que está na nossa mente. São estradas que recebiam uma grande quantidade de água e que destruíam e impediam que o homem tirasse sua produção para levar para as cidades. Mas rapidamente, através de trabalhos de readequação de estradas, de mobilização da comunidade, da sociedade, das prefeituras, temos em todo o sul do Brasil estradas readequadas através do processo de conservação do solo, de plantio direto. Essa medida está minimizando muito mais os impactos ambientais do que outras possíveis alternativas.

Esta é, também, uma visão de estradas adequadas, com conservação do solo e plantio direto, alternativas construídas lado a lado com o produtor, que assimilou esse procedimento e isso nasceu dentro dele e hoje ninguém faz diferente. Se entrar na agricultura hoje porque isso está na base, estará consolidado dentro do nosso produtor. Mais uma visão de uma estrada adequada com conservação dos solos também.

Para indicar, gostaria de trazer um caso, um exemplo de uma propriedade rural aqui do oeste do Paraná que realmente tem algumas características apontadas e que dentro das informações que vamos ver, realmente, nos faz pensar bastante no trabalho de exigência de reserva legal para o pequeno produtor que, com certeza, poderá comprometer demais essa estrutura, essa integração de atividades que temos. Pode ser apenas uma propriedade, mas vai representar aqui muitas propriedades no Brasil, muitos produtores e muitos funcionários, empregados rurais.

Projeção: então a propriedade que temos aqui tem um fundo de vale, tem o rio embaixo, a mata ciliar mais uma sanga em cima, onde tem também a mata ciliar. Próximo ao fundo de vale, diversas estruturas de atividades produtivas.

Próxima: como síntese dessa propriedade, temos uma área total de 32,7 hectares, 20 hectares de lavoura, mais indicada para soja e para o milho, mata ciliar de 2,77 hectares e avicultura, 2 barracões com 2.400 metros quadrados, alojando 32 mil frangos; uma suinocultura com 2.250 metros quadrados de área construída, alojando 300 matrizes em unidade de produção de leitões. E também uma piscicultura de 18.400 metros de lâmina de água. Mão-de-obra envolvida nessa propriedade: temos os proprietários que são o Sr. Irno e sua esposa, o Darcy, que é o genro do Sr. Irno, com a esposa e dois filhos. Funcionários rurais: o Carlos, que é casado, tem 3 filhos, mora na propriedade; o Sr. Cláudio, que é casado, tem 3 filhos, mora também nessa propriedade. E ainda Vilmar e Adilson, que são solteiros e moram nessa propriedade.

Se formos ver, 18 pessoas vivem dentro dessa propriedade, desenvolvendo as atividades ali. Vamos especificar um pouco mais essas atividades. Nós temos 2 aviários, uma vista rápida da questão dos aviários; 5 estruturas, blocos de suinoculturas, uma vista geral; temos uma interligação de todo esse dejetos que é um grande problema ambiental. No oeste do Paraná todo esse sistema de dejetos está interligado a um biodigestor, que é um processo inicial de tratamento do dejetos. A partir daí, ele vai para um sistema de decantação de sólidos, e a parte líquida vai para um tanque de multiplicação onde as

algas se multiplicam e são levadas até um tanque de piscicultura, onde através do policultivo, vamos fazer um elo produzindo peixes com algas multiplicadas através desse resíduo líquido que tem muitos nutrientes. Então é um tanque de piscicultura para o policultivo.

Rapidamente, na suinocultura, os dejetos vão para o biodigestor; o biogás é utilizado para aquecimento de pintainhos na avicultura e aquecimento de leitões na unidade de produção de leitões. Os resíduos sólidos são utilizados como biofertilizantes que saem do biodigestor e a parte líquida vai para o tanque de algas onde há essa multiplicação de algas que vão servir de alimento para peixes. Com isso, temos uma diminuição de 99% da carga orgânica, o que certamente é de grande eficiência.

Os responsáveis pelo projeto são o Tecpar, que é o órgão que está certificando e validando essa tecnologia, por meio dos seus laboratórios e de sua equipe técnica, e demais integrantes.

A mata ciliar da propriedade, cercada e devidamente separada do restante da propriedade, é mais uma visão. Percebemos que essa pequena propriedade que colocamos à vista, com certeza, vai sofrer muito se não tivermos uma observação do que acontece em nível local, a peculiaridade do nosso agricultor, porque qualquer mudança de exigência de reserva legal numa pequena propriedade que tem articuladas diversas atividades certamente irá comprometer por demais a produção, irá criar e aumentar conflitos de campos extremamente significativos e, com certeza, vai expulsar muita gente do campo.

Então o que estamos buscando – e deixamos o indicativo para a mesa diretiva – é que possa ser respeitada a visão local. A gestão local deve ser empreendida, e os produtores têm que ser uma parcela também desse encaminhamento para serem ouvidos e que sejam trabalhados de acordo com aquilo que possamos realmente formar dentro de nossa comunidade. Acreditamos que a pequena propriedade que tem toda essa articulação poderia ser isenta da reserva legal e poderia, digamos, instalar a reserva de matas ciliares, a preservação permanente que, com certeza, seria um encaminhamento para a manutenção desse produtor do campo; e não são poucos, são muitos.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Obrigado, Dr. André.

O terceiro palestrante representa a Associação Comercial e Industrial de Toledo.

O seu presidente, Dr. Augusto Peroto, passa essa ação para o Dr. Edson Carolo. Portanto, o Sr. Edson Carolo está com a incumbência de, nesta audiência pública, representar a Seção Comercial e Industrial de Toledo.

Concedo a palavra a V. S^a.

O SR. EDSON CAROLO – Exm^o. Senador Dr. Jonas Pinheiro, Presidente da Comissão, demais autoridades que compõem a Mesa, já anunciadas, produtores, senhoras e senhores, é imensurável a importância desse evento, principalmente por gerar discussões, debates e esclarecimentos.

Na plenitude do seu desenvolvimento e em função de seus recursos naturais, o Brasil é considerado um dos ou o mais importante para os projetos de preservação do meio ambiente, fauna, flora e biodiversidade, enfim, o ecossistema. Somos a favor de tais projetos, principalmente quando pensamos nas gerações futuras. Porém, temos algumas considerações a fazer.

O Brasil, nas suas distintas regiões, tem suas particularidades e suas realidades. Em termos de preservação ambiental e desmatamentos, matas e reservas naturais entre outros, temos claro que o que se aplica, por exemplo, na região Norte do País é completamente diferente do que se pode aplicar hoje na região Sul, pois são duas realidades. As riquezas naturais daquela região são inquestionáveis e, infelizmente, não são tantas em nossa região. Em determinado momento da história desbravadora, porém, foi imprescindível lançarmos mão dessas riquezas para, mediante o empreendedorismo e a coragem do povo sulista, transformar essa região numa das mais pujantes, por meio da

agricultura, da agropecuária, da avicultura, da suinocultura, da piscicultura e outras tantas atividades, sempre com o principal objetivo de harmonizar o crescimento organizado, geração de emprego e renda e principalmente buscando informações e tecnologia, para que cada vez mais o homem do campo e seus familiares permaneçam no seu habitat.

Na Região Sul do Brasil, em atividades com o trato do campo há aproximadamente 70% de pequenos produtores ou minifúndios. Esses produtores há tempo estão tomando os devidos cuidados com as matas ciliares e reservas, sob pena de inviabilizar a própria sobrevivência.

As exigências que sugerem na sua essência a medida provisória em questão muito nos preocupa, e não podemos cometer distorções dos fatos. Quanto ao aspecto técnico, o projeto é excelente e quanto ao econômico é de péssimo reflexo.

Não somos contra o meio ambiente. Somos a favor da sobrevivência no campo. Temos que manter a atividade produtiva e não podemos prejudicá-la, sob pena de incharmos ainda mais as periferias dos centros urbanos, pois infelizmente é para lá que vão essas pessoas quando quebram no campo.

Temos a certeza de que o atual quadro de desmatamento para o cultivo é um prejuízo, se assim podemos considerar, ecologicamente mínimo, mas de um ganho sócio-econômico que garante pelos menos a sobrevivência desses pequenos produtores. Sabemos ainda que o produtor está descapitalizado e que os recursos financeiros estão escassos e a demanda de investimento para transformar essas áreas, como quer a medida provisória na sua essência, é grande; com isso inviabilizando o setor, em especial, mais uma vez, as pequenas propriedades.

Por isso, preocupada com o futuro, a Associação Comercial e Industrial de Toledo quer manifestar o seu apoio ao Relator e aos autores de emendas já sugeridas para essa medida provisória, ainda reforçando a idéia do bom senso e da compensação quando se tratar de matas ciliares e reservas permanentes.

Para finalizar, ou nós temos a serenidade de equalizar a vida futura do campo, ou amanhã sofreremos as conseqüência de uma classe marginalizada, desmoralizada e literalmente quebrada.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Eu gostaria de dizer ao Dr. André e agora ao Dr. Edson Carolo que esses documentos são importantes para nós. O Dr. André fez a palestra, e gostaríamos de receber esse documento. Isso porque é com esses documentos que o Relator e a Comissão vão trabalhar.

O quarto palestrante vem da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná. O representante é o Dr. Jairo Correia de Almeida.

Antes de conceder a palavra ao Dr. Jairo, gostaria de anunciar a presença de algumas autoridades que estamos recebendo aqui para ouvi-lo. Trata-se dos vereadores Elter, Manoel Rosa de Lima, Rubens (?), Fred (?), o prefeito de Santa Rosa, Sr. Antonio Gaudeira.

Agradeço particularmente ao nosso amigo Haroldo Calazzini, Presidente da Coamo. Devo anunciar também a presença do vice-prefeito de Mamborê, Sr. Lair Pedro Magione e o Presidente do Sindicato Rural, Sr. José Rafaele.

Temos mais nomes para anunciar, mas, primeiro, vamos ouvir o Dr. Jairo Correia de Almeida, representante da Fetaep, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, que representa os pequenos e miniprodutores, parceiros, arrendatários, etc.

V. S^a tem a palavra.

O SR. JAIR CORREIA DE ALMEIDA – Sr. Presidente, Srs. Membros da mesa, agricultores aqui presentes, companheiros e companheiras, nós da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná vimos aqui nesta audiência pública também manifestar a nossa preocupação com relação ao tema que está sendo tratado. Diante das atuais conjunturas, é claro que também precisamos apresentar alternativas para nossa

sobrevivência no campo. Imbuídos dessa preocupação, estamos participando dessa audiência.

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais do Brasil dias atrás realizou o VIII Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Na oportunidade, dentre os temas abordados, destacamos a questão ambiental. Por essa razão, queremos deixar alguns indicativos de propostas.

Pudemos observar que há uma preocupação muito grande com relação ao mini e pequeno produtores que têm uma área de até 30 hectares. Na verdade, 20% de uma propriedade de 20 ou 30 hectares é uma área minúscula. Se formos observar que 20% farão com que o agricultor familiar deixe a sua terra para ir para a sua cidade, nesse caso há alguns questionamentos. O que falta é política agrícola definida para que possa continuar produzindo, dando oportunidade a que possa continuar na propriedade, ao mesmo tempo equilibrando a produção com o meio ambiente.

Para isso a agricultura familiar brasileira, no seu bojo de discussão, está apresentando um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável, que está embasado em três eixos centrais: as questões econômica, social e ambiental. É preciso que, além de os Senhores Deputados e Senadores, representantes do Congresso Nacional, discutam esse tema tão importante, sejam criadas alternativas de subsídios, quem sabe a fundo perdido, para poder trabalhar essas questões da pequena propriedade, para que ela não fique fora do processo de contribuir com o meio ambiente, de forma que possa produzir e conviver bem.

Ultimamente, surgiu uma proposta que está a cada dia buscando no cenário mundial oportunidade de negócio, que é a agricultura orgânica. Esse tema se encontra no nosso projeto alternativo de desenvolvimento rural, que visa um equilíbrio entre o capital, o social e o ambiental.

O projeto trata de um tema nacional. É claro que cada região tem as suas peculiaridades, como o Paraná, que tem um número elevado de pequenas propriedades, mas o território que ocupa é mínimo. Temos algumas preocupações com relação a isso. A pequena propriedade produz e coloca o alimento na maioria das mesas todos os dias. É preciso também que a média e a pequena propriedade façam a sua parte, dando a sua contribuição para que também o meio ambiente possa ser de fato preservado.

É claro que nós, enquanto pequenos produtores e proprietários – também sou proprietário de uma propriedade de 18 hectares, onde existe mata nativa que já veio, talvez, do meu avô, do meu pai, dizendo que o ambiente era importante e precisávamos preservar. A minha propriedade está no Município de Ubiratan e temos lá um início de reserva na questão da mata ciliar e uma parte da reserva legal, de mata nativa que já era daquela época. Então, na proposta que vejo colocada, de repente, podemos criar conflitos com aquele que não tem e o que tem, e como fica? Vamos ter uma legislação conflitante para um que não tem e para o outro que tem? Necessário que isso também seja observado.

Por outro lado, a representação dos minis e pequenos agricultores do Paraná, e o mais sensato é que a sociedade participe desse processo, dando contribuições para que o mini e o pequeno produtor possa continuar produzindo dentro do equilíbrio ecológico, social e econômico para o município, porque sabemos que nos municípios no interior do Estado, quem dá oportunidade de alavancar esse movimento é a agricultura familiar.

Então, por essa razão, a nossa proposta já está contida dentro da proposta do VIII Congresso Nacional que trabalhamos este ano, e com certeza deve encontrar no Congresso Nacional. Vou pedir que passem a nossa proposta, para que o relator do projeto observe o que temos como proposição. Aqui no Paraná estaríamos pensando em subsídio, para que os agricultores familiares possam também recuperar a sua área e, quem sabe, um subsídio no futuro, para que possa ter como renda nas áreas em que não vai produzir. É toda a sociedade que está pagando e não o pequeno produtor. Temos que dar oportunidade de voltar a nossa reserva, o que é importante, e no somatório de tudo

que existe na propriedade, ou seja, nas áreas frutíferas e outros arbustos que existem na propriedade, junto com a reserva legal e as matas ciliares. Se observarmos, não vamos ter muita diferença. É necessário bom senso e trabalho. Viva os agricultores familiares! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Dr. Jairo, se o senhor tiver o documento, agradecemos.

O SR. JAIRO CORREIA DE ALMEIDA – Passaremos posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – É importante encaminhar isso para a Comissão ou ao seu amigo Deputado Moacir Micheletto diretamente.

O SR. JAIRO CORREIA DE ALMEIDA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Vamos ouvir agora o Representante da Associação Paranaense dos Suinocultores, e está aqui para representá-los o Dr. Leocrides Luís Roso Bisolim.

Por favor, com a palavra S. S^a.

O SR. LEOCRIDES LUÍS ROSO BISOLIM - Senador Jonas Pinheiro, mui digno Presidente desta Comissão, Moacir Micheletto, combatente e corajoso Relator, Dirceu Micheletto, que trabalha ombro a ombro com Moacir Micheletto, demais componentes desta Mesa, a todos a minha saudação.

Fui incumbido pelo Presidente da APS, Romeu Carlos Royer, de falar de uma atividade que, no mundo, produz 91 milhões de toneladas de carne, da carne mais consumida na terra. Ou seja, 41% da carne consumida no mundo é proveniente da suinocultura. O Brasil tem o quarto maior rebanho do planeta. Toledo é o Município maior produtor de suínos; o Estado do Paraná é o segundo maior produtor no Brasil.

Falo em nome de mais de 100 mil produtores do Paraná; falo em nome dos 217 mil empregos que essa atividade gera no Paraná.

E também, senhores, falo da preocupação, falo do temor que esses produtores têm, porque o Congresso Nacional mudou a lei, e como é que o Congresso Nacional, em 1986, muda uma lei sem consultar ninguém?

A Lei nº 4.771, de 1965, dizia que a área de preservação da vegetação nas margens dos rios com até 10 metros era de 5 metros. Como é que a Lei nº 7.511, de 1986, aumenta para 30 metros? Qual é a base científica, tecnológica, econômica e social que se usou para mudar essa metragem?

Tenho aqui um levantamento, Srs. Senadores e Srs. Deputados. Cinquenta e três por cento das propriedades já estavam instaladas até 1986. Esses proprietários se tornaram bandidos do dia para a noite. A Lei dizia: você está preservando 5 metros, você está autorizado, você está correto. A partir de 1986, a grande maioria dessa gente ficou em desacordo com a lei, foi transformada em bandida da terra.

Hoje, 32% dos suinocultores não atendem à Lei, no caso da preservação da vegetação nos 30 metros. Peguem o Paraná, peguem Santa Catarina, peguem o Rio Grande do Sul e vamos ter, com certeza, mais de 300 mil suinocultores; peguem 33% e vamos ter 100 mil suinocultores que estão fora da lei.

O que faremos com esses produtores? E, senhores, se somarmos mais um item da lei, a área de preservação em torno de fontes, olhos d'água, vertentes, que têm de ter mais 50 metros em sua volta, vamos inviabilizar mais 18% dessas propriedades.

Dois itens deste Código, Sr. Relator, tira 50% dos suinocultores da sua atividade se for levado, como está hoje, a ferro e fogo. Eu diria que no Paraná os nossos promotores, a entidade ambiental tem ainda o bom senso de tentar achar uma saída. Mas a Lei como está, Sr. Relator, inviabiliza 50% das propriedades. Essa gente vai fazer o quê? Está gente - como está aquela frase - que, "quer continuar produzindo a carne mais consumida do mundo".

Hoje o que está fixando mais o homem ao campo, principalmente na região oeste, sudoeste de Santa Catarina, é a suinocultura. Vamos fazer o quê? Pergunto para os Deputados e Senadores e levem isto para aqueles que estão lá, que são contra sem

saber por que são contra. Vamos tirar os suinocultores da área de preservação permanente. Quem vai pagar? Na área urbana tiro uma construção, eu indenizo, eu pago. Lá é muito fácil fazer uma lei. Quem estava cinco, você que está trinta derruba o chiqueirão, tira a casa... quem vai pagar? Eles serão indenizados, senhores? Quem está na preservação permanente, todos os suinocultores saiam de lá. Se sair uma lei dizendo o seguinte: faça uma indenização justa. Ele sai na mesma hora. Agora, nós sabemos que isso não irá acontecer. Portanto, é muito mais fácil pelo bom senso, seguindo, mudando algumas coisas da lei, porque, o suinocultor, ele não quer poluir. Ele quer ter a sua preservação permanente.

Agora, direitos têm que ser respeitados, do Greenpeace, da WWF, todos. Eles têm direito. Será que os suinocultores, produtores, principalmente da região sul, não podem ter direitos. Eles têm direito de comprar navios, porque alguém lhe dá dinheiro. Têm direito de comprar avião, porque alguém lhe dá dinheiro. E esta gente que direito tem Sr. Senador, Sr. Deputado? Eles vão receber o que em troca? Portanto, se nós pegarmos esses dois itens, pegarmos mais o que diz o Código Sanitário, mais a questão de Leis Ambientais, de Código Sanitário e municipais, nós chegamos a uma conclusão estupefaciente: 77% das propriedades têm problemas, terão problemas para continuar produzindo.

Por isso, levem então, Sr. Senador e Srs. Deputado, a preocupação dos suinocultores do Brasil. Nós falamos da região sul aqui, que representa 35% em rebanho e 70% em serviço de inspeção federal e que todos eles estão em área de até 50 hectares. Eu diria: 80% é pequena propriedade.

Por isso, em nome de todos eles, nós queremos o respeito ao direito adquirido, porque quem estava lá até 1986 ninguém poderá tirar de lá. Quem entrou depois de 1986, se tiver que sair de lá que seja indenizado e que ele concorde com a compensação de área.

Agora, nenhum Congresso do mundo e principalmente o Congresso brasileiro tem direito de votar uma lei que seja para expulsar o homem do campo.

Muito obrigados, senhores. Muito obrigado, Srs. Expositores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Dr. Leoclides, esse dado é muito importante, queremos recebê-lo.

Obrigado.

Antes de passar a palavra ao representante da piscicultura, nós gostaríamos de anunciar a presença do Presidente do Sindicato Rural de Medianeira, Ivonir Olodir, do Presidente do Sicred de Nova Londrina, Pedro Paulo de Melo. Obrigado pela presença. Presidente do Sindicato Rural de Paranavaí, Ivo Perim Júnior, Presidente do Sindicato Rural de Matelândia, Sr. Vanderlei Esteves, do Secretário Municipal de Agricultura do Município de Turvo, Sr. José Alves Rodrigues; do Prefeito de Boa Esperança – muito obrigado, Sr. João Petrusque, que se encontra presente aqui –; e do Vice-Prefeito de Ouro Verde do Oeste, Sr. Mansueto Dal Pozzo.

Encontra-se presente também o Sr. José Teixeira Filho, Prefeito Municipal de Terra Roxa, e o Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Sr. Guirino Guadalupe.

Registro também a presença dos Vereadores Luiz Fritzen e Wanderlei Greiff, que também é o Presidente da Associação de Imprensa de Toledo; do Presidente do Sindicato Rural de Rolândia, Sr. Moacir Canônico; do Presidente do Sindicato de Sertãozinho, Sr. Mário Zaneta; e da caravana de Iporã, que está sendo comandada pelo Presidente do Sindicato, Sr. Antônio Salvador. Muito obrigado por suas presenças.

Já ouvimos os suinocultores. Agora, ouviremos os piscicultores, e, como seus representantes, falarão os Srs. Luiz Eduardo de Sá Barreto e Ricardo Antônio Palma.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Antônio Palma.

O SR. RICARDO ANTÔNIO PALMA – Bom dia a todos! Saúdo os componentes da Mesa, a Comissão Mista e a população em geral, especialmente os piscicultores que se encontram aqui presentes.

Estou falando em nome de 22 mil piscicultores do Estado do Paraná. Segundo o último levantamento da Emater, é ocupada uma área de lâmina de água acima de oito mil hectares, com peixes cultivados em tanques escavados. Estou falando de viveiros de peixes.

Há um dado importante: 10% dos piscicultores do Estado que estão na região de Toledo – composta por 22 Municípios – são responsáveis por 34% da produção de pescado cultivado do Estado. Esse é um dado extremamente importante, porque, se o atual Código Florestal for mantido, teremos que fechar as pisciculturas ou, ao contrário, esvaziar os tanques, os viveiros de peixe. No nosso levantamento, 92% das pisciculturas ocupam a área de preservação permanente, que, infelizmente, em 1986, foi modificada de cinco metros de área original para trinta metros.

Criou-se, então, uma dificuldade muito grande. Além de haver outros problemas, impede-se o investimento nessa área, até para a obtenção de crédito para a manutenção e para o custeio da atividade. O setor, hoje, pede a imediata mudança e sugere alternativas.

O piscicultor exerce uma atividade que respeita o meio ambiente. Vários trabalhos serão apresentados, demonstrando que a piscicultura desempenha um papel de preservação ambiental, porque se mantém os seres vivos, o peixe, o plancton. Para o peixe se desenvolver e para se obter produtividade, é necessário que a água tenha boa qualidade, e o produtor monitora a qualidade de água.

No oeste da nossa região, há várias associações de piscicultura, que estão muito bem organizadas, com um acompanhamento técnico, principalmente no monitoramento da qualidade de água. Estamos estruturados, com o apoio de prefeituras municipais, e acreditamos que a má qualidade da água e a poluição ambiental, na piscicultura ocorrem em baixo impacto, talvez na menor escala possível de poluição. Por quê? Porque estamos regulando a vazão. Antes, a piscicultura era um banhado, uma várzea. A estrutura anterior era uma várzea, um banhado onde freqüentemente, nas primeiras chuvas, havia o alagamento. Se respeitarmos o Código Florestal que está sendo proposto, o que irá acontecer? Automaticamente, segundo o art. 2º desse seu projeto, o que era banhado antes, hoje é viveiro de peixe. Então, faremos a compensação com os 30 metros acima. Assim, estaremos enquadrados dentro desse projeto e salvos por ele. Este é um dos pontos importantes do projeto.

A outra questão importante é a redução da vegetação permanente porque, na verdade, a região anteriormente possuía capim – não existe mais. Nesses banhados não existiam áreas nativas.

O que se está propondo é que os órgãos ambientais estudem a questão caso a caso. Isso é muito importante, até porque cada propriedade tem uma característica própria. Propomos, na verdade, é o apoio a esse projeto. Vamos apresentar, se ainda for possível, uma proposta de emenda a esse projeto. Todo o setor está mobilizado, e entendemos que a piscicultura hoje colabora com 17 mil toneladas de pescado no Estado do Paraná. No Brasil, estamos chegando a 100 mil toneladas de pescado de cativeiro. Existia uma meta do setor governamental: em cinco anos, se aumentaria a produção de 100 mil toneladas para o dobro, 200 mil toneladas. Acho que essa meta não será atingida. A renda estimada, de R\$100 milhões, passaria para R\$600 milhões, atingindo a produtividade estimada.

Proponho que, nesse Projeto de Lei, se deixe bem claro a possibilidade de compensação de área, o que irá garantir a sobrevivência da piscicultura. O termo hoje é este: queremos preservar a piscicultura, queremos a preservação permanente da piscicultura.

Eu vou dividir o meu tempo com o meu colega da Emater, Sr. Luiz Eduardo, que vai apresentar um trabalho sobre a qualidade de água. Deixo, agora, o restante do tempo para ele. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Obrigado, Dr. Ricardo. Se votássemos agora essa medida provisória na Comissão, evidentemente não haveria mais

possibilidade de sugerir emendas. Mas é possível que tenhamos mais uma edição dessa pedida provisória. Caso positivo, caberá a emenda. Nesse caso, o senhor terá que encaminhá-la a um Deputado Federal ou a um Senador para apresentá-la. Outra opção seria encaminhar uma sugestão ao Relator. Mas se vier em forma de emenda, será muito mais tranquilo para o Relator encaixá-la no seu parecer. Muito obrigado.

O SR. RICARDO ANTÔNIO PALMA - Nós, então, faremos a sugestão, porque estamos tratando do art. 2º. Esse artigo ajuda bastante, mas, se ficasse mais claro, seria melhor para o setor.

O SR. LUIZ EDUARDO - Eu, então, aproveito um dos Srs. Deputados ou um dos Srs. Senadores aqui do Paraná ou de qualquer Estado do País e apresento uma sugestão para que S. Exª faça a emenda.

O SR. RICARDO ANTÔNIO PALMA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - O Sr. Dirceu já está se propondo a fazer a emenda.

Com a palavra, agora, o nosso colega Luiz Eduardo, o Lula. Ele também é pernambucano, como o Lula, mas tem uma outra referência: é meu colega da Emater.

O SR. LUIZ EDUARDO - Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Eu saúdo, aqui, a Comissão Mista do Congresso. Gostaria de dizer a V. Exªs que Toledo é uma cidade muito boa, tenho vindo sempre aqui. Sou funcionário da Emater/Paraná – vou completar 20 anos no mês que vem –, sou engenheiro de pesca e trabalho no norte do Estado do Paraná, na região de Londrina, Cornélio Procopio, Santo Antônio da Platina.

Vou apresentar um trabalho que fiz, foi uma dissertação de mestrado, quando estive licenciado da Emater. Esse trabalho foi desenvolvido junto com a Universidade Estadual de Maringá, basicamente visando ou tentando dirimir algumas dúvidas na questão, que se coloca muito, de que a piscicultura é uma atividade poluidora impactante. Resolvemos, nesse trabalho, fazer uma avaliação baseada em um viveiro de peixes.

O trabalho chama-se "Avaliação de Parâmetros Abióticos em Ambiente Utilizado para Cultivo de Peixe". Qual foi o objetivo desse trabalho? Foi avaliar a qualidade da água da entrada, de dentro do viveiro e da saída, também, no manancial; aferir os fatores abióticos do ambiente aquático – vamos ver quais foram –; e obter dados que determinassem o impacto ambiental no viveiro e nos afluentes, ou seja, naquele afluente, naquele manancial, se porventura viesse a afetar a qualidade da água desse manancial a jusante; e, por fim, fornecer subsídios para monitoramento das bacias hidrográficas, por meio da avaliação dos impactos antropogênicos, pela entrada dos afluentes no sistema hídrico da região, resultantes da atividade de cultivo de espécie nativa. Eu usei "espécie nativa", porque trabalhamos com uma espécie nativa, que foi o pacu.

Que parâmetros trabalhamos? Trabalhamos o Oxigênio dissolvido, trabalhamos pH, trabalhamos a temperatura, o Nitrogênio Kjeldahl Total e o Fósforo Total, que são os grandes vilões da piscicultura, e também trabalhamos a condutividade elétrica.

A unidade de pesquisa foi um viveiro de 2.250 m², com volume de 2.250 m³, ou seja, 2,250 milhões de litros, com uma densidade de 14.248 peixes por hectare, em um sistema semi-intensivo, com o *pearactus mesopotamicus*, que é o pacu. Um pouco diferente da nossa realidade aqui, onde se trabalha basicamente com a tilápia.

Nesse ambiente, o tempo de residência da água era de 20 dias, ou seja, para haver uma troca completa desse ambiente, dessa água, levava 20 dias. Isso equivale a uma troca de 5% ao redor do volume, por dia.

O sistema era, como todo mundo sabe, de troca de água por baixo. Fizemos coletas dessa água, a cada 15 dias, durante um ano, em quatro pontos distintos, que vamos ver agora. Também acompanhamos, fizemos um trabalho chamado nictimeral, que é o acompanhamento de coleta da água, durante 24 horas, nesses quatro pontos também, nas quatro estações do ano. Então, a cada quatro horas, coletávamos, nesses quatro pontos, as seis variáveis que nós trabalhamos.

Então, aqui tenho, mais ou menos, um croqui de localização – seria uma represa de captação –, temos o córrego aqui. Essa água era captada, passava para o tanque, e por aqui ela saía, voltava novamente. Portanto, essa água é igual a esta. Nós fizemos a avaliação no ponto de entrada, na superfície do viveiro, no fundo do viveiro e fizemos no córrego.

Bom, os tratamentos que foram usados, para vocês saberem o que foi colocado dentro desse ambiente, foram os seguintes: ração com 38% de proteína - 709 quilos de ração, nesse período, dando um percentual em cima do peso de 5 a 10%; cal virgem, para correção; 200 quilos de esterco de galinha poedeira; mais 200 quilos de calcário dolomítico; 12,3 quilos de nitrocálcio; e 232 quilos de superfosfato simples.

O quê se concluiu de tudo isso aí? Para essa criação de peixe nesse sistema de cultivo, quem é piscicultor sabe que temos diversos níveis de sistema, de intensificação, esses resíduos incorporados podem modificar a ecologia aquática, principalmente entre o ecossistema interno e o externo, que é no córrego.

Entretanto, o alimento, os insumos e os metabólicos, que são o resultado da respiração, da excreção do peixe, disponibilizados, influenciariam o ambiente externo, porém não causaram impacto significativo, conforme a resolução do Conama, para as águas da categoria 2, onde a piscicultura se insere.

Então, os parâmetros que observamos nesses 12 meses ficaram dentro dos parâmetros preconizados pela Portaria nº 20 do Conama. Esse foi o resultado do trabalho que fizemos. Temos que considerar que cada sistema é único. Esse resultado, inclusive, vou passar para o Presidente da Comissão, o Relator, esse trabalho que obtivemos. Lembrando que para o piscicultor, ele é o maior responsável, o maior interessado em que essa qualidade da água esteja dentro dos parâmetros, esteja em boa qualidade para que ele possa executar ou realizar a atividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Muito obrigado, Luiz Eduardo, que foi o segundo representante da área da piscicultura.

Vamos passar a palavra ao próximo palestrante, o Presidente do Sindicato Rural de Toledo, Sr. Nelson Natalino Paludo.

O SR. NELSON NATALINO PALUDO – Ilustres Senadores e Deputados, Sr. Prefeito Derli Dunin, autoridades civis e militares, eclesiásticas, caros associados do Sindicato Rural de Toledo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e demais sindicatos aqui representados, dirigentes da APS, Suíno Oeste, Sociedade Rural, piscicultores, produtores rurais, cooperativas, Emater, Secretaria de Agricultura, IAP, senhoras e senhores, na condição de Presidente do Sindicato Rural de Toledo, quero registrar o nosso agradecimento a todos aqueles que de uma ou outra forma contribuíram para que esse encontro, inédito na história do Paraná, acontecesse aqui em Toledo.

Aqui estão Senadores, Deputados Federais que nos representam. Quero fazer um agradecimento especial aos Deputados Dilceu Sperafico e Moacir Micheletto, que não mediram esforços para nos dar a oportunidade de debater com a comissão da Câmara dos Deputados e do Senado da República as propostas para a elaboração do projeto de lei para o meio ambiente. Não foram às artes nem às ciências que o homem se dedicou por primeiro, e sim à agricultura. Não é sem razão que ela é tida como indústria mãe. Senhores, no final da década de 60 e no início da década de 70 teve início a mecanização em Toledo como nas outras cidades do Paraná. Foi um trabalho muito difícil para todos nós.

Na época, valia mais a coragem que os projetos técnicos. Com isso, o Município ganhou, o Estado ganhou e o Brasil ganhou. Aumentamos a produtividade e até hoje escutamos notícia em rede nacional. Neste ano, mais uma vez a agricultura foi destaque nas exportações deste país.

No passado, tivemos problemas por não terem sido programadas nossas propriedades, ou melhor, não terem sido alertadas dos problemas que poderiam ocorrer.

Nosso primeiro problema foi a degradação do solo. No entanto, com o trabalho de técnicos juntamente com o dos produtores, surgiu a solução definitiva da implantação do sistema de microbacias e, mais tarde, do plantio direto. É um trabalho digno de ser lembrado aos senhores, porque recebemos comitivas de todas as partes do Brasil e até de outros países para conhecer o trabalho e viabilizá-lo em seus municípios.

No meu entender, o grande passo para preservação do meio ambiente foi nessa época, pois o nosso solo continuou produzindo. Aliás, com a conservação, a qualidade do nosso solo melhorou bastante. É só ver a média da produtividade da nossa região.

Hoje se pretende implantar a reserva florestal legal de 20%, ou melhor, até de processar judicialmente esses agricultores que dedicaram suas vidas somente ao trabalho e na produção de alimentos, como aconteceu aqui nessa cidade.

Nenhum de nós tem o menor interesse de infringir a lei, mas é necessário que sejamos ouvidos. Queremos que os senhores conheçam a nossa realidade.

Hoje, temos o problema dos dejetos suínos. Como aconteceu no passado com a degradação do solo, tenho certeza de que a solução desse problema sairá também daqui de Toledo, pois aqui existe o espírito empreendedor.

Como os senhores sabem, com o problema, surge uma nova oportunidade. O que precisamos é de apoio dos senhores e um prazo para todos se adequarem e melhorarem o seu empreendimento.

Os senhores estão visitando uma cidade que gosta de trabalhar. Deixe que essa gente trabalhe antes que eles desanimem e vendam suas propriedades, migrando para as cidades e constituindo um problema muito maior para os senhores resolverem. Garanto-lhes que aí não terá solução.

Finalizando, quero dizer que as mudanças do Código Florestal não nos satisfazem em 100%, mas já viabiliza a maioria das propriedades. Por isso, peço a aprovação dessas emendas propostas anteriormente, pois só pensamos no bem do País.

Aos Deputados Moacir Micheletto e Sperafico, quero dizer: vocês sonham com a aprovação deste projeto. Um sonho que se sonha só não passa de um sonho, mas um sonho que se sonha junto é realidade.

Este sonho não é só seu, mas de todos nós, do nosso município, do Estado, do Sul do Brasil, do Brasil e de todos os agricultores. Com tanta gente sonhando junto, o nosso sonho será realidade.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, sejam bem-vindos ao Município de Toledo, que, com o trabalho árduo do agricultor, tornou este Município o maior produtor agropecuário do Estado do Paraná.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Nelson, por favor, o documento.

Antes de passar a palavra para o próximo orador, que será o Sr. Edegar Rockensach, Presidente da Cooperlac, Cooperativa de Produtores de Suínos e Leite do Oeste do Paraná, gostaria de anunciar mais algumas presenças ilustres: aqui está o Presidente Alfredo Roller, que é Presidente do Sindicato Rural de Foz do Iguaçu; o Presidente do Sindicato Rural de Cascavel, Nelson Emilio Menegatti; Nelson Teodoro, Presidente do Sindicato de Campo Mourão e Presidente da Comissão Técnica do Meio Ambiente e o Presidente do Coopervale, Sr. Jaime Baço. Também anunciamos a presença do Sr. Pedro Nunes da Mata, Presidente da Câmara Municipal de Altônia; e dos Vereadores José Pirino, Vilson Roberto Santos, Valdês Donizeti Fabri, aqui representando a Prefeitura de Altônia. Agradeço a presença dos senhores.

Com a palavra o Sr. Edmar Rochemback.

O SR. EDMAR ROCHEMBACK - Em primeiro lugar, cumprimento o nobre Presidente desta Comissão Mista, Senador Jonas Pinheiro. Cumprimentando V. Ex^a, cumprimento toda a Mesa de trabalho deste dia.

Aqui, represento com grande orgulho o sistema cooperativo do Estado do Paraná. No início dos trabalhos, tivemos a participação do nosso Presidente da Ocepar, o qual entregou a V. Ex^a o

resumo das necessidades levantadas a serem incluídas no projeto em discussão, o que acreditamos tornar-se-á realidade para o Paraná, para o Brasil, porque vem ao encontro das aspirações daqueles que realmente cultivam a terra.

Lembro uma frase que, talvez, não esteja escrita em nenhum lugar, mas que quero deixar registrada: "As pessoas que aqui vivem e aqui trabalham comem o pão com o suor do seu rosto e não o pão com a manteiga passada". Digo isso porque é realmente a realidade da nossa terra.

Sr. Presidente, represento uma cooperativa formada de pequenos produtores de suínos e de leite. Mas, em nossa região, existem diversas cooperativas de produtores dos setores de agricultura e agropecuária.

A nossa realidade é muito clara: se esse projeto e a medida provisória hoje em vigor forem colocados em prática, estaremos fadados a tirar, com certeza, não só esses dois mil produtores que hoje aqui estiveram presentes, mas 80% dos produtores da atividade, porque a realidade dos produtores do oeste do Paraná é muito diversa e necessita ser apreciada com carinho por V. Ex^{as}.

Considero que esse anteprojeto contempla, na grande maioria, as aspirações do nosso povo, porque não se pode admitir que a agricultura brasileira seja comandada por organizações internacionais que vêm aqui dizer o que devemos fazer. Somos auto-suficientes, somos uma Nação rica e poderosa e, se nos curvamos diante de imposições estrangeiras, como até aqui tem acontecido na História do Brasil, estaremos sendo considerados incompetentes e inconseqüentes, porque as futuras gerações sofrerão conseqüências claras a serem analisadas. Realmente, se levamos ao pé da letra a lei como está apresentada, não atende à nossa realidade.

Parabenizo os Srs. Senadores presentes, assim como o Deputado Moacir Micheletto, Relator da proposição de alteração do Código Florestal, e o Deputado Dilceu Sperafico, representante aqui de Toledo e da região, podem contar com todo o sistema cooperativo no Paraná e no Brasil, porque a aspiração manifestada no documento que lhes foi entregue é realmente o que vem ao encontro da nossa necessidade.

Queremos trabalhar. Não queremos que os estrangeiros venham nos atrapalhar ou que venham roubar o nosso pão, que sustenta a nossa Nação e que não é produzido por eles. Ele deve ser produzido por nós. Temos capacidade e condições para isso, e o solo também é propício. Queremos apenas ter a dignidade de sermos reconhecidos como produtores, já que estamos realmente integrados a um meio ambiente que preservamos. Se destruimos uma parte, estamos restituindo a outra parte que cabe às futuras gerações usufruir.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Muito obrigado, Dr. Ademar.

Convido o próximo palestrante, um produtor rural que falará em nome de outros produtores: Sr. Darci José Paques.

O SR. DARCI JOSÉ PAQUES – Inicialmente, cumprimento o Presidente da Mesa, Senador Jonas Pinheiro, e os demais componentes. Cumprimento também os produtores rurais, as associações, os sindicatos, os ambientalistas e as demais autoridades.

Falo em nome da classe mais sofrida deste País, os produtores rurais. Por que? Porque, na venda da nossa safra, os preços são injustos. Em qualquer investimento agrícola, somos penalizados com diversas taxas, tais como bancárias, Crea, Iape e outras. Às vezes, o clima não nos favorece e os insumos tem preços altíssimos. E, agora, reserva legal.

Quero ressaltar, de início, um fato relativo à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instrui o Código Florestal. No mandato do então Presidente João Figueiredo, anos depois da homologação da lei do Código Florestal, surgiu a famosa frase: "Plante que o João garante", um incentivo do Governo Federal ao desmatamento em grande escala para a produção de grãos.

Senhores, pagamos para produzir grãos e agora teremos de pagar novamente para deixar de produzi-los?

Com o cumprimento da lei, se a mesma for executada, teremos vários custos no início, pois, se não cumprirmos certas determinações, poderemos ser processados por qualquer órgão ambiental existente há mais de um ano no País. Despesas extras: cada propriedade rural terá de solicitar mapa, alocando onde será a reserva legal; assinatura de responsável técnico do Crea; encaminhamento para o Iape; averbação no Registro de Imóveis; e plantio anual de mudas até o fechamento dos 20% da reserva.

Senadores e Deputados, sabemos do amontoado de agricultores que largaram o campo para tentar um futuro melhor na cidade, um dos grandes problemas do Brasil, o êxodo rural.

A idade média dos nossos agricultores é elevada, pois nossos jovens não estão vendo futuro na agricultura brasileira, porque não há incentivos para que os jovens se firmem nessa área.

Quero alertar os senhores que, executando-se a lei sobre a reserva legal, será um incentivo ainda maior para que os agricultores vendam suas propriedades rumo às cidades, o mesmo acontecendo com os jovens. Estamos cientes de que é de extrema importância a mata ciliar protegendo as nossas nascentes, riachos e rios, e que a lei deve ser cumprida sem exceção.

Perante essas colocações, senhores, peço, em nome dos produtores rurais deste País e pela agricultura brasileira, a apresentação de proposta à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal de isenção da exigência da reserva legal para pequenos e médios produtores.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Muito obrigado, Sr. Darcy José, que é um produtor rural.

Vamos ouvir agora, em nome das produtoras rurais, a Sr^a Simone Sivieiro.

A SR.^a SIMONE SIVIEIRO – Ex.^{mos} Senadores e Deputados que compõem a Mesa, Ex.^{ma} Prefeito, Sr. Derli Antônio Donim, saudando o prefeito saúdo todas as autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, é com imensa satisfação que estamos hoje neste teatro representando a mulher produtora rural. É um privilégio à cidade de Toledo e ao Estado do Paraná serem escolhidos para a discussão do projeto de atualização do código florestal.

O desmatamento iniciado há mais de um século trouxe o desenvolvimento do País e aumentou a produção de alimentos para a população.

Não fosse a coragem dos nossos colonizadores, talvez não tivesse ocorrido o progresso que alcançamos. Todos se beneficiaram com o crescimento e agora devemos recuperar o meio ambiente com uma legislação adequada a nossa realidade.

Como engenheira agrônoma, acredito que a adoção de um zoneamento econômico-ecológico, com base em critérios técnicos e científicos, levando em conta a vocação das diversas regiões brasileiras para a agricultura e para a preservação, tornarão viáveis a fixação do homem ao campo e a sua permanência na atividade rural.

Queremos apoiar a iniciativa da Comissão Mista do Congresso Nacional, cujo Relator é o nosso Deputado Federal Moacir Micheletto, e que a força da mulher agricultora colabore com a comunidade brasileira na elaboração desta árdua tarefa. Preservar e recuperar o meio ambiente é uma tarefa de todos nós.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Meus senhores e minhas senhoras, como nós falamos de início, esta reunião iria até as 13 horas. Temos um tempo ainda e vamos abrir daqui a pouco oportunidade para a apresentação de propostas. Há três registros: da ONG Funverde (Fundação Verde de Maringá), primeiro inscrito; como segundo inscrito o Sr. José Carlos, Prefeito de Boa Vista da Aparecida, que tem uma

proposta importante a respeito de lagos, e também há a inscrição do Sindicato Rural de Iguaçu, através dos seus presidentes.

Mas, antes de dar a palavra aos que querem apresentar alguma proposta, vamos ouvir ainda, mais uma vez, por um instante, o nosso Prefeito Deli Antônio, que tem uma proposta. Passamos a palavra a ele.

O SR. DELI ANTÔNIO – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer uma menção, em nome da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, ao art. 2º, §1º. É uma emenda do Deputado Luciano Pizzatto e uma emenda do Deputado Ricardo Izar, que diz o seguinte:

No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei, e nas Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á os dispostos nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, em especial o que estabelece a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e respectivas alterações posteriores.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadores e Deputados, o que ocorre com o homem do campo também ocorre com o homem da cidade. Se a lei for mantida da forma em que está, muitos dos projetos, muitos dos loteamentos aprovados nos municípios passam a ser impeditivos aos seus proprietários de colocar em prática os seus investimentos. Já temos problemas em nossos municípios em que cidadãos que estão fazendo investimentos, que estão com investimentos já executados e, por força da lei, se faz necessário que se mudem e interrompam a caminhada.

Esse artigo é de muita valia para todos nós, para todos os municípios, porque passa a ser atribuição municipal, e daí do legislativo municipal em criar e discutir a legislação própria no que diz respeito à questão ambiental no perímetro urbano. Por isso não poderia deixar, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadores e Deputados, de passar em branco sem colocar uma posição da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, que reivindica o apoio a esse artigo, que, de modo todo especial, permitirá também que na base os nossos Vereadores e a comunidade discutam, de forma geral, os problemas que existem dentro dos perímetros urbanos. Isso é importante para o progresso, para o desenvolvimento e, principalmente, para que as questões ambientais urbanas passem pelo Legislativo Municipal e pela comunidade, para que assim possamos ter a presença do nosso cidadão discutindo também as questões urbanas.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Muito obrigado, mais uma vez, Prefeito.

Registro com muito prazer as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Juranda, Sr. Francisco Gonçalves da Silva; do Presidente do Sindicato Rural de Araruna, Sr. Sidnei Furlanetto; do Presidente do Sindicato Rural de Palotina, Sr. Léo Luiz Pedron; do Sr. José Mendonça, da Associação dos Suinocultores do Norte do Paraná; do Presidente do Núcleo do Sindicato Rural do Oeste do Paraná, Sr. Waldemar Kaizer. A todos o nosso muito obrigado pelas presenças. Já o inscrevemos para apresentar um documento. Portanto, é o quarto inscrito para algumas mensagens.

Vamos agora à quarta parte do nosso encontro. Do tempo que nos sobrar deixaremos apenas uns 10 minutos para o nosso relator. Vamos levar, portanto, até às 13h a oportunidade de manifestação dos que aqui estão. Evidentemente é pouco, mas não podemos levar a reunião além das 13h ou 13h10min.

De forma que vamos ouvir, nesta quarta parte do encontro, o Sr. John Kennedy, que é da Fundação Verde de Maringá. É uma ONG.

O SR. JOHN KENNEDY – Boa tarde, agricultores que levantam o Brasil. É o que sempre falo. O Deputado Moacir Micheletto me conhece, tenho parentes agricultores, vim da terra também. Mas o que muito me espanta, Deputado Moacir Micheletto, é que me parece que começou tudo novamente. E desta vez um pouco pior do que no ano

passado, quando foram realizadas, acredito, mais de vinte reuniões. Esta me parece ser a quarta. Não vejo motivo. Além de tudo, são poucas reuniões, creio que não haverá mais do que isso para levar à Câmara e ser discutido. Além de tudo, também, a distância. Poderia ser no centro no Paraná e não tão longe, em Rondônia, Acre, se não me engano. Porque...

(Vaias.)

Podem vaiar. Quanto mais vaias, mais... Todos têm direito. Podem vaiar. Não vaiei ninguém. Agora, vão me vaiar bastante.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Está assegurada a palavra a V. S^a.

O SR. JOHN KENNEDY – Tudo bem. Assim, gostaria de saber porque não foi, por exemplo, em Maringá e Londrina, como anteriormente. Trabalho tanto quanto vocês. Há apenas algumas questões, Deputado. Gostaria de saber qual a sua alegação para o desmatamento da Amazônia. V. Ex^a sempre alegou que precisamos produzir e competir com produtos norte-americanos e europeus, pois somos fracos. Isso eu sei, concordo com V. Ex^a. Mas sabemos, por meio de pesquisas. Naquela época não conhecia a Amazônia, hoje conheço. Tive de ir, pois se vamos falar, devemos conhecer para saber do que estamos falando. Fui. Vi. Lá não se produz nada, V. Ex^a sabe disso. Após duas colheitas só resta areia. Gostaria de saber se o interesse é mesmo de produtor ou de madeireiro. Se não produz, vai apenas arrancar árvores e deixar o deserto, que V. Ex^a sabe que é em que vai se transformar. Os pesquisadores sabem, não sei se lhe contaram, mas vai se transformar em deserto. Todos falam, todas as pesquisas. Apenas esta Comissão não fala no assunto.

Outro ponto. O Deputado Dilceu Sperafico citou as casas que se situam às margens dos rios. Falou até em retirá-las à força. Não concordo. Até concordo que os moradores sejam indenizados, se retirados. Mas terão um problema sério se continuarem ali. Como andam as coisas, de uma hora para outra haverá uma enchente, com certeza, é algo que não vai terminar. O que acontece? A enchente derruba a casa do agricultor, é uma calamidade pública, e o que vai acontecer?

(Vaias.)

E o que vai ocorrer? Ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Está assegurada a palavra.

O SR. JOHN KENNEDY – Tudo bem. Vai arrancar a casa do pequeno agricultor e ninguém, nenhum deputado vai lá levar dinheiro e dizer que a casa será levantada. Quando isso ocorre, ninguém quer ver. Outra coisa. O que o agricultor precisa, além de terra, é de dinheiro. Cadê o dinheiro? Se vai ao banco, ninguém garante o dinheiro. Se dão, é com juros altíssimos. Não adianta. Vou falar. Esta é minha opinião. Vocês precisam de dinheiro para produzir. Não apenas de terra. Não adianta ter tanta terra se não tem com que produzir, com que plantar.

O SR. – (Fora do microfone.)

O SR. JOHN KENNEDY – Exatamente. O dinheiro de que falo, os deputados sabem onde está, nosso amigo Jader Barbalho, companheiro deles, pegou um bilhão e pouco. Lá está o dinheiro que é para vocês. Cadê o dinheiro? Meteram a mão.

O SR. – (Fora do microfone.)

O SR. JOHN KENNEDY – Meu dinheiro vem do meu trabalho, como o de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Sr. Kennedy, discuta com a Mesa, por favor, e não com a platéia.

O SR. JOHN KENNEDY – Portanto, é uma questão. Gostaria de conhecer os argumentos da Comissão com relação à Amazônia.

Outro ponto. Existe uma lei, V. Ex^{as} têm conhecimento, em que pequenos proprietários que não possuem reserva legal podem montar um consórcio e comprar o excedente da reserva legal de outros produtores. Isso existe desde o ano passado. Se a pessoa não tem, faz o consórcio e compra a reserva legal. Vão continuar produzindo de qualquer forma.

(Manifestação da platéia.)

Com que dinheiro? Agora, os deputados falarão para vocês. É o que afirmei. Os deputados responderão onde está o dinheiro que todo produtor deveria ter no bolso para produzir e levantar a Nação de forma a competir no exterior com subsídio que não temos do Governo.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Damos a palavra agora ao Sr. José Carlos Henrichs, Prefeito de Boa Vista da Aparecida, que quer apresentar também uma proposta. Gostaríamos de ouvi-la.

O SR. JOSÉ CARLOS HENRICHS – Eu quero saudar o Senador e Presidente da Mesa. Saudando o Senador, quero saudar os demais Deputados, Senadores, Prefeitos e o Presidente da Câmara. Faço uma saudação especial aos nossos agricultores, os homens da mão calejada.

Antes de falar dos empreendimentos da Costa do Lago, aquele lago onde não dá enchente, quero falar também pelos agricultores, para que os Srs. Senadores e Deputados pudessem reivindicar aos demais Parlamentares e ao Governo que quando houver um programa de incentivo ao pequeno produtor não seja tão rígido. Até há poucos dias, estávamos fazendo um levantamento no meu Município quando saiu um dinheiro para os agricultores, o Pronaf, cujas exigências são grandes. O pequeno agricultor que tem esposa que ganha acima de R\$90,00 e o agricultor que é aposentado, que conseguiu essa aposentadoria no campo, muitas vezes aposentado por uma invalidez que adquiriu lá, são banidos desse direito. Por que não ter esse homem o direito ao Pronaf, a um programa para o pequeno agricultor?

Quero também deixar uma proposta. Não sei se já existe essa lei, Sr. Relator, mas que haja uma emenda ou o que possa ser feito para incentivar o agricultor a preservar a sua mata, a sua floresta. Como existe o ICM, o apoio aos Municípios que têm as suas matas, que também se crie uma lei de incentivo e que se remunere o agricultor pela sua mata que ele preservará. Até hoje, o agricultor só tem deveres a cumprir; direitos, muito poucos. Deixo essa proposta que se crie uma emenda de incentivo, para que seja ressarcido o agricultor que conserva a sua mata.

Há um lago no meu Município, como também há nos nove Municípios do Pró-Caxias. Nós sofremos o impacto da Barragem da Usina Salto Caxias. Grande parte dos nossos agricultores, mais de 400 famílias, foram embora para Cascavel, para Cordélia e outros Municípios e deixaram um vazio nas terras mais produtivas, que eram no Lago do Iguaçu ou no Vale do Iguaçu; essas terras ficaram embaixo da água. Sr. Relator, eu tenho certeza que é do seu conhecimento, porque V. Ex^a já esteve lá, como é do conhecimento do Deputado Sperafico, que nós temos uma área de lazer, uma área de preservação, na verdade, porque os empreendedores que lá investiram o fizeram dentro da tecnologia que pode, sim, estar beneficiando além da nossa região de Cascavel, Toledo, também gerando uma fonte de renda. Hoje, no nosso Município, ele gera mais de 200 empregos entre diretos e indiretos, e nós gostaríamos, Sr. Relator, que continuasse essa lei, esse plano dos 30 metros, dentro da legalidade, para que nós lá pudéssemos ter uma área de lazer e diminuir realmente o desemprego que temos.

Ontem ainda, chegando de Brasília, estive em seu gabinete e do Dilceu Sperafico, reivindicando ajuda ao nosso Município. Lá chegando, encontrei um jornal, pois a imprensa esteve no nosso Município. Como muitas vezes ela aumenta a realidade, pode-se ler na matéria de ontem que, o Município de Boa Vista da Aparecida, mais de 50% da população passa fome. Isso é uma grande mentira. Se assim fosse, pelos três meses que a população ficou sem a cesta básica, essa metade da população teria morrido de fome. Discordo, então, da imprensa que assim fizeram com o senhor, Deputado.

A imprensa, muitas vezes, denigre a imagem de um povo sofrido, de um povo trabalhador. Tenho certeza de que, ontem mesmo, na fila da cesta básica, havia mais de

20% de pequenos agricultores que se sujeitaram a pegar as cestas devido a realidade que vivemos hoje, de uma agricultura sem incentivo. Essa é a verdade.

Por isso, pedimos que haja sensibilidade por parte dos ambientalistas, para que realmente nos dêem apoio para que essa área de lazer possa permanecer e continuar gerando emprego.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Acabamos de encerrar as inscrições, devido à limitação de tempo. Não é nem a nossa vontade, é um problema de tempo.

Para continuar a lista de inscrição, convidamos agora o Presidente do Sindicato Rural de Iguaçu, o José Waldemar ou o Severino, que gostaria de entregar também um documento, fazer algumas propostas.

O SR. – Boa-tarde, Sr. Presidente da Mesa, Senador que já estava aqui e também ao Deputado Micheletto. Nós nos conhecemos porque também sou um produtor rural da região de São Miguel de Iguaçu e hoje também presidente do sindicato ou representante do sindicato rural dessa cidade.

A nossa causa é um pouco diferente. Nos anos 60, viemos do Rio Grande do Sul, ainda criança, ou jovem, adolescente, para morar numa região do Parque Nacional do Iguaçu, na época legalizada e documentada. Foi feita pelo Governo do Estado uma troca de serviços de uma empreiteira construtora de estrada de ferro e, posteriormente, nos anos 70, foi denominada Parque Nacional por decreto-lei, e fomos transferidos para uma área de assentamento feito pelo Incra.

Foi um dos melhores projetos, há 25 ou 27 anos, elaborados pelo Incra do Estado do Paraná. Eu gostaria que o Silvino chegasse até aqui para mostrar o nosso projeto. Temos mais de 400 propriedades rurais de pequeno porte, menos de 30 hectares, e uma reserva legal coletiva feita pelo projeto do Incra, superior aos 20% da área que hoje está prevista em lei.

Portanto, acreditamos que não podemos aceitar plantar mais uma vez 20%, que na época o Incra destinou ao Banco do Brasil a liberação, por meio de carta de anuência, o desmatamento dos 100% de cada propriedade. Hoje esse mapa é original, existe no centro do Incra em Curitiba ou em Cascavel, e tivemos acesso a ele. Só queremos mostrar a esse povo maravilhoso, que são os produtores rurais, isso aqui, formado em três pequenas comunidades. Na época também perdemos mais de 30% dos nossos produtores rurais, devido ao Lago de Itaipu.

Então, temos aqui individualmente e num mapa completo do nosso projeto feito pelo Incra sete reservas legais superiores a 20% de todo esse projeto. É um projeto do Incra. São muitas famílias, como foi citado anteriormente, no Estado do Mato Grosso, Rondônia, em qualquer lugar do Norte do Brasil. Eu mesmo tenho filha morando em Sapezal, desbravando este Brasil.

Eu apenas queria lembrar isso. Acredito que não precisamos, mais uma vez, reflorestar 20%, se temos uma área superior de sete formações de área legal coletiva.

O nosso objetivo, que o Incra entendeu na época, era que não seria necessária a averbação da nossa documentação e que seriam, dentro do projeto do Incra, os 20% coletivos para todas as áreas dos produtores rurais.

Agradeço a oportunidade; não imaginei que ela nos seria dada. Viemos ontem e hoje estamos aqui.

Nosso muito obrigado e esperamos, se possível, ser atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Convidamos o Sr. Waldemar Kaiser, Presidente do núcleo dos Sindicatos Rurais do Oeste do Paraná, que também pede a palavra para entregar um documento à Comissão.

O SR. EDGAR RAVACHI – Gostaria de fazer uma retificação: o Sr. Waldemar Kaiser também é Presidente da Assembléia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

Sou o Pastor Edgar Ravachi, pastor sinodal, um bispo luterano da Igreja de Confissão Luterana. Tivemos neste final de semana a assembléia da nossa área, que abrange o Estado de Mato Grosso do Sul, o noroeste, o oeste e o sudoeste do Estado do Paraná.

A Igreja de Confissão Luterana sempre teve sua confissão de viver a fé no dia-a-dia. Não concordamos com uma Igreja, Sr. Senador e Srs. Deputados, de vivermos nossa fé só acreditando que temos fé. Só somos de fato cristãos, pessoas que amam a vida e querem uma vida digna para todos, quando nós, de fato, nos responsabilizamos perante Deus, vivendo nossa fé, crendo nEle, no dia-a-dia da nossa vida.

É nesse sentido que trazemos um documento de apoio aos senhores nesta Câmara, porque achamos importante a defesa do pequeno agricultor, que tanto tem sofrido nessa vida, em sua existência. A grande maioria de nossos adeptos são pequenos agricultores de descendência alemã. Temos, em toda nossa área, 70% deles e queremos, de fato, aproveitar esse espaço e dizer que nossa luta sempre foi e será em defesa dos que não têm vez e não têm voz, e, de modo bem especial, dos pequenos agricultores. Com a nossa Igreja de Confissão Luterana, temos no oeste do Paraná um projeto chamado Capa – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, dentro da agro-ecologia, para que eliminemos o veneno das nossas lavouras e daquilo que produzimos, e, assim, tenhamos de fato vida digna, vida de saúde.

Acreditamos nos senhores da Mesa, que estão levando esse projeto. O senhores necessitam do nosso apoio, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Por nossa área, que representamos aqui no oeste do Paraná e no Mato Grosso do Sul, externamos nossa solidariedade e entregamos nossos documentos, assinados por todos nós. Queremos lutar junto com vocês, respeitando, ao mesmo tempo, o ambiente em que vivemos. Não é destruindo a natureza que conseguiremos mais produção. Temos que trabalhar em conjunto: a natureza e a nossa vida, pois é assim que Deus criou o mundo e colocou-nos neste mundo para que cuidássemos dele como sendo o seu jardim. Nisso acreditamos.

Obrigado, senhores.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Muito obrigado. Entregue o documento, queremos anunciar a presença do Vice-Prefeito de Palutina, Sr. Silmar Roque. Muito obrigado pela presença.

Também temos a presença do Vereador Antoninho Luís.

Convido agora, para também entregar um documento, o Sr. Oscar Frosa, que é da Sociedade Rural de Palutina, a pedido especial do Deputado Dilceu Sperafico.

O SR. OSCAR FROSA – Antes de mais nada, eu gostaria que fosse feita uma pequena retificação. Além da Sociedade, sou do Sindicato Rural Patronal, sou também produtor, como a maioria que está aqui, um dos grandes sofrendores deste País.

Queremos, Sr. Senador, saudando V. Ex^a e toda a Mesa, aproveitar a oportunidade para entregar ao senhor uma carta de Palotina, subscrita pela Prefeitura Municipal de Palotina, pela Câmara Municipal, pela Copervale, pela Irriede, pela Associação Comercial e Industrial de Palotina, pela Associação dos Engenheiros Agrônomos, pelo Sindicato Rural de Palotina, pela Sociedade Rural de Palotina e pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e Agricultura.

Devido ao adiantado da hora, queremos dizer na nossa exposição temos a introdução; na parte central, dizer o que éramos, o que somos e o que produzimos, e na sua parte posterior, temos a relação de nossas propostas.

Eu apenas discorreria sobre uma, porque, por exemplo, no seu Item 4º, quanto às suas regiões prioritárias com aptidão agrícola, queremos manter, recuperar e proteger as áreas de preservação permanente, conforme prevê o art. 2º do Código Florestal atual.

No seu Item 5º a não obrigatoria averbação em Cartório de Registro de Imóveis as áreas destinadas a preservação permanente e manutenção, recuperação e proteção

dos remanescentes florestais nativos, obedecendo, dessa forma, o estabelecido nos arts. 1º e 60 da Constituição Federal.

Diante disso, queríamos deixar uma pequena mensagem. Em primeiro lugar, abraçar efusivamente a luta do nosso companheiro, Deputado Moacir Micheletto – que, aliás, tem recebido não tanto quanto S. Exª deseja, mas que poderá receber uma melhor resposta na próxima eleição. Sabemos da luta de S. Exª demonstrada pelo povo, porque S. Exª mora em Assis, perto de Palotina, e, portanto, sabemos que S. Exª anda por onde andamos também. S. Exª sabe o que existe lá. Efetivamente, Deputado Moacir Micheletto, a maior injustiça que o povo brasileiro pode cometer, V. Exª sabe que é proveniente de uma minoria que comanda a maioria da mídia que deturpa a idéia de V. Exª. Mas isso é passado. Estamos, hoje, aqui, neste ambiente maravilhoso, juntamente com os nossos companheiros e Deputados Federal Moacir Micheletto e Dilceu Sperafico, além dos Deputados Estaduais. Por isso, esta carta de Palotina vem dar força e apoiá-los, já que somos francamente favoráveis à preservação do meio ambiente, porque existe uma lei, que emana do povo, subscrita por V. Exªs, que são os nossos representantes. Então, ela tem que ser obedecida por todos.

Há um outro ponto do qual não abrimos mão: queremos utilizar a nossa propriedade de acordo com o seu fim, qual seja, a aptidão agrícola.

E mais: – isso é difícil de dizer – Deputados Moacir Micheletto e Dilceu Sperafico, as eleições estão aí. Não que eu esteja pegando no pé de V. Exª, mas sabemos que dependendo do desempenho disso aqui. Aqui está a nossa vida, Srs. produtores, creio que vocês não fazem idéia, mas a lei está aqui. Se formos pedir para um Promotor Público, o Juiz dirá: “eu sou a lei”. Infelizmente, o Código Florestal que será nossa lei. Então, de acordo com o desempenho disso, V. Exªs terão a nossa resposta.

Este é um momento fantástico! Estamos em uma assembleia! Aliás, Jesus disse que onde houvesse duas ou mais pessoas reunidas em seu nome Ele ali estaria. E, vejam quanta gente! Gente simples, humilde, mas trabalhadora e lutadora aproveitando esta oportunidade. (Aplausos)

Não queremos confronto, queremos concórdia, mas que sejam respeitados os princípios básicos, inclusive com as ONGs. Elas têm de conversar, dialogar e não tripudiar, menosprezar os seus representantes, como aconteceu aqui. É lamentável.

Esse é o nosso protesto, mas é o nosso amor à causa deste Brasil que é tão grande que não importa onde começou, Senador mato-grossense – belo Estado, por sinal -, mas, sim, a força viva desses desbravadores, como em Palotina, que tem suas peculiaridades, onde pagamos três vezes as nossas terras, por terem sido injustamente desapropriadas. Estamos aqui lutando, dando força, Deputado Moacir Micheletto e Deputado Dilceu Sperafico, para que esse código esteja efetivamente dentro das aspirações do produtor rural.

Nosso muito obrigado. Que sejamos felizes.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – O Sr. Valdeci Miéster também quer falar, já que comanda uma organização integrada de turismo e meio ambiente dos Municípios alagados pela usina de Salto do Caxias. É uma ONG. Portanto, com a palavra, por favor.

O SR. VALDECI MIESTER – Bom-dia ao ilustríssimo Sr. Presidente e, ao cumprimentá-lo, cumprimento o pessoal da Mesa e os senhores produtores e todas as entidades e lideranças presentes.

Senhores, o termo ONG foi instituído por meio do Decreto 3.100, Lei 9.790. Na realidade, represento aquela região em que foi recentemente instituída uma agência de desenvolvimento integrado do turismo e meio ambiente sustentável.

Deputado Moacir Micheletto e Senadores e outros Deputados presentes, falo em nome da sociedade organizada daqueles Municípios e parabeno pela atitude que V. Exª vem tomando no Congresso pelas leis instituídas.

É muito sacrificante ver que, em nosso País, ONGs internacionais vêm querendo distorcer e impor leis no que nós, brasileiros natos, como os Prefeitos e como os

munícipes, sabemos, na carne e no dia-a-dia, o que se passa. Vemos que o Deputado Moacir Micheletto passou por uma tempestade na imprensa, devido a essas ONGs internacionais e, talvez, a outras com interesses obscuros.

Ex^{mos} Senadores e Deputados, apresento uma proposta aqui para que seja levada a esse código: que se encontre um dispositivo para banir e restringir as ONGs internacionais que venham querer comandar o nosso País. (Palmas) Cada agricultor sabe o que tem na sua propriedade, assim como cada Prefeito sabe o que cada cidadão precisa. Então, nós, brasileiros natos, temos de tomar as rédeas, colocando um ponto final a que outros países, outras organizações venham querer comandar. Se elas querem ajudar, mandem recursos para as ONGs, as entidades sérias deste País, porque elas saberão aplicar os recursos onde eles devem ser aplicados, e não queiram levar certos interesses que venham a obstruir a nossa legalidade.

Deputado Moacir Micheletto bem sabe que falo não só dos Municípios que compõem a região de Salto de Caxias, mas também do País inteiro, dos Municípios das regiões que foram atingidas pela construção de usinas hidrelétricas, formando os lagos. Nesses Municípios, vemos pessoalmente, no dia-a-dia, que houve danos para os agricultores que viviam ali, ao se deslocarem para outros lugares. Diante disso, há um outro aspecto: temos de buscar uma outra economia. Um outro perfil socioeconômico está se formando e está sendo prejudicado pela Lei dos Cem Metros e também pelas leis ambientais que estavam aí. Na proposta do código, eu solicitava que fossem as áreas de interesse de turismo, onde os Municípios têm essas estruturas, sejam isentas da reserva legal, preservando os olhos d'água, as nascentes, os riachos que deságuam nesses lagos artificiais. Isso, sim, temos de preservar. Agora, na beira do lago, onde existe desenvolvimento de infra-estrutura turística, eu gostaria que essa reserva legal fosse isenta, para que os empresários venham a colocar nesses Municípios uma nova opção, um novo perfil sócio-econômico para os cidadãos do local terem uma outra oportunidade.

Diante disso, nobre Deputado, parabenizo V. Ex^a pela emenda do PPB, de Dilceu Sperafico e Nelson Meurer, que, em seu art. 2º, alterou a faixa marginal de 100 para a margem de 30 metros. Se houvesse como encontrar a isenção nesse dispositivo, como relatei, seria benéfico não só para nossa região, mas para todo o País, que também é englobado nessa lei como o nosso Estado. Deputado, com relação a essa agência, que também busca o desenvolvimento daquela região, fomentando projetos de interesse do turismo, de infra-estrutura, gostaria que fosse aprovada uma lei dirigida ao Ministério, no sentido de que este disponibilizasse aos empreendedores facilidades para o desenvolvimento de projetos que venham a desenvolver a infra-estrutura turística.

Estivemos – e eu estava junto com o Prefeito...Secretário de Planejamento e Prefeito de Boa Vista – falando sobre o Pronaf. Na região do Oeste do Paraná foram disponibilizados 40 milhões, e eu não sei o porquê de existir a linha de crédito e não existir o recurso. O que está acontecendo? O agricultor vai ao Banco, como fiz em vários projetos, e lá ouve que realmente existe a linha de crédito, mas que não têm os recursos, sendo que o técnico do Ministério – anteontem eu estava lá – disse-me que há recursos disponíveis, mas que não sabe porque esses recursos não chegam aos bancos para serem distribuídos aos agricultores.

Senhores, precisamos que se invista mais na agricultura, porque ela é a alavanca do nosso País, é ela que segura toda a estrutura do País, é ela que o toca. Precisamos incentivar mais e mais recursos para o Ministério da Agricultura fazer chegar aos agricultores.

Meu muito obrigado.(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Muito obrigado, Sr. Valdeci.

Temos agora inscrito como penúltimo orador, o Sr. Eder Alberto. Ele é da Sessão das Câmaras Municipais desta região. Também ele quer oferecer a esta Comissão algumas alternativas.

O SR. EDER ALBERTO – Senador Jonas Pinheiro, Senador Amir Lando, Deputado Sperafico, Deputado Micheletto, Prefeito de (?), Deputado Duílio Genari, e o colega Vereador Rogério Massing, da Câmara de Vereadores de Toledo, sou Presidente da Acamop – Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná, ou seja, 48 Municípios que são representados por aproximadamente 500 Vereadores.

Portanto, em nome desta entidade, gostaria de agradecer ao Congresso Nacional, que tem sido, de certa maneira, denegrido por ações isoladas de um ou outro representante e que sofreu uma tentativa de ser denegrido, nesta mesma Plenária, pelo representante daquela ONG que falou há pouco, referindo-se a uma acusação – até porque não houve julgamento ainda – ao Senador Jader Barbalho.

Isso não representa o que é o Poder Legislativo. E, por isso, a Acamop, Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná, quer parabenizar o Congresso Nacional, a Comissão Mista, presidida por V. Ex^a, por ações desse tipo. V. Ex^{as} representam a maioria do Poder Legislativo e, com dignidade, vêm buscar a opinião, na base, como foi mencionado, para que esta sirva realmente de contexto para esse projeto e que as emendas possam ser acatadas para que realmente levem a efeito, a bom termo, essa questão ambiental.

Os produtores não podem ser prejudicados. Mas, principalmente, gostaria de deixar registrado, como já disse, em nome da Acamop, as felicitações por descentralizar as ações do Congresso Nacional, e que realmente seja dada valia aos Vereadores, pois são eles, Srs. Deputados, que realmente ouvem, no dia-a-dia, o agricultor. Se temos quase 500 Vereadores na região oeste, pelo menos 70% deles são lideranças provenientes da área rural, e os Vereadores têm que ser ouvidos pelos Deputados, que irão elaborar as leis e continuar ajudando a classe produtiva do nosso Brasil.

Essa é a pequena mensagem da Câmara de Vereadores do Oeste do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. JONAS PINHEIRO – Muito obrigado, Sr. Vereador. Quero anunciar, também prestigiando os Vereadores, a presença do Vereador Gininho, de Nova Aurora, do Nercy, de Cafelândia, a Vereadora Maria Lucis Kisata e também a Vereadora Maria Tereza Mesomo. Obrigada pela presença de V. Ex^a.

Aqui vai um comercial: a Copacol, a Emater e a Prefeitura Municipal de Jesuítas convidam para o seminário do Café **Tech Show**, que vai ocorrer no dia 10 de maio de 2001. O local será no Salão Paroquial de Jesuítas, Paraná.

“Café Tech Show – O mundo quer, e a gente faz.” Está feito o comercial.

Vamos encerrar esta quarta e última etapa com a palavra do Ivan Kaick da Ocepar. Como já anunciei, ele é um velho companheiro, batalhador pelas cooperativas. Já me deu muito trabalho e continua dando.

O SR. IVAN KAICK – Meu caro Senador Jonas Pinheiro, o qual queremos, neste momento, homenagear em nome do cooperativismo, pela grande representatividade que V. Ex^a tem dentro do Congresso Nacional e do Senado Federal, defendendo os interesses da agricultura brasileira e também do nosso cooperativismo. Os nossos cumprimentos e os nossos parabéns pela sua brilhante frente a esta Comissão Mista e também como Senador dentro do Congresso Nacional.

A minha participação vai ter dois momentos. Em um momento, gostaria de fazer um apelo aos meus amigos agricultores. Eu também sou agricultor. Sou engenheiro agrônomo e, antes de mais nada, um agricultor. Nós, que conhecemos o trabalho do nosso Deputado Moacir Micheletto, Relator deste Projeto de Conversão da Medida Provisória que discute a reserva legal e a permanente, devemos uma homenagem também pelo que tem feito por nós e pelo que vai ter que continuar a fazer na tramitação dessa Medida Provisória, que deverá ser transformada em lei e da qual depende o nosso futuro e a nossa sobrevivência. Nós, conhecemos o trabalho do Deputado Moacir Micheletto, ficamos sobremodo chocados com a forma dispensada a ele como Relator, quando a mídia noticiou por todo o País inverdades, que sabemos não ser realidade deste País, mas invenções, submetendo a uma pressão desumana a pessoa deste Deputado e os componentes da

própria Comissão Mista, defensores, lá no Congresso Nacional, uma lei que seja equilibrada e permita que o País possa desenvolver-se de forma ambientalmente correta, sem engessar o desenvolvimento em potencial existente na agricultura.

Então, faço uma proposta no sentido de apresentar um voto de agradecimento ao Deputado Moacir Micheletto, ao Senador Jonas Pinheiro, ao Senador Amir Lando, ao Deputado Dilceu Sperafico e a toda a Comissão, que se tem posicionado a nosso favor. Que o demonstremos por meio de uma grande salva de palmas, como voto de louvor, apoiando a continuidade do trabalho que terão que desenvolver na defesa dos nossos interesses, mas também em desagravo à forma injusta com que foram tratados pela mídia e por aqueles que não querem, na verdade, que o Brasil se desenvolva com harmonia, conciliando os interesses da sua comunidade. É uma questão fundamental.

A segunda questão, Deputado Moacir Micheletto, é para parabenizar a Comissão pela competência que teve ao introduzir nesse anteprojeto de lei de conversão a proposta do zoneamento ecológico e econômico. Algo que me parece ser fundamental. A lei, da forma como tinha sido estruturada, não possuía uma fundamentação técnica que justificasse sua aplicação com acerto no Brasil. Seria uma camisa de força imposta aos interesses produtivos do País, sem solução para os problemas que faria surgir, no dia-a-dia, para o agricultor. É fundamental para que possamos ter, na verdade, o uso da propriedade dentro de sua real capacidade. Vamos destinar para a floresta o que não serve para a agricultura, vamos destinar para pasto o que não serve para floresta nem para a agricultura e vamos destinar para a agricultura aquilo que é para a agricultura. Vamos ser técnicos competentes e, dentro desse critério, harmonizar os diferentes interesses ambientais, de preservação, conservacionistas e tudo o mais que pretendamos fazer, mas sem promover que nosso agricultor seja despejado de sua propriedade. Temos já, no Estado do Paraná, 10 mil famílias sendo despejadas anualmente de suas propriedades porque já não há viabilidade de lá sobreviverem. Tivemos demonstrações fantásticas de quantas pessoas podem sobreviver em uma propriedade tocada tecnicamente sem ferir as questões básicas do meio ambiente. Entendo que a presença dos V. Ex^{as} foi muito importante para essa discussão. Preocupa-me mais, no entanto, uma segunda questão que julgo de fundamental importância: a dos incentivos, Deputado Moacir Micheletto. V. Ex^a colocou com muita propriedade a problemática do bônus da conservação ambiental. Os demais certificados vão permitir, sim, o atendimento das preocupações manifestadas no plenário, no sentido de que a permanência, a manutenção da floresta, seja incentivada, motivada, justificada por parte, também, do agricultor, que é um ente econômica e tem que sobreviver do seu patrimônio.

Outra questão que me preocupa nesse projeto de lei é o rancor ainda embutido na medida provisória. Vejamos o art. 1º, § 1º: "As ações e omissões contrárias às disposições deste Código na utilização das florestas e demais formas de vegetação são consideradas de uso nocivo da propriedade, aplicando-se, para o caso, o procedimento sumário". Digamos que essa medida de conversão seja aprovada. Devem ocorrer vetos. O rigor que irá prevalecer será exagerado. No dia seguinte, teremos o País assolado por uma enxurrada de ações movidas por pessoas que não têm interesse em que haja harmonia entre o ambiente e a produção, mas que querem faturar. Não nos enganemos. Há pessoas que são de boa índole e há pessoas que são oportunistas. Então, faço uma sugestão no sentido de se tirar esse rancor da lei que venha a ser proposta.

Outra questão também pontual que me parece pertinente aqui – embora não queira discutir muito – é a do art. 16, § 3º: "Para efeito de compensação podem ser computados os plantios de árvores frutíferas". E me veio uma preocupação: bananeira é árvore? Faço essa pergunta aos que fazem parte da Mesa. Nós temos na Mata Atlântica grandes regiões plantadas com banana. Agora, gostaria de saber se a banana pode ser considerada para fins de compensação ou de reserva legal, pois não é árvore. Nós sabemos, como profissionais, que ela é um pseudocaule. Mas ela tem um porte de árvore e cumpre sua função talvez até melhor do que uma árvore qualquer que não tem os

predicados dela. E por que não considerar também a bananeira uma espécie passível de ser utilizada na compensação da reserva legal? Por que não? É um questionamento que estou fazendo, porque são pequenas coisas que, colocadas na lei, inviabilizam o uso do solo de uma forma adequada, de acordo com a vocação da região. Se a vocação da região é para o plantio da bananeira, por que não ser isso também utilizado como uma forma de compensação para o cumprimento da reserva legal? E tem há questão, ainda, que gostaria de colocar, mas o tempo é exíguo.

Eu acho fundamental, digamos, que a Comissão Mista leve muito em consideração a questão que foi levantada pelos companheiros sobre o direito histórico de desfrute da propriedade de acordo com aquilo que se herdou dos antepassados. Nós não podemos esquecer que o Brasil foi colonizado principalmente por europeus. Em 1825, vieram os primeiros imigrantes. E quais eram os caminhos que eles seguiam? Eram os rios. Não havia estradas de rodagem, as ferrovias vieram mais tarde. A colonização aconteceu ao longo dos rios, a partir das barrancas. Exemplos clássicos são Blumenau, o Vale do Itajaí, o litoral do Estado do Paraná. Quando o meu pai veio, adentrou o interior por um rio. E é lógico que o colono se assentava na barranca do rio. E o que era desmatado era a várzea fértil onde se cultivavam os alimentos para a sobrevivência do povo e não as encostas. Então, nós temos que olhar esse fator.

Outro aspecto que julgo importante é a habitação que ainda existe lá, como foi levantado aqui. Isso tem que ter uma compensação. Se se quer tirar isso dos trinta metros, que se tire, mas que se pague. Considero fundamental que se coloque isso dentro da lei, para que não se cometa injustiça e haja um tratamento de equidade em relação àqueles que vêm recentemente para colonizar.

Então, quero parabenizar esta Comissão em meu nome, dizendo da grande satisfação que tivemos de compartilhar esta discussão, que foi da maior importância, mostrando os anseios deste povo. E temos certeza de que, pelo tirocinio, pela competência daqueles que comandam esta Comissão – o Senador Jonas Pinheiro e o Deputado Moacir Miqueletto –, teremos uma lei, e V. Ex^{as} podem contar com todo o nosso apoio, com o respaldo deste povo que está aqui, porque ele vai dar toda a força, se preciso, estando, inclusive, em Brasília, para que seja votada uma lei do tamanho daquilo que nós precisamos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Muito obrigado, pela orientação trazida.

Nós, agora, vamos passar para a quinta parte. A Câmara Municipal de Toledo está redigindo um documento oficial para ser entregue à Comissão. O documento está chegando. Por isso, aguardaremos um pouco mais. Passaremos, portanto, para a quinta parte, que é o encerramento. Concederemos a palavra ao Relator, que dirá que recomendação ou sugestão poderá aproveitar no seu parecer, no seu relatório.

Com a palavra o eminente e corajoso Deputado Federal Moacir Micheletto, do Paraná. (Aplausos.)

O SR. MOACIR MICHELETTTO – Quero, neste momento, cumprimentar o nosso Senador Jonas Pinheiro, companheiro de luta e de andanças pelo Brasil e que preside esta Comissão. De sua vida pública não temos o que falar a não ser que tem prestado serviço ao Brasil e que dá segurança ao Relator nos trabalhos que fazemos em nossas peregrinações pelo Brasil.

Esse valente companheiro de Rondônia, ao meu lado, na sexta-feira, demonstrou ao seu povo, com equilíbrio e conhecimento, respeito pelo Brasil e pelo seu Estado. Quero cumprimentar o valente companheiro Dirceu Sperafico, que orgulha o Parlamento brasileiro e que já ocupou, com muito orgulho para nós, a Presidência da Comissão de Agricultura e Política Rural.

Cumprimento também o Sr. Prefeito, nosso Deputado Estadual Duílio Genari; os representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura; meus filhos, minha esposa e minhas irmãs, que estão aqui; e todos os senhores e senhoras.

Sempre me guio por um grande Santo que disse um dia que todos nós somos peregrinos. E Dalai Lama diz: “peregrinos são aqueles que cruzam os campos”. Por isso estamos cruzando os campos do Brasil, numa trincheira, para a qual estamos convocando a sociedade brasileira, uma trincheira para desmistificar a ditadura internacional. A primeira delas é a do FMI, que massacra os países pobres. Mas, não bastando a ditadura do FMI, criaram a ditadura do meio ambiente, dizendo para o mundo que o Brasil é um País cujos dirigentes não têm competência para administrar suas terras, seu povo e, acima de tudo, a nossa Amazônia. É a ditadura ambiental.

Sei que aqui poderia estar a grande mídia nacional, mas aqui está, Sr. prefeito, a mídia do interior, que nos conhece. A mídia nacional segue apenas o **releas** dos ambientalistas. Estão criticando o Presidente. Escolhemos Toledo para trazer aqui o Congresso Nacional, representando o Senado Federal os valentes Senadores, e representando a Câmara dos Deputados esses Deputados que aqui estiveram e que aqui estão.

Eles estão tentando mentir para o mundo, dizendo o que nós deveríamos fazer – como fez esse companheiro, por quem tenho respeito, da ONG de Maringá. Foram vazias as suas indagações. Por que não pegou em suas mãos o nosso relatório? Aí poder-se-ia dizer aqui: “o senhor está pegando nisso, nisso e nisso”. Veio perguntar coisas que não interessam. Digo a ele que está tudo na internet. Pegue o nosso relatório e veja.

Afirmaram que aqui viemos, Senador Amir Lando, porque este é o curral de vários Deputados que aqui residem. Queriam que esta audiência fosse realizada em Londrina, ou melhor, em Curitiba. Curitiba não tem curral. O curral está aqui, porque aqui estão as mãos abençoadas do homem do campo. (Palmas.) Aqui está o curral do leite, do peixe, do trigo, da soja.

Como sempre digo, existem duas mãos abençoadas: a primeira é a do médico, que salva vidas, e a outra dos agricultores.

Marcou-me uma passagem do discurso do Senador Amir Lando – desculpe-me por não tratá-lo por Excelência, mas estamos na nossa casa que é o campo. É engraçado que estamos num teatro exercitando o teatro da vida. É exatamente o teatro da vida de todos nós que aqui moramos.

Não estamos aceitando a tutela e a coordenação da Coroa Britânica que comanda a WWF* neste País. Não estamos sob a égide de Londres, de Nova Iorque ou de qualquer outra cidade. Estamos irmanados em nosso curral, porque querem fazer de nós – como bem disse o Senador Amir Lando e estive atento a isso –, querem transformar-nos a todos em guardas-florestais da Amazônia, porque destruíram tudo no seu país.

Desejo fazer um apelo. Não preciso de piedade nem dó de ninguém. Quero resgatar a cidadania brasileira, nossa nacionalidade, pois o Brasil é nosso. (Palmas.)

Sr. Presidente, solicitei a V. Ex^a um mês de prorrogação. É lógico que V. Ex^a nos convocará para reunirmos na quarta-feira dia 02. Quem sabe a Comissão ainda possa aprovar o relatório?

Gostaria de dispor de mais tempo para poder dizer àqueles que moram em Londres ou no Rio de Janeiro, em Copacabana, que é muito bonito falar de ecologia de onde estão. Tenho certeza de que nunca assistiram ao nascimento de uma vaca, de um boi ou – quem sabe? – de qualquer outro animal. Não sabem nem diferenciar um pé-de-cebola de um pé-de-alface.

Para encerrar, quero apenas falar sobre três assuntos aos senhores. Primeiramente, estamos há dois anos e meio percorrendo o Brasil, elaborando nosso relatório, discutindo com a sociedade brasileira. A linha mestra do nosso relatório, aprovado pelas eminentes personalidades que aqui estão, que irá posteriormente para ser votado no Plenário da Câmara, é que queremos parar com essa histeria internacional. Mentem ao mundo, apresentam relatórios falsificados afirmando que o Estado de Rondônia está todo devastado, embora 70% das florestas estejam de pé. Afirmam que o Acre – estão presentes companheiros do Acre – está devastado, embora apenas 9%

daquela terra bendita e abençoada que pode ajudar o Brasil e o mundo esteja sendo utilizado. Neste estado só foi desmatado 17%.

Quero fazer um apelo: vamos dar um basta à mentira. Chega de mentir nas grandes televisões e nos grandes jornais.

O relatório que elaborei está na Internet, com o acesso o mais democratizado possível. O espírito do relatório: o zoneamento ecológico e econômico, representa um avanço, companheiros do campo e da cidade. Por que não dizem isso? Por que insistem em dizer – o que fizeram anteontem na grande mídia – que o Deputado Moacir Micheletto está propondo a devastação da Amazônia em 80%. Onde está escrito isso?

Apelo para que venham aqui, saiam de São Paulo e do Rio de Janeiro, vão ao Acre e a Rondônia, percorram o Brasil, venham a Toledo. Será que tudo o que disseram é mentira?

Sou Relator dessa matéria. Proporei no relatório que o Congresso Nacional, por meio do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, aprove. Mas estou ouvindo. Será que vocês vieram mentir, será que são só eles os certos? Será que é mentira que, se prevalecer a medida provisória que lá está, sem discuti-la com a sociedade...? Setenta pessoas discutiram o que é o Conam, e o Presidente da República, por pressão internacional, de joelhos, transformou em medida provisória e que está prejudicando o nosso povo.

Queremos o equilíbrio entre o meio ambiente e o meio produtivo! Não queremos destruir a natureza! Nunca matei um passarinho. Tenho consciência da terra. Ainda me lembro de que, quando pequeno, o meu avô contava-me histórias das montanhas da Itália, onde plantava uva, pegava-me pelo braço com um pano branco na mão e, com pão, íamos comer uva embaixo do parreiral. Nós que temos origem no campo é que defendemos a terra, porque ela é apaixonante. Nós defendemos a vida!

Vamos dar um basta à WWF! Greenpeace, não minta mais ao Brasil, dizendo que queremos destruir a Amazônia e destruir o Brasil! Vocês são a trincheira, por isso estamos percorrendo este País! Vamos resgatar a nossa dignidade! Somos um povo capaz de produzir! Choramos nestes campos, amamos e vivemos neste Brasil tão fértil!

Contudo, não basta estarmos reunidos aqui. Vocês têm de dizer aos seus Senadores, aos seus Deputados, em quem vocês votaram, que estamos propondo uma lei de dignidade ao País. Estamos propondo uma lei que possa de fato ajudar a matar a fome, porque a pior bomba atômica do mundo é a fome. Não existe outra pior do que ela!

Companheiros brasileiros que estão aqui, Senador Amir Lando, temos mais de dez usinas de hidrelétricas paralisadas, porque as ONGs internacionais dizem que elas acarretarão impacto ambiental! Todavia, no seu País, transitam grandes navios no Mississipi*, levando a sua produção. E aqui eles dizem que não podemos ter hidrovias, porque, se transportarmos pelos rios a soja, o adubo, vamos contaminá-los. Só nós vamos contaminar os rios? Eles não os contaminam?

Recentemente, o Presidente Bush fez uma declaração que foi um "soco na boca do estômago do mundo", dizendo que não quer nem saber de cumprir o Protocolo de Kioto. Ele disse para o mundo inteiro: "O meu povo não vai ficar sem emprego, o americano terá que sobreviver, as nossas fábricas terão que continuar". E aqui no Brasil, como disse o Senador Amir Lando, eles querem que sejamos guardas florestais.

A tolerância tem limite, e ela tem que parar. Fui um homem tolerante, mas fiquei preocupado depois de tudo o que esses Parlamentares apelidados de "Senadores motosserra" ou "Deputados motosserra" fizeram: adentraram a minha propriedade e a de vocês. Fui lá urgentemente, pois eles disseram-me: "Amanhã estaremos lá". Invadiram a minha pequena propriedade de 70 hectares, filmaram-na, adentraram a minha casa, vasculharam a minha vida na Amazônia e no cerrado, olharam as minhas contas - tenho somente duas no Banco do Brasil - e "deram com os burros n'água", porque elas estavam no vermelho. Vasculharam os cartórios do cerrado e da Amazônia para ver se era

fazendeiro. Nosso companheiro Dirceu Sperafico também sofreu recentemente com essa grande imprensa.

Só peço o seguinte: vamos continuar lutando pelo Brasil! Sou um Deputado do Brasil! Não sou um Deputado do exterior, não vou lambar botas dessa gente. Se tiver que lambar botas, lamberei botas de vocês, brasileiros! E o que temos que fazer agora? Nada de piedade! Nada de dó! Vamos mostrar que somos brasileiros.

Como eu disse, só tinha um receio quando a mídia me atacou: meus 3 filhos. Fizeram muita pressão sobre minha...

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Meus amigos que ainda participam deste evento, quero abrir uma exceção, por dois minutos, ao Vereador Luís Fritzen, que apresenta uma proposta pela Câmara Municipal de Toledo.

Gostaria de ouvir V. Ex^a e, dentro de cinco minutos, vamos encerrar os trabalhos.

O SR. LUÍZ FRITZEN – Nossos cumprimentos ao Senador Jonas Pinheiro, muito digno Presidente desta Comissão e da audiência pública que aqui se realiza.

A proposta que apresentamos vem consolidar a emenda apresentada pelo nosso Deputado Dilceu Sperafico* que prevê a isenção da reserva legal até o limite de 30 hectares, a qual vem ao encontro à legislação do ITR, administrado pela Secretaria da Receita Federal, que isenta de tributação as áreas de até 30 hectares. Para as áreas de 30 a 100 hectares, prevê que a reserva legal seja 10% e, para áreas com extensão maior, prevê que a reserva legal seja de 20%. Também define que, até 500 hectares, a reserva legal seja computada com a reserva permanente para que, juntas, somem até 500 hectares. Ainda, determina que as áreas existentes dentro da reserva permanente e que estejam ocupadas pela suinocultura, pela agricultura, piscicultura e por outras atividades sejam reconhecidas e que possam lá permanecer.

São essas as propostas que estamos apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Muito obrigado, Vereador Fritzen.

Encaminho a proposta de V. Ex^a ao Relator, bem como a proposta do Sindicato Rural de Sertãoópolis.

Sr. Fritzen, uma proposta semelhante a esta sendo defendida pelo Senador Osmar Dias. Entendemos que é mais uma força no Senado Federal, uma vez que todos reconhecemos que o Senador Osmar Dias conduz, sobretudo na área da agricultura, o Plenário do Senado Federal.

Meus amigos, estamos concluindo os trabalhos e queremos agradecer à sociedade de Toledo, como, de resto, a toda a sociedade do Paraná por participar deste evento, assim como ao Prefeito, Dr. Dioli Antônio Doni. Agradecemos também o Governo do Paraná, aqui representado pelo Secretário da Agricultura e Abastecimento, e à Assembleia Legislativa, aqui representada pelo Deputado Ademir Bier e o Deputado Estadual Duílio Genaro. Nossos agradecimentos aos vereadores do Paraná que estiveram presentes em grande número, e às entidades da sociedade organizada, como a Ocipar, a Federação da Agricultura e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Enfim, foi muito importante vim ao Paraná. Essa Comissão, na primeira etapa, já foi a Santa Catarina e, agora, veio ao Paraná e, no campo. Ao nosso ambientalista, informo que já estivemos na capital Florianópolis, entretanto este encontro no interior, em Toledo, que contou com a participação dos produtores rurais, foi extraordinário, como o fora o encontro realizado em Jiparaná, no interior do Estado de Rondônia, do Eminentíssimo Senador Amir Lando, onde quatro mil produtores foram ao pátio de exposições de Jiparaná participar desse encontro.

Enfim, estamos agregando, cada dia mais, mais sugestões que, por certo, serão muito úteis para que o Deputado Moacir Micheletto as aproveite em seu relatório.

Agradecemos também ao Deputado Dilceu Sperafico, que fez uma força extraordinária para que esse encontro se realizasse no Paraná, particularmente, em Toledo. Sperafico é uma família com quem temos muita intimidade, pois ela participou no desenvolvimento do Mato Grosso.

Peço desculpas pelo erro, que já é fruto da fome, pois já são quase cinco horas de reunião. Não é fácil.

Senhor Prefeito, Srs. Deputados, caro Senador, Representante dos órgãos presentes, valeu a pena estar com vocês, como também valeu tratarmos da Amazônia e do cerrado.

O Mato Grosso, de onde sou representante, agradece muito aos paranaenses. Pedimos a vocês, por intermédio de seus representantes, que nos ajudem a aprovar essa medida provisória por meio do projeto de conversão(?), pois, dessa forma, o Mato Grosso comportará muitos mais paranaenses que para lá poderão ir.

Muito obrigado.

Está encerrada a audiência.

****** Retificações**

Délio ou Deli Antônio para Derli Antonio

Hermes Brandão para Rogério Massing

Assoero para Assuero

André Angonesi para André Angonese

Leocrides Luis Roso Bisolim para Leocrides Luis Roza Bisolnim

Darci José Paques para Darci José Backes